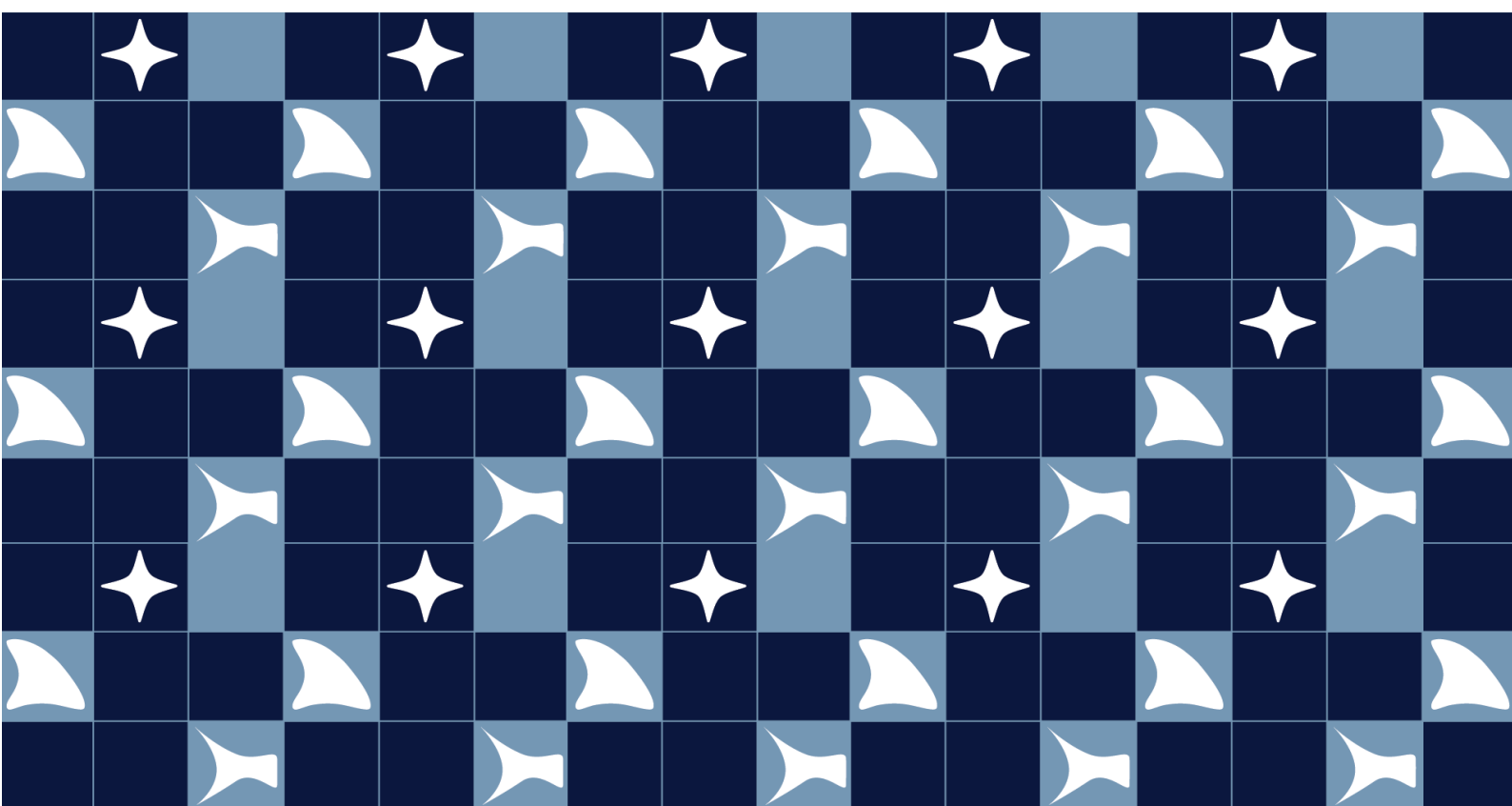


MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA



DOSSIÊ DE REGISTRO
PESCA COM BOTOS NO SUL DO BRASIL

MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

DOSSIÊ DE REGISTRO **PESCA COM BOTOS NO SUL DO BRASIL**

Dossiê elaborado como parte da instrução técnica do registro da Pesca com Botos no Sul do Brasil, a ser apresentado pelo Iphan ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, tendo em vista seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Brasília - DF
Florianópolis - SC
2025

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**Presidente do Iphan**

Leandro Antônio Grass Peixoto

Procuradora-Chefe no Iphan

Mariana Karam de Arruda Araújo

Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE)

Cejane Pacini Leal Muniz

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM)

Andrey Rosenthal Schlee

Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DPA)

Adriana Fátima Bortoli Araújo

Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI)

Daniel Borges Sombra

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Deyvesson Israel Gusmão

Coordenador-Geral de Identificação e Registro (Substituta)

Diana Dianovsky

Coordenação de Registro e Revalidação (Substituta)

Sabrina Cristina Queiroz Silva

Coordenador-Geral de Promoção e Sustentabilidade

Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

Superintendente do Iphan em Santa Catarina

Regina Helena Meirelles Santiago

Coordenador Técnico do Iphan em Santa Catarina

João Victor Joenck Hoffmann

Coordenadora Administrativa do Iphan em Santa Catarina

Solange Ines Siglinski Dandolini

Superintendente do Iphan no Rio Grande do Sul

Rafael Pavan dos Passos

Coordenador Técnico do Iphan no Rio Grande do Sul (Substituto)

Diego Luiz Vivian

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/2023 - IPHAN/SC | UFSC

Elaboração de Dossiê de Registro Saberes e Práticas Tradicionais associados à Pesca Artesanal com o Auxílio de Botos em Laguna/SC e demais ocorrências no Sul do Brasil

Realização

Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas - CANOA/CNPq
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Orientação Técnica - DPI/Iphan

Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda
Sabrina Cristina Queiroz Silva

Responsável Técnica - Iphan/SC

Carla Ferreira Cruz

Coordenação geral - UFSC

Caetano Sordi

Equipe de Pesquisa

Ana Paula Rainho
Beatriz Demboski Búrigo
Brenno Brandalise Demarchi
Bruno Guth Oliveira
Caetano Sordi
Elisa Berlitz Ilha
Gabriel Coutinho Barbosa

Gabriel Kouke Sabanay
Gabriel Luz Siqueira de Aquino Vieira
Letícia Pontes de Oliveira
Luana Silva Ferraz
Matheus da Rocha Montanari
Olavo Ramalho Marques
Rafael Victorino Devos
Sara Brito Borges Maia
Sara Pereira da Silva Schmitt
Vitória Silveira Alves
Viviane Vedana
Yuri Roberto Roxo Camargo

Textos do Dossiê

Beatriz Demboski Búrigo
Caetano Sordi
Elisa Berlitz Ilha
Gabriel Coutinho Barbosa
Rafael Victorino Devos
Sara Brito Borges Maia
Yuri Roberto Roxo Camargo

Coordenação Audiovisual

Rafael Victorino Devos

Documentários - Câmera

Rafael Victorino Devos
Beatriz Demboski Búrigo
Gabriel Coutinho Barbosa
Caetano Sordi
Luana Ferraz
Olavo Ramalho Marques

Documentários - Som

Viviane Vedana
Luana Ferraz
Matheus Montanari

Documentários - Edição e Montagem

Matheus Montanari
Rafael Victorino Devos
Viviane Vedana

Fotografias da Instrução do Registro

Beatriz Demboski Búrigo
Caetano Sordi
Elisa Berlitz Ilha
Matheus Montanari
Olavo Ramalho Marques
Rafael Victorino Devos

Yuri Roberto Roxo Camargo

Detentores Parceiros da Pesquisa

Tramandaí/Imbé (RS)

Maurino Ramos Francisco
Lauri Anselmo (Graxa)
Jorge Antônio de Jesus Eusébio
Valdomiro Lenz Pereira
Alzemiro Lenz Pereira
Kauan Maciel Pereira
Jorge da Rosa (Jorginho)
Nilton Izidoro
Francelino Antônio dos Santos Neto (França)
Airtton Alves Gomes da Rosa
Vilson Gomes da Rosa
Lino Pedro Barbosa
Sérgio Ourige
Antônio Fidel Eusébio

Laguna (SC)

Wilson Francisco dos Santos (Safico)
Jeferson Vargas Carvalho (Mala)
Cleuson Marques Jorge
Joelcio Martins
Nei João Castro
Dario Manoel Duarte
Jaison Silveira Carvalho (Gegê)
Elias Zeferino (Comunidade)
Rikelme Francisco da Silva
Braz Manoel de Souza
Nely dos Santos Souza
Rubens Valério
Rivelino João Castro (Ximia)
Paulo Rodrigo Silva dos Santos (Eré)
Luciano Souza
Luiz Paulo da Silva (Custuminho)
Arnaldo da Silva Aurélio (Na)

Araranguá (SC)

Adeírde Lemos Pedroso (Dirde)
Sidney Acordi (Ney)
Oswaldo Vieira (Cabinho)
Richard Silveira (Xaxá)

Agradecimentos

Adilson Transporte Marítimo
Associação Comunitária de Imbé - Braço
Morto (ACI-BM)
Caminhos do Gravatá

Comissão Pastoral dos Pescadores e Pescadoras - Sul (CPP)
Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marítimos (Ceclimar/UFRGS)
Departamento de Antropologia (UFSC)
Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI/UFSC)
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)
Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
Fundação Lagunense de Cultura (FLC)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE/RS)
Laboratório de Mamíferos Aquáticos (Lamaq/UFSC)
Laboratório de Zoologia (LabZoo/Udesc)
Lab for Animal Behavioural Interaction
Research In The Ocean (LABIRINTO/U. of Oregon)
Letícia Vianna
Movimento Boto Vivo

Movimento em Defesa do Litoral Norte (MOV)
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS)
Leonardo Fellowship
Padaria Cantinho dos Pães (Laguna)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC)
Projeto Botos da Barra (Ceclimar/UFRGS)
Projeto Botos do Araranguá (Unesc)
Philosophy in the Wild
Pró-Reitoria de Extensão (Proex/UFSC)
Rede de Educação Patrimonial Catarina
Vanguarda Ecocultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Histórico do pedido de registro.....	13
Os caminhos da pesquisa de registro.....	16
Estrutura do dossiê.....	22
 PARTE I - IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL	24
1. Lugares e agentes da pesca com botos.....	25
1.1. Estuários e barras do Sul do Brasil: os sítios da pesca com botos.....	25
1.2. Os pescadores: detentores do saber	35
1.3. Os botos: parceiros da pesca.....	44
1.4. As tainhas: sustento e referência cultural	49
1.5. As tarrafas: técnica e mediação.....	55
 2. A pesca com botos, uma prática singular.....	67
2.1. Ressonâncias pesqueiras: a interação entre humanos, botos e tainhas.....	67
2.2. Aprendizados mútuos: tornar-se pescador e boto-pescador.....	77
2.3. Culturas humanas, culturas animais e comunidades híbridas.....	85
2.4. Declínio e retorno: a pesca com botos nos Rios Mampituba e Araranguá	91
 PARTE II - A PESCA COM BOTOS EM LAGUNA (SC) E NO RIO TRAMANDAÍ (RS)	100
3. A pesca com botos em Laguna (SC)	101
3.1. Origens e contextos: Laguna, de entreposto colonial a cidade-documento	101

3.2. “Uma sociedade de botos e homens”: registros históricos da pesca com botos em Laguna	112
3.3. Os pescadores e os <i>botos bons</i> : vidas enredadas	122
3.4. Na Tesoura e além: os <i>pontos de trabalhar</i> com os botos.....	136
3.5. <i>Pulo, batida e vagas</i> : as formas da captura e a organização social da pesca.....	144
4. A pesca com botos no Rio Tramandaí (RS)	156
4.1. Origens e contextos: dos ranchos litorâneos aos balneários modernos	156
4.2. História e memória da pesca com botos no Rio Tramandaí.....	165
4.3. Amigos dos botos: pescadores, botos e suas vidas compartilhadas	175
4.4. Pontos de pescar e de <i>correr com o boto</i>	180
PARTE III – A PESCA COM BOTOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	188
5. A pesca com botos como referência cultural e objeto de registro	189
5.1. A pesca com botos como referência cultural para seus detentores.....	190
5.2. A pesca com botos como forma de habitar e constituir paisagens	196
5.3. A pesca com botos como referência cultural para a sociedade envolvente	199
5.4. A pesca com botos e o patrimônio científico	204
5.5. A pesca com botos e as formas de expressão associadas.....	207
5.6. Síntese do bem como objeto de registro	208
6. Desafios e recomendações de salvaguarda	212
6.1. Riscos e ameaças	212
6.2. Recomendações de salvaguarda.....	224
REFERÊNCIAS	229



Figura 1: Pesca com botos em Laguna (SC), maio de 2025. Foto: Instrução do registro.



Figura 2: Pesca com botos em Imbé (RS), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.

INTRODUÇÃO

Todos os anos, com a chegada do outono, uma atmosfera de expectativa percorre as comunidades pesqueiras do Sul do Brasil. É o prenúncio da migração anual das tainhas (*Mugil liza*), que, partindo da Lagoa dos Patos e outros pontos do litoral platino, rumam para o norte em busca de águas mais quentes para sua reprodução. A aproximação dos cardumes anuncia o momento mais aguardado do calendário pesqueiro local, quando se renovam saberes e práticas cultivados por gerações de pescadores artesanais da costa sul-brasileira: a arte da vigia e da leitura dos sinais ambientais que prenunciam a chegada dos peixes; os modos de captura, beneficiamento, distribuição e consumo do pescado; as técnicas tradicionais de navegação e confecção de redes; os ritos e festejos em que se celebram a fartura e a comensalidade. Em certos estuários, localizados entre o Litoral Norte gaúcho e o Sul de Santa Catarina, a temporada da tainha também marca a intensificação de uma das mais notáveis formas de interação entre humanos e animais não-humanos existentes no mundo: a *pesca com botos*, objeto deste dossiê de registro como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

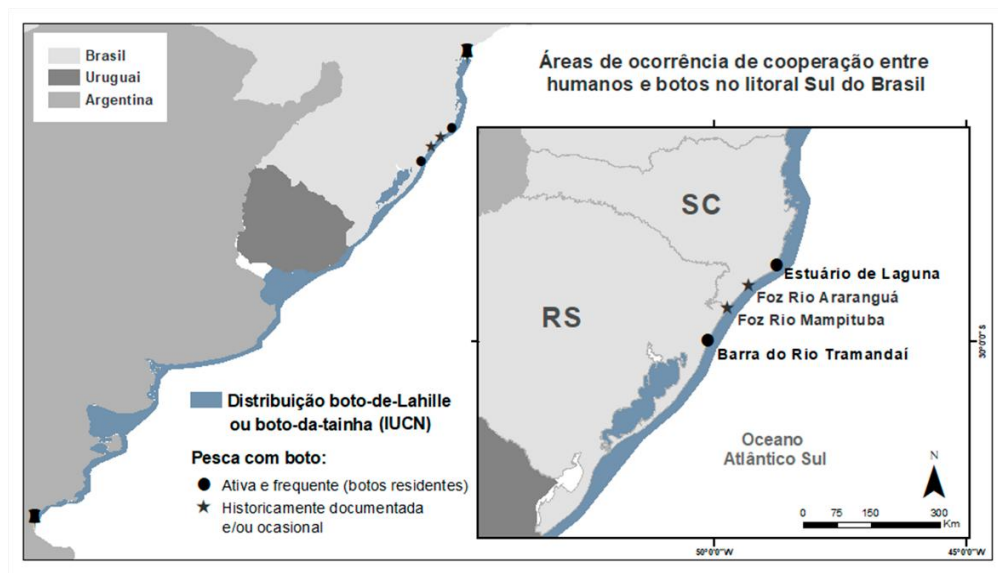
Também conhecida como *pesca cooperativa, colaborativa, conjunta* ou, ainda, *pesca com o auxílio de botos*¹, esta prática ocorre ao longo de todo o ano, acompanhando as diferentes fases de desenvolvimento das tainhas. Sua dinâmica segue um padrão marcante: sob a superfície da água, os botos cercam os cardumes que transitam entre os estuários e o mar aberto, conduzindo-os até os pescadores. Estes, posicionados à beira dos canais ou em pequenas embarcações, aguardam o momento propício para lançar suas tarrafas.

A oportunidade é indicada pelos próprios botos, por meio de comportamentos estereotipados e ritualizados (Cram et al., 2022), que variam de acordo com o lugar e formam um repertório próprio em cada comunidade. Identificar esses sinais interespecíficos e distingui-los de outros movimentos habituais dos animais, como mergulho e respiração, ou comportamentos de socialização, deslocamento e alimentação, exige um aprendizado apurado, cultivado no dia a dia e transmitido entre gerações, como parte essencial do conhecimento tradicional da pesca com botos.

Apesar de haver poucos registros sobre suas origens, a memória oral dos pescadores, assim como relatos folclóricos e matérias jornalísticas, indicam que a pesca com botos ocorre de forma contínua há mais de um século nos estuários do Sul do Brasil, isto é, ao menos desde finais do século XIX. Atualmente, ela se manifesta com maior regularidade em dois locais específicos, que constituem o foco principal da pesquisa apresentada neste dossiê: os estuários de Laguna, em Santa Catarina, e do Rio

¹ “Pesca cooperativa” e “colaborativa” são termos mais frequentes nas biociências, que classificam a prática como um caso específico entre outras relações de mutualismo entre humanos e animais não-humanos de vida livre (Cram et al. 2022). “Pesca conjunta” é o termo proposto por Brisa Catão (2019) desde a antropologia multiespécie, como forma de ressaltar o protagonismo de ambos os agentes. “Pesca artesanal com auxílio de botos” é o modo com que o bem cultural foi registrado como patrimônio imaterial de Santa Catarina e apresentado no pedido de registro junto ao Iphan. Na Nota Técnica que subsidiou a avaliação de pertinência do registro, o DPI/Iphan destacou a necessidade de melhor definir a nomenclatura do bem. Neste dossiê, optamos por “pesca com botos” como um denominador comum entre as várias designações, e para facilitar a fluidez da leitura, cientes, entretanto, de que as informações aqui reunidas deverão subsidiar a definição do título de registro do bem, no diálogo entre detentores, Iphan e o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Localmente, são empregadas expressões como “correr o boto”, “corrida do boto”, “pesca do boto”, “batida do boto”, entre outros. Em estudo realizado por Gonçalves e Ott (2022) junto a pescadores de Torres e Tramandaí, a maioria dos detentores demonstrou não conhecer o significado acadêmico do termo “pesca cooperativa”, associando-o à ideia de cooperativa empresarial.

Tramandaí, no Rio Grande do Sul. Também há registros históricos e eventuais de sua ocorrência em outros dois locais situados entre esses polos mais ativos: as barras dos rios Araranguá, em Santa Catarina, e Mampituba, na divisa entre os dois estados (mapa 1).



Mapa 1: Áreas de ocorrência de cooperação entre humanos e botos no litoral Sul do Brasil. Elaboração própria, 2024.

A pesca com botos não é a única forma de interação positiva entre humanos e mamíferos aquáticos verificada na costa e nas bacias hidrográficas brasileiras. No litoral do Paraná e São Paulo, o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) apresenta comportamentos de aproximação e mutualismo com os pescadores artesanais (Monteiro-Filho, 2014), assim como o tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) nos rios e lagos da Amazônia (Arregui, 2024). Todavia, a literatura especializada destaca o caráter altamente ritualizado da pesca com os botos-da-tainha (*Tursiops truncatus gephyreus* ou *Tursiops gephyreus*), o que denota complexos processos de aprendizado intergeracional e cultural partilhados por ambas as espécies. A nível global, a pesca com botos no Sul do Brasil só encontra paralelo em formas de cooperação similares verificadas no Sudeste Asiático, Norte da África e Oceania (Dounias, 2018; Van der Wal et al. 2022; Cram et al., 2022). Algumas delas, já extintas ou severamente ameaçadas de extinção por fatores ambientais e sociopolíticos, como em Mianmar.

De acordo com a classificação científica, os botos que cooperam com os pescadores no Sul do Brasil pertencem ao gênero *Tursiops*. Popularmente conhecidos como golfinhos-nariz-de-garrafa, são chamados localmente de botos, botos-pescadores e botos-da-tainha. No meio científico, entretanto, há uma controvérsia taxonômica em torno da classificação do boto-de-Lahille (ou golfinho-nariz-de-garrafa-de-Lahille): alguns especialistas consideram se tratar de uma subespécie costeira da espécie *Tursiops truncatus gephyreus* (Vermeulen et al. 2019), enquanto outros consideram se tratar de uma espécie distinta, *Tursiops gephyreus* (Wickert et al., 2016). Ao longo deste dossiê, contudo, destacaremos outras formas de classificação que se mostram mais relevantes no cotidiano dos pescadores. Sobretudo, a distinção entre *botos bons* (que *trabalham* com os pescadores) e *ruins* (aqueles que não costumam interagir com a pesca artesanal), assim como entre *botos* (que adentram os estuários) e *golfinhos* ou *caldeirões* (que circulam em alto-mar). Esses critérios, enraizados na experiência prática e nas relações construídas com os animais, serão privilegiados aqui sob uma abordagem etnográfica.

Um dos aspectos que melhor exemplifica o caráter duradouro e afetivo das relações que constituem o bem cultural é a forma como os pescadores nomeiam seus parceiros botos. Com efeito, as interações na pesca cooperativa não ocorrem com animais anônimos e genéricos, mas com seres individuados, reconhecidos por seus nomes, linhagens e trajetórias singulares. Esses nomes constituem um patrimônio onomástico que se renova a cada geração de botos, expressando elementos da percepção de mundo dos pescadores e constituindo-se como testemunhos da atmosfera cultural das suas respectivas épocas.

O que este dossiê propõe, portanto, vai além do registro de uma singular cooperação entre dois predadores de topo de cadeia. Trata-se de relatar e compreender as vidas entrelaçadas de pescadores, tainhas e botos; os sentidos e significados que permeiam esse entrelaçamento; e, acima de tudo, as formas pelas quais a pesca com botos se enraíza no cotidiano e se apresenta como uma referência cultural fundamental, tanto para os seus detentores diretos (humanos e não-humanos), quanto para suas comunidades mais amplas. Ao fazê-lo, pretende-se subsidiar tecnicamente o

reconhecimento e a salvaguarda deste bem como patrimônio cultural imaterial do Brasil, conforme previsto no Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000 e na Resolução Iphan n. 003, de 03 de agosto de 2006.

Histórico do pedido de registro

Nos últimos anos, a demanda pelo reconhecimento e salvaguarda da pesca com botos tem reunido esforços de diferentes sujeitos e agentes institucionais. No campo da conservação ambiental, a prática tem atraído o interesse de pesquisadores e organizações da sociedade civil desde os anos 1990. Há vários anos, Laguna detém o título de “Capital Nacional do Boto Pescador” e, desde 1999, o boto é considerado patrimônio natural do município. O mesmo ocorre desde 1990 em Imbé, no Rio Grande do Sul. No campo do patrimônio cultural, a pesca com botos foi reconhecida como patrimônio imaterial de Santa Catarina pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em 2018, e como de relevante interesse cultural pelo estado do Rio Grande do Sul, em 2020.

Um marco importante na trajetória de envolvimento do Iphan com o bem cultural foi o projeto *Educar, Documentar e Valorizar para Preservar: Pesca Artesanal com Auxílio dos Botos em Laguna*, realizado entre 2013 e 2015, com recursos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Este projeto foi coordenado pelo agente cultural Wellington Linhares, sendo a pesquisa etnográfica conduzida pela Profa. Alicia Norma de Castells e a antropóloga Fátima Iino, ambas pertencentes ao Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI) da UFSC. Além da publicação de um livro (Castells e Iino, 2015) e um documentário curta-metragem (Castells e Iino, 2016)², o projeto ensejou a aproximação do Iphan com os detentores e outros agentes institucionais para o registro da prática como patrimônio imaterial do Brasil. Cabe salientar que o Iphan está presente em Laguna desde 1954, com o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu Anita Garibaldi). Em 1985, o centro histórico da cidade foi inscrito como conjunto nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Além disso, o

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8uqC34gMZO>

Instituto vem atuando continuamente na proteção dos sítios arqueológicos de ocupação pré-histórica da região, como os sambaquis.

Já no Rio Grande do Sul, um marco importante para a salvaguarda da pesca com botos foi a criação, em meados de 2010, do Projeto *Botos da Barra*, conduzido por pesquisadores do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) e do Campus Litoral Norte da UFRGS. Em 2018, sob a coordenação do Prof. Ignacio Benites Moreno, este grupo publicou o guia pedagógico *Interação entre pescadores, botos e tainhas: aprendizados sobre cooperação, tradição e cultura, destinado a educadores/as*. A publicação contou com financiamento do Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação (MEC) e apoio de um patrocínio entre a UFRGS e a Transpetro.

Em 2017, como resultado das mobilizações anteriores, a Comissão Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP) da Diocese de Tubarão encaminhou ao Iphan um pedido de registro da pesca com botos em Laguna como patrimônio imaterial do Brasil³. Posteriormente, entre 2019 e 2020, o Iphan efetuou a contratação da antropóloga Letícia Vianna, por meio de edital Prodoc/Unesco, para uma consultoria técnica, com o objetivo de ampliar o conhecimento do órgão sobre a prática e precisar melhor seus valores patrimoniais para o registro⁴. Esta pesquisa levantou elementos importantes sobre o estado da arte e o contexto da pesca com botos em Laguna, mas, devido à pandemia de Covid-19, não pode ser estendida ao Rio Grande do Sul, como pretendido.

Neste mesmo período, a Associação de Moradores de Imbé – Braço Morto (ACI-BM) e o Projeto *Botos da Barra* (Ceclimar/CLN/UFRGS) levaram ao Iphan uma proposta de chancela da barra do Rio Tramandaí como paisagem cultural, tendo por objetivo principal a salvaguarda da pesca com botos⁵. Dada a ausência de regulamentação específica para o instrumento da chancela da paisagem cultural naquele momento, a Superintendência local sugeriu aos proponentes e detentores a sua reformulação como pedido de registro, nos termos do Decreto 3.551/2000.

³ Processo Iphan n. 01450.008956/2017-71.

⁴ Processo Iphan n. 01450.003730/2019-45.

⁵ Processo Iphan n. 01512.000899/2019-71.



Figura 3: Roda de conversa na praia da Tesoura, por ocasião do pedido de registro da pesca com auxílio de botos em Laguna (SC), agosto de 2017. Foto: Acervo Iphan/SC.



Figura 4: Reunião de aproximação entre Iphan/RS e detentores locais, após pedido de chancela da paisagem cultural, com mediação do Projeto Botos da Barra. Ceclimar/UFRGS, Imbé (RS), janeiro de 2020. Foto: Acervo Iphan/RS.

Por fim, em 2021, a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial (CSPI) do Iphan manifestou-se favoravelmente à pertinência do registro da pesca com botos,

recomendendo a instrução conjunta de ambas as demandas de patrimonialização. Durante o primeiro semestre de 2023, o Iphan/SC e o Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, iniciaram tratativas para a celebração de um Termo de Execução Descentralizada (TED) para a execução da instrução técnica do registro, culminando com sua assinatura em julho de 2023⁶. A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto de extensão *Saberes e Práticas Tradicionais Associados à Pesca Artesanal com o Auxílio de Botos* (2023-2025) e foi executada em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU).

Os caminhos da pesquisa de registro

A pesca com botos é um fenômeno tão fascinante quanto complexo. Bem por isso, sua compreensão e caracterização impõem inúmeros desafios etnográficos (Catão e Barbosa, 2018; Catão, 2019, 2021), biológicos (Cantor, Farine e Daura-Jorge, 2023; Serpa et al. 2024; Simões-Lopes, Daura-Jorge e Cantor, 2016) e patrimoniais (Castells e Iino, 2015; Cimbaluk, 2020). A Nota Técnica n. 21/2021/COREG/CGIR/DPI/IPHAN, baseando-se na produção acadêmica já existente sobre o fenômeno, assim como nas observações efetuadas pela consultora Letícia Vianna em sua contratação Prodoc/Unesco, enumerou alguns destes desafios e arrolou um conjunto de pontos a serem aprofundados pela instrução técnica do registro, tais como: melhor caracterizar os detentores da prática; apontar, de maneira mais acurada, a continuidade histórica do bem cultural; identificar as relações entre a pesca de Laguna e as ocorrências em outros lugares, em especial na Barra do Rio Tramandaí; entre outros.

⁶ Processo Iphan n. 01510.000236/2023-53.



Figura 5: Primeira reunião de trabalho da instrução técnica do registro da pesca com botos no sul do Brasil, Escritório Técnico do Iphan, Laguna (SC), outubro de 2023. Foto: Instrução do registro.

O desenho de pesquisa foi estruturado em torno dos princípios do método etnográfico e da antropologia pesca (Diegues, 1999, 2004). Todavia, considerando a natureza *sui generis* do bem cultural, a equipe executora procurou desenvolver estratégias descritivas e modos de atenção que conseguissem dar conta das formas de comunicação não-verbal presentes na interação entre humanos, golfinhos e tainhas, que vão além dos princípios da etnografia clássica (Bateson, 2025).

Estas estratégias estão em sintonia com desenvolvimentos teórico-metodológicos recentes nas ciências humanas, como a antropologia ecológica (Ingold, 2000) e multiespécie (Kirksey e Helmreich, 2020; Tsing, 2019), a etnoetologia (Lestel, 2001, 2004; Lestel, Brunois e Gaunet, 2006; Despret, 2013), que visam problematizar os divisores clássicos entre natureza e cultura, humanidade e animalidade, sociedade e ambiente, corpo e mente. Assim, se é verdade que a pesca artesanal é um modo de vida que constrói sociedades, como propõe Antônio Carlos Diegues (2004), este dossiê enfrentou o desafio de demonstrar que a pesca com botos constitui sociedades ou comunidades

híbridas (Lestel, 2004; Stépanoff e Vigne, 2019), com potencial de ampliação do que se entende hoje por patrimônio cultural imaterial. O aporte destas novas proposições teórico-metodológicas visou atender, sobretudo, à recomendação do Iphan de entender

(...) a diversidade de experiências, a partir de uma narrativa que enfoque os saberes interespecíficos envolvidos nesta modalidade de pesca artesanal, avaliando meios de salvaguarda viáveis em contexto em que não se caracterizam grupos com fortes laços comunitários ao se considerar exclusivamente a dimensão humana. (Nota Técnica n. 21/2021/COREG/CGIR/DPI/IPHAN.

Deste modo, durante o trabalho de campo, buscamos dirigir nossa atenção para as dimensões interativas e comunicacionais entre humanos, botos e tainhas plasmadas no e com o meio estuarino, entendido como *marca* e *matriz* dessas mesmas relações (Berque, 2012). Os aportes teórico-metodológicos da antropologia da técnica (Sautchuk, 2017) foram muito importantes nesse esforço, ao atentarem para a eficácia material e simbólica dos gestos, auxiliarem na compreensão das diferenças sociotécnicas entre os estuários, e iluminarem as ressonâncias entre a atividade pesqueira e as outras dimensões da vida social dos detentores. Paralelamente ao acompanhamento da prática em si, realizamos entrevistas semiestruturadas com agentes-chave do campo, através das quais foi possível reconstituir percepções e memórias dos pescadores sobre suas interações com os botos; traçar e conferir genealogias humanas e animais; compreender os sentidos atribuídos pelos detentores ao bem cultural; assim como identificar, desde sua perspectiva, os principais riscos e ameaças à continuidade do bem.

Geograficamente, a equipe executora baseou seus esforços nos locais de onde partiram os pedidos de patrimonialização e nos quais a pesca com botos se apresenta de forma cotidiana e sustentada ao longo de todo o ano, ou seja, o sistema estuarino de Laguna (SC) e a barra do Rio Tramandaí (RS). No entanto, também foi possível realizar uma visita à foz do Rio Araranguá, em março de 2025, mediada pelo Projeto *Botos do Araranguá*, desenvolvido pela Universidade do Extremo-Sul Catarinense (Unesc). O trabalho de campo se concentrou no outono/inverno de 2024 e 2025, abrangendo duas temporadas consecutivas da pesca da tainha. Complementarmente, foram realizadas

incursões pontuais ao longo do ano, destinadas a visitas técnicas, entrevistas, reuniões de mobilização e acompanhamento de formas extemporâneas da pesca com botos.

Foram realizados encontros devolutivos da pesquisa junto aos detentores e parceiros em 14 de julho de 2025, na sede do Ceclimar, em Imbé (RS), e no dia 22 de agosto de 2025, no Escritório Técnico do Iphan em Laguna (SC). As devolutivas foram eventos fundamentais para a restituição dos dados da pesquisa à comunidade e confirmar se o modo como o bem cultural foi identificado e caracterizado nos materiais do registro foram fiéis à atividade da pesca e supriram as expectativas de representatividade por parte dos pescadores.



Figura 6: Pescador Maurino mostrando foto do boto José Barata, já falecido. Devolutiva realizada na sede do Ceclimar, em Imbé (RS), em julho de 2025. Foto: Luciano Florit.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu ritmos distintos, em conformidade com as condições ambientais e sociais de cada território. Entre maio e junho de 2024, e novamente em maio de 2025, acompanhamos, em Laguna, um grande esforço

internacional de monitoramento dos aspectos ecológicos da pesca com botos, conduzido por biólogos de instituições locais (UFSC, UFRGS, Udesc) em parceria com a Universidade de Oregon (EUA), no que foi possível registrar e compreender as formas de interação e colaboração entre os detentores do bem e cientistas interessados na sua prática.

Para atingir os objetivos da instrução técnica do registro e elaborar os produtos encomendados pelo Iphan, a equipe executora — formada por antropólogos, biólogos, estudantes de graduação e pós-graduação em antropologia, história, ciências sociais, museologia e agroecossistemas, além de um artista visual — se dividiu em grupos temáticos de trabalho. Para cada um deles, foi estipulada uma questão-chave orientadora e objetivos específicos. O primeiro GT, denominado identificação, orientou-se pela questão “o que é a pesca com botos, onde e como acontece, quem são seus detentores?”. Esteve focado, portanto, na análise e sistematização do material etnográfico e na caracterização sociocultural e ecológica da prática.

O segundo GT, contextualização, procurou responder de que maneira a pesca com botos se integra à história e à formação sociocultural local e do Brasil. Teve como objetivo situar o bem cultural face aos processos que constituíram os territórios onde está inserido, de modo a compreender, sobretudo, suas continuidades e descontinuidades históricas. Os integrantes deste GT se debruçaram sobre a memória oral dos detentores e documentos relativos à conformação das paisagens marítimo-pesqueiras no Sul do Brasil, de modo geral, e à pesca com botos, em particular. O terceiro GT, por sua vez, concentrou-se sobre as dimensões do bem como patrimônio, e explorou a questão de como se dá a valoração da pesca com botos como bem cultural e quais os desafios para sua salvaguarda. Foram identificados e sistematizados os valores que justificam o registro do bem, assim como realizado diagnóstico dos principais riscos para sua continuidade e recomendações de salvaguarda.

Por fim, o quarto GT, dedicado ao audiovisual, concentrou-se em registrar a prática, seus detentores e universos socioculturais por meio de imagens visuais e sonoras. A elaboração do dossiê escrito acompanhou os aprendizados da equipe, guiada pelas experiências compartilhadas pelos pescadores em suas falas e ações. A produção

das sequências de imagens da pesca envolveu um exercício de atenção ao processo técnico, acompanhando os gestos ritualizados de pescadores e botos. Ao produzir repetidas imagens da espera à beira d'água, interrompida pela presença anunciada dos botos e pela tensão acumulada da expectativa de seu gesto decisivo, fomos aprendendo a combinar o deslocamento horizontal em paralelo aos pescadores e aos canais, com as lentes alternando entre os movimentos verticais dos saltos e gestos de *cabeçada* dos botos e os gestos de resposta do pescador com as tarrafas, até antecipar a posição em que ambos se encontram reunidos no enquadramento do plano.



Figura 7: Gravação de sequência de gestos da pesca, Tramandaí (RS), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.

As montagens conduzem, com o ritmo dessa espera pontuada pela tensão e pela explosão dos gestos, ao instante da revelação das tainhas nas tarrafas saindo das águas, o que confirma a eficácia dessa comunicação. As sonoridades da ecolocalização e assovios dos botos captados com microfone subaquático, ou da respiração dos botos

emergindo conduzem, por sua vez, às percussões das tarrafadas caindo nos cardumes e ao chacoalhar das tainhas capturadas.

Estrutura do dossiê

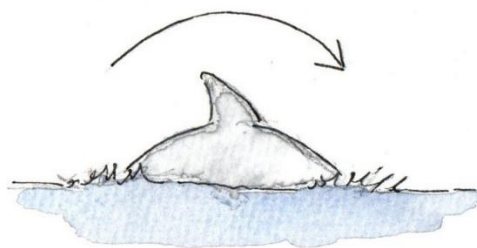
O dossiê está estruturado em três partes. Na primeira, dedicada à identificação geral do bem, caracterizamos o que é a pesca com botos, quem são seus protagonistas humanos e não-humanos, quais são seus sítios de ocorrência e como o fenômeno tem sido descrito e estudado pelas ciências biológicas e humanas. Um primeiro capítulo se dedica a identificar e caracterizar os sítios, agentes e elementos que compõem o bem cultural. Na sequência, o segundo capítulo explora a interação pescador-boto-tainha como fato biossocial complexo e dependente de processos culturais de aprendizado.

Na segunda parte, exploramos com mais detalhe a ocorrência da pesca com botos em Laguna (SC) e no Rio Tramandaí (RS), ou seja, nos sítios dos quais partiram os pedidos de registro e onde a prática vêm se mantendo com mais intensidade e constância ao longo dos anos. Para cada um dos sistemas estuarinos, demonstramos a continuidade histórica da pesca com botos e suas peculiaridades sociotécnicas; identificamos as linhagens e gerações de botos e humanos; bem como as ressonâncias entre os processos locais de formação socioeconômica e o desenvolvimento da pesca com botos como elemento constituinte de suas paisagens culturais.

Na terceira parte, apresentamos as dimensões do bem como patrimônio cultural e objeto de registro. Ou seja, apresentamos os valores que fundamentam seu reconhecimento como referência cultural para as comunidades detentoras e a sociedade envolvente. Desde as categorias do patrimônio imaterial, procuramos demonstrar não apenas o enraizamento do saber tradicional na memória, na identidade e no cotidiano dos seus detentores, mas também sua importância para a construção de sentidos de pertencimento aos lugares onde a pesca com botos ocorre e sua conformação como paisagens culturais. Face à singularidade mundial do fenômeno e a importância do estudo da pesca com botos para o desenvolvimento da ecologia marinha brasileira nas últimas décadas, também apresentamos, nesta segunda parte, alguns argumentos

relativos ao patrimônio científico envolvido na prática, compreendendo que as criações científicas, artísticas e tecnológicas também fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, conforme expresso no Art. 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Da mesma maneira, elencamos alguns aspectos lúdicos, estéticos e comunicacionais da pesca com botos que acenam para a possibilidade de seu reconhecimento como forma de expressão. Por fim, concluindo o dossiê, apresentamos um diagnóstico dos riscos e ameaças à continuidade do bem, assim como um conjunto de proposições de salvaguarda a serem adotadas a partir do registro, se assim decidido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.



PARTE I - IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

1. Lugares e agentes da pesca com botos

Para nos aproximarmos do universo da pesca com botos e compreendermos sua existência como bem cultural, é preciso identificar, inicialmente, os elementos que a constituem. Para tanto, apresentamos, neste capítulo, uma caracterização geral dos seus sítios de ocorrência e dos seus protagonistas humanos e não-humanos. Além de pescadores, botos e tainhas, também destacamos as tarrafas como as principais mediadoras técnicas que estabelecem e pontuam a relação entre todos esses seres.

1.1. Estuários e barras do Sul do Brasil: os sítios da pesca com botos

A pesca com botos ocorre em quatro estuários localizados entre a foz do Rio Tramandaí, no Rio Grande do Sul (29°58' S; 50°07' O) e a cidade de Laguna, em Santa Catarina (28°28' S; 48°46' O), compreendendo um trecho de aproximadamente 300 quilômetros da costa sul-brasileira. Em Santa Catarina, o território de ocorrência do bem compreende uma parte do Complexo Lagunar Sul Catarinense (CLSC) — formado pelas lagoas Santa Marta, do Camacho, Garopaba do Sul, Santo Antônio dos Anjos, Imaruí e Mirim — e a barra do Rio Araranguá (28°55' S; 49°20' O), no município de mesmo nome. No Rio Grande do Sul, compreende uma seção do Sistema Estuarino-Lagunar Tramandaí-Armazém (CELTA) e o canal que conecta a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (BHRT) ao mar⁷. Na divisa dos dois estados, o bem tem registro histórico e ocorre esporadicamente na foz do Rio Mampituba (29°20' S; 49°43' O), entre os municípios de Torres (RS) e Passo de Torres (SC).

⁷ A Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (BHRT), possui área de 2.980 km² (SEMA/RS) e como um todo, compreende um conjunto muito maior de lagoas e canais que as interligam, desde a lagoa dos Barros, em Balneário Quintão, até a lagoa de Itapeva, nas imediações de Torres. Já o Complexo Lagunar Sul Catarinense, faz parte da Região Hidrográfica do Sul Catarinense, que abrange a área de duas bacias hidrográficas (Rio D'Una e Rio Tubarão) e tem o Rio Tubarão como os mais importantes (com aproximadamente 120 km de extensão e foz desembocando na Lagoa de Santo Antônio (SEMAE/SC).

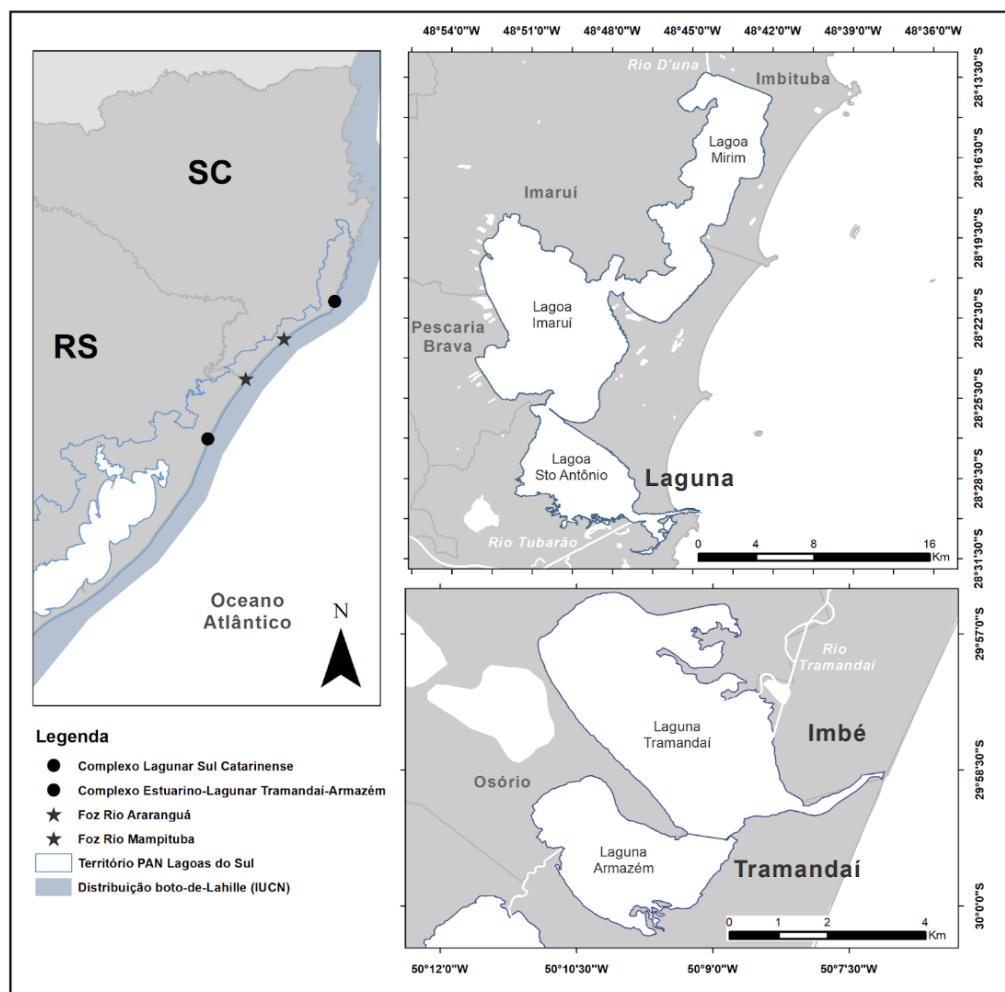
O clima da região costeira do Sul do Brasil é definido como subtropical úmido. De acordo com a classificação dos biomas brasileiros do IBGE, o território de ocorrência da pesca com botos tem seu limite meridional localizado próximo à zona de transição entre a Mata Atlântica e o Pampa. A região é fortemente influenciada pelo regime de ventos, especialmente de sul/sudeste e norte/nordeste. Essa alternância de ventos, muitas vezes abrupta, desempenha um papel relevante na organização das atividades pesqueiras, influenciando desde a navegabilidade nos canais até a movimentação dos cardumes e a definição das estratégias de captura.

Os dois principais sítios de ocorrência da pesca com os botos estão inseridos em ambientes estuarinos (mapa 2). Estuários são ecossistemas-chave para a manutenção da biodiversidade costeira e marinha. O encontro entre água doce e salgada, assim como os nutrientes carregados pelos corpos hídricos interiores, oferecem um ambiente favorável para o desenvolvimento de vários organismos, como crustáceos, moluscos e peixes. Essa elevada produtividade biológica dá suporte a diversas atividades socioeconômicas humanas, além de reforçar valores culturais atribuídos às paisagens associadas. Contemporaneamente, os antropólogos Atsuro Morita e Wakana Suzuki (2019) classificam estuários e deltas como territórios-sentinela das mudanças socioambientais do presente, já que recebem fluxos e sedimentos oriundos de toda a bacia hidrográfica a montante.

Os estuários de ocorrência da pesca com botos são alimentados por rios que têm suas nascentes nas escarpas do Planalto Meridional, atravessando cidades de pequeno e médio porte, além de lavouras, áreas industriais e outras infraestruturas antrópicas no caminho. No Complexo Lagunar Sul Catarinense, destaca-se o rio Tubarão, com cerca de 120 quilômetros de extensão e desembocadura na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, na margem oposta à cidade de Laguna. Já o estuário do Rio Tramandaí, é irrigado pelos Rios Três Forquilhas e Maquiné, que deságuam, respectivamente, nas lagoas Itapeva e dos Quadros.

Ambos sistemas estão, ainda, inseridos no território do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do

Sul), que tem como objetivo "melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território" (Brasil, 2018). A região de abrangência geográfica deste PAN abriga os biomas Mata Atlântica, Pampa e Marinho, incluindo a planície costeira que se estende desde o Rio Maciambu, em Santa Catarina, até a foz do Arroio Chuí, no extremo sul do Rio Grande do Sul, agregando lagoas e lagunas costeiras, suas áreas terrestres contíguas e costeiras adjacentes (ICMBio, 2024). É um mosaico heterogêneo de ecossistemas que abriga marismas, restingas, campos nativos, butiazaís, banhados e áreas úmidas, que abrigam uma rica biodiversidade e diversos modos de vida tradicionais associados a este território.



Mapa 2: Complexo Lagunar Sul Catarinense e Complexo Estuarino-Lagunar Tramandaí-Armazém. Elaboração própria, 2025.

Os canais que conectam os sistemas lagunares ao oceano Atlântico são sistemas morfodinâmicos sujeitos a distintas variáveis, tais como: prisma de maré, energia das ondas, estratigrafia regional e intervenções antrópicas (Silva, Toldo Jr. e Weschenfelder, 2017; Santos e Weschenfelder, 2023). Ao longo do século XX, na esteira dos projetos locais de modernização econômica, os canais de Laguna, Torres e Tramandaí foram estabilizados por estruturas artificiais. Em Laguna, a desembocadura conta com molhes de pedra em ambas as margens, assim como em Torres. Ainda na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, a foz do Rio Tubarão foi retificada nos anos 1980 após as grandes cheias da década anterior. Em Tramandaí, foi erigido um guia-corrente para fixar a margem norte do canal, permanecendo a outra margem livre de enrocamentos. Deste modo, apenas o canal de Araranguá segue livre para comportar-se de acordo com a deriva oceânica, tendendo a formar um longo pontal de areia no sentido norte/nordeste.

Em Laguna e no Rio Tramandaí, os registros orais indicam que a pesca com botos era praticada antes das obras de fixação e retificação, e seguiram ocorrendo apesar delas. Conforme a percepção dos pescadores, os peixes encontram abrigo e alimento entre as pedras dos enrocamentos, e a estabilização dos canais pode ter colaborado para a habituação dos botos ao longo do tempo. Esta hipótese é considerada pelos cientistas que estudam a prática há algumas décadas, que vêm buscando compreender os fatores ambientais que subjazem à interação.

Além da complexa ecologia dos estuários, a pesca é favorecida na região pelo encontro entre duas correntes marinhas: a Corrente das Malvinas, de origem subantártica, e a Corrente do Brasil, de origem equatorial e águas mais quentes. Próximo ao Cabo de Santa Marta, nas imediações de Laguna, ocorre ainda o fenômeno sazonal da ressurgência, que traz à superfície águas frias e profundas, ricas em nutrientes. Por sua vez, os volumosos deságues do Rio da Prata e da Lagoa dos Patos, localizados mais ao sul, contribuem para tornar a costa gaúcha e catarinense uma zona de alta produtividade biológica e grande disponibilidade de matéria orgânica.

Como veremos com mais detalhe nos próximos capítulos, o litoral sul-brasileiro tem sido ocupado por populações humanas há pelo menos 6.000 anos antes do presente

(AP). Os vestígios arqueológicos deixados por essas populações originárias apontam que a exploração de recursos pesqueiros se faz presente desde antes da colonização. A partir do século XVII, a cidade de Laguna exerceu um papel importante na expansão luso-brasileira rumo ao Prata, servindo de base para os conquistadores e primeiros povoadores portugueses do atual Rio Grande do Sul. Os demais estuários foram integrados a esse processo como pontos de passagem e abastecimento nos caminhos abertos pelos pioneiros, que conectavam Laguna aos criatórios de gado bravia do extremo-sul.

No presente, o estado de Santa Catarina concentra a maior frota pesqueira industrial do país, além de responder pela maior fatia da produção nacional de pescado de origem marinha. A tabela a seguir (tabela 1) estima o número de pescadores profissionais (artesanais e industriais) presentes nos sítios de ocorrência da pesca com botos, a partir do número de inscritos no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por município:

Tabela 1: Quantidade de pescadores artesanais e industriais por município no território de ocorrência do bem cultural. Fonte: IBGE (Censo 2022) e MPA (dados de 2024 reunidos no Painel Unificado do RGP).

Município	População Total	Pescadores artesanais	Pescadores industriais	Total pescadores	% pesc. / pop. Total
Laguna (SC)	42785	3375	46	3421	7,8
Imaruí (SC)	11811	1213	0	1213	10,3
Imbituba (SC)	56107	1304	47	1351	2,4
Jaguaruna (SC)	21284	808	2	810	3,8
Tubarão (SC)	110088	190	0	190	0,2
Capivari de Baixo (SC)	23795	41	0	41	0,2
Pescaria Brava (SC)	10190	353	0	353	3,5
Total Complexo Lagunar Sul de SC	276060	7284	95	7379	2,7
Imbé (RS)	26824	574	0	574	2,1
Tramandaí (RS)	54387	641	0	641	1,2
Total Sist. Est.-Lagunar Rio Tramandaí (RS)	81211	1215	0	1215	1,5
Passo de Torres (SC)	12897	428	0	428	3,3
Torres (RS)	41751	288	1	289	0,7
Total Estuário Rio Mampituba (RS/SC)	54648	716	1	717	1,3
Araranguá (SC)	71922	446	0	446	0,6
Total Geral	411919	9215	96	9311	2,3

Evidentemente, esses dados não fornecem um quadro completo do universo pesqueiro, ao deixar de fora, por exemplo, a pesca amadora e tudo aquilo que ocorre à margem dos registros oficiais. No entanto, apontam para uma grande presença da atividade nos territórios, especialmente no entorno do Complexo Lagunar Sul Catarinense. Laguna é o município de Santa Catarina com o maior número de pescadores artesanais, com quase 8% da sua população total possuindo RGP. Em 2024, foram capturadas 13.098,7 toneladas de pescado em Laguna, ficando a cidade em terceiro lugar no ranking estadual⁸. Lideram a lista os municípios de Navegantes e Itajaí, que também concentram o maior número de estabelecimentos industriais de pesca do país. No litoral do Rio Grande Sul, Tramandaí e Imbé ficam atrás apenas de São José do Norte e Rio Grande⁹ em número de pescadores artesanais, sendo estes últimos, municípios portuários localizados na desembocadura da Lagoa dos Patos.

A presença da pesca artesanal está inscrita de forma marcante na paisagem dos sítios. Na cidade de Laguna e ao longo de todo o complexo lagunar, destacam-se os chamados *sarilhos* — estruturas de madeira projetadas sobre a água que servem de abrigo para embarcações, redes e outros petrechos. São caracterizados por cilindros horizontais, acionado manualmente ou por motor, que mantêm as embarcações suspensas quando fora de uso. Conforme Moreira e Angeli,

os sarilhos são para os pescadores artesanais uma extensão da sua garagem de casa ou até parte da casa, nele são armazenadas as embarcações utilizadas para a pesca artesanal e muitos se transformam em pequenos ranchos de pesca, servindo dessa maneira a duas funções primordiais a esse ofício, a pesca propriamente dita e a limpeza do pescado, realizada após a atividade (Moreira e Angeli, 2019, p. 207).

⁸ Conforme dados disponibilizados pelo painel interativo Observatório Agro Catarinense (disponível em: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br/>)

⁹ Pelotas e Porto Alegre também possuem populações pesqueiras artesanais relevantes, mas em águas interiores (Lagoa dos Patos e estuário do Guaíba).

Estruturas deste tipo também são encontradas, em menor quantidade, nas lagoas do complexo Tramandaí-Armazém¹⁰. *Sarilhos* e trapiches expressam o caráter dual das paisagens pesqueiras, marcadas pela oscilação entre meio terrestre e aquático. Para Alicia González de Castells e Fátima Iino,

Os trapiches em Laguna são mostra viva do lugar que esses ambientes ocupam na vida do pescador, desde a idealização até a sua construção. São estruturas que podem ser concebidas como ambíguas pela sua localização entre o elemento terra e o elemento água. Estruturas feitas de materiais reciclados que, salvando sua precariedade, respondem a um ordenamento socioespacial que define de forma precisa o que é público e o que é privado para o pescador (Castells e Iino, 2015, p. 53).



Figura 8: Sarilhos na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, Laguna (SC), agosto de 2024. Foto: Instrução do registro.

¹⁰ Em Araranguá, na comunidade de Ilhas, não verificamos a presença de abrigos suspensos para embarcações, apenas trapiches e ancoradouros convencionais.



Figura 9: Sarilho na Lagoa de Tramandaí (RS), julho de 2025. Foto: Instrução do registro.

Para além dos *sarilhos*, trapiches e atracadouros, a paisagem dos sítios é atravessada por outros indícios da pesca, como redes de emalhe (*feiticeiras*) fixadas com balizas nas lagoas para a pesca do bagre; armadilhas com argola e luzes para captura do camarão (*aviãozinho*) e embarcações tradicionais movidas a remo ou a motor (*botes*, *canoas*, *bateiras*, *caícos*); estruturas de madeira para limpeza de pescado, postos fixos e móveis de comercialização; abrigos que protegem os pescadores do vento; lojas de petrechos e oficinas náuticas; bicicletas e motocicletas adaptadas para o transporte de pescado e petrechos; pontos de pesca com coca e caniço; entre outros elementos de cultura material pesqueira que serão discutidos com mais detalhe nos próximos capítulos. Da mesma forma, a atividade atrai aves como gaivotas, biguás, garças, socós, trinta-réis, urubus e outras espécies costeiras que disputam as sobras da pescaria, sendo parte importante da paisagem visual e sonora dos estuários.

Na Tesoura, pequena enseada formada junto aos molhes de Laguna, e na barra do Rio Tramandaí, a observação da pesca com botos e a contemplação da paisagem

atraem turistas e curiosos de diferentes procedências. Para além das barras, nas praias adjacentes, o mar é frequentado por surfistas e praticantes de outros esportes aquáticos que também interagem com os botos à sua forma. Embarcações de diferentes tamanhos, desde rebocadores até jet skis, circulam diariamente nos estuários, que também são atravessados por pontes e cruzados por balsas.



Figura 10: Observação da pesca com botos na Tesoura, Laguna (SC), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.



*Figura 11: Observação da pesca com botos desde o mirante da Praça dos Botos, Tramandaí (RS), julho de 2025.
Foto: instrução do registro.*

Como já mencionado, os ventos são um importante elemento dinamizador das paisagens dos sítios. Além de eventos atmosféricos em sentido literal, os ventos sul e nordeste são percebidos como agentes dotados de qualidades próprias, que produzem as “atmosferas” da pesca em sentido figurado — isto é, as “intensidades afetivas” que precipitam seus “eventos, ações, sentimentos e emoções” característicos (Lorimer, Hodgetts e Barua, 2017, p. 17).

A partir da antropologia ecológica, entendemos que os sítios de ocorrência da pesca com botos são paisagens produzidas pela interação entre os fazeres pesqueiros, os elementos bióticos, abióticos e as demais atividades antrópicas presentes no meio. Elas são constituídas por aquilo que o antropólogo Tim Ingold (2000) define como uma “tarefagem” ou *taskscape*, ou seja, a coordenação rítmica e qualitativa entre diferentes seres e suas formas de engajamento prático-sensório com o mundo. Sob este ponto de

vista, a paisagem é compreendida como um campo generativo (Ingold, 2000, p. 200) que propicia diferentes ações e relações, ao mesmo tempo em que é produzida por elas. Da mesma forma, na esteira de Berque (2012), é possível notar que a pesca artesanal, de modo geral, e a pesca com botos, em particular, são simultaneamente *marcas* da paisagem dos sítios e parte da *matriz* relacional que habilita os “esquemas de percepção, de concepção e de ação” (Berque, 2012, p. 239) daqueles que os habitam.

Todavia, o conjunto de detentores do bem cultural não se confunde com o universo muito maior de pescadores artesanais situados nos territórios. Nem todos os pescadores artesanais pescam ou sabem cooperar com botos, assim como nem todos que pescam com botos são pescadores artesanais profissionais. Na próxima seção, exploramos melhor essas categorias e caracterizamos quem são os pescadores da pesca com botos, de modo a definir os contornos aproximados do componente humano deste patrimônio compartilhado.

1.2. Os pescadores: detentores do saber

Os pescadores que pescam com botos não constituem uma comunidade ou grupo homogêneo, tampouco uma categoria profissional, mas um segmento singular e heterogêneo no rico universo da pesca artesanal no litoral Sul do Brasil. Formado quase exclusivamente por homens (mulheres e famílias participam principalmente no pós-pesca), esse segmento é bastante diverso no que diz respeito às trajetórias e relações de seus integrantes com essa e outras formas de pesca. A grande maioria dos detentores contatados pela pesquisa pertence à segunda ou até mesmo à quarta geração de famílias de pescadores, possuindo pais, tios, avôs e bisavôs que trabalharam na pesca, muitos deles, na pesca com botos.

É o caso de Jeferson Vargas, o Mala, que pesca com botos na Tesoura, em Laguna. Seu bisavô trabalhou na construção dos molhes do canal, nos anos 1904-30, e já pescava com botos. O seu avô pescou com os botos Marusca, Penacho e Tufão; enquanto seu pai, com Scooby. São, portanto, biografias compartilhadas entre pescadores e botos, como veremos mais adiante nas seções 3.3 e 4.3. Há ainda aqueles que, sem relação familiar

prévia com a pesca, engajaram-se na pesca com botos tardiamente, seja como atividade esporádica e de lazer, após se aposentarem, ou como fonte de renda complementar. Porém todos relatam terem desenvolvido as habilidades sob os ensinamentos de outros pescadores mais velhos ou mais experientes, como pais, amigos, camaradas e irmãos:

Eu pesco desde os treze anos, mais ou menos, quando minha mãe me deixou, porque eles tinham muito medo das águas, meu pai e minha mãe. “Não, não vai pra água, é perigoso e coisa...” Daí eu sempre ia pescar com o pai, junto com o pai e tudo. Daí com 13, 14 anos eu me liberei. Daí eu comecei a ir mais sozinho. Aí o pai começou a ter mais confiança. Aí conversava com a mãe: “não, pode deixar aí, que o rapaz já nada bem, ele já sabe se defender e tal, então dá para deixar” (França, entrevista — Tramandaí, maio de 2024).



Figura 12: Wilson Francisco dos Santos (Safico), veterano da pesca na Tesoura, Laguna (SC), maio de 2024. Foto: Instrução do registro.

Os interlocutores do presente dossiê têm, em sua maioria, idades entre 30 e 60 anos. Duas notáveis exceções são, de um lado, Wilson Francisco dos Santos, o Safico, com

75 anos de idade, que pesca quase diariamente na Tesoura. Filho de um pescador que já pescava com botos nos anos 1920-30, Safico começou a pescar com botos aos 12 anos. Após um período em que morou fora de Laguna e só pescou com botos de modo esporádico, voltou a residir na cidade no início dos anos 2000. Desde então, costuma ir à Tesoura todos os dias, de manhã cedo, ficando por lá até o final da tarde, se houver peixes. Seu conhecimento sobre a história da pesca com botos e, sobretudo, sua experiência e habilidade na pesca, lhe conferem prestígio entre os demais pescadores em Laguna. Por isso mesmo, Safico aparece com frequência em pesquisas, jornais e filmes sobre a pesca com botos.



Figura 13: Kauan Pereira, representante da geração mais jovem de pescadores na barra do Rio Tramandaí (RS), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.

De outro lado, Kauan Pereira, que, aos 17 anos de idade, pesca com botos na barra do Rio Tramandaí junto de seu pai, Valdomiro, e seu tio, Alzemiro. Foi com eles que Kauan começou a pescar com botos, aos 7 anos de idade. Hoje, Kauan alterna aulas na escola, treinos de futebol e outras atividades usuais na sua idade com a pesca com botos. Mesmo entre pescadores mais velhos e experientes, é bastante reputado pela habilidade

no arremesso da tarrafa e, sobretudo, pelas boas capturas. Enfim, jovens como Kauan e seu primo Renan, da mesma idade, atestam a vivacidade da pesca com botos e apontam para a sua continuidade futura:

Hoje que eu fui [pescar], acabei pegando umas tainhas ali. Não sei se vocês viram. A minha rotina é: acordar, ir estudar... Quando dá peixe, eu vou pescar. Quando não dá... daí, como eu jogo bola também, eu tenho meus treinos. Daí, acabo não podendo ir pescar. Mas, quando... sempre, tempo assim eu tenho para pescar, só falta ter peixe, como hoje. Hoje eu fui, peguei onze tainhas e já deu pra fazer um troco (...) Ali, eu me sinto muito feliz pescando, porque eu vejo meus amigos. Como eu estava dizendo, hoje, para o cara lá, eu me sinto bem, vejo meus amigos, e isso é... Para mim, eu me sinto muito feliz de todo dia ver o boto, ver a natureza que Deus criou, ver o que torna um animal assim... Um animal dentro d'água, o que ele imagina, que ele tem que mostrar um peixe, que um ser humano nunca viu — ou que viu já, né? —, que ele não sabe nem o que é um ser humano e mostra o peixe pro ser humano. Assim! E eu acho isso muito bacana. bah! Isso é muito bom de se falar (Kauan, entrevista — Tramandaí, maio de 2024).

Além dos pescadores com botos em atividade, há aqueles que já não pescam mais, ou não tão frequentemente, mas que outrora viviam na pesca com botos, e detêm o reconhecimento como referência em pesca por parte dos outros pescadores e da comunidade. É o caso, por exemplo, de Rubens Valério (Seu Rubinho) e Braz Manoel de Souza (Seu Braz), em Laguna, e Lino Pedro Barbosa, em Tramandaí/Imbé, sobre os quais trataremos com mais detalhe nos capítulos 3 e 4.

Relatos e documentos registram que a pesca com botos vem sendo praticada há mais de cem anos nos sítios de ocorrência do bem (ver Itens 3.1 e 4.1). Essa arte de pesca tem sido cultivada por sucessivas gerações de humanos e botos por meio da transmissão de conhecimentos e pela propiciação de experiências para a aprendizagem prática e o desenvolvimento de habilidades, tais como: o funcionamento e a adequação de petrechos, seu o reparo e confecção; a identificação das condições ambientais para a pesca com botos em diferentes localidades (conforme a estação do ano e o ciclo de desenvolvimento das tainhas, a direção de vento e de correntes, e as dinâmicas de marés solunares); o conhecimento do ciclo de vida e o comportamento de peixes (sobretudo, da tainha), expresso em classificações sobre as diferentes fases de seu desenvolvimento

ontogenético; as habilidades para o arremesso das tarrafas em diferentes condições ambientais, e principalmente, a interpretação e a responsividade na comunicação entre pescadores e botos.

Tudo isso se traduz em uma rica memória sobre a pesca com botos e suas transformações ao longo do tempo: mudanças na paisagem física e nas tecnologias utilizadas (vestimentas, petrechos e o material empregado na confecção de tarrafas, como desenvolvido na seção 1.4); assim como nos modos de organização social da captura. Os detentores cultivam a memória de eventos notáveis (grandes capturas, emalhes acidentais e mortes de botos, acidentes com pescadores) e das relações privilegiadas entre antigos pescadores e botos, constituindo verdadeiras biografias entrelaçadas, sobre as quais nos debruçamos mais adiante.

No que diz respeito à importância econômica da pesca com botos para os seus praticantes humanos, o quadro é relativamente diverso. Muitos têm a pesca com botos como única ou principal fonte de renda familiar, dedicando-se exclusivamente a ela ou em alternância com outras formas de pesca durante o ano, conforme a sazonalidade que regula tais atividades. Importante ressaltar que, nos sítios de ocorrência do bem, a pesca, nas suas mais variadas modalidades, é uma atividade econômica expressiva, como mencionado na seção anterior. Para outros pescadores, a pesca com botos representa um importante complemento para a renda familiar, quando outras fontes predominam. É o caso daqueles dedicados a outras atividades econômicas (servidores públicos, construção civil, por exemplo) ou já aposentados. A diversificação das fontes de renda tem relação com a crescente dificuldade de sobreviver exclusivamente da pesca. Por fim, há ainda aqueles para os quais a pesca com botos representa sobretudo uma atividade de lazer e socialização cotidiana:

Bom, ó, pra mim a pesca, eu... nem todos estamos como hobby, né? Claro, ela vai te servir pro pessoal bem mais do que pra mim. Pra mim ela serve, se eu pegar peixe, se eu vender, ela serve no complemento. Mas, eu sempre tratei a pesca de tarrafa ali [na Tesoura] como uma pesca de sobrevivência. É uma pesca que tu vai lá, tu não tá fazendo nada, tu vai lá pegar um peixe pra te comer, porque se tu pegar um peixe a mais tu vende. E aquele que tu vende é benéfico, tu deixa de gastar daquele dinheiro, que tu trabalhou. Então, é, eu chamava isso de sobrevivência,

mas pra outras pessoas não é sobrevivência, é mesmo pra viver da pesca. Só que aqueles que vivem, realmente, não vivem só do boto, eles vivem de outro tipo de pesca também, né? Porque se depender só do boto, só do boto, só do boto ali, não é tão fácil. Vai ter que batalhar muito pra fazer um dinheiro todo dia, pra dizer assim: 'Ah, vou ter todo dia o dinheiro pra comprar isso e isso e suprir a minha vida', é difícil. Mas pra quem já tem emprego e tem ali que vai ali no sábado e vem que pega um peixe, é benéfico pra chuva. Tu deixa de comprar um peixe e ainda às vezes vende ainda. Então compra outras coisas que o dinheiro dá. (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Os ganhos econômicos da pesca com botos resultam do pescado vendido diretamente aos consumidores (moradores locais e turistas) ou a intermediários, mas também da confecção de tarrafas para a venda e do seu reparo para outros pescadores, bem como do beneficiamento (limpeza, descamação, evisceração e filetagem, por exemplo) de peixes capturados por outros. Se as capturas na pesca com botos são realizadas quase exclusivamente por homens, essas outras atividades são com frequência realizadas por mulheres, em geral, esposas e filhas dos pescadores:

O meu marido [Seu Braz] pescou muito, muito mesmo. De madrugada ele me acordava pra gente buscar [o peixe]. Agora a gente tem o carrinho, mas ele tinha um carro grande assim, aí enchia ali e não podia trazer, aí ele me chamava de madrugada e a gente trazia o peixe pra vender no outro dia. Mas agora, um ensopado de bagre... vou te dizer, esses dias eu fiz um ensopado de bagre pra nós, eu fiz aí mandei umas duas postas pro meu filho (...) Meu marido pescou muito, meu deus do céu, pescou muito, bem dizer nós criamos os nossos filhos com pescaria né, eu fazendo faxina e ele pescando (Nely, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Hoje o meu guri – ele veio semana passada, mas dois meses atrás, eu estava arrumando a tarrafa – aí eu [disse]: 'meu filho, bota aqui', nossa, ele voltou com uma facilidade, botando os tensos assim, com uma facilidade, colocando nas tarrafas, as entralha, entendeu? Enfia chumbo, coloque, faz tudo que eu faço também. Como a minha guria mais velha e como a minha guria mais nova, entendeu? Só que hoje a gente não vai cobrar, né? 'Ah, minha filha faz isso aqui', hoje cada um já tem... a minha caçula já tá ficando com destino também, entendeu? Já está só na correria de serviço também, entendeu? Daí sobra pra eu e a esposa, entendeu? (...) [Minha esposa] Ajuda, ajuda! Faz [tarrafa], desentralha, coloca, entendeu? Ajuda a esticar, limpa peixe comigo, faz filé, descasca camarão, descasca siri, entendeu? (Maurino, entrevista — Tramandaí, maio de 2024).

As diferenças na importância econômica que a pesca com botos tem para os pescadores gera, em algumas circunstâncias, tensões entre, de um lado, *quem vive da pesca*, isto é, aqueles que dependem economicamente da pesca com botos, dedicando-se a esta atividade todo o ano; e, de outro, *quem não vive*, ou seja, aqueles que dispõem de outras fontes de renda, dedicando-se apenas eventualmente à pesca com botos, durante a temporada de verão e/ou a temporada da tainha no inverno.



Figura 14: Pescado para venda na Tesoura, Laguna (SC), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.

Os pescadores expressam frequentemente tais diferenças e tensões em termos da distinção entre *pescadores profissionais* e *amadores*, conforme a posse ou não de licença de pescador profissional emitida atualmente pelo Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), ainda que a conceituação estabelecida pela legislação vigente não corresponda exatamente ao que dizem os pescadores. Em Laguna, os pescadores frequentemente lembram de uma época em que aqueles que dependiam da pesca para sustentarem suas famílias possuíam prioridade nos pontos de pesca e pesqueiros, o que

hoje permanece, em alguma medida, sob a filosofia de *respeitar* aqueles que vivem da pesca ou que são mais velhos.

A Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Brasil, 2009), conhecida como “Lei da Pesca”, em seu Artigo 2º, define:

XXI – pescador amador: a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos;

XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

Mais adiante, o Artigo 8º da mesma Lei classifica a pesca como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Assim, com base na legislação, pode-se identificar, entre os pescadores que pescam com botos, aqueles que, de um lado, praticam tal atividade de forma “não-comercial”, de tipo “amadora” e, de outro, a grande maioria dos detentores, para os quais

a pesca com botos é atividade “comercial” de tipo “artesanal”. No entanto, como vimos, muitos daqueles que pescam com botos não dispõem de carteira profissional, mas praticam a para fins comerciais, como importante complemento à renda proveniente de outras atividades profissionais ou da aposentadoria. Estes se distinguem de pescadores eventuais, que às vezes nem moram na localidade, pescando somente nas temporadas de verão e/ou da tainha (no inverno), quando vem disputar os cardumes com os pescadores que ali moram e dependem, em algum grau, da pesca. Segundo os pescadores frequentes, estes mais eventuais faltam muitas vezes com o *respeito* devido (ver capítulo 6).

Nesse mesmo sentido, em uma obra de referência nos estudos sociais da pesca no Brasil, o sociólogo Antonio Carlos Diegues (2004) propõe uma tipologia das formas de organização da produção pesqueira no Brasil com base em critérios sociais, econômicos, técnicos e ambientais. Apesar de seu esforço de sistematização, Diegues atenta para a coexistência, articulação e interpenetração contraditória e conflitiva entre as formas identificadas. Com efeito, aqueles que pescam com botos não formam um grupo homogêneo, ou seja, muitos trabalham com outras modalidades de pesca ou muitas vezes em outras atividades econômicas.

Não obstante, todas as características da pesca com botos se enquadram no que Diegues (2004, p. 154-155) classifica como “pequena produção mercantil simples”. Entre elas, destacam-se: a propriedade familiar ou individual dos instrumentos de produção; força de trabalho remunerada por sistemas de parceria ou quinhão, em paralelo ao comércio de pequena escala; baixa produção de excedentes, com expressiva orientação para o consumo próprio e familiar; embasamento no conhecimento tradicional; espacialização da captura em águas costeiras e interiores; embarcações de pequeno porte; organização social e arbitragem de conflitos baseadas em relações de compadrio ou mediante colônia de pescadores.

Como veremos adiante (seção 6.1), entre os problemas enfrentados pela pesca com botos para a sua continuidade, encontram-se os mesmos processos apontados pelo autor que inviabilizam, em maior ou menor grau, a atividade da “pequena produção

mercantil simples” e demais pescadores artesanais: a expulsão de áreas costeiras pela especulação imobiliária e urbanização; a crescente poluição de ecossistemas estuarinos e costeiros; e a sobrepesca exercida por arrastões de pesca empresarial-capitalista (Diegues, 2004, p. 138-139). Todavia, em que pesem os conflitos entre formas artesanais e empresariais de captura, muitos pescadores artesanais são empregados na pesca industrial em determinados períodos da vida, ou então concomitante à atividade de pesca de baixa escala.

Por fim, à despeito da importância econômica da pesca com botos para a grande maioria dos detentores, tal atividade é irredutível a um ofício laboral apenas, possuindo forte sentido lúdico e afetivo, e constituindo um verdadeiro modo de vida. Embora não constituam uma comunidade homogênea em sentido restrito, os pescadores que pescam com botos em diferentes sítios se conhecem mutuamente, compartilham fotos, vídeos e informações sobre a pesca em grupos de WhatsApp e Instagram. Visitam outras praias onde há pesca com botos e participam de eventos e encontros, como os tradicionais campeonatos de arremesso de tarrafas, onde competem os melhores lançadores.

1.3. Os botos: parceiros da pesca

Entre pescadores no sul do país, é recorrente a distinção entre *boto*, aquele que vive próximo à costa e adentra os sistemas estuarinos, e *caldeirão* ou *golfinho*, aquele que habita águas marinhas mais distantes da costa e faz referência a espécie cosmopolita do golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*). Mesmo com sua classificação taxonômica em debate, no Brasil, o boto-de-Lahille, boto-da-tainha ou apenas boto, foi reconhecido como uma das dez espécies de cetáceos (baleias, botos e golfinhos) incluídas em categorias de ameaça, e classificado como “Em Perigo” por enfrentar um risco muito alto de extinção na natureza (ICMBio, 2021; MMA, 2022; Vermeulen et al., 2019).

O boto-de-Lahille é endêmico da costa atlântica da América do Sul, ocorrendo em águas rasas e estuarinas entre o sul do Brasil, Uruguai e Argentina (Fruet, Di Tullio e Daura-Jorge, 2024). Por viverem em áreas costeiras, próximos à zona de arrebentação e

de centros urbanos, são suscetíveis às transformações em curso nos territórios, que também levam a degradação do ambiente onde vivem (poluição sonora, química e residual, emaranhamento em redes, diminuição na disponibilidade de recursos, entre outros). Esforços de conservação recentes entre os três países têm demonstrado que, além de uma distribuição estreita e fragmentada, o tamanho populacional do boto-de-Lahille é pequeno, com cerca de apenas 600 indivíduos ao longo de toda sua área de ocorrência (IWC, 2024). Alguns indivíduos habitam águas costeiras e tendem a percorrer distâncias maiores, enquanto outros conformam populações locais e residentes na foz de rios e estuários, como no sistema estuarino de Laguna (SC) e na barra do Rio Tramandaí (RS), ou na Lagoa dos Patos (RS) que abriga a maior população local de botos-de-Lahille (Fruet, Di Tullio e Daura-Jorge, 2024).



Figura 15: Salto da bota Fúria, Laguna (SC), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.

Nos sítios onde a pesca com botos ocorre cotidianamente, os botos residentes são observados ao longo de décadas, e sua longevidade (expectativa de vida entre 50-60 anos) parece contribuir para a manutenção dos laços com os pescadores, que passam a

reconhecê-los individualmente através de nomes. Indivíduos como Caroba, no sistema estuarino de Laguna, e Geraldona, na barra do Rio Tramandaí, são simbólicas para os companheiros humanos neste sentido: duas *botas boas* para a pesca, Caroba faleceu em 2022, em torno dos 50 anos, e Geraldona, com mais de 40, é a fêmea que concebeu a maioria dos filhotes que se tornaram botos cooperativos. Os laços sociais duradouros observados entre os botos, especialmente entre fêmeas com filhotes, mas também com outros indivíduos relacionados, parecem contribuir para a manutenção da interação com os pescadores entre as gerações de botos (Bezamat et al., 2019; Simões-Lopes, Daura-Jorge e Cantor, 2016; Serpa et al., 2024).



Figura 16: Registros da boto Geraldona na barra do Rio Tramandaí, à esquerda em 1990 e à direita em 2024. Fotos: Paulo Simões-Lopes (Acervo Lamaq/UFSC) e Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

Nem todos botos-de-Lahille, no entanto, são botos-pescadores: apenas alguns indivíduos interagem com a pesca artesanal de tarrafa para capturar tainhas. Para a biologia, a cooperação com os pescadores é entendida como uma tática de forrageio especializada por parte dos animais, isto é, um comportamento cultural socialmente aprendido e compartilhado através de gerações de botos de vida livre e não domesticados (Simões-Lopes, Daura-Jorge, Cantor, 2016). A interação cooperativa é iniciada e conduzida predominantemente pelos animais (Pryor et al., 1990; Tabajara, 1992), enquanto os pescadores aguardam sua presença e a sequência de movimentos corporais ritualizados e estereotipados que desencadeiam a cooperação (Simões-Lopes, Daura-Jorge e Cantor, 2016).

Na barra do Rio Tramandaí, a *cabeçada*, *batida de cabeça* ou *de bico*, é o gesto mais frequentemente usado pelos botos, enquanto no sistema estuarino de Laguna a *mostrada* é uma exposição energética do dorso (*pulo*) ou às vezes uma *batida de cauda* (Simões-Lopes, Fabian e Meneghetti, 1998) (esquema 1). Os botos forrageiam tainhas e outras presas sem os pescadores, assim como os pescadores capturam tainhas sem a indicação dos animais. Entretanto, a interação entre ambos gera melhores resultados de captura e, portanto, um mútuo benefício (Simões-Lopes, Fabian e Meneghetti, 1998; Santos, Lemos e Vieira, 2018; Cantor, Farine e Daura-Jorge, 2023).



Esquema 1: gestos de sinalização dos botos cooperativos. Da esquerda para à direita: pulo, batida de cola e batida de cabeça. Elaboração própria a partir de Simões Lopes (2005).

Em Laguna, vive uma população de aproximadamente 60 indivíduos, dos quais cerca de 40-45% são cooperativos com a pesca artesanal (*botos bons*) ao longo do sistema estuarino (Daura-Jorge et al. 2013; Bezamat et al. 2019; Cantor et al. 2023). Na barra do Rio Tramandaí, os 12 indivíduos que adentram no canal com residência e *trabalham* com os pescadores são botos aparentados entre si (Fontana, 2024; Serpa et al., 2024). Outros indivíduos vivem em águas costeiras sem adentrar no canal (cf. observações do Projeto *Botos da Barra*).

Os *botos bons* e os que *trabalham*, além de receberem nomes, são reconhecidos como *amigos* ou *irmãos* dos pescadores, e identificados pelo seu *jeitão* (forma como *mostram* o peixe, se comportam ou se aproximam dos humanos), além de serem descritos com características individuais, como *loucura*, *paciência*, *manha* (Catão e Barbosa, 2018; Ilha, 2016; Fontana, 2024; Silva et al. 2021). Linhagens matrilineares entre botos e filhotes são frequentemente lembradas entre os pescadores, ainda que

eventualmente esquecidas, o que também parece ter relação com o tempo de convivência com diferentes indivíduos ao longo do ciclo de vida laboral de humanos e botos.

Os botos, assim como outros cetáceos odontocetos, se comunicam, navegam e se localizam, buscam e caçam suas presas, através da ecolocalização. Trata-se de uma adaptação acústica altamente especializada, que permite que os odontocetos encontrem presas e percebam o ambiente ao seu redor. Os sinais de ecolocalização são projetados a partir da cabeça do animal, que é formada por estruturas complexas com sacos aéreos e gorduras condutoras de som. Sons pulsados (cliques) são emitidos e captados de volta a partir de ecos, à medida que as ondas sonoras refletem diferentes alvos (forrageio) e informações espaciais (navegação) (Au, 2018).

Diferentes tamanhos, formas, densidade e textura são percebidos entre os alvos, assim como a distância ou a profundidade em que estão. Os ecos retornam como informação antes que o próximo som pulsado seja emitido, de modo que a taxa de repetição aumenta à medida que o animal se aproxima de um alvo (Au, 2018). Cetáceos odontocetos têm ecolocalização aguçada, especialmente em ambientes de águas rasas (Au, 2018), como são os ambientes onde ocorre a pesca com botos. Embaixo d'água, a visão é limitada pelo nível de luz, pela concentração de matéria orgânica suspensa e pela profundidade (Dudzinski e Gregg, 2018), de modo que os sinais acústicos desempenham um papel fundamental na sua vida.

Os sinais acústicos também fazem parte da sua comunicação social, e a velocidade e a distância que o som percorre na água contribuem para tanto. Além de sons pulsados com função social, golfinhos do gênero *Tursiops* também produzem sinais de assovio e assovios-assinatura em seu repertório vocal (Au, 2018; Sayigh e Janik, 2018). Os assovios funcionam na manutenção da coesão de grupos (associação entre indivíduos, coordenação de atividades, transmissão de informações) e no reconhecimento individual. Os assovios-assinatura são vocalizações aprendidas, que funcionam como o “nome” de cada indivíduo, e podem transmitir informações de identidade e de estado motivacional (Sayigh e Janik, 2018).

Para os botos de Laguna, por exemplo, dados acústicos têm contribuído para o monitoramento populacional e compreensão de suas áreas de vida do sistema estuarino lagunar (Romeu et al., 2021), e assovios-assinatura já são identificados para alguns indivíduos (Romeu et al., 2024). São observadas diferenças entre os assovios emitidos por *botos bons* e botos que não cooperam, demonstrando como os sons sociais diferem nessa população (Romeu et al., 2024). As diferenças acústicas parecem ajudar os indivíduos a se associarem e/ou reconhecerem aqueles que executam a mesma tática de forrageio (os cooperam ou não com a pesca artesanal), promovendo coordenação, coesão e reforçando laços sociais entre as duas comunidades de botos (Romeu et al., 2017).

A comunicação acústica não vocal também parece ter um papel importante entre os cetáceos: saltos e batidas de cauda, por exemplo, produzem sons subaquáticos que podem se propagar por quilômetros e contribuir para a manutenção do contato acústico (Dudzinski e Gregg, 2018). Esses comportamentos podem, ainda, contribuir na comunicação visual na superfície da água, fornecer informações sobre estados (como medo ou sinalização de ameaças) ou a condição reprodutiva dos animais (Dudzinski e Gregg, 2018). A comunicação se dá também através do tato, com contatos corporais frequentes em contextos de brincadeiras, de cuidado parental, sexuais ou agressivos (Dudzinski e Gregg, 2018).

1.4. As tainhas: sustento e referência cultural

As tainhas são peixes da família Mugilidae, ordem Mugiliformes, que abrange mais de setenta espécies ao redor do mundo, em regiões tropicais, subtropicais e temperadas. É comum confundir espécies devido às semelhanças de morfologia, comportamento, ciclo de vida e coexistência em uma mesma região¹¹. A espécie de tainha

¹¹ Diante da literatura insuficiente para identificar as espécies de tainhas e da dificuldade em distingui-las, nos anos 1980, Naércio Menezes propôs um guia de diferenciação a partir da morfologia externa das tainhas, considerando aspectos como tamanho, padrão do colorido, número de séries laterais de escama, grau de escamação da segunda nadadeira dorsal, entre outros (Menezes, 1983). O autor distinguiu assim duas espécies, *Mugil liza* e *Mugil platanus*, com base no tamanho dos maiores indivíduos, na quantidade de escamas laterais e na incidência delas (a primeira se encontraria do norte do Rio de Janeiro aos Estados

dominante no litoral do oceano Atlântico Sul é a *Mugil liza*, que compartilha o ambiente com a *Mugil curema*, desovando em épocas diferentes (Diegues, 2004, p. 249).



Figura 17: Pescador Alzemi Pereira com tainha de grande porte, Barra do Rio Tramandaí (RS), agosto de 2024.
Foto: Instrução do registro.

Embora distingam as tainhas provenientes do litoral sul brasileiro daquelas originárias da Argentina e Uruguai, apontando diferenças morfológicas, como tamanho, coloração e formato da cabeça, os pescadores não o fazem em termos de espécies. Eles diferenciam os peixes conforme a fase de seu desenvolvimento ontogenético por meio de uma rica classificação (ver Herbst e Hanazaki, 2014) (quadro 1). Os pescadores identificam diferentes estágios de crescimento das tainhas e utilizam nomes diferentes para os peixes em cada uma dessas fases. Esse conhecimento se reflete no fato da pesca

Unidos; enquanto, a segunda incidiria ao sul de São Paulo). Contudo, mais recentemente, se comparou geneticamente algumas espécies da família Mugilidae, concluindo que *Mugil liza* e *Mugil platanus* poderiam ser consideradas uma espécie (Siccha Ramirez, 2011). Herbst e Hanazaki apontam uma lacuna de pesquisa sobre a identificação taxonômica das tainhas (2014, p. 880).

da tainha ocorrer ao longo de todo ano, apesar de se intensificar nos meses da sua migração:

Classificação local	Características	Período de Ocorrência
Tainha de corso	Animais adultos em migração	Abril/Maio a Julho/Agosto
Tainha ovada	Fêmeas com ovas (gônadas) amareladas	Abril/Maio a Julho/Agosto
Tainha leiteira	Machos com gônadas brancas	Abril/Maio a Julho/Agosto
Tainha repolhuda	Fêmeas com ovas presas às escamas	A partir de Maio
Virote, Cara preta	Tainhas jovens ou filhotes	A partir de Agosto
Facão	Indivíduos magros, retornando da migração após a desova	Agosto a Setembro

Quadro 1: Classificações locais do desenvolvimento ontogenético das tainhas.

Sim, o ano todo, é o mesmo tipo de peixe, virote, tainha, cara preta, tem vários tipos, todos tipos mas são um só né? Parati, cara preta, tem facão, tem a tainha, tem o guelra mole, mas é tudo igual né, é tudo o mesmo, tem vários nomes porque tem várias estação né? Tem vários tipos. (...) Não tem diferença, é tamanhos né. São tamanhos e cada quadra tem um tamanho, lá pra setembro, é a época do cara preta, aqueles virotinhos, que é pequeninho e são gordinho, é a estação dele. Aí depois mais pra frente vai vindo a estação desse que eu falei o cara preta, aí depois vem o guelra mole, daí vem a tainha, o facão tudo junto, no fim não tem diferença não, só diferença de tamanho. O parati assim [o menor], aí depois o cara preta um pouco maior, aí tem o guelra mole que ainda é pouco maior, aí depois vem esses aí, tainha, facão, que são peixe mais graúdo. E vem de fora pra terra. (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Como os demais Mugilídeos, as tainhas são catádromas, reproduzindo na água salgada, mas se desenvolvendo até à forma adulta na água doce. Todos os anos, a partir de abril, a chegada de massas de ar frio antárticas na costa atlântica da América do Sul, altera as temperaturas da água e da atmosfera, bem como a direção de ventos e correntes marinhas predominantes. Tais mudanças são acompanhadas por alterações no metabolismo e comportamento das tainhas, que deixam os estuários, rios e lagoas costeiras onde se desenvolveram – notadamente, a Lagoa dos Patos (no Rio Grande do

Sul) e o rio da Prata (na fronteira de Argentina e Uruguai) (Diegues, 2004; Herbst e Hanazaki, 2014) – para, seguindo o seu ciclo de vida, desovar e fertilizar os seus ovos no mar próximo à costa.

Formando imensos cardumes com milhares de peixes, os indivíduos adultos podem viajar mais de 700 quilômetros, do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, levados pelas correntes marinhas que acompanham o vento sul. Os ovos fecundados e as larvas permanecem flutuando próximo à zona de arrebentação até se tornarem juvenis, capazes de entrar nos estuários e demais corpos hídricos costeiros, podendo nadar centenas de quilômetros rios adentro, onde passarão boa parte de suas vidas.

Ansiosamente aguardados no litoral Sul e Sudeste brasileiro durante a *temporada da tainha*, esses cardumes tornam-se alvo de diferentes artes de pesca, desde a captura industrial altamente mecanizada, praticada por frotas equipadas com longas redes emalhe, sondas e sonares, até a pesca com tarrafa realizada individualmente na beira das praias e costões, passando ainda pela pesca em pequenas embarcações com redes de emalhe ou anilhadas. Dentre essas artes de pesca, se destaca aquela conhecida como *cercos (arrasto) de praia*, realizada do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, porém, com maior predominância na costa catarinense, onde também se observam os maiores conflitos relacionados à regulamentação desta prática. No *arrasto*, os cardumes podem ou não *encostar* próximos a faixa de areia, momento aguardado com ansiedade pelos pescadores, que esperam as tainhas com canoas e redes preparadas para lançá-las ao mar ao sinal do *vigia*.



Figura 18: Tarrafada de tainhas na Tesoura, Laguna (SC), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.

Alguns fatores ecológicos são fundamentais para a ocorrência das tainhas. A temperatura da água deve oscilar por volta dos 17 graus Celsius. Os ventos sul e sudoeste ajudam no seu deslocamento, e as correntes litorâneas são indispensáveis no transporte de ovos e larvas. Este caráter cíclico do aparecimento das tainhas no litoral produz a cada ano um tipo característico de relação dentro das comunidades pesqueiras:

A pesca da tainha não somente reforça a solidariedade entre os pescadores, mas também cria o território onde ela se realiza: a praia, que durante a safra é o espaço social mais importante para a comunidade. Até meados do século XX, as praias eram apropriadas comunitariamente pelos caiçaras e açorianos, sendo consideradas um espaço de trabalho. Quando havia várias campanhas que usavam simultaneamente esse espaço, eram estabelecidos diversos tipos de arranjos entre elas, para evitar possíveis conflitos. (Diegues, 2004, p. 285).

Movimento repetido por tantas vezes, em tantas praias do Sul e Sudeste brasileiro, que Diegues (2004) evidenciou haver uma história ecológica da tainha, que procura descrever as relações entre as comunidades de pescadores e os cardumes

migrantes, segundo ele, a partir de práticas materiais, sociais e simbólicas. O autor afirma que essa história se ancora na ciclicidade de um evento socioecológico que se espera repetir a cada inverno e que, na prática, podemos observar no trabalho da pesca que acontece muito antes da temporada: preparação das redes, dos ranchos, expectativa e espera, além da comunicação com as comunidades de outras praias para saber se as tainhas estão se movimentando e as mais diversas previsões:

Essa história ecológica baseia-se no princípio da ciclicidade de um evento socioecológico que deve se repetir a cada inverno, caso os pescadores e as tainhas não faltem ao encontro marcado. As tainhas somente faltam a esse encontro quando o homem desrespeita o ciclo ecológico da reprodução das espécies. Os pescadores de praia podem faltar a esse encontro caso seu modo tradicional de vida tenha sido desorganizado material e socialmente. (Diegues, 2004, p. 245).

Na pesca com botos, a presença da tainha é fator determinante para o êxito da atividade. Botos e pescadores estarão onde houver peixes (aprofundaremos essa relação na seção 2.1), complexificando a compreensão de quem possui a prerrogativa de dar início à interação.

A tainha é parte importante da cultura alimentar do litoral sul brasileiro, sendo consumida de diversas formas pelas comunidades pesqueiras e a sociedade envolvente: *frita, assada, escalada ou espalmada*, em postas ou em filé. Famosa em diversas receitas, como dentro do feijão e no pirão de peixe, quase sempre é acompanhada da farinha de mandioca fina¹², característica do litoral catarinense. As ovas da tainha também são uma iguaria, recentemente muito valorizadas no mercado interno e externo, consumidas fritas, assadas ou em forma de *botarga*¹³.

Nos sítios da pesca com botos, especialmente em locais de grande circulação como a Tesoura, em Laguna, e a margem de Imbé, no Rio Tramandaí, é comum seu

¹² Sobre a associação entre a pesca da tainha e a cultura da farinha de mandioca no litoral catarinense, ver o item 3.1 deste dossiê e também o dossiê de registro dos Saberes e Práticas Tradicionais Associados aos Engenhos de Farinha de Mandioca em Santa Catarina.

¹³ Item bastante valorizado para exportação, a ova em botarga gera muitos debates sobre a pesca extensiva de tainha, situação onde muitas vezes se descarta o peixe para se comercializar apenas a ova.

beneficiamento *in loco*, assim como sua comercialização. A arte de *limpar* ou *consertar peixe* exige perícia e conhecimento da anatomia da tainha, sobretudo, para evitar as espinhas. Muitas vezes, trata-se de um trabalho conduzido pelas esposas e companheiras de pescadores.

1.5. As tarrafas: técnica e mediação

A pesca com botos não requer muitos equipamentos e, dentre esses, o único imprescindível é a tarrafa. Trata-se de uma rede de pesca em formato cônico, com pequenos pesos, o *chumbo*, distribuídos ao longo de toda a circunferência de sua extremidade inferior e um cabo na parte superior, a *fieira*, que se prende ao punho do pescador e é usado para puxá-la de volta à terra ou ao barco. A tarrafa é arremessada com as mãos por um único pescador, de modo a se abrir completamente no ar, antes de cair na água. Quando atinge a água, a tarrafa afunda imediatamente, cobrindo os peixes que estiverem sob o seu diâmetro. Ao ser puxada de volta, a tarrafa se fecha, mantendo os peixes retidos em seu interior. Tal tarefa requer habilidade do pescador e uma sofisticada técnica do corpo, desde o arremesso até o recolhimento da rede.

Na pesca com botos, são utilizadas tarrafas de dois tipos: a *tarrafa de argola* e a *tarrafa de rufo*, que predominam em Laguna e Tramandaí, respectivamente, por razões discutidas mais adiante. A *tarrafa de rufo* é mais comum e antiga. Ela possui fios curtos, os *tensos*, que ligam a *tralha* do *chumbo* à parte interna do pano da rede, formando uma pequena bolsa encrespada, o *rufo*, na extremidade da tarrafa. Quando a tarrafa se fecha ao ser puxada e o peixe tenta escapar, ele fica preso no *rufo*. Por sua vez, a *tarrafa de argola* é uma invenção mais recente e possui *tensos* que partem da *tralha* do *chumbo*, passam por uma argola de plástico fixa na extremidade superior da tarrafa, ou *olho*, unindo-se na *fieira* de punho. Quando a tarrafa é puxada, puxam-se juntamente os *tensos* corrediços pela argola. Desse modo, a rede se fecha completamente, formando um grande saco, que retém todo o peixe capturado. Ela possibilita capturar mais peixes em um único arremesso, mas apresenta maiores chances de enroscar os *tensos*, tornando a despesca e o preparo da tarrafa mais trabalhoso e demorado.



Figura 19: Lançamento de tarrafa de argola em Laguna (SC), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.



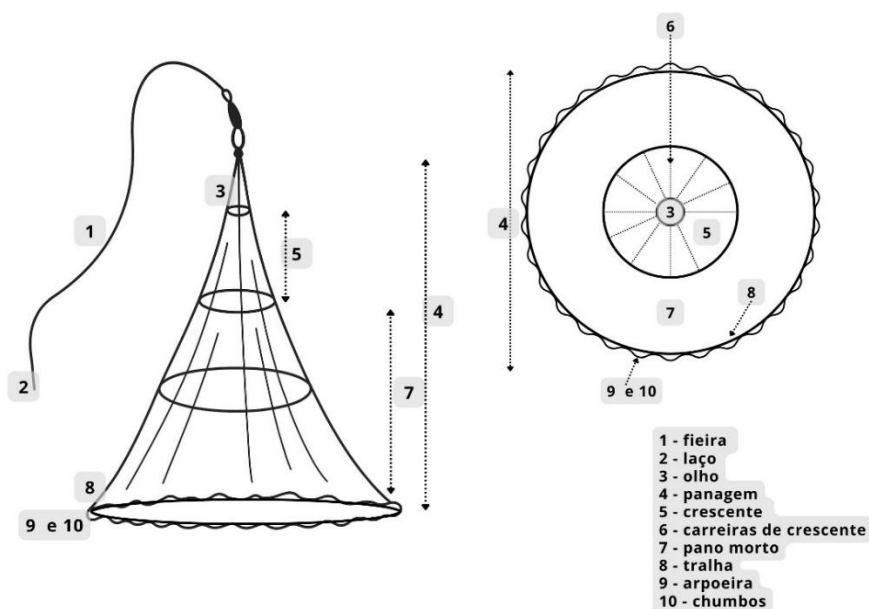
Figura 20: Lançamento de tarrafa de rufo na Barra do Rio Tramandaí (RS), agosto de 2024. Foto: Instrução do registro.

Desse modo, enquanto a tarrafa de rufo possibilita despescas mais rápidas e é relativamente mais fácil de preparar para um novo arremesso, adequando-se a pescarias mais dinâmicas, a tarrafa de argola é mais apropriada para pescarias mais lentas ou quando se tem menos oportunidades de arremesso:

Tudo depende do dia que está dando o peixe, né? Se é uma água bonita que tá no tempo do peixe que está saindo o peixe, para uma tarrafada de 10, 15, 20, 40, 50, daí a gente usa uma tarrafa de argola, e quando é ralinha, agora que nem desse tempo, aí tem a tarrafa de rufo, mais prático, entendeu? Daí essa aqui [argola] a gente usa mais é pra cardume. [...] Mais é pra cardume. A de rufo é quando é um peixe mais ralo, pouco peixe. Uma, duas, três, quatro, entendeu? E daí a argola tem que ser para você ter uma tarrafiada boa de peixe, porque se não o boto levanta tudo. (Maurino, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Cara, aqui tem duas preferências: tem a tarrafa de rufo e a tarrafa de argola. Tarrafa de argola é de época. A de argola é mais pra quando vem um peixe brabo, quando é uma malha de tainha, aí tu usa a de argola, que tem chance de vir bem mais. A de rufo já é pra quando ter um peixe ralo, tipo que nem hoje... tarrafada de 15, daí já dá pra pegar a tarrafa de rufo. Mas a tarrafa de argola é mais pra quando dar um tarrafadão de peixe, acima de 30, 40 tainhas. (Kauan, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Apesar dessas diferenças, a tarrafa é formada basicamente pelas seguintes partes (esquema 2):



Esquema 2: Partes da tarrafa. Corte lateral e superior. Elaboração própria.

A *fieira* (1) é uma corda com comprimento variado que tem, numa ponta, o *laço* (2). Este se prende ao pulso do pescador, e na outra ponta, conecta-se à extremidade superior da *panagem* (4), chamada de *olho* (3). A *panagem*, também chamada de *pano*, é o tecido que forma a rede. Ela possui uma parte intermediária, chamada *crescente* (5), com sequências de nós de laçada de mesmo nome em sentido radial ao longo da trama, as *carreiras de crescente* (6), que fazem com que a tarrafa se abra no ar ao ser arremessada. Em seguida, sua parte inferior é o *pano morto* (7), com 1 a 2 metros de comprimento, desprovida de nós *crescentes*, o que impede que a trama se retraia e a tarrafa se feche no ar. Na borda exterior da *panagem*, encontra-se costurada a *tralha* (8), ou *entralhe*, formada por uma corda, a *arpoeira* (9), que percorre toda a circunferência externa da tarrafa, passando por dentro de *chumbos* (10) cilíndricos distribuídos ao longo dela.



Figura 21: Manutenção de tarrafa de argola, Molhes da Barra, Laguna (SC), julho de 2024. Foto: Instrução do registro.

As primeiras tarrafas eram feitas pelos próprios pescadores com linhas de tucum. O tucum (*Bactris setosa*) é uma palmeira de porte médio, com 2 a 8 metros de altura, que ocorre em áreas costeiras, no sub-bosque da Mata Atlântica, em solos úmidos e brejosos. Ela possui tronco anelado, coberto por espinhos compridos e agudos, e folhas pinadas com até 2 metros de comprimento. Para a confecção das tarrafas, a fibra era cuidadosamente extraída com as mãos de cada folha mais madura e, depois, reunidas em chumaços. Eram necessárias muitas folhas para se obter uma pequena quantidade de fibra.

Depois de limpar a fibra, as famílias, principalmente as esposas, mães e irmãs dos pescadores, iniciavam a fiadura com um fuso manual, feito de uma pequena haste de madeira com uma rodela de barro cozido ou madeira na extremidade. Sentadas em um pequeno banco ou no chão, as mulheres faziam o fuso girar com uma das mãos, enquanto puxavam as fibras do chumaço com a outra mão, pouco a pouco, torcendo e emendando elas até formar uma linha, enrolada em uma bobina na base do fuso. As linhas de três ou mais bobinas distintas eram então enroladas juntas, emparelhadas, em um mesmo carretel para, depois, serem torcidas juntas no fuso até formar uma única linha com a grossura desejada.

De posse da linha de tucum, os próprios pescadores teciam as tarrafas, com a mesma técnica utilizada hoje em dia. As tarrafas de fio de tucum eram depois fervidas em uma solução de água com casca de árvore de aroeira e capororoca (*Myrsine ferruginea*) para obter maior resistência. Por fim, era inserida a chumbada na borda exterior da tarrafa, com tiras recortadas de placas de chumbo, dobradas com um martelo ao redor da linha. Da fiação da linha de tucum até a confecção da tarrafa, as tarefas envolvidas eram bastante trabalhosas e demoradas, estendendo-se por semanas ou meses:

Eu aprendi vendo o meu pai fazer, porque o meu pai também fazia. Só que, naquela época, não eram essas tarrafas de hoje. Naquela época, eu comecei a fazer tarrafas. Tu tinhas que pegar o fio, que era o tucum. Tinha que enfiar, botar em um fuso. Você não sabe nem o que é fuso. No carretel, você não sabe nem o que é carretel. Então, o carretel era assim. Uma tábua aqui, vários carretéis mesmo, desses de linha, fincados aqui. Tu passavas

a linha aqui. Puxava para lá de cada carretel, lá naquele lado, para trançar todos eles em um fio fininho. Ficava a corda que tu querias, da espessura que tu querias. O fuso era tipo um peão. Uma haste com um negócio redondo assim. Tu ias enrolando. Fazia aqui no braço. Ele ia enrolando. Parava de enrolar, tudo. Mais um pedaço, até aquela corda ficar do jeito que tu querias para fazer a tarrafa. Era o tucum. Então, era bem difícil para tu fazeres uma tarrafa. O primeiro processo era esse. Aí, tu ias fazer a tarrafa. Fizesse. Compusesse a tarrafa ali. O que é que tinha que fazer? Eles pegavam a aroeira. Na época, eles pegavam a aroeira. Botavam para ferver a aroeira. Saiu aquele nó de arroxa. Botava o tucum ali dentro. Aí, a tarrafa ficava roxa. Porque o tucum é meio amarelado, né? O tucum é meio amarelado. Aí, ficava roxinha, que era pra não apodrecer tanto no tempo. Ela demorava mais a apodrecer. O chumbo, não esse chumbo de hoje. O chumbo, tu compravas uma placa como se fosse aqui. Aí, cortavas ele todo em tiras. Botava na fieira aqui. Ia batendo com martelo e dobrando eles todos ali, já na distância. Hoje não. Tu pegas ali e já está furadinho. Então, era um trabalho pra fazer uma tarrafa. Não era fácil. Demorava muito tempo. Só pra entralhar uma tarrafa já demorava. Hoje a gente demora duas horas para entralhar uma tarrafa. Tu ias levar um dia inteiro só pra fazer isso: pegar o chumbo, cortar todo, bater direitinho pra não deixar pontas, para não rasgar. Era tudo isso aí (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

As tarrafas de linha de tucum encharcavam, tornando-se muito pesadas e de difícil manuseio no arremesso. Além disso, precisavam ser frequentemente lavadas com água doce e deixadas ao sol para secar de modo a diminuir a ação corrosiva do sal do mar e manter-se em bom estado de uso por mais tempo. Mas, mesmo com todos esses cuidados, essas tarrafas duravam relativamente pouco, de 4 a 5 anos:

Era muito mais pesada porque pegava mais água. Tu pegava uma tarrafa, botava 5 kg de chumbo, tu molhava ela e com o pano que ela tinha, já ia pra 8. Quando molhar dentro da água, ia até pra tarrafa. Ela tinha que fazer mais força porque muitas vezes o pano... hoje o nylon ele se abre fácil. E o pano, ele gruda mais. Então tem que fazer força pra ela abrir. Então era bem mais difícil (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Ao longo tempo, as linhas de tucum foram substituídas por *linhas de seda* feitas de algodão e, há algumas décadas, pelos atuais fios de náilon mono e multifilamento, muito mais leves, resistentes e duráveis. Embora existam tarrafas produzidas industrialmente por máquinas, os pescadores preferem aquelas feitas manualmente pelo seu melhor acabamento e funcionamento, ainda que estas sejam mais caras. Muitos

pescadores fazem suas próprias tarrafas e, entre esses, há também quem as faça e/ou conserte para outros, como complemento de renda. O município de Laguna é reputado na região pela fabricação de tarrafas (Bannwart, 2014, p. 21). A confecção para a venda e o conserto de tarrafas são atividades associadas à pesca com botos que têm grande importância para os pescadores, sobretudo fora da temporada de pesca da tainha:

Eu faço pra vender. [...] O pessoal chega, encomenda lá, entendeu? E é assim. Onde rende mais um pouquinho pra hoje, que o pescador tá se mantendo, é por causa disso. Entendeu? Se tirar isso... 'Ah, mas atrapalha', não, atrapalha uma vez só... Mas se tirar isso de perto da gente, como é que a gente vai viver? Se a gente tem que fazer a tarrafa vender pra eles? Entendeu? Encomenda... quer dizer, é assim, ao invés de a gente está pescando, se engraça com a tarrafa: 'ai, essa tarrafa não tá pegando peixe', daí quer comprar. A gente vende porque já tem outra no estoque, entendeu? É isso aí que faz render o serviço do pescador (Maurino, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

De fato eu tenho muita tarrafa, até tava fazendo ali agora, eu sempre to fazendo porque eu vendo muito, compram muita tarrafa minha, porque minha tarrafa eu capricho é bem feita, não tem defeito nenhum, então eu vendo. Já vendi agora umas quatro, tem ali parece umas três ou quatro, tô fazendo uma, sempre tô fazendo, porque tem várias malhas né, malha maior, menor... (Braz, entrevista — Laguna, maio de 2024).

A confecção artesanal de uma tarrafa requer, além da linha de náilon mono ou multifilamento com a espessura desejada, uma *agulha* para rede de pesca; um *malheiro*, pequena placa retangular feita de madeira, plástico, PVC ou outro material rijo, cuja altura tem medida equivalente à distância entre nós adjacentes da malha; uma *laçada* feita com cordão fixa a uma parede ou apoio vertical; e, enfim, uma faca ou tesoura. Inicia-se a confecção da tarrafa pela tecedura do *olho* da *panagem*. Em seguida, tece-se o *crescente*, parte da *panagem* em que algumas malhas são conectadas a outras não por um nó, mas por uma laçada aberta. E, por último, o *pano morto*. Uma vez concluída a *panagem* da tarrafa, faz-se o *entralhe* com chumbo e a instalação dos *tensos*, conforme o tipo de tarrafa, se de argola ou de rufo. Por fim, coloca-se a *fieira*.



*Figura 22: Confecção artesanal de tarrafa com agulha plástica e malheiro, Tesoura, Laguna (SC), maio de 2025.
Foto: Instrução do registro.*

As medidas das tarrafas variam bastante em diâmetro do pano, tamanho da malha, espessura da linha e peso da rede. O diâmetro da tarrafa é medido em braças (correspondendo cada braça a 1,8 metros aproximadamente) e número de malhas. O tamanho da malha corresponde à distância em milímetros entre nós opostos (não adjacentes) na trama do pano da rede quando esticada e determina o tamanho mínimo dos peixes que poderão ser capturados na rede. A espessura da linha, medida em milímetros, determina a resistência e a flutuabilidade da rede. Por fim, o peso do chumbo interfere sobretudo na velocidade com que a tarrafa afundará na água, propiciando mais ou menos tempo para os peixes escaparem.

As tarrafas mais pesadas são indicadas para locais em que há maior correnteza, embora peixes maiores possam rasgar a *panagem*. As combinações possíveis entre essas medidas influenciam o funcionamento da tarrafa e são definidas conforme a habilidade e a preferência do pescador, o tamanho de espécies-alvo e as condições técnicas e ambientais da pesca. Em linhas gerais, quanto maiores o seu diâmetro e peso, maiores a

habilidade e a força necessárias para o pescador arremessar e abrir completamente a tarrafa no ar, antes de atingir a superfície da água. Por isso, na pesca com botos, pescadores menos experientes utilizam tarrafas menores e mais leves, com 12 a 16 braças de diâmetro, ao passo que pescadores mais experientes podem vir a utilizar tarrafas bem maiores, de 20 a 30 braças, conforme a modalidade de pesca com boto e as suas condições técnicas e ambientais.

Na pesca dentro da água, realizada na Tesoura, Areial e Arrebentão, entre outros pontos de Laguna (ver seção 3.4), o pescador encontra-se dentro da lagoa ou canal, com o corpo parcialmente submerso até a linha pouco acima da cintura. Por isso, mesmo pescadores hábeis preferem utilizar tarrafas menores e mais leves, quando o nível da maré está mais alto (com a água na linha da cintura), e tarrafas um pouco maiores e mais pesadas, quando o nível da maré está mais baixo (com a água na altura entre os joelhos e a linha da cintura):

Dentro d'água tem um específico. Quando é baixa [a maré], a gente até tarrafeira com alguma tarrafa que usa na embarcação. Mas, não aquelas pesadas mesmo. Aquelas pesadas, geralmente, são para o fundo, com a batida, com lote de peixe. Aqui [Tesoura], o cara usa uma tarrafa básica, com 5 kg, 5,5, 4 kg, 3,5 kg. Depende. Quanto mais fundo o cara vai usando, 3,5 kg, aí vai ficando mais fundo... O cara, pra não cansar muito o pulso, o cara fica de 2 a 3 horas com uma tarrafa de 5 kg na água... Aí, tu imagina ficar o dia inteiro. (...) No tamanho e no peso né, o tamanho é diferente. Aqui [na Tesoura], é quase o mesmo tamanho das tarrafas de embarcação. Na embarcação, o cara usa [tarrafa] de 22 braças, 20, na maré baixa. Aqui, o cara usa [tarrafa] de 22, 23 braças. Mas, é baixa assim, aquela tarrafinha livre mais folgada. A maré cresceu, é tarrafa pequena para não cansar muito. Aí, é tarrafa pequena, 18, 17 braças. Quando pega mais profundidade, no ombro, 15 braças. 16 [braças], quase ninguém vai (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Já na pesca feita desde dentro de embarcações, assim como sobre pedras ou trapiches, o pescador encontra-se acima da linha da superfície d'água, o que possibilita o uso de tarrafas maiores e mais pesadas:

Quem tarrafeira só de canoa é só com tarrafa grande. É tarrafa de 7 kg, 6 kg, 20 kg por que... Dentro da água ali, eles não vão conseguir nem levantar ela para tarrafeiar. Porque é muito pesado, eles não vão ficar ali meia hora, uma hora com a tarrafa na mão. Na batera, dá. Tu arreia. Só te levanta e

tarrafeira. Então tu não pega peso e tu não vai ficar com água por aqui. É diferente (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025)

Enfim, quem pesca na *corrida do boto* na barra de Tramandaí, devido à sua movimentação mais dinâmica (ver seção 4.4), utiliza tarrafas relativamente menores e mais pesadas do que dentro da água, de 17 a 21 braças, enquanto iniciantes, de 14 a 16 braças.

De um modo geral, a técnica básica para a preparação e o arremesso da tarrafa é a mesma: inicia-se com o recolhimento da tarrafa em uma das mãos, prendendo a *fieira*, enrolada em três ou mais voltas, conforme o seu comprimento, deixando uma parte da panagem pendente, com cerca de 70 centímetros entre a mão e o chumbo. Em seguida, prende-se uma pequena volta da *arpoeira* entre os dentes, na boca. Mantendo a tarrafa erguida, executa-se o *panear* com a outra mão, isto é, um movimento repetido e cuidadoso realizado com as costas da mão na parte interna da rede, separando e mantendo os chumbos em linha para que não se sobreponham. O movimento é repetido até que três quartos da *panagem* estejam sobre as costas da mão e do antebraço.

A *panagem*, então, é alinhada sobre a palma da mão, deslizando-a até a outra que sustenta a tarrafa. Estende-se os braços, deixando a linha do chumbo deslizar pela palma da mão. Em seguida, voltado de frente para a direção do local alvo do arremesso, com os pés alinhados e ligeiramente afastados, o pescador posiciona a tarrafa na frente do corpo, com as mãos na altura do peito e os braços semi-flexionados. Se a tarrafada for pelo lado esquerdo, dispõe-se a perna direita à 45 graus aproximadamente, tomando como referência a direção alvo do arremesso. O pescador rotaciona seu corpo sobre a perna esquerda, até aproximadamente 270 graus, movimentando simultaneamente a cintura e os braços, que se estendem completamente ao final da rotação.



Figura 23: Pescador Eré na posição inicial para o arremesso de tarrafa de argola, Tesoura, Laguna (SC), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.



Figura 24: Movimento final do arremesso de tarrafa, Tesoura, Laguna (SC), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.

A partir daí, inicia-se o movimento de retorno, produzindo um traçado circular, evitando a desaceleração do movimento e mantendo o alinhamento dos chumbos. A aceleração e o traçado circular produzem uma ação centrífuga afastando os chumbos do corpo do pescador, deixando a tarrafa em forma de leque, em pré-abertura. Quando as mãos atingem cerca de 45 graus de rotação, solta-se a tarrafa das duas mãos juntamente com a *arpoeira* presa pelos dentes, mantendo o movimento de retorno até o final, com o braço esquerdo, que prende a *fieira*, seguindo a trajetória da tarrafa até a direção do alvo.

As tarrafas não são apenas ferramentas para a captura de peixes, mas acoplamentos técnico-sensoriais (Sautchuk, 2015) pelos quais os pescadores estendem sua percepção e ação sobre o meio e estabelecem formas de se comunicar não-verbalmente com os botos. No próximo capítulo, veremos de que maneira essas mediações ocorrem, amparadas sobre processos tradicionais de aprendizado pesqueiro e conhecimento socioambiental.

2. A pesca com botos, uma prática singular

Neste capítulo, discutiremos como humanos e golfinhos ajustam seus comportamentos mutuamente, formando um sistema de comunicação e colaboração que desafia as fronteiras convencionais entre natureza e cultura. Demonstraremos como a pesca com botos pode ser compreendida como um processo cultural partilhado entre espécies, no qual habilidades, percepções e intenções se entrelaçam coevolutivamente, formando *comunidades híbridas* (Lestel, 2004; Stépanoff e Vigne, 2019). Por fim, a partir da dinâmica de declínio e ressurgimento da prática na foz dos rios Araranguá e Mampituba, chamaremos atenção para a delicada convergência de fatores ecológicos e sociais que podem estar na base de sua continuidade ou interrupção.

2.1. Ressonâncias pesqueiras: a interação entre humanos, botos e tainhas

No passado, era comum que relatos folclóricos e jornalísticos sobre a pesca com botos caracterizassem a prática como uma forma de domesticação. Em textos publicados nos anos 1950, João dos Santos Areão (1950) e Jorge Lacerda (1957) mobilizaram a ideia de “amestramento” para se referir à prática. Da mesma forma, o termo “botos amestrados” seguiu figurando em notas jornalísticas sobre as atrações turísticas de Laguna até pelo menos os anos 1990 (retornaremos a esses registros com mais detalhe na seção 3.2). O entendimento contemporâneo da prática, no entanto, diverge significativamente dessas interpretações, o que reforça sua singularidade enquanto forma de interação humano-animal e expressão de um patrimônio cultural compartilhado.

Do ponto de vista da biologia, Dominic L. Cram e colegas (2022) caracterizam a pesca com botos como uma forma de mutualismo, isto é, “qualquer interação entre duas espécies na qual os indivíduos de ambas experimentam algum benefício líquido” (p. 842).

Estes autores destacam que o comportamento cooperativo intencional, isto é, em que os “animais participantes coordenam a interação alterando seu comportamento em resposta à espécie parceira, de modo a atingir um objetivo comum” (p. 843), não é um requisito necessário para haver mutualismo, de modo que a cooperação entre humanos e vida selvagem (*human-wildlife cooperation*) é classificada como um subconjunto do mutualismo. Nesse sentido, a pesca com botos no Sul do Brasil se insere em uma seleta lista de cooperações entre humanos e vida selvagem que independem da vida em cativeiro e da domesticação.

Dentre estas relações, Cram e colegas (2022) citam o auxílio do pássaro indicador-grande (*Indicator indicator*) para a coleta de mel silvestre na África Subsaariana; a pesca cooperativa com o golfinho-do-Irrawaddy (*Orcaella brevirostris*) em Mianmar, com orcas (*Orcinus orca*) na Rússia e na Austrália¹⁴, e com o golfinho-nariz-de-garrafa do Indo-pacífico (*Tursiops aduncus*) na Oceania; além da caça com lobos-cinzentos (*Canis lupus*) entre grupos indígenas norte-americanos. De todas estas formas de cooperação, os autores identificam apenas a pesca com botos no Sul do Brasil e a coleta de mel com o indicador-grande como mutualismos cooperativos ainda ativos em uma base regular.

Edmond Dounias (2018), por sua vez, utiliza o termo “animais auxiliares” para se referir a formas de cooperação mutualística entre humanos e animais não-humanos, tanto selvagens, como domesticados. Além da pesca com botos no Sul do Brasil, Dounias (2018) menciona cooperações com o golfinho-nariz-de-garrafa ao longo da costa da Mauritânia e no Mar Mediterrâneo antigo, conforme descrito por Plínio, o Velho, em sua *História Natural* (séc. I AC). No Brasil, há registros de interação na pesca por parte do boto-cinza (*Sotalia guianensis*) no litoral do sudeste (Monteiro-Filho, 2014) e do tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) na Amazônia (Arregui, 2024). Todavia, a pesca com o boto-de-Lahille se destaca

¹⁴ Sobre a cooperação com orcas para a caça de baleias na Austrália, Dounias (2018, p. 204) relata que “entre 1840 e 1930, as orcas rondavam a entrada da baía e emboscavam baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*), azuis (*Balaenoptera musculus*), francas-austrais (*Eubalaena australis*) e minke (*Balaenoptera acutorostrata*) em migração. Trabalhando em grupos, com indivíduos assumindo diferentes papéis, as orcas conduziam as baleias para dentro da baía. Rasgando as nadadeiras e mergulhando sobre os orifícios das baleias, aproveitavam a geografia única da baía e as forçavam a ir para águas mais rasas. Enquanto o grupo de orcas mantinha as baleias encurraladas, uma das orcas se posicionava na foz do rio, perto da estação baleeira, e atraía a atenção dos baleeiros rompendo a água e chicoteando-a com a cauda”.

neste conjunto por sua regularidade cotidiana, ritualização e comportamentos estereotipados, além da transmissão intergeracional.

Cram e colegas definem a domesticação como uma relação “sustentada e multigeracional na qual uma espécie (tipicamente, o ser humano) assume o controle sobre a reprodução ou o cuidado de uma planta ou animal para garantir um suprimento mais previsível de um recurso” (Cram et al., 2022, p. 843). Recentemente, diversos trabalhos em antropologia (Sautchuk, 2018; Stépanoff e Vigne, 2019), arqueologia (Graeber e Wengrow, 2021; Neves, 2023), etnoecologia (Dounias, 2018; Clement et al., 2021) e etologia (Lestel, Brunois e Gaunet, 2006) tem procurado refinar o conceito clássico de domesticação como controle humano para proveito utilitário, enfatizando seus aspectos coevolutivos e simbióticos¹⁵.

Com efeito, além de os humanos não exercerem controle reprodutivo sobre os *botos bons*, estes parecem conduzir o funcionamento da interação. Os botos tampouco recebem recompensas diretas, como tainhas, por parte dos pescadores. Esse aspecto da pesca com botos foi ressaltado por Karen Pryor e colegas (1990) em um dos primeiros artigos científicos sobre a prática em Laguna:

A pesca parece ser iniciada e controlada pelos golfinhos, não pelos humanos. Em quatro ocasiões, vimos um boto deixar a linha formada pelos humanos e se deslocar para outra parte da praia, imediatamente. Alguns ou todos os pescadores correram pela água para formar uma nova linha no local escolhido pelo boto. Em outras partes da lagoa, em várias ocasiões, vimos um ou mais homens esperando na margem, na expectativa da chegada de um golfinho. A pesca não começa até que um boto a inicie (Pryor et al., 1990, p. 79, tradução própria)

A independência dos botos se manifesta nas percepções dos pescadores sobre a natureza do seu *trabalho* conjunto. Em depoimento coletado em Laguna, Castells e lino (2015, p. 76) registraram a seguinte fala do pescador Seu Barroso: “tem uma sincronia

¹⁵ Essas perspectivas buscam relativizar a noção etnocêntrica de “revolução neolítica” e provincializar atributos do sistema domesticatório ocidental tomados como universais, como a dimensão unidirecional de controle humano e a associação causal entre domesticação e centralização política.

entre o pescador e o boto, (...) mas o boto *trabalha pra ele*" (grifo nosso). Durante a instrução do registro, essa percepção foi corroborada por Jaison Silveira Carvalho, o Gegê, atualmente em atividade na Tesoura e outros pontos de pesca em Laguna:

É que geralmente o boto pula pra comer né? Ele trabalha, mas geralmente ele cerca pulando pra comer. Pra minha opinião, o que eu vejo toda a vida, e que os estudos falam a mesma coisa, ele cerca o peixe e normalmente ele pula pra encurralar o peixe de baixo da tarrafa. Pra tirar o peixe, é mais fácil de tirar né (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Os botos não apenas são autônomos com relação aos pescadores, como os próprios pescadores se entendem dependentes dos botos, até certo ponto:

Com boto é uma coisa assim. Tá esperando o boto pular. Tu sabe: se o boto pular, é peixe. Geralmente, pode pular até em nada, ou peixinho miudinho que passa na malha, mas geralmente é peixe, né. E sem boto, o cara tem que ficar espiando, parado, olhando, pra ver se o peixe levanta na frente ou corre. E tarrafeando cegado, nas cegas, assim, sem ver nada, uma hora pode pegar. Mas aí não é minha praia. Cegado não. Com boto é melhor. Quando tem peixe, o boto dá aquele sinal. Agora, nas cegas, aí... é esperar ver. Tem dia que o cara fica o dia inteiro na espera, e custa a ver dois, três peixes o dia inteiro. E com o boto, se o boto tá ali e passar no fundo e sentir o peixe, ele pega (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Deste modo, ao invés de uma lógica de subordinação do boto sobre o humano ou do humano sobre o boto, aparece, com mais frequência, uma gramática de reciprocidade. Francelino dos Santos (o França), que atua na barra do Rio Tramandaí há algumas décadas, relata apreciar muito "(...) tu levantar de manhã e ir ali na barra pescar, e tu saber que tu vai ter outras pessoas que também vão pescar ali, que são os botos". Isso porque:

Os botos vêm na barra pra comer peixe, pra se alimentar também. Ele vem ali pra se alimentar. Ele se alimenta do peixe e alimenta nós. Ele reparte. Pode ver que o boto, ele é uma pessoa, ele é um... é de um coração, assim, incalculável, porque ele reparte o alimento. Então tem gente que pensa que aquele bicho é totalmente silvestre, que não tem valor. Não, tem valor sim. Porque ele reparte o alimento. Tal que eu sou uma prova disso. Eu pesco quarenta anos ali, e os quarenta anos o boto não me deixou sem peixe. Ele comeu o peixe e eu também comi o peixe com ele, que ele me

mostrou. Sempre, sempre me mostrou. Ele nunca me deixou sem peixe. O boto nunca entra no rio e deixa um pescador sem peixe. Ele não entra no rio. Se ele entrar no rio e ele foi embora, é porque não tem peixe nas proximidades. Se não, ele come e reparte (Francelino, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Por sua vez, Brisa Catão (2020) questiona, desde a antropologia da técnica e da paisagem, até que ponto os botos controlam completamente o processo da pesca, conforme o argumento de Pryor et al. (1990). Isto porque:

Botos e pescadores estarão onde as tainhas estiverem. A movimentação das tainhas, por seu turno, é correlacionada aos fluxos e intensidades de ventos, correntes e marés. Os movimentos das marés se correlacionam com as fases da lua. E, assim, indefinidamente. Portanto, não há uma única fonte de agência, mas movimentos e ações que engendram outros movimentos e ações. Configura-se, portanto, uma situação de pluriagentividade, em que a agência deixa de estar concentrada nos humanos, nos golfinhos ou mesmo nos peixes, e passa a ser percebida como algo distribuído em um dado ambiente (Catão, 2020, p. 38).

Com efeito, a cognição distribuída no ambiente é um elemento importante para conseguir *ver peixe* nos contextos de pesca artesanal (Devos, Barbosa, Vedana, 2015, 2017, 2019). Durante a prática, os pescadores permanecem com sua atenção voltada para diversos índices ambientais ao mesmo tempo, como a direção dos ventos e das marés, ações e reações dos demais pescadores, perturbações e saliências na superfície da água, além, é claro, dos movimentos feitos pelos botos. Elias Zeferino, conhecido em Laguna pelo apelido de Comunidade, ilustra a importância e a agência dos ventos para a condução da pesca na Lagoa Santo Antônio dos Anjos:

O vento sul é bom (...) pra mexer com o peixe, né? Que às vezes o peixe tá lá fora, lá na coroa, aí o vento sul dá uma reviravolta e faz o peixe passear, né. Faz o peixe passear, e ele vai para a coroa, vai para o canal, começa a desfilar aí. Mas como eu falei, o nordeste é bem melhor. Mas o vento sul é bom para mudar a quadra, vira a quadra quando ela tá velha. Como agora: a gente tá na quadra velha, por isso tá morrendo pouco peixe lá embaixo, que é quadra velha. Morre bastante peixe quando vira o primeiro dia, no segundo dia de nordeste. Depois vai ficando a quadra velha, vai ficando ruim, fica aparecendo igual gato pingado, descendo devagarinho o peixe (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Para Braz Manoel dos Santos, pescador aposentado em Laguna, os próprios botos percebem o impacto do vento sobre a movimentação dos cardumes na lagoa e orientam seu comportamento forrageiro e cooperativo de acordo com essas condições ambientais:

Então, aí tudo depende do vento. Quando o vento é forte como anteontem, que deu esse vento sul forte aí, o peixe vem de dentro [da lagoa] para fora. Ele vem lá de dentro pra sair, que é para fecundar com outro que tá lá fora. É assim. Aí o boto sabe e eles esperam (...). Quando o vento que vai trazer o peixe de dentro, eles vêm tudo lá nos primeiros pontal, nos primeiros pontos onde o peixe vai passar. Ali eles trabalham pro pescador (Braz, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Apesar de compartilharem um ambiente materialmente comum, humanos e golfinhos habitam mundos subjetivos (*Umwelten*) muito distintos (Uexküll, 2010). Seus sentidos predominantes não são os mesmos, além de os botos possuírem uma forma de percepção completamente estranha para os humanos, a ecolocalização. Nesse sentido, a comunicação gestual subjacente à pesca conjunta é um fato notável do ponto de vista evolutivo. Ao longo das décadas, os pescadores aprenderam a distinguir, no amplo conjunto de movimentos efetuados pelos botos na superfície da água, aqueles que efetivamente *mostram peixe*: arqueamento do dorso, *batidas de cauda* e *batidas de bico* para fora da água, saltos energéticos. Por sua vez, os botos também aprenderam a distinguir os sinais que os pescadores produzem para indicar sua disposição pesqueira.

Na Tesoura e em outros pontos de pesca em Laguna, os pescadores batem com as suas tarrafas na superfície da água, de tempos em tempos, para avisar os botos da sua presença. Quando em embarcações, fazem o mesmo no assoalho de seus botes e bateiras. Na barra de Tramandaí, os pescadores dão chutes na água para atrair os animais. No passado, também *batiam pedrinha*, com as mãos ou com os pés, com o mesmo objetivo.



Figura 25: Sinalização por arqueamento de dorso (pulo), Laguna (SC), abril de 2025. Foto: Instrução do registro.



Figura 26: Sinalização por cabeçada da bota Geraldona e sequência de gestos do pescador Maurino, Barra do Rio Tramandaí (RS), julho de 2025. Foto: Instrução do registro.

O antropólogo e ciberneticista Gregory Bateson (2018), em seu célebre estudo “Problemas de comunicação entre cetáceos e outros mamíferos”, defende que a questão da comunicação entre humanos e golfinhos não se resumiria à possibilidade de ensiná-los a falar inglês¹⁶, ou em descobrir se eles possuem uma linguagem complexa, mas em explorar o seu comportamento, compreendido como um “agregado de dados perceptíveis e *significativos* para outros membros da mesma espécie”. Sobre este ponto, argumenta:

Assim como outros mamíferos terrestres, realizamos a maior parte de nossa comunicação através de sinais cinésicos e paralinguísticos, tais como movimentos corporais, tensões involuntárias de músculos voluntários, mudanças de expressão facial, hesitações, mudanças no ritmo da fala ou do movimento, tons de voz e irregularidades na respiração. Se você quer compreender o que o latido de um cão “significa”, observe seu focinho, os pelos sobre o pescoço, seu rabo etc. Essas “expressivas” partes de corpo do cão dizem a você qual o objetivo do latido, e quais padrões de relacionamento ele está suscetível a seguir nos próximos segundos. Acima de tudo, você observa os seus órgãos dos sentidos: seus olhos, ouvidos e nariz (Bateson, 2018, p. 470).

Segundo Bateson, a comunicação cinésica e paralinguística é essencialmente analógica — isto é, transmite significados por meio de expressões cuja grandeza está em relação contínua com a intensidade do que querem comunicar. Esse tipo de comunicação é o meio principal que mamíferos terrestres possuem para manifestar disposições relacionais e afetivas, como reações corporais, movimentos faciais e entonações sonoras que indicam posições relacionais (como “me sinto seguro em sua presença”, “não se aproxime”, “me submeto”, entre outros exemplos). Bateson denomina essa dimensão da comunicação mamífera, voltada para a expressão de padrões de relações, como “função μ ”. Em contraste, considera que a linguagem verbal humana é uma forma de comunicação digital, baseada na codificação de conteúdos proposicionais por meio de signos arbitrários¹⁷. Como atesta a interação cotidiana, a linguagem proposicional

¹⁶ Menção aos experimentos conduzidos com golfinhos pelo neurocientista John C. Lilly (1915-2001) durante os anos 1960.

¹⁷ Conforme o exemplo de Bateson (2018, p. 473), a palavra “grande” não é materialmente maior que a palavra “pequeno”. Não há continuidade entre o significante e o significado, mas uma relação arbitrária. Já

comunica mal a função μ se não for acompanhada de sinais analógicos que modulem emotivamente o significado da mensagem. Estes podem ser tanto cinésicos (postura corporal, gestos, etc.), como paralinguísticos (entonação, suspiros, pausas, etc.),

Embora os golfinhos emitam vocalizações e cliques, Bateson argumenta que esses sinais, especialmente aqueles voltados ao sentido de ecolocalização de outros indivíduos, não se equiparariam à linguagem humana em sentido estrito. Em vez disso, lança a hipótese de que seriam formas digitais de expressão da função μ , como resultado dos processos evolutivos de adaptação ao meio aquático que os privaram de membros com amplitude gestual, como os braços e mãos dos humanos, e traços faciais mais expressivos¹⁸, como no caso da ampla maioria dos mamíferos terrestres. Para o autor, isso tornaria muito difícil para os humanos se colocarem no lugar dos golfinhos, mesmo imaginativamente, uma vez que não dispomos das ferramentas sensoriais capazes de empatizar com seu mundo-próprio (*Umwelt*).

Mais recentemente, o etólogo e filósofo Dominique Lestel (2001) assinala que as pesquisas sobre as capacidades comunicativas dos cetáceos avançaram significativamente desde o artigo de Bateson. Como vimos na seção 1.3, estudos desenvolvidos nas últimas décadas, inclusive nos sítios de ocorrência da pesca com botos (Romeu et al., 2021, 2024), sugerem que os assovios emitidos por cetáceos apresentam propriedades complexas, incluindo assovios-assinatura cuja interpretação depende de convenções específicas da tradição cultural de cada grupo populacional (Bruck, 2013; Sayigh e Janik, 2018).

As habilidades cognitivas flexíveis e o amplo desenvolvimento cerebral de golfinhos do gênero *Tursiops* tem motivado a exploração de suas capacidades de aprendizagem de linguagem, principalmente em situações de cativeiro (Herman, 2018).

na comunicação cinésica e paralinguística, “a grandeza do gesto, a altura da voz, a duração da pausa, a tensão dos músculos, etc., em geral correspondem a grandezas na relação que é assunto do discurso”.

¹⁸ Bateson (2018) destaca a rigidez das cabeças dos cetáceos, fundidas de forma contínua ao corpo, bem como a fixidez de suas expressões faciais. Para o autor, o ganho evolutivo em hidrodinâmica teve como contrapartida a perda dos atributos mais importantes para a função μ nos mamíferos terrestres. Ainda assim, é impossível ignorar o impacto da curvatura ascendente da boca dos golfinhos, que lembra um constante sorriso, entre os elementos que alimentam seu carisma diante dos seres humanos.

Suas habilidades cognitivas têm sido comparadas com as de primatas não-humanos e humanos, sendo assinaladas desde a amplitude da sua competência intelectual e metacognição (consciência do próprio conhecimento ou de sua falta), até suas demonstrações de autoconsciência (reconhecimento do próprio corpo, como um todo, e de partes do corpo, em específico) (Herman, 2018). Entende-se que os golfinhos são capazes de aprender conceitos e regras abstratas, além de sistemas simbólicos que com características semânticas e sintáticas (Herman, 2018).

Em que pesem as diferenças de meio e mundo-próprio perceptivo (*Umwelt*) entre humanos e golfinhos, o convívio e a observação diária habilitam os pescadores a formularem as mais diversas inferências sobre os botos e sua vida mental/intencional. E apesar da natureza analógico-cinésica da interação, é interessante notar que os pescadores se referem a equívocos e mal-entendidos na pesca cooperativa por meio de termos emprestados da esfera linguística, como a noção de que o boto *mente* ou *engana* quando a sinalização não resulta em captura. Como nos afirmou jocosamente o pescador Osvaldo Vieira (Cabinho) em Araranguá, “só falta [o boto] falar. Mas acho que ele fala lá embaixo da água também” (entrevista, março de 2025).

Desta forma, podemos dizer que o engajamento comum na pesca cooperativa engendrou uma língua de contato (ou *pidgin*) transespécies, de natureza analógico-cinésica, entre humanos e golfinhos (Kohn, 2013). Tal como Stépanoff (2012, p. 287) argumenta para as formas de comunicação entre pastores e renas no Ártico, “apesar de uma relação marcada pela opacidade comunicacional e assimetria radical”, humanos e botos “são capazes de manter um contexto cooperativo contínuo, que os habilita a conduzir atividades conjuntas extremamente complexas”.

Durante o trabalho de campo, propusemos a alguns interlocutores, a título de experimento etnográfico, que escutassem composições de sons de golfinhos captados com hidrofone e compartilhassem conosco suas impressões. As reações foram diversas, entre a comoção, a surpresa e a curiosidade. Alguns pescadores afirmaram ser possível, sob certas condições, perceber os silvos dos botos mesmo fora da água. Safico relatou

que se trata de um evento bem raro, mas, ao que tudo indica, sinestesticamente facilitado e pelas tarrafas:

às vezes quanto o cara tá ali [na pesca] com a fieira [na mão] ele escuta ali, faz "tzzzzzzzzzz" [gesto de vibração na fieira da tarrafa]. É a comunicação deles, né? O que é que eles tão conversando... é legal, né? Cada chiado ali que ele faz é um tipo de comunicação que eles têm, e que eles sabem o que é (Safico, depoimento — Laguna, abril de 2025).

As sutilezas da comunicação sugerem que a pesca com botos se situa em um nível de aprendizado mais complexo que um mero jogo de estímulo-resposta, em ambos os lados da relação interespecífica. Mesmo ritualizadas e estereotipadas, as sinalizações tem variações e especificidades. A coreografia e os sinais cinésicos não são fixos, mas se moldam a cada situação, local, personalidade e identidade dos animais. As sinalizações só culminam em sucesso pesqueiro quando interpretadas contra um pano de fundo constituído pelo conhecimento do *jeitão* de cada animal e a correta interpretação de outros marcadores de contexto (Bateson, 2018) presentes no ambiente. Para tanto, é necessário um aprendizado duradouro e atento, pelo qual botos e humanos adquirem juntos as capacidades de cooperar.

2.2. Aprendizados mútuos: tornar-se pescador e boto-pescador

Maurino Francisco, pescador na barra do Rio Tramandaí, oferece o seguinte relato sobre o seu aprendizado junto a outro veterano da prática e a bota Galhamol, já falecida:

E tinha naquele tempo um pescador, que hoje é vivo ainda, acho que tem 81 anos, 82 anos. Ele criou todos filhos pescador, e só na base da tarrafa e da linha de mão, nunca pescou de rede. [Um dia], a Galhamol, quando respirou, (...) a bolinha dos olhos dela correu pra trás, assim. E eu comecei a prestar atenção, sabe? Comecei a prestar atenção: 'bah, pior que correu mesmo!'. A bolinha dos olhos, ela correu assim, entendeu? E ele [pescador] botou tarrafa e pegou. Daqui a pouco ele parou assim de novo. O boto mostrando. Daqui a pouco, mostrou assim, na feição dele, e ele pegou. Daí eu comecei a cuidar. Ele chegava pra mim e dizia, 'entendeu?' Então, isso aí tudo a gente vai aprendendo, sabe? Mas [a Galhamol] era o único boto

que fazia isso aí, entendeu? Que os olhos dele tinham uma bolinha ali dentro, que corria assim (Maurino, entrevista — Imbé, agosto de 2024).

Segundo Maurino, é preciso *pegar a manha* de cada boto com o tempo, saber como ele *mostra o peixe* a seu modo, entender suas particularidades. Em consonância, o pescador Elias Zeferino, conhecido em Laguna pelo apelido Comunidade, destaca:

A gente vai perdido, né. Na primeira vez que tu vai pescar, tipo assim, os mais velhos já sabem né, mas tu vai pescar, tu fica focado na água. E tu vê qualquer boto levantar a cabeça, tu acha que é pulo, porque tu não entende, tu não conhece, tu não sabe. Aí tudo quanto é botinho que pular ou levantar a cabeça, tu já tarrafeia, porque tu acha que é peixe, mas as vezes não é. Talvez é só o botinho que tá só espiando. Às vezes, o botinho tá cuidando do peixe, entendeu? Às vezes, ele não tá pulando, ele tá cercando por fora, acompanhando o peixe quietinho, preparando pro ponto de pesca certo pra ele pular. E às vezes, quando a pessoa começou, a pessoa não sabia nada disso, então qualquer coisinha que o botinho mostrasse o focinho, a tarrafa já ia pra água. Mas tu não sabia. Mas hoje não, hoje a pessoa já sabe tudo. Hoje eu já conheço o pulo do boto. Graças a Deus, sei quando ele pega peixe. Já sei, já to aprendendo bastante, já sei agora onde ele vai pular. A pessoa vai indo lá pra baixo [Tesoura] e a pessoa vai pegando experiência. Onde o botinho, a maneira, a forma, o jeito que ele vai fazer; virado pra onde onde ele vai ficar. A pessoa já vai ter noção de onde ele vai pular, se é pra cima, se é pra baixo. Aí a pessoa vai aprendendo com os mais velhos ali, a pessoa vai vendo também né? Tem bastante gente ali mais velha, a pessoa vai vendo, e dessa forma a gente faz. No começo a gente fica perdido, não sabe nem o que faz. (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2025).

A admiração dos pescadores para com a inteligência e a astúcia dos animais revela que reconhecem neles atributos como curiosidade, consciência e intencionalidade, assim como a capacidade de aprendizado:

Antes não tinha o canal, muita gente tarrafeando. O mar cobria isso aqui tudo. Tinha só um pedacinho de terra e muita gente com tarrafa. O boto foi chegando e um foi se acostumando com o outro. Onde tem rede de espera, o boto não chega. Mas, com a tarrafa, o boto se aproxima (Depoimento de Safico, in Catão e Barbosa, 2018, p. 218).

Quando a Geraldona veio, o Chiquinho já tava aprendendo. Que nem esse filhotinho aí... o Furacãozinho, ela não larga dele, porque ela ainda tá ensinando ele. Mas é bom. Mas olha, o último filhote... ela sempre vai ficar

perto. Sempre vai ensinar. Porque é que nem uma mãe ensinando o filho — e ela vai sempre ensinar. Às vezes eu ainda brinco com eles aqui. Eu digo pra eles: 'Quando a Geraldona vem sozinha, é porque o filho tá na creche!' Eles ficam rindo de mim, sabe? O cara brinca, porque é verdade. Mas é isso aí. (Valdomiro, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Do ponto de vista das relações de gênero, esta última fala ilustra um aspecto importante da pesca com botos. De modo geral, os pescadores salientam o papel exercido por homens mais velhos (pais, tios, irmãos, avôs, camaradas, entre outros) em seu processo formativo. No entanto, no caso dos botos, o aprendizado se dá principalmente entre mães e filhotes (Catão e Barbosa, 2018). *Botas boas* criam *botos bons*. Assim como os pescadores mais antigos são objeto de *respeito* pelos homens mais jovens, dado seu notório saber e experiência na pesca, os botos mais velhos, sobretudo as fêmeas, também têm sua mestrança reconhecida pelos pescadores. Além disso, entendem haver demonstrações de *respeito* entre os próprios botos. Como os humanos, eles também aprendem pela consideração aos mais velhos e a observação dos mais experientes, ficando mais *sérios* e *firmes* com o passar do tempo:

pra eles ficarem já firmezinhas assim, depois de uns 4 anos, 5 anos, que eles ficam firme, firmezinhas, tipo próprio mesmo. Fazendo ele mesmo, pulando, entendeu? Enquanto isso, ele fica perto da mãe. A mãe fica por perto deles, arrodando, ensinando, e eles aprendendo com ela. Mas eu creio que depois de uns 4, 5 anos eles ficam firme (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2024).

Já vem tudo de geração né? Os machos são vadios quando são novinhos. Novinho assim, são vadios pra trabalhar. Quando tão mais velhinho, aí tão mais experiente. Aí botam pra trabalhar. As fêmeas não. As fêmeas novinhas são trabalhadeiras. As botas mais lisinhas, pequeninhas, trabalham bem aí, são as feminhas. Já nascem mesmo com o instinto de pescar, de trabalhar. Já o macho, toda vida dele, que nem o tempo do Scooby, o irmão dele, o Lobisomem, trabalhou depois de cinco, seis anos. Começou a trabalhar bem, o Scooby ficou cinco ou seis anos, era vadio que era uma coisa. Diz o meu pai, meus irmãos. Por que boto mais velho, mais macho, quanto mais velho, vão ficando mais experiente. (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025)

O aprendizado pesqueiro de humanos e botos envolve um processo de educação da atenção (Ingold, 2000) em que os mais experientes antes guiam e orientam um

processo autônomo de descoberta do mundo e suas possibilidades de ação, do que transmitem verticalmente um conjunto de instruções e representações. Conforme Bateson (2025), trata-se de um processo de deuteroprendizagem, em que além do comportamento técnico em si, *aprende-se a aprender* e a como aplicar o aprendizado adquirido em situações posteriores:

E aqui nessa praia, todo mundo brincando com tarrafa... fui aprendendo né. E aí tu pega a [tarrafa] pequena, vai pegando maior, maior, até chegar nas [tarrafas] grandes. E o boto, tu vai aprendendo a conhecer eles, né? Onde é que ele tá, onde é que tá o peixe, onde é que não tá. Tu sabe direitinho se ele tá trazendo o peixe pra ti, pro outro. A hora que tem peixe, a hora que não tem. (...) O tempo faz tudo, né. A gente, junto com os mais velhos, foi aprendendo. Tava sempre com meus irmãos, com algum conhecido. Piá, né? Piá é curioso. "Ah, por que isso? Por que aquilo?" E vai aprendendo. Depois de aprender, o cara só vai se especializando (Vilson, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Nos depoimentos de Valdomiro e Kauan Pereira, pescadores no Rio Tramandaí, é possível vislumbrar a dinâmica de aprendizado entre gerações de uma mesma família:

Aí fui aprendendo com o pessoal. Só aprendendo, porque ninguém me ensinou. Só ele [irmão mais velho] que me incentivou a tarrapear, mas também não me ensinou. Me deu a tarrafa para mim aprender sozinho. E o Kauan [filho], a mesma coisa. Começou com a mesma idade que eu, e aprendeu olhando os outros tarrapear, mas sempre se espelhando em mim (Valdomiro, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Como eu te falei, quando o boto mostrava, o pai [Valdomiro] só falava 'corre!' E eu corria. Eu fui aperfeiçoando e fui escutando muitos. Muitos velhos e profissionais falarem que o boto faz isso, que o boto faz aquilo... Por exemplo: se eu pegar uma pessoa, assim, e perguntar pra ela o que o boto faz, ela vai falar: 'ele vai encurralar o peixe e vai mostrar o peixe para o pescador. O que sobrar vai pra ele'. Mas eu comecei a ver: 'nossa... o boto faz isso, faz aquilo... cada sinal é uma coisa e cada sinal é outra coisa!'. Eu fui perguntando pro pai. Era a única coisa que eu queria saber. A única pessoa [de] que[m] eu queria saber disso era o pai: 'Como é que o boto faz? Como é que o boto mostra e como é que o boto vê?' Entendeu? E eu comecei: 'Bah! O boto mostra aqui, o boto mostra lá! E se ele mostrar de tal jeito, tu bota de tal jeito! E se ele mostrar de outro jeito, tu bota a tarrafa de outro tal jeito!'. E foi assim que eu aprendi. E desde a primeira vez, eu nunca mais... como eu te falei, a primeira vez em que eu peguei, nunca mais vou esquecer. Foi assim que eu aprendi, e nunca mais esqueci (Kauan, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

O aprendizado forma, acompanha e demarca os diferentes estágios do desenvolvimento da pessoa do pescador, sua ontogênese (Sautchuk, 2015). Conforme aprimoram suas habilidades, os pescadores ganham anuência dos mais experientes para usar tarrafas maiores e acessar pontos de pesca mais privilegiados:

Eu comecei lá pelos 15 anos. Pescava com meu pai, né? Nós morávamos lá pra trás, lá perto da lagoa, e nós começamos a tarrapear lá. Comecei a aprender com uma tarrafa toda rasgada, e pequenininha. (...) Eu comecei a pescar na lagoa e depois vim vindo pra barra, né? Comecei lá na lagoa, nós morávamos lá na lagoa. Comecei a aprender lá, né? A treinar lá. Quando estava melhor, comecei a vir para cá [barra do rio]. Só que a tarrafa tinha cada buraco que passava nós dois dentro. Era pra aprender mesmo, né? E pegava tainha. Naquela época tinha mais, né? (Lauri Anselmo (Graxa), entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Desde uns seis anos, sete anos, eu andava agarrado na bateira com o pai, desde novinho. Primeira tarrafa, uma de rufo. Segunda tarrafa, uma de camarão, malha três e meio. Aí a quarta tarrafa foi uma de dezoito braças. Eu me lembro até hoje, meu irmão que fez. Aí eu já tinha nove anos, dez anos, com doze [anos] a tarrafa já era vinte [braças], já era pesada. (...) Foi com uns 10 anos, 12 anos, já tarrafei com boto. Agora, o boto eu não me lembro. Foi o Taffarel na Boca do Rio. Nas pedras, com o pai, foi com o Chega Mais. Que eu lembre assim, Taffarel era uma bota que eu trabalhei mais, pesquei na Boca do Rio. E aqui embaixo com os outros aqui, os mais velhos: o Scooby, Caroba, Figueiredo. Quando eu era pequeno ficava mais ali, naquele ponto ali, pra cá eu não passava. Com 10 anos, 12 anos, aqui eu não botava o pé. Só com uns 15 anos que eu comecei a vir pra cá [Tesoura] e já tava fazendo um saragaço com a turma, e tô até hoje. Agora eu fico nesse saragaço, nesse bolo aqui [primeiras vagas da tesoura]. (...) Quando dava nordeste forte, [o pai dizia:] “ô filho, vai dar peixe hoje, vai dar rebojo então vamo atravessar com o pai com a bateira” (...). Eu respeitava muito né? O respeito era de tudo. É igual os mais velhos hoje. O cara respeitava os mais velhos. Como hoje, tinha as vagas tudo certinho. Eu nunca ficava assim, ficava mais por fora. Segundo pulo. Quando pegava a vaga, mas era bem pouco, era mais pra cima aqui. Depois, mais velhinho, que eu fui pegando mais as vagas aqui. Deixava mais pro pescador que pescava mais aqui. Eu ficava mais pra cima, matava o meu peixe mais aqui pra cima. (...) Faz uns sete oito anos atrás, eu ainda pesquei com meu pai. De vez em quando, eu ainda dava uma tarrafeadinha com meu pai. Depois pescava sozinho, com meu irmão. Quando eu era novo eu pescava muito com meu irmão. Até hoje, sozinho. Sozinho não. é modo de dizer, tem os parceiros aí e assim vai indo. Com catorze ou quinze anos eu pescava mais afastadinho. Só pescava quando tinha três ou quatro pessoas aí [na Tesoura]. Quando tinha bastante gente eu me retirava. Aí deixava mais os

pescadores pescar. Mas vinha peixe ali pra cima também, não estrovava muito a turma aqui. (Gegê, entrevista - Laguna, maio de 2025)

Aprendizados desta natureza estão na base dos fazeres pesqueiros e técnicos na maior parte dos contextos, o que relativiza a centralidade do elemento simbólico-proposicional como meio por excelência dos processos de transmissão cultural (Ingold, 2000). A pesca com botos, por sua vez, apresenta a particularidade de uma educação da atenção erigida e cultivada entre populações de duas espécies diferentes, unidas pela constante reformulação de um saber-fazer comum. Como afirmam Catão e Barbosa:

Cada gesto, de botos e pescadores, é sempre um ato de imitação e improviso. Imita-se as ações bem-sucedidas anteriormente executadas por si mesmo e por praticantes mais experientes. Ao fazê-lo, improvisa-se, já que as circunstâncias de cada ato nunca são exatamente iguais às anteriores. Há sempre diferenças no ambiente, de marés e correntes, ventos, peixes, pescadores e botos. Trata-se de “redescoberta guiada”, pois demonstrar uma prática é presentificá-la para alguém, de modo que possa ser aprendida diretamente, sentindo, experimentando. Portanto, o legado das gerações ascendentes de botos e pescadores não é um conjunto de regras ou esquemas para comportamentos apropriados, mas as condições específicas para o desenvolvimento de tais habilidades por seus sucessores (...) Para além dos conhecimentos específicos de botos e pescadores, ambos precisam saber emitir, perceber e deduzir os sentidos de sinais recíprocos. Essa responsividade mútua e a sintonização das ações são as principais habilidades desenvolvidas. Pescadores, botos e botos desenvolvem e perpetuam conjuntamente essa forma de pesca (Catão e Barbosa, 2018, p. 221-222).

Deste modo, concordamos que:

Não se trata de uma prática reproduzida por interação de heranças culturais transmitidas em duas linhas verticais e paralelas – de um lado, a série humana, de outro, a série animal. A pesca conjunta surgiu e tem se desenvolvido a partir do entrelaçamento e da co-constituição das linhas de vida de botos, peixes e pescadores. (Catão e Barbosa, 2018, p. 222)

Em contraste a um modelo convencional de aprendizado cultural por meio de linhas verticais e paralelas de transmissão, Catão e Barbosa (2018) sugerem a seguinte

representação (esquema 3) para o modo com que botos e homens aprendem a pescar, por meio linhas que se entrelaçam e se constituem mutuamente:

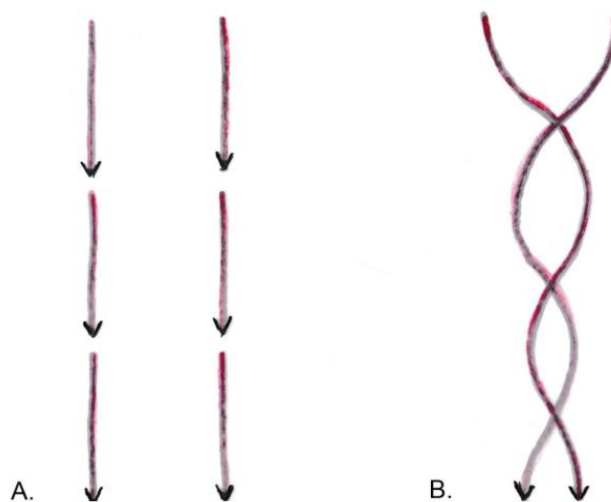


Figura 5 – (A) transmissão intraespecífica; (B) coaprendizagem interespecífica. Ilustração: Gabriel Coutinho Barbosa

Esquema 3: Transmissão intraespecífica e coaprendizagem interespecífica. Extraído de Catão e Barbosa (2018).

A partir deste esquema, entendemos que não faria sentido pensar em genealogias de pescadores e suas famílias em paralelo com a de *botos bons* e suas linhagens (A). Afinal, as parcerias que sustentam a prática são entrelaçamentos intergeracionais de humanos e botos (B). Os pescadores não cansam de afirmar que, sem o auxílio do boto nas águas turvas das lagoas e canais, não conseguiriam retirar seu sustento da pesca. Falam categoricamente que muitas famílias sobreviveram, se desenvolveram e ainda sobrevivem nos sítios de ocorrência, graças aos botos. O próprio conceito de *botos bons*, em oposição aos *botos ruins*, remete àqueles que com o passar do tempo desenvolveram uma relação com os humanos:

O boto bom é aquele que auxilia o pescador na pesca, é aquele que se aproxima do pescador, já o boto ruim é aquele que só anda lá pela beira do canal, sai barra a fora, vai pra praia, volta, mas ele não se aproxima do pescado (Pescador Valdir Moraes, apelidado de Dido, in Castells e Iino, 2015, p. 76).

O boto que é ruim tem filhos ruins, não trabalham. O boto bom, ensinado pela mãe, trabalha bem. Geralmente não morre muito boto bom, porque é o mais manso (Pescador Seu Severiano in Castells e Iino, 2015, p. 76).

É mesma coisa nós seres humanos, se tu sabe fazer uma coisa tu vai fazer aqui, tu vai fazer lá, em qualquer lugar tu vai saber porque tu já sabe, da forma que eles aprendem um com o outro, as mães vão ensinando os filhotes, as mães, os mais velhos, os botinhos mais experientes, aí vão ensinando os botinhos mais novinhos. É difícil as mães que são boas, que trabalham bem aí nos peixes aí, sair boto ruim, difícil. É bem difícil. Entendeu? (...) Igual o Porquinho e a Borracha, são dois botos que só botam filho bom, não dá um ruim. Difícil os filhos delas ser ruim. Porquinho tem dois, já tem dois que trabalham aí no peixe, já são bom. A Borracha a mesma coisa, é Mamipé, Natalino, são tudo boto bom também. (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2025)

Assim como os pescadores costumam aprender a pescar e a tomar gosto pela vida na pesca com seus pais, tios e parceiros de pesca mais velhos, os botos aprendem a trabalhar e a conviver na proximidade dos humanos, sendo guiados pelas botas mães ou outras fêmeas responsáveis pelo cuidado dos filhotes. Deste modo, a aprendizagem não se encerra nos limites de uma espécie. Botos e pescadores desenvolvem a coordenação da pescaria em conjunto, um aprendendo a pescar com o outro. Um pescador ruim pode *estragar* o boto ao lançar a tarrafa no momento errado, da mesma forma que um boto mais afobado e inexperiente pode confundir o pescador que ainda está aprendendo:

Se é um boto bom que trabalha — tem uns botinhos bons, pequeninhos, que trabalham aí —, se é um boto bom, um boto mais de respeito, [que] pulou, pode ser um peixe ou dois peixes. Mas quando o boto vai na pedra, faz um jeito, e o cara tá vendo o peixe, já são outros quinhentos. [Se] tem um boto pequeno atrapalhando, pode tá pulando, os outros podem tá botando [a tarrafa] ali... Mas o cara que é experiente, o cara não vai botar [a tarrafa]. Se o cara vê o peixe — saiu o peixe aqui, o botinho aprofundou o peixe, o botinho pulou —, já é outra coisa, o cara bota. [Se] o peixe sumiu — aí não pode ser nada. Mas geralmente é o peixe. Sempre um botão mais experiente vai fazer um jeito ali na pedra. Se tá parado aí, pulando só nesse bico aqui, se passar um ou dois [peixes], ele pode pegar. Mas se um lotinho de peixe vir pra cima, ele vai lá na pedra e faz um jeito já. Espia pra baixo... quando tem um lotinho de peixe ele vai ali embaixo espiar. (Gegê, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Durante a instrução do registro, foi possível acompanhar o processo de aprimoramento do boto conhecido em Laguna como Natalino, por ter nascido próximo ao dia do natal. Na temporada de 2024, Natalino frequentou bastante a Tesoura, mas seu desempenho deixava os pescadores frustrados: sinalizava no momento errado, ou não sinalizava quando outros marcadores de contexto sugeriam a presença de cardumes, entre outros ruídos de comunicação. Em função do comportamento desastroso, chegou a ser nomeado por alguns pescadores de Arranca-braço. No entanto, na temporada de 2025, sua reputação já tinha melhorado consideravelmente:

Natalino agora tá fera. Natalino tá fera, tá bom, oh! Natalino, agora não pode mais brincar com ele. Se ele saltar lá embaixo, pode soltar a tarrafa que é uma tarrafeada boa. Não tem mais brincadeira, ficou um boto mais sério. A maneira que eles vão ficando mais velhos eles vão ficando mais sérios (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Um ano após seu desempenho frustrante na Tesoura, Natalino já havia conseguido se *firmar* como boto-pescador e adquirido *querência* no Arrebentão, ponto de pesca do interior da lagoa que fora muito frequentado, no passado, pela falecida Caroba, paradigma local do que seria um *boto bom*. Em suma, os processos de aprendizado mútuo constituem não apenas a personalidade e a reputação de pescadores e botos, mas estabelecem as condições necessárias para que as *comunidades híbridas* de humanos e cetáceos se mantenham e prosperem ao longo do tempo. Face à importância desta noção, cabe agora explorá-la um pouco mais, assim como suas consequências para o reconhecimento de tradições culturais que extrapolem os limites do humano.

2.3. Culturas humanas, culturas animais e comunidades híbridas

A noção de *comunidades híbridas* foi proposta por Dominique Lestel (2004) para caracterizar formas duráveis de sociabilidade entre humanos e seres vivos de outras espécies. Os antropólogos Charles Stépanoff e Jean-Denis Vigne (2019, p. 15) definem as comunidades híbridas como “formas de associação multiespécie de longa duração entre

humanos, plantas e animais em torno de um habitat comum”. Elas abarcam tanto as relações estabelecidas com os animais e plantas domesticados, quanto outras formas culturais de convivialidade e cooperação que independem de ações tipicamente domesticatórias. Por enfatizar a familiaridade e a durabilidade dos vínculos entre os seres, a noção de comunidade híbrida ressoa a distinção entre *interações* e *relações* proposta pelo zoólogo Robert Hinde (1976):

Relações envolvem uma sucessão de interações entre indivíduos conhecidos entre si ao longo do tempo. Como os indivíduos são familiares uns aos outros, a natureza e o curso de cada interação é influenciado pela história das interações entre os indivíduos concernidos, e talvez por suas expectativas sobre as interações futuras (Hinde, 1976, p. 5, tradução própria).

Segundo Hinde (1976), diferentemente de contatos esporádicos e ocasionais, as relações tendem a aprofundar o conhecimento mútuo entre indivíduos que interagem de forma recorrente, de modo que o comportamento de cada um se torna progressivamente mais afinado (*attuned*) em relação ao dos demais. O zoólogo caracteriza como *pessoais* as relações entre indivíduos que interagem de forma contínua e frequente, e como *formais* aquelas estabelecidas com tipos ou categorias genéricas de indivíduos, baseadas em pressupostos derivados de experiências anteriores. Nesse sentido, não parece coincidência que, na pesca com botos, os animais cooperativos sejam reconhecidos e nomeados de forma individual, ao passo que aqueles que não cooperam sejam tratados genericamente como *botos ruins* (no caso dos que vivem próximos à costa e entram nos canais), *golfinhos* ou *caldeirões* (no caso daqueles que passam ao largo da costa). Conforme Seu Braz:

O boto ruim é o seguinte. Ele não trabalha pra nós com o peixe. É boto que fica só no canal, aí o peixe passa dos cardumes e ele esculhamba muito. Ele dá aquela rabanada no peixe, mata tainha pra comer e os outros peixes desaparecem tudo, fogem tudo, vão embora. Então por isso a gente chama de boto ruim. Eles [os botos bons] tem nome, tem a Dolores... tinha muitos aí que eu esqueci o nome. Mas esses botos [ruins] não tinham valor pra nós. Porque ele não trabalhava, não pegava o peixe pra nós, pegava só pra ele. E eles esculhambavam muito, o cardume vinha pelo canal e ele não deixava o boto bom pegar e cercar o peixe pra nós (Braz, entrevista — Laguna, maio de 2025).

O quadro a seguir sintetiza as modalidades de interação e relação observadas nos sítios de Laguna e do Rio Tramandaí, conforme a classificação proposta por Hinde (1976):

População	Classificações locais	Interações ecológicas subjacentes às classificações	Tipo de interação (cf. Hinde, 1976)
Botos-de-Lahille residentes e cooperativos (<i>T. t. gephyreus</i>)	<i>botos bons, botos que trabalham</i>	Mutualismo (pesca cooperativa)	Interações frequentes e continuadas; relação pessoal intensiva, que resulta no reconhecimento individual e atribuição de nomes próprios
Botos-de-Lahille residentes e não-cooperativos (<i>T. t. gephyreus</i>)	<i>botos ruins</i>	Competição (botos atrapalham a pesca); Comensalismo (botos consomem pescado que sobra ou escapa)	Interações frequentes; relação formal ou pessoal de baixa intensidade, em que há o reconhecimento individual de certos animais, mas sem atribuição frequente de nomes próprios
Golfinhos-nariz-de-garrafa (<i>T. truncatus</i>)	<i>golfinhos; caldeirões</i>	Competição e comensalismo eventuais na pesca em alto mar	Interações episódicas; relação formal e/ou ausência de relação

Quadro 2: Interações e relações (cf. Hinde, 1976) entre humanos e golfinhos nos sítios de ocorrência do bem cultural.

A pesca com botos é um fenômeno que coloca em xeque concepções convencionais de tradição, cultura, sociedade, pessoa, aprendizado e até mesmo trabalho. Na cosmologia ocidental moderna, estas noções estão embrenhadas de concepções metafísicas sobre a excepcionalidade do ser humano e sua superioridade com relação aos demais seres vivos, especialmente os outros animais (Lestel, 2001; Schaeffer, 2009; Martínez-Contreras, 2011). A noção de cultura, em particular, é classicamente tomada como o atributo definidor da humanidade como condição (Ingold,

1995) e, por consequência, do seu status como objeto de estudo pela antropologia. Naturalmente, essa concepção antropocêntrica de cultura também tem consequências para o entendimento do que seja o patrimônio, uma vez que este é compreendido como a herança material e imaterial constituída pelas práticas e representações culturais humanas ao longo do tempo.

Em grande medida, a concepção antropocêntrica de cultura se erige sobre a centralidade da linguagem proposicional e do pensamento simbólico como diferença essencial entre os humanos e animais não-humanos. Para Martínez-Contreras (2011, p. 226), a ideia convencional de cultura está tão estreitamente ligada a concepções sobre linguagem e intencionalidade “que passou a ser uma tautologia: aqueles animais que não possuem a linguagem natural humana não podem pensar reflexivamente — ‘internamente’ — e por isso também não podem manifestar uma cultura”. Em tempos recentes, no entanto, estes pressupostos têm sido questionados por diferentes disciplinas.

Por um lado, etólogos e primatólogos têm procurado desenvolver uma abordagem da cultura que vá além de procurar sinais de “humanidade” nos animais (Martínez-Contreras, 2011, p. 224; ver também Despret, 2021), mas que consiga dissociar o fenômeno cultural, em geral, de sua dependência do elemento simbólico-proposicional que o caracteriza no caso humano, em específico. Estes pesquisadores partem de uma noção de traço cultural como “aquele que independentemente das bases genéticas que possa ter, é transmitido por meio da imitação, uma forma de aprendizagem social por observação, por parte de um grupo de animais que vivem em comunidade” (Martínez-Contreras, 2011, p. 230). Já na antropologia e nas humanidades, a experiência etnográfica com povos e cosmologias não-ocidentais (Viveiros de Castro, 2004; Ingold, 2000; Descola, 2005), assim como a crise ecológica do presente (Latour, 1994), têm reforçado a relatividade e a crítica aos “grandes divisores” modernos, como natureza/cultura, humanidade/animalidade, sociedade/ambiente, sujeito/objeto.

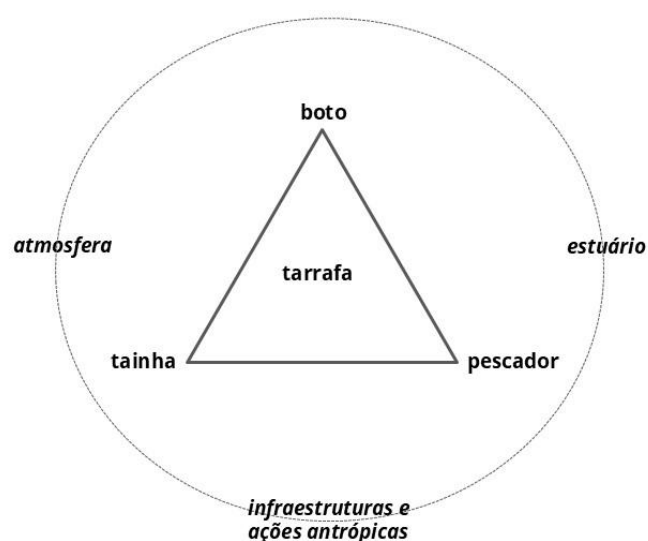
Por sua vez, o conceito convencional de trabalho também está embotado de pressupostos antropocêntricos, o que faz com que a noção local de que os botos

trabalham possa parecer, à primeira vista, como mera metáfora. Conforme Ingold (1983, 2011), a categoria trabalho, no pensamento ocidental, está baseada em um modelo hilemórfico de produção (*poiesis*), por meio do qual uma intencionalidade (humana) imprime uma forma determinada sobre uma matéria (não-humana) passiva. Essa forma é compreendida como um conteúdo mental específico, que, por sua vez, pode ser transmitido entre sujeitos conscientes através da linguagem. Ato contínuo, seres desprovidos de linguagem proposicional e/ou pensamento simbólico similar ao dos humanos seriam incapazes de efetivar qualquer tipo de trabalho propriamente dito.

Todavia, tanto as evidências etológicas quanto a própria dinâmica das atividades laborais humanas evidenciam os limites dessa concepção. Por um lado, diversas espécies de primatas são capazes de fabricar, utilizar e ensinar outros indivíduos a produzir e usar instrumentos, mesmo sem dispor de linguagem articulada para isso (Martínez-Contreras, 2011). Por outro, o envolvimento técnico dos humanos com a natureza é muito mais complexo e marcado por uma relação não verbal de “negociação” com as resistências e potencialidades dos materiais do que sugere o modelo hilemórfico. É justamente dessa indeterminação, mediada pela interação com as matérias-primas, os objetos e as condições ambientais do trabalho, que emergem a invenção, a improvisação, a aquisição e o aprimoramento de habilidades (*enskillment*) e a criatividade (Ingold, 2000, 2011).

Para Ingold (1983, 2000, 2011), a capacidade de estabelecer relações sociais vai além do compartilhamento de um mesmo código linguístico¹⁹, estando radcada: (i) na responsividade entre comportamentos imbuídos de propósito, (ii) efetuados por seres dotados de percepção e ação, (iii) em um ambiente operativo comum. Com efeito, o que habilita os diferentes seres a socializar não são representações e conteúdos mentais — ou *apenas* eles, no caso das interações entre humanos —, mas a coexistência em um meio repleto de possibilidades de ação (*affordances*) e interação com outros seres vivos e elementos abióticos (Reed, 1988). No caso da pesca com botos, o esquema a seguir auxilia a visualizar e sistematizar as interações entre todos estes elementos:

¹⁹ A crítica aqui é sobretudo contra o modelo sociológico durkheimiano, baseado na ideia de “representações coletivas”.



Esquema 4: Conjunto de interações e fatores propiciadores da pesca com botos. Elaboração a partir de fotografia na Barra do Rio Tramandaí (RS), agosto de 2024. Foto: instrução do registro.

Na pesca com botos, a ecolocalização e a comunicação analógico-cinésica dos animais auxilia os pescadores a “verem” os peixes que de outro modo seriam mais dificilmente percebidos devido à turbidez da água. Por sua vez, o contato das tarrafas com a água produz perturbações que “avisam” os golfinhos da presença humana e que, no caso dos lanços, desorientam os peixes, auxiliando o forrageio dos cetáceos. A interação diária mostra que não se trata de uma cooperação fortuita ou mero

oportunismo forrageiro, mas o resultado de um aprendizado contínuo em que botos e humanos não apenas conhecem *como* pescar conjuntamente, mas, sobretudo, *conhecem-se* uns aos outros:

Quando os botinhos são novinhos, eles ensinam nós. E também nós, às vezes, ensinamos eles. Porque a gente perde um tempinho... tipo assim, ele tá ali pulando, mas tu sabe que não tá pegando nada, sabe que ele pula em qualquer peixinho que passar, pequeninho, grandão. Mas mesmo assim, tu tarrafeia, porque a maneira que tu vai tarrafeando tu vai ensinando ela, e ela vai também te ensinando. Entendeu? Tu aprende com ela e ela também aprende contigo. Porque ela vai ficando experiente naquela situação. Ela vai ficando mais velhinha e vai pegando experiência (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Eu acho que os botos conhecem, conhecem todos nós. Conhecem mais aqueles que estão todo o dia ali, tem uns pescadores que são muito conhecidos por eles (pescador - Tramandaí, entrevistado por Ilha, 2016, p. 24)

Por fim, além de uma relação durável e pessoal (Hinde, 1976), a pesca com botos ilustra o caráter encarnado do conhecimento tradicional: um saber que não está confinado nas mentes de humanos e botos, mas que emerge da atenção partilhada, da responsividade e da coordenação entre diferentes seres no ambiente. Como sugerem Ingold e Kurttila (2018), esse tipo de conhecimento não se fixa em normas ou esquemas prévios rígidos, mas se atualiza continuamente na prática, como um saber-fazer que se forma no curso da ação, em sintonia com os ritmos e as qualidades do mundo envolvente.

2.4. Declínio e retorno: a pesca com botos nos Rios Mampituba e Araranguá

A constância da pesca com botos nos sistemas estuarinos de Laguna e do Rio Tramandaí levanta questões sobre a dinâmica de declínio e ressurgimento da prática nos Rios Mampituba e Araranguá. Na foz do Rio Mampituba, o número de botos que interagem com a pesca é menor do que o relatado no passado (Gonçalves e Ott, 2022), embora as razões para esse declínio não sejam totalmente conhecidas (Fruet, Di Tullio e

Daura-Jorge, 2024). Em um estudo comparativo conduzido por Yasmin Camargo Gonçalves e Paulo Henrique Ott (2022) com pescadores dos rios Tramandaí e Mampituba, os autores relatam percepções semelhantes quanto à disponibilidade de recursos pesqueiros, às ameaças e à importância de conservação da espécie, assim como sobre o incremento de capturas quando há cooperação com os botos. No entanto, registram que “a menor frequência dos botos nesta última localidade parece estar se refletindo na perda de alguns vínculos históricos dessa interação, como a atribuição de nome aos botos pelos próprios pescadores” (Gonçalves e Ott, 2022, p. 128).

Nessa pesquisa, os interlocutores afirmaram que apenas um boto tem ingressado no Rio Mampituba e realizado a pesca cooperativa em anos recentes, dado confirmado pela observação *in loco* durante o período do estudo. Este animal foi identificado pelos pescadores como uma fêmea, cujo filhote aguardava fora do estuário até que se encerrasse a atividade (Gonçalves e Ott, 2022, p. 135). Até o momento do estudo, nenhum nome específico havia sido atribuído à bota. No entanto, “alguns pescadores relataram que até cerca de 10 anos atrás, existiam botos no Rio Mampituba que eram conhecidos por nomes próprios, como o Carona e o Galhamol” (Gonçalves e Ott, 2022, p. 139).

Entre 1991-1992, o pesquisador Luiz Tabajara (UFRGS) executou o projeto *Boto - Tainha - Pescador*, e levantou com os pescadores os seguintes nomes de botos no Rio Mampituba: Tonina (“o mais safado”), Puxador (“o mais manso de todos, puxava a tarrafa”), Paulo Isidoro (“o mais escuro de todos, é bota”), Isidorinho (“filho de Paulo Isidoro”), Cabeçudo/Cabeçuda (“o melhor de todos, teve filhote, é bota”), Craquento (“o mais velho de todos os botos”), Boto do Retorno (“filhote da Cabeçuda”), Morena, Cachorra (“filhote da Morena, lisa, perfeita, é paciente e calma, tem 40 anos”), Galhudo (“mancha na base da galha”), Pretinho (“mais ou menos 6 anos”), Tanso, Guerreiro (“galha cortada”), Maria Bonita, Bota Grande (teve filhote em 1992) (cf. fichas cedidas ao acervo do Projeto *Botos da Barra* - Ceclimar/CLN/UFRGS).



Figura 27: Registros da pesca com botos no Rio Mampituba, na década de 1990. Foto: Luiz Tabajara, Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

Os pescadores entrevistados nessa época indicaram a presença de cerca de 13 botos, sendo “nossos mesmo, só quatro botos”. A interação ocorria em ambas as margens do Rio Mampituba e em diferentes pontos, como Paredão, Alfred, Curva do Rio e Molhes da Barra. Interlocutores relataram conflitos com a outras formas de pesca, especialmente a do bagre (sem regulamentação ou fiscalização durante o período de reprodução da espécie), e a menor entrada de botos do no rio pela presença de redes de espera na desembocadura. Tabajara também descreveu que, para os pescadores do Rio Mampituba, “a fêmea do boto é muito mais competente do que o macho para caçar, trabalhar, desenvolver a pesca boto-tainha”.

A menção a apenas quatro botos como propriamente locais converge com a percepção dos detentores dos outros sítios de que os botos se deslocam pelos os estuários. Entre as hipóteses levantadas para o declínio da prática na foz do Rio Mampituba, Gonçalves e Ott (2022) citam, além das redes de emalhe (*feiticeiras*) já mencionadas por Tabajara nos anos 1990, algumas questões ligadas à morfologia do curso hídrico. Conforme os autores,

a existência ainda de ambientes arenosos às margens da barra do Rio Tramandaí parece favorecer também a interação entre botos e pescadores artesanais de tarrafa. Em contraste, as margens da foz do rio Mampituba

é, desde a construção dos molhes em 1972, composta exclusivamente por rochas basálticas e estruturas artificiais (Gonçalves e Ott, 2022, p. 134).



Figura 28: Registro da pesca cooperativa junto aos enrocamentos de Torres, 2009-2010. Foto: Ignacio Moreno, Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS)

Na barra do Rio Araranguá, onde estivemos em março de 2025, o pescador Sidney Acordi (Ney) também citou a ausência de trechos de areia junto aos molhes como uma das possíveis causas para o declínio da prática no Rio Mampituba. Segundo ele, os botos reviram a areia do fundo dos canais para atordoar os peixes. Por outro lado, essa associação coloca uma questão instigante. Pois, embora predominem faixas arenosas em ambas as margens da barra do Rio Araranguá, em algum momento da virada do século XXI, o sítio foi abandonado pelos botos, que só voltaram a frequentar a foz e cooperar com a pesca a partir de 2021. Com efeito, a pesca com botos em Araranguá era bastante frequente na segunda metade do século XX, como atesta uma reportagem de 18 de agosto de 1974, do jornal *O Estado* de Florianópolis:

QUANDO OS BOTOS TRAZEM OS PEIXES

Em Araranguá, os pescadores só lançam suas redes ao mar quando os botos dão sinal em direção à barra. A família de botos existente nessa região é composta de dez membros, cada qual identificado pelos pescadores por um

nome. O “Guerreiro” é o mais detestado pelos pescadores, porque antes de conduzir os peixes até a Barra ele devora metade do cardume.

Do alto de uma pedra o vigia avista dois botos que perseguem um cardume em direção à barra, e faz sinal a seus colegas pescadores que levam as redes à ponta-de-terra de onde as lançam ao mar para formar o cerco aos peixes. Ao se aproximarem da barra, os botos retornam ao alto mar deixando o cardume ser preso pelas redes.

(...)

Na Barra do Rio Araranguá, a família composta de dez botos é conhecida por todos os pescadores da região, que já se aperceberam de suas manias e virtudes, inclusive quando ela está disposta a cooperar com os amigos da plataforma ou passar-lhe um trote, comendo todos os peixes.

Enquanto José Armândio, de 41 anos de idade e seis de pescador, narrava as peripécias da família de botos seus colegas acompanhavam um pequeno cardume que dirigia-se à barra, perseguido por dois botos.

— Olha, lá vai o Guerreiro e o outro não reconheço. Eles levam os peixes até a barra e, por serem inteligentes, não se aproximam da rede, pois sabem que seriam fígados com os peixes. (...), revela José Armândio, acrescentando que “quem matar um boto paga pelo crime”.

Cada um dos dez botos conhecidos na Barra de Araranguá tem um nome. Os quatro machos são identificados pelos nomes de “Guerreiro”, “Galhudo”, “Filho da Bota Morena”, “Siverinho”. As quatro fêmeas receberam os nomes de “Bota Morena”, “Jubica”, “Cachorra” e “Vera”. Dos dois filhotes, apenas um recebeu nome: “Pagalinho”.

O “Siverinho”, também conhecido por “Cuco”, é o boto mais elogiado pelos pescadores, pois quando entra na barra sempre vem perseguindo mais de trinta peixes. (...) João Armândio acentua que “Guerreiro” é de uma obesidade acentuada, e que há dias em que chega a comer mais de trinta peixes (...) Quando “Guerreiro” é visto pelo vigia os pescadores ficam desanimados, pois preveem o pouco que cairá nas malhas.

O “Galhudo” é outro mau elemento e muito comilhão. Seu prato predileto é a tainha. Junto com “Guerreiro” forma uma dupla insustentável, mas os demais compensam o marginalismo desses dois. “Vera”, a mais jovem das fêmeas – com 15 anos de idade – ainda não contribuiu para o crescimento da família, mas encontra-se em estado de gestação (...) (*O Estado*, 18 de agosto de 1974, p. 11).



Figura 29: Recorte de reportagem publicada em 1974 no jornal O Estado (Florianópolis), sobre a pesca com botos no Rio Araranguá. Não consta identificação dos pescadores e botos retratados nas fotografias. Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense.

Os pescadores da barra de Araranguá possuem uma rica memória social sobre a prática e os botos do passado. Vera, Cachorra, Tanso, Aritana e Verão foram os nomes mais citados. Também manifestaram grande entusiasmo com a sua retomada, agora com outros protagonistas: as botas Velma (ou Velna) e Salsicha, e os machos Galha Cortada e Lula. Conforme relato do biólogo Rodrigo Machado (Unesc), cujo grupo de pesquisa tem monitorado a circulação de botos e golfinhos na região desde 2019, tudo indica se tratar de um grupo de animais que era avistado com mais frequência na foz do Rio Mampituba, mas que passou a frequentar a barra do Rio Araranguá em anos recentes. O pescador Osvaldo Vieira (Cabinho), em atividade há mais de 50 anos, refere-se à prática no passado com nostalgia:

Eu conto e riem da minha cara, mas é realidade. Quanto cardume de peixe, manta de peixe, assim, do outro lado... ele [boto] ia lá e dava [gesticula batendo as costas da mão direita sobre a palma da esquerda]... e vai dando, vai dando... e vai jogando o peixe no barranco. Ele também come né? Sobrevive disso aí também, o bicho, né? É incrível. Isso aí é um ser que... olha, igual ao boto, não existe. Pra mim é tudo, porque eu gosto de pescar de tarrafa. Mas com o boto, eu largo tudo mesmo (...) A gente

contando, ninguém acredita. Só quem conviveu com isso aí sabe. (Cabinho, entrevista — Araranguá março de 2025).

Já Adeírde Lemos Pedroso, o Dirde, descreveu a pesca com botos como uma tradição do lugar e forneceu detalhes sobre suas formas de condução no passado:

Olha, aqui sempre existiu... o meu pai já pescava com o boto, de correr com o boto... o boto corria rio acima e o pessoal ia acompanhando. E o boto corria daqui de frente da ilha até o Morro dos Conventos (...) era uma pesca bem puxada, porque tinha que correr. Às vezes, ele saía pelo meio do rio e ia com toda velocidade só dando com a cola [gesticula, imitando], batendo. Daí quando chegava lá no fim, aí vinha de volta. Fazia o peixe encostar e vinha de volta fazendo o sinal e o pescador pegando. Daí dava uma tarrafada, já ia despescar e ele já ia assinalado outra... era corrido, era bem puxado. Aqui era uma tradição de pesca do boto mesmo. E os botos eram tudo... a gente já sabia qual eram os botos bons e os ruim (...) Quando subia para cima uma bota, que era a bota Cachorra, a bota Morena, todo mundo acompanhava porque já sabia que ela ia cercar o peixe e ia botar o peixe pra costa (Dirde, entrevista — Araranguá, março de 2025).

Entre os fatores especulados pelos pescadores para o declínio da prática no início do século XXI, destacam-se a captura de tainhas pela pesca industrial e a fixação de redes de emalhe junto à boca da barra. Essas ações teriam reduzido o estoque pesqueiro do rio e provocado a captura acidental de filhotes, levando os botos a evitarem a área por mais de duas décadas. Os pescadores relacionam este fator à excessiva burocratização da pesca somada à falta de fiscalização pelos órgãos competentes, diferente de uma época antiga quando o ordenamento pesqueiro partia da própria comunidade, na base do respeito²⁰. Além disso, também especulam sobre o constante assoreamento do canal móvel da barra, que impossibilita a entrada dos golfinhos no estuário, levando a debates sobre a necessidade de fixação desta.

²⁰ Podemos observar algumas falas interessantes de pescadores sobre o assunto em um documentário realizado por Junior Duminelli, em 2009, em Ilhas (Araranguá), disponível no YouTube pelo link <https://youtu.be/ayWXIT0OWBI?si=sV-pcR7YCUiKzRF8>.



Figura 30: Vista da nova barra do Rio Araranguá, desde o topo do Morro dos Conventos, março de 2025. Foto: Instrução do registro.

A área urbana de Araranguá fica a cerca de dez quilômetros da costa. O rio atravessa a zona central e vários bairros da cidade, tornando-os suscetíveis a cheias e inundações. Sem obras que estabilizem seu curso, a barra do rio tende a migrar conforme a deriva natural, formando uma língua de terra que se estende por cerca de cinco quilômetros a partir do balneário de Morro dos Conventos, na direção nordeste. Era nessa região, conhecida como Barra Velha, que as interações entre botos e pescadores ocorriam no passado. Atualmente, o novo grupo de botos têm interagido na barra aberta artificialmente pela prefeitura de Araranguá entre 2022 e 2023, com o intuito de escoar as águas do rio após as cheias ocorridas nestes anos. A nova barra se localiza mais ao sul da desembocadura antiga, entre Morro dos Conventos e a comunidade pesqueira de Ilhas.

Segundo pesquisas recentes, as interações com os novos botos têm ocorrido com mais frequência durante os meses de verão. O biólogo Rodrigo Machado conjectura que a maior intensidade de atividades turísticas neste período do ano em outros estuários pode ter levado o grupo de botos a procurar abrigo na barra do rio Araranguá, que

permanece mais isolada. As sinalizações por meio de cabeçadas sugerem, ademais, que os animais podem ter relação com os indivíduos que cooperam na barra do Rio Tramandaí, onde este repertório é mais frequente.

As barras dos rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá constituem a área de vida de uma das cinco Unidades de Manejo (UM) populacional dos botos-de-Lahille (UM Norte da Lagoa dos Patos), onde a movimentação dos mesmos indivíduos é observada em águas costeiras adjacentes aos canais estuarinos (Fruet, Di Tullio e Daura-Jorge, 2024). É possível que no seu processo de deslocamento, os botos tenham notado a presença, em Araranguá, dos mesmos elementos — tarrafas, tainhas, pescadores — que educaram sua atenção para cooperar em outro local, passando a interagir com os pescadores deste sítio (Machado, comunicação pessoal, março de 2025).

A retomada da pesca com botos em Araranguá ilustra questões centrais sobre os processos de aprendizado cultural entre humanos e golfinhos, conforme discutido anteriormente. O fato de os pescadores locais terem retomado — e em alguns casos, adquirido pela primeira vez — as habilidades necessárias para cooperar com os botos, após duas décadas de interrupção, mostra que o saber-fazer não desapareceu por completo, mas permaneceu como uma potencialidade inscrita na memória e na paisagem local, podendo ser reativado por meio da prática.

Esse processo reforça a ideia de que o conhecimento tradicional não se transmite como um conjunto estático de informações, mas emerge da interação contínua entre um ambiente vivo e uma cultura viva. Como afirmam Ingold e Kurtilla (2018), trata-se de um conhecimento que se enraíza no engajamento corporal e perceptivo com a paisagem — incluindo sua morfologia, ritmos e transformações — e não de meras representações mentais transmitidas de forma mecânica ou codificada. A reconfiguração da barra e o comportamento dos botos podem ter propiciado, assim, condições específicas que tornaram possível a retomada da prática, ao mesmo tempo em que abriram espaço para novas formas de aprender e agir em um território em constante mudança.



PARTE II - A PESCA COM BOTOS EM LAGUNA (SC) E NO RIO TRAMANDAÍ (RS)

3. A pesca com botos em Laguna (SC)

A Lagoa Santo Antônio dos Anjos, que banha a histórica cidade de Laguna, juntamente com o canal que a conecta com o oceano, conforma o sítio de ocorrência mais conhecido da pesca com botos. É nele que se concentra a maior quantidade de detentores do bem e onde a prática está mais amplamente distribuída no território, compreendendo um grande número de pontos de pesca. Da mesma forma, é possivelmente o sítio com a trajetória histórica de cooperação mais recuada no tempo, desde ao menos a segunda metade do século XIX. Neste capítulo, buscamos compreender o contexto histórico da sua emergência em Laguna, identificar os marcos locais de referência do bem, suas peculiaridades sociotécnicas, assim como elementos da memória social sobre a biografia compartilhada entre pescadores e botos.

3.1. Origens e contextos: Laguna, de entreposto colonial a cidade-documento

Laguna é uma cidade historicamente densa, o que se expressa em sua paisagem cultural. A historiografia convencional costuma destacar o protagonismo da cidade e seus fundadores na expansão do domínio português rumo ao Prata, entre os séculos XVII e XVIII, assim como os eventos heroicos relacionados à sua tomada durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Este enfoque, no entanto, pouco revela sobre as origens dos grupos sociais que hoje praticam a pesca com botos, o que nos obriga a adotar outras perspectivas. Interessa-nos, sobretudo, compreender a formação dos territórios de incidência da pesca com botos como paisagens marítimo-pesqueiras, no quadro da história social atlântica (Mamigonian e Sayão, 2021).

Os registros mais antigos de presença humana no litoral Sul do Brasil remontam há pelo menos 6.000 AP. Entre os vestígios deixados por essas populações originárias, destacam-se os chamados sambaquis: imponentes estruturas formadas pelo acúmulo

de conchas, restos alimentares, ossos de animais marinhos e terrestres, sepultamentos e artefatos diversos. Em um estudo realizado no sambaqui Galheta IV, localizado ao sul de Laguna, arqueólogos estimaram que a dieta de seus construtores era composta 60% de recursos marinhos, como moluscos e peixes (Cardoso et al., 2024). A importância da fauna marinha não se restringia à alimentação destes povos, visto que pequenas esculturas zoomórficas, representando peixes e outros animais costeiros (*zoólitos*), têm sido frequentemente encontradas junto aos sambaquis (Garcia e Bandeira, 2018). Esses artefatos atestam um profundo conhecimento da anatomia das espécies representadas e do ambiente em que viviam, com possíveis ressonâncias cosmológicas para seus produtores.

A partir de 2.000 AP, os construtores de sambaquis foram perdendo espaço para outros grupos indígenas, vinculados aos troncos linguísticos proto-jê meridional (ancestrais dos atuais Xokleng e Kaingang) e tupi-guarani. No momento da chegada dos primeiros exploradores europeus, a partir de meados do século XVI, predominavam no litoral catarinense os descendentes destes últimos, identificados pelos portugueses como Carijós. Tributários de um longo processo migratório iniciado na Amazônia, detinham sofisticados saberes agrícolas, como a domesticação do milho e da mandioca, além de dominarem a navegação por meio de canoas escavadas em troncos.

Segundo Oliveira (2021), Laguna ocupava um lugar de destaque na cartografia da época colonial, sendo assinalada como o limite meridional do Meridiano de Tordesilhas na costa brasileira, que separava as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul. Último ancoradouro natural antes da inóspita faixa costeira que se estende até a barra de Rio Grande, Laguna atraiu exploradores, missionários e escravizadores de indígenas desde os primeiros tempos (Neumann, 2021).

A fundação oficial do povoado de Laguna data de 1676, por iniciativa do bandeirante Domingos de Brito Peixoto. No contexto do século XVIII, os portos da costa catarinense — como São Francisco do Sul, Desterro (atual Florianópolis) e Laguna — adquiriram importância vital para a consolidação da presença lusa no Sul e para a

conexão do resto do Brasil com a Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, na margem norte do rio da Prata.

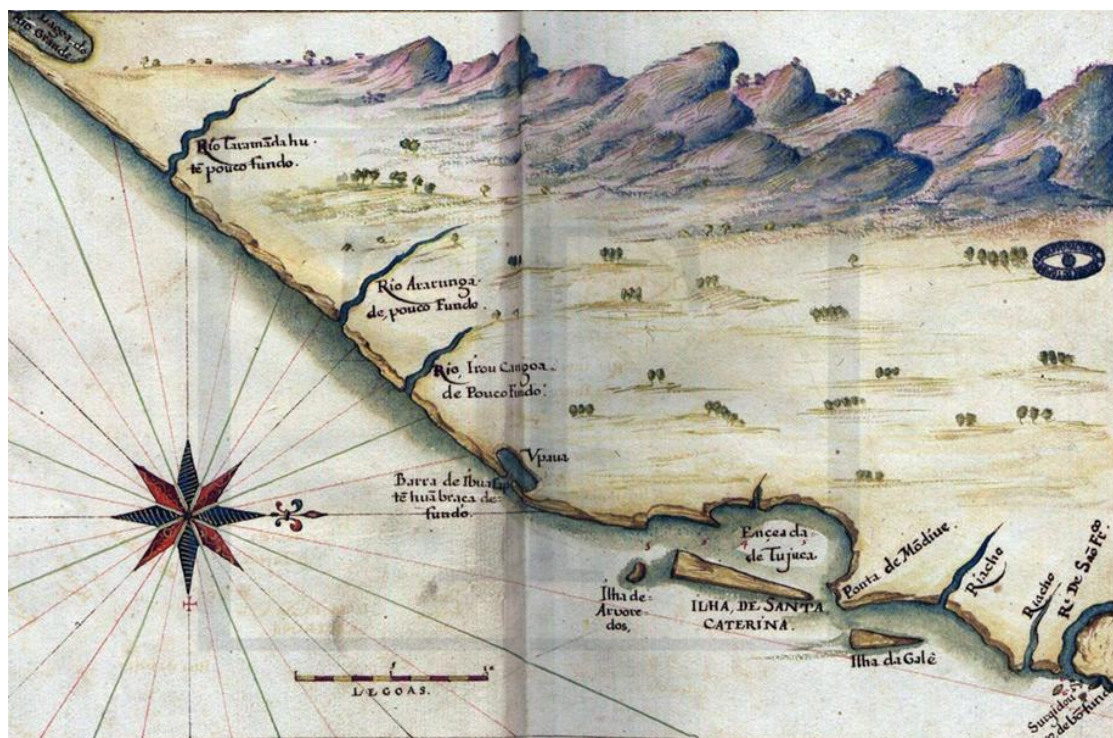


Figura 31: Mapa do trecho litorâneo que vai da Lagoa dos Patos (RS) a São Francisco do Sul (SC) no Atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz, séc. XVII. Repare-se a observação “de pouco fundo” em todos os rios ao sul da Ilha de Santa Catarina. Fonte: Biblioteca Nacional.

A partir de 1748, teve início a imigração açoriana para o litoral catarinense, como parte da estratégia portuguesa de povoamento e consolidação territorial no Sul do Brasil. Com a chegada dos insulares, a economia regional ganhou novo impulso. Foram introduzidas novas culturas agrícolas (café, linho, trigo) e instalados engenhos para a produção de aguardente e farinha de mandioca. Também se desenvolveram novas formas de beneficiamento de pescado e técnicas de construção naval²¹. Na Laguna do

²¹ O açorianismo e a açorianidade são elementos importantes para a construção da identidade cultural do litoral catarinense, de modo que, por vezes, especula-se uma possível origem açoriana para a pesca com botos. Sabemos, pelos registros da Sub-Comissão Catarinense de Folclore disponíveis na Hemeroteca Digital Catarinense, que o artigo “A pesca com o bôto”, de João dos Santos Areão (1950), chamou a atenção de um correspondente açoriano do boletim da Sub-Comissão, que solicitou maiores informações sobre a

século XVIII, "o peixe seco e a farinha de mandioca eram os grandes ramos da indústria e do comércio" (Galvão apud Kühn, 2021, p. 83). Estes produtos conectavam a vila aos portos de Santo e do Rio de Janeiro, assim como à Colônia do Sacramento, por meio de uma ativa rede de circulação de mercadorias.

Além da imigração açoriana, o século XVIII notabilizou-se no litoral catarinense pelo estabelecimento de instalações destinadas à captura de baleias e o beneficiamento de seus subprodutos, especialmente óleo para a iluminação pública²². Chamadas de armações, estas unidades produtivas podem ser consideradas o primeiro empreendimento capitalista de larga escala na região, estruturado sob regime de monopólio estatal e uso de mão de obra escravizada (Cardoso e Ianni, 1962; Comerlato, 2011)²³. Próximas a Laguna, funcionavam duas armações baleeiras ligadas entre si: São Joaquim de Garopaba (1795), mais ao norte, e Sant'Ana de Imbituba (1796), onde hoje se localiza o município homônimo. Analisando a planta desta última, Fabiana Comerlato nota que:

o local de implantação da armação está protegido dos ventos fortes do quadrante sul. Para Saint-Hilaire, a enseada oferecia bom ancoradouro. A enseada de Imbituba foi um local que se destacou por suas boas condições de aportar e sair para pesca, enquanto as outras praias adjacentes já são de mar aberto não possuindo as condições ideais necessárias. A escolha deste porto natural irá repetir-se quando da construção do Porto de Imbituba sobre os terrenos da armação (Comerlato, 2011, p. 496).

taxonomia dos botos de Laguna, a cultura material da pesca e suas formas de condução, de modo a cotejar com as espécies e técnicas presentes no arquipélago. Por outro lado, não há qualquer registro de cooperação pesqueira com golfinhos nos Açores, no presente ou no passado. Ao contrário, Raul Brandão, em *As ilhas desconhecidas*, livro de viagens publicado em 1926, relatou haver hostilidade entre moradores da ilha do Pico e golfinhos, que eram "chacinados" em um "delírio sanguinário" (Brandão, 2024, p. 207-208).

²² Antes da sua instalação no Sul do Brasil, a caça de baleias já era praticada nos Açores desde o século XVI. Os imigrantes trouxeram do arquipélago uma série de conhecimentos e técnicas aplicadas à captura dos animais, como a embarcação conhecida como *baleeira açoriana* (Moreira e Angeli, 2019).

²³ Ao contrário da imigração açoriana, é bastante difícil remontar a origem exata dos africanos e afrodescendentes trazidos para o litoral catarinense durante o período colonial. Sabe-se, entretanto, que a maior parte dos cativos chegava ao Brasil pelos grandes portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, sendo posteriormente transladados via comércio interno para outras regiões do país (Mamigonian e Sayão, 2021). O desenraizamento forçado dos cativos com relação ao seu lugar de origem, por meio de sucessivos apagamentos materiais e simbólicos, foi um elemento constitutivo da violência colonial que marcou a diáspora africana nas Américas. (Ferdinand, 2022).

Como veremos mais adiante, as boas condições da enseada de Imbituba para a navegação de grande porte representarão uma grande concorrência para o porto de Laguna nos séculos posteriores. De todo modo, no início do século XIX, a cidade se desenvolvia significativamente em torno da navegação de cabotagem e da exportação de produtos alimentícios para outras partes do Brasil. Além da presença de cativos nos inventários e testamentos da época, historiadores destacam a proeminência dos engenhos de farinha e das canoas de pesca entre os bens deixados nas heranças familiares. Sayão (2021, p. 144) chega a qualificar estes bens como “símbolos da Laguna oitocentista”: os primeiros, por representarem o principal produto exportado para outras partes do Brasil; as segundas, por serem o instrumento mais importante da pesca artesanal e o meio de transporte mais utilizado para a circulação de pessoas e mercadorias.

A abundância de recursos pesqueiros e a forte ligação dos habitantes locais com o mar e a lagoa foi observada pelo naturalista francês Auguste Saint-Hilaire. Em suas notas de viagem pela Província de Santa Catarina (1820), relata:

Devido a enorme quantidade de productos dos arredores, o pequeno porto da Laguna tornou-se muito commercial, exportando-se por ali farinha de mandioca, feijão, milho, favas e taboas. O peixe secco é tambem um ramo de commercio muito importante da região. A lagôa é muito piscosa e as suas margens são povoadas por homens que fazem da pesca a sua principal occupação; o peixe é a sua única alimentação e o que sobra do consumo caseiro é salgado e posto a seccar, sendo depois vendido. É o bagre, classificado pelo sr. Van Lede como pertencendo ao genero siluro, a espécie mais abundante. Em novembro e dezembro esses peixes entram na lagôa, naturalmente para desovar, sendo então apanhados em grande quantidade (1936[1820], p. 231).

O conjunto histórico do centro de Laguna ainda guarda algumas construções deste período inicial, como a Casa de Câmara e Cadeia, erguida em 1735 (atual Museu Anita Garibaldi), e a Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos, iniciada neste mesmo ano e completada ao longo das décadas seguintes. Por volta do início do século XIX, surgiu a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, com o objetivo de oferecer auxílio e assistência aos afrodescendentes alforriados e escravizados (Rosa, 2021). Em 1828, a

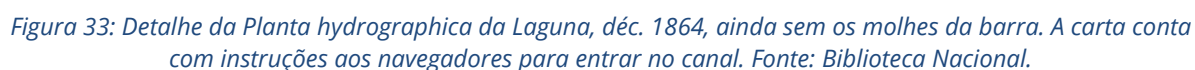
confraria adquiriu um terreno elevado para a construção de um templo em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, cuja construção teve início apenas em 1845. Ao contrário da Matriz, esta igreja acabou demolida por volta de 1940.



Figura 32: Vista contemporânea do Centro Histórico de Laguna (SC) desde a Lagoa Santo Antônio dos Anjos, julho de 2025. Foto: Instrução do registro.

Em 1835, estancieiros gaúchos se insurgiram contra o governo central, dando início à Revolução Farroupilha (1835–1845). O bloqueio do porto de Rio Grande pelos imperiais isolou a República Rio-Grandense do mar, levando os revoltosos a direcionarem seus olhos para Laguna. A conquista da cidade estabeleceu um elo relevante entre os estuários onde hoje ocorre a pesca com botos. Em julho de 1839, o corsário italiano Giuseppe Garibaldi, à frente de centenas de homens e bois, conduziu por terra os lanchões *Seival* e *Farroupilha*, desde a Lagoa dos Patos até a foz do rio Tramandaí, de onde seguiram por mar até Laguna. No trajeto, uma forte tempestade provocou o naufrágio do *Farroupilha* nas imediações de Araranguá. Mesmo assim, Garibaldi e seus companheiros alcançaram a vila portuária com o *Seival* e, em 29 de julho

Na segunda metade do século XIX, o porto de Laguna experimentou um incremento em suas atividades, impulsionado pela chegada de colonos italianos e alemães aos vales da região. Da mesma forma, em 1860, se inicia a exploração de carvão mineral nas cabeceiras do Rio Tubarão. Segundo Goularti Filho (2007), a necessidade de escoar a produção carbonífera desencadeou uma disputa entre os portos de Laguna e Imbituba, que se estenderia até os anos 1950. Localizado cerca de trinta quilômetros ao norte, este último teve sua construção iniciada em 1880, aproveitando-se as instalações da antiga armação baleeira.



No mesmo ano, investidores ingleses envolvidos na exploração das minas de carvão iniciaram a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina até Imbituba. O porto de Laguna foi ligado à ferrovia por meio de um ramal, passando a funcionar como rota alternativa para o escoamento do minério. Ainda assim, na comparação com o porto vizinho, persistia um antigo entrave à navegação de grande porte em Laguna — a difícil travessia do seu canal estuarino, já notada tanto por Saint-Hilaire (1936[1820]), no início do século, quanto por Robert Avé-Lallemant (1953[1858]), em 1858:

O comércio e a pescaria são o elemento de Laguna, para o que muito concorreria sua situação se o destino, como ao Rio Grande, não lhe impusesse empecilho. A barra ao sul da cidade, na menor largura, mede apenas oito pés de profundidade, de modo que só dá entrada a navios de pequeno calado. A barra, todavia, é menos variável que a do Rio Grande, porque o fluxo da laguna e dos riachos que nela desembocam é mais estreito e concentrado que no Rio Grande. E tanto quanto deixa ver um rápido olhar, sem dúvida poderia se fazer de Laguna um belo porto, de onde se poderia viajar por terra, parte ao longo das lagoas de Torres, e estabelecer boa linha de comunicação, evitando a barra do Rio Grande (Avé-Lallemant, 1953[1858], p. 36).

Embora os primeiros estudos de engenharia datem da década de 1880, as obras de fixação do canal só tiveram início em 1904 e se estenderam até a década de 1930, marcadas por múltiplas interrupções e atrasos decorrentes de fatores técnicos, políticos e financeiros (Goularti Filho, 2007). Por outro lado, entre 1880 e 1940, Laguna “testemunhou o desenvolvimento urbano e intelectual mais significativo desde a sua fundação” (Jaramillo, 2016, p. 42). Nesse período, surgiram os primeiros jornais, hotéis, bibliotecas e sociedades musicais, além da construção do Teatro Sete de Setembro e do primeiro Mercado Público. No centro da cidade, as construções coloniais passaram a dar espaço aos palacetes de estilo eclético, que materializavam a prosperidade e o otimismo vividos pelas classes abastadas do período.

Quanto às classes populares, Schibelinski (2021, p. 225) identifica na virada do século XX uma forte presença de trabalhadores ligados às atividades marítimo-portuárias, as chamadas “gentes do mar”, conforme a classificação empregada à época pelo Ministério da Marinha: “marinheiros, jangadeiros, canoeiros, pescadores,

carregadores portuários, carpinteiros de ribeira e calafates”, entre outros. Com o crescimento urbano, bairros mais afastados do núcleo original passaram a concentrar populações de mais baixa renda, como o Campo de Fora e o Magalhães. Vinculados à classe operária, também surgiram agremiações e sociedades recreativas, algumas delas exclusivas para afrodescendentes (Rosa, 2021).



Figura 34: Detalhe da Carta náutica Barra e Porto da Laguna, década 1920, na qual já se veem representados os molhes. A zona hoje ocupada pelo bairro Mar Grosso é indicada como “dunas errantes”. Fonte: Biblioteca Nacional.



Figura 35: Carregamentos de carvão junto ao porto de Laguna, 1935. Fonte: Acervo ETEC/Iphan Laguna. Extraído de Jaramillo, 2016.

Com o início da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), o carvão catarinense foi nacionalizado. Da mesma forma, decretos emitidos pelo Estado Novo passaram a privilegiar o porto de Laguna como escoadouro da produção mineral, por se tratar de um porto público, à diferença do de Imbituba, administrado pelo capital privado (Goularti Filho, 2007). Neste contexto, as operações portuárias aumentaram significativamente e foram transferidas das docas do centro da cidade para um novo terminal carvoeiro, localizado no Magalhães. Apesar do breve período de prosperidade, o final do conflito marcou o retorno das exportações carvoeiras para Imbituba, conduzindo o porto de Laguna a um longo período de letargia e declínio.

A partir dos anos 1960, o porto de Laguna começou sua transição para um terminal exclusivamente pesqueiro. Por sua vez, a construção da BR-101 Sul e da ponte sobre o estreito da Cabeçuda, deixou Laguna à margem do principal eixo de desenvolvimento do sul-catarinense, que se deslocou definitivamente para outros municípios (Jaramillo, 2016). Da mesma forma, o modelo rodoviarista no país enfraqueceu a navegação no interior do complexo lagunar, levando ao declínio de

algumas técnicas de construção naval tradicionais e mesmo ao desaparecimento de embarcações típicas da região, como a *canoa de convés* (Moreira e Angeli, 2019).



Figura 36: Cais do porto de Laguna em meados do século XX (s/d), com algumas canoas de convés ainda em atividade. Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC_F0894).

Não obstante, o acesso rodoviário contribuiu para a reconfiguração do perfil socioeconômico e socioespacial da cidade a partir do turismo. Conforme Jaramillo (2016, p. 52), a partir dos anos 1970, o balneário do Mar Grosso “passou a ser a segunda residência de pessoas que vivem em Laguna e nas cidades próximas, em função de se localizar junto a orla marítima, fator que estimulou o mercado imobiliário consolidando a sua ocupação”. A especulação imobiliária característica deste período também passou a ameaçar as construções antigas do centro histórico, levando à destruição e substituição de muitas delas por edifícios modernos.

Em 1985, o reconhecimento do valor histórico e cultural de Laguna culminou com o tombamento do centro histórico com base na noção de “cidade-documento”. Ou seja, como testemunho material das transformações vividas pela sociedade sul-brasileira ao

longo dos séculos (Cittadin, 2010; Jaramillo, 2016)²⁴. Já no campo da conservação ambiental, os anos 1980 marcaram uma inflexão importante na relação com os cetáceos no litoral de Santa Catarina, com o desenvolvimento do Projeto Baleia Franca, sediado em Imbituba²⁵. No ano 2000, a partir desse histórico de mobilizações, o Ibama criou a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, abrangendo oito municípios do litoral sul do estado.

O contexto de valorização do patrimônio histórico-cultural e ambiental na região oferece um pano de fundo importante para compreendermos o crescente interesse pela pesca com botos como prática que articula elementos da história local, do saber ecológico tradicional e da biodiversidade marinha. A partir deste momento, o fenômeno passa a ser reconhecido como uma singularidade ecológica e um patrimônio cultural imaterial da cidade, merecedor de proteção e aprofundamento investigativo. Para compreender a trajetória dessa prática e os sentidos que ela adquiriu ao longo do tempo para a sociedade envolvente, abordaremos agora os registros escritos mais antigos que mencionam a interação entre pescadores humanos e golfinhos em Laguna.

3.2. “Uma sociedade de botos e homens”: registros históricos da pesca com botos em Laguna

As primeiras menções escritas à interação entre humanos, botos e tainhas em Laguna aparecem na virada do século XX. Em sua *Chorographia de Santa Catharina*, o naturalista Vieira da Rosa (1905, p. 377) comenta sobre a abundância de baleias no litoral catarinense e menciona, na sequência, que “além d’esses grandes cetáceos, existe em grande quantidade o que chamamos vulgarmente de boto”. Relata que, em Laguna, os botos “aparecem em profusão”, sendo eles que, “no pontal da barra indicam a direção

²⁴ Nesse sentido, a definição do perímetro acautelado pelo tombamento do centro histórico de Laguna leva em conta a sua paisagem natural-cultural, englobando as encostas dos morros que circundam o núcleo original da cidade e parte da lagoa Santo Antônio dos Anjos.

²⁵ Baleias da espécie franca-austral (*Eubalaena australis*) foram capturadas em Imbituba até 1973.

que tomam as tainhas, de que elles são muito amantes". Conforme a descrição do naturalista:

Estes animaes quando perseguem as tainhas, arriscam-se muitas vezes a ficar encalhados. A tainha salta fóra d'agua, nada velozmente, mas nada a livrará dos mandíbulos que a cubiçam. E' bello de observar-se. Vê-se a ir manta de peixe aos saltos, e uma onda que a persegue, onda levantada pela velocidade do boto. Este com uma rabanada atira uma tainha ao ar e recebe-a com a bocca. O nosso boto, tanto o escuro como o mais claro, brinca na flôr d'agua saltando as vezes todo fóra (Vieira da Rosa, 1905, p. 377).

Quanto à pesca cooperativa em si, Pryor e colegas (1990) mencionam registros tão antigos quanto 1847. No entanto, o artigo "A pesca com o bôto" (1950), do folclorista João dos Santos Areão, fornece a descrição histórica mais conhecida e detalhada da prática. Segundo ele, já há muito tempo:

o bôto tem sido grande amigo do pescador; sem êle, a população de Laguna em certas ocasiões do ano não teria daquele alimento tão saboroso que vive nas águas do mar e que a astúcia do homem sabe, com sua artimanha captar" (Areão, 1950, p. 13).

Publicado no *Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore*, o artigo de Areão trata a pesca com botos como uma prática consolidada no canal, identificando, inclusive, mudanças na sua condução motivadas pela construção das infraestruturas estuarinas. Segundo o autor, "o melhor ponto para a pescaria com o boto era onde hoje existe o cais do carvão. Extenso, fundo, permitia aquele local, ao pescador, manobra fácil sem tropelias" (p. 12). Já a familiarização entre pescadores e golfinhos é descrita como uma forma de amestramento:

Os botos criados dentro da baía vão, aos poucos, tomando contacto com os pescadores, chegando mesmo a serem reconhecidos pelos nomes, como Canivete, Miguel, Bôta-cega, Galha cortada, etc... Dêsse contínuo contacto, eles vão se amestrando e perdendo o medo que a princípio manifestam ter (Areão, 1950, p. 8).

Areão também destaca a indumentária e a resistência física dos pescadores, submetidos continuamente ao assédio da intempérie:

Nos dias de inverno, principalmente pela manhã, quando sopra violento vento sul, é preciso ter-se uma constituição férrea para suportá-lo. Como a praia é despida de qualquer abrigo, mesmo de touceiras, os pescadores constroem seu esconderijo escavando na areia um buraco guarnecido por alguns ramos fincados na crista do morro formado pela sobra da escavação. Êsses ramos não só auxiliam a quebra do vento, como não deixam a areia se movimentar. A vestimenta do pescador é bastante precária: um velho paletó amarrado com barbante no lugar dos botões, um calção, resto de umas calças que já foram calças, e um chapéu surrado que também serve para guarnecer os cigarros e o fósforo colocados sôbre a cabeça (Areão, 1950, p. 12).

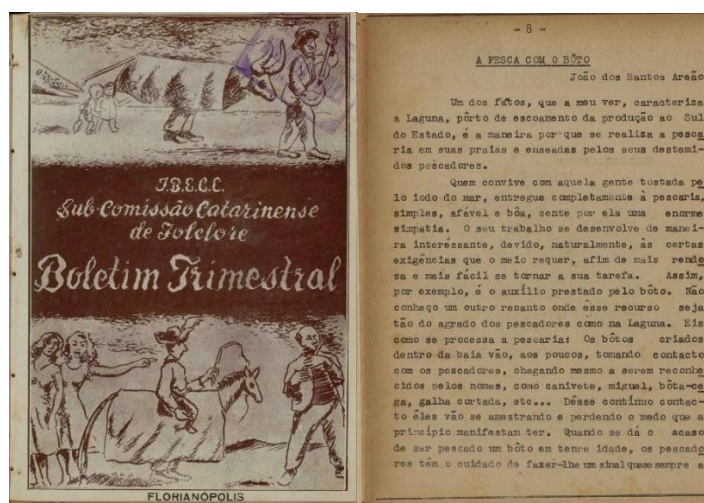


Figura 37: Fac-símile do artigo *A pesca com o bôto*, de João dos Santos Areão, publicado no *Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore*, 1950. Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense.

A ideia de amestramento reaparece em um artigo de 1957, publicado na revista *Manchete* sob o título “Santa Catarina, a diferente”. De autoria de Jorge Lacerda, então governador do estado, a pesca com botos é descrita como “um fato curioso” que se observa nas praias da Laguna:

Os pescadores de pés fincados na areia e de tarrafas em punho, pescam as tainhas que são tangidas pelos botos até a praia. E os botos (pacíficos mamíferos do mar), que corcoveiam à flor das ondas, renovam inúmeras vezes o assédio martítimo, como perdigueiros amestrados à serviço dos pescadores. (...) O surpreendente é que os pescadores se familiarizaram

de uma tal forma com esses animais que acabaram batizando-os até com nome de gente. O “Fandango” (porque meio espalhafatoso), o “Cego” (porque nada meio zozzo), “o Chinelo” (por ser um boto meio descansado), e o Miranda, já falecido, que era o mais estimado de todos. Esta é a história de uma singular sociedade, constituída de botos e homens (Lacerda, 1957, p. 44).

Em 1966, outra menção aos botos pescadores de Laguna aparece em um artigo assinado por Arnaldo São Thiago no jornal *O Estado* de Florianópolis, intitulado “Golfinhos e botos (tradição e ciência)”. Bastante impressionado por uma matéria publicada na revista *Scala Internacional* sobre “a inteligência e as possibilidades de domesticação dos golfinhos”, o autor nota que se trata da mesma espécie do “conhecidíssimo boto das águas brasileiras”. Recorda, então, “que os bôtos de Laguna ajudam os pescadores na pesca às tainhas, as quais os bôtos acossam do alto mar para a terra, até que cheguem ao ponto em que os pescadores possam lançar suas redes e pescá-las” (São Thiago, 1966, p. 7).

Cabe notar que os anos 1960 testemunharam um crescente interesse científico e popular pela inteligência dos golfinhos e suas capacidades comunicativas (Bateson, 2025). Nesse contexto, o neurocientista norte-americano John C. Lilly conduziu seus famosos e controversos experimentos, que incluíam tentativas de ensinar inglês aos golfinhos e a administração de substâncias alucinógenas para explorar formas de comunicação entre espécies. Paralelamente, em 1964, estreou o seriado televisivo *Flipper*, que rapidamente se tornou um fenômeno cultural e contribuiu para firmar o status carismático dos golfinhos no imaginário popular. A série reforçava a imagem do golfinho como animal inteligente e amigável, capaz de estabelecer laços afetivos com humanos.

Já vimos no capítulo anterior que as perspectivas mais contemporâneas sobre relações humano-animais não classificam a pesca com botos como uma forma de amestramento ou domesticação. Deste modo, a prevalência destes termos nas descrições mais antigas deve ser compreendida contextualmente, levando-se em conta as representações vigentes em cada época sobre o estatuto relativo de humanos e

animais não-humanos. Quanto a este ponto, Areão (1950) chama a atenção para o que chama de “brutal batismo” na identificação dos botos:

Quando se dá o acaso de ser pescado um bôto em tenra idade, os pescadores têm o cuidado de fazer-lhe um sinal quase sempre à faca. Em seguida soltam-no e dão-lhe um nome. O Galha-cortada foi um dos que receberam esse brutal batismo, necessário, entretanto, para o seu reconhecimento (Areão, 1950, p. 8-9).

No presente, os pescadores apresentam outro tipo de sensibilidade para com os botos. De todo modo, a sinalização das nadadeiras com talhos é uma prática que remete a intervenções “diretas positivas” (Haudricourt, 2013) típicas do sistema domesticatório ocidental, como a marcação do gado, a castração dos animais de rebanho e a amputação da cauda de ovinos e cães. Isto torna compreensível que a pesca com botos fosse percebida como uma forma de doma ou domesticação no contexto de Areão e outros autores, haja vista sua prevalência nas relações com outros animais de trabalho²⁶.

Nos anos 1970, *O Estado* publica uma nova matéria sobre a pesca com botos, intitulada “Uma sociedade de botos e homens”. Nela, o jornalista Raul Caldas Filho resgata o artigo de Jorge Lacerda na revista *Manchete* e nota que o governador omitira — talvez por razões políticas — a existência do boto Juscelino em sua descrição dos botos de Laguna, “que já naquela época zanzava por aquelas redondezas marítimas” (Caldas Filho, 1975, p. 29). Todavia, o autor esclarece que “ao contrário do que se pensa, a denominação é bastante anterior ao Governo do construtor de Brasília, não se constituindo, portanto, numa homenagem”. Adiciona, também, um detalhe importante: “trata-se de uma fêmea”.

Esta reportagem traz uma série de detalhes sobre a pesca com botos, além de um quadro com o nome de animais “ainda em ação” e “já mortos” nos anos 1970. As categorias de *trabalho* e *auxílio* se fazem presentes na descrição de Caldas Filho, assim como a percepção de antiguidade da prática por parte dos pescadores:

²⁶ Ainda assim, cabe notar que as marcas talhadas nos botos não indicavam propriedade, como a que se aplica aos animais de rebanho, mas servia para identificá-los como *botos bons* e individualmente.

O local conhecido como Molhes da Barra é um quebra-mar, construído no início do século para a entrada de navios e outras embarcações que se dirigiam ao porto de Laguna. Possui uma estreita passagem terrestre, em formato de istmo, cercada por pedras em toda a sua extensão, que se completa junto a um farol. (...) Em duas pequenas praias vê-se a fileira de pescadores de tarrafas e dorsos brilhantes e relampejantes dos botos, surgindo e submergindo no compasado corcovear. A família marinha – composta, atualmente, por uns doze mamíferos – habita e circula continuamente naquele canal e, por isso mesmo os pescadores o elegeram (em data que já se perde no tempo) como o seu rincão favorito na árdua batalha do dia-a-dia. Pois, segundo as suas próprias palavras, ali os botos “trabalham” com eles e, “se não fosse esse auxílio a gente morria de fome” (Caldas Filho, 1975, p. 29).

A partir dos depoimentos de pescadores identificados como Sebastião, Francisco, Nilo e Mané Cavalo, a matéria registra a diferença entre *botos bons* (que cooperam) e *botos ruins* (que não cooperam) e a distinção vernacular entre *boto* (costeiro) e *golfinho* ou *caldeirão* (oceânico), além da existência de um grupo de botos que não *trabalhavam* no canal, “mas do farol para fora” (Caldas Filho, 1975, p. 29). Também destaca que apesar “do bom humor demonstrado por todos os pescadores com quem conversamos”, vigorava certa precariedade dos meios de vida:

Suas fisionomias denotam que a vida que eles levam é bastante árdua. E eles não escondem seus ressentimentos. Nenhum deles tem instituto (por não disporem de uma quantia certa para pagar a mensalidade), nem carteira de pesca. (...) A maioria trabalha das seis da manhã até o anoitecer. Outros só aparecem de noite. Em dias normais o local é frequentado por uns duzentos pescadores. Desses aproximadamente cinquenta vivem exclusivamente da pesca. Os outros são pessoas aposentadas, ou estão aproveitando horas de lazer. (...) Com a chegada do verão, as coisas melhoram um pouco, principalmente por causa dos turistas, que compram muito peixe ali mesmo. O preço, atualmente, varia de cinco a dez cruzeiros²⁷, e além da tainha, eles pegam também muita corvina, meraguia e outras espécies (Caldas Filho, 1975, p. 29).

²⁷ Para fins de estimativa do preço relativo do pescado, em maio de 1975, o salário mínimo no Brasil era de Cr\$ 532,80.



Figura 38: Matéria de página inteira em O Estado (Florianópolis), em 1975, sobre a pesca com botos em Laguna. Os botos retratados não são identificados. Ao pé da página, constam os retratos dos pescadores Mané Cavallo e Francisco. Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense.

Apesar da precariedade das condições de vida dos pescadores, a matéria conclui em tom positivo: “esta é, de fato, uma ‘singular sociedade’ — retomando as palavras de Jorge Lacerda — que talvez pudesse servir de exemplo a muitas sociedades não tão harmônicas por este mundo afora” (Caldas Filho, 1975, p. 29).

Nos anos 1990, começam a aparecer os primeiros trabalhos sobre a pesca com botos em Laguna no marco das ciências biológicas. A partir de então, a descrição da

prática passa a ser predominante científica, empregando categorias próprias da ecologia, como cooperação e mutualismo. No artigo “A dolphin-human fishing cooperative in Brazil”, publicado no periódico norte-americano *Marine Mammal Science*, Karen Pryor e colegas (1990) indicam sua existência há pelo menos três gerações de pescadores e a caracterizam como “altamente ritualizada, aparentemente envolvendo comportamento aprendido tanto por humanos, quanto por golfinhos” (p. 78). Em uma população total de cerca de 200 indivíduos, o artigo estimava entre 25 a 30 *botos bons*, conforme depoimento de pescadores, tendo sido coletados 22 nomes diferentes. Por fim, os autores argumentam que embora a prática se assemelhe a outras descrições de interações pesqueiras entre golfinhos e humanos ao redor do mundo,

Esses relatos prévios em nada se parecem com a complexa coreografia da pesca entre humanos e golfinhos brasileira, em que estes trabalham individualmente, a iniciam e a controlam. Além disso, os outros casos de predação conjunta, embora seguramente envolvessem alguma parcela de comportamento aprendido, parecem ter sido esporádicos, oportunistas e sazonais, relacionados ao movimento reprodutivo de entrada das tainhas adultas. Em contraste, os golfinhos de Laguna desenvolveram técnicas que podem ser adaptadas a tainhas juvenis e outras presas que fornecem um recurso disponível ao longo de todo o ano aos golfinhos e humanos (Pryor, 1990, p. 81 — tradução própria).

É interessante notar que Pryor e colegas (1990) já não descrevem a prática em termos de amestramento ou domesticação, mas deslocam o foco para a colaboração mútua e os processos de transmissão cultural em cada espécie. Sugerem, inclusive, haver maior agência dos botos sobre os humanos na pesca cooperativa, atribuindo aos primeiros a iniciativa e o controle da interação pesqueira.

No ano seguinte, Paulo Simões Lopes (1991) publica o artigo “Interaction of coastal populations of *Tursiops truncatus* (Cetacea, Delphinidae) with the mullet artisanal fisheries in Southern Brazil”. O artigo cita a ocorrência da prática em outros pontos da costa brasileira — Tramandaí, Araranguá, Torres e até mesmo na Lagoa dos Patos — e a destaca como um evento de grande importância cultural para as suas comunidades. Também sublinha as comparações e analogias feitas entre homens e botos, sobretudo

aquelas em torno do tema do trabalho. O autor arrola os nomes dos principais botos de Laguna e comenta as possibilidades de integração entre as formas locais e científicas de reconhecimento dos indivíduos, por meio da identificação fotográfica de nadadeiras. Quanto às ameaças à espécie, Simões Lopes aponta que:

O “status” dessa população costeira de *T. truncatus* está aparentemente garantido pela importância cultural e turística que a pesca da tainha alcançou. Por outro lado, a pesca do bagre marinho (Fam. Arridae), de dezembro a maio, tem matado um número desconhecido de golfinhos por emalhamento em Laguna (Simões Lopes, 1991, p. 93).

A menção de Simões Lopes (1991) à importância turística da pesca com botos converge com os registros encontrados em jornais locais dos anos 1990, que passaram a inserir a observação da prática entre as atividades de lazer a se buscar em Laguna. Sobre os molhes da barra, o *Jornal de Laguna* de 10 de março de 1995, recomendava: “quebra-mar com mais de 1km de extensão, permitindo a passagem de veículos. Local propício para se poder apreciar a pesca da tainha com a ajuda dos botos amestrados”. Outra edição do mesmo jornal, em 2 de junho de 1995, trazia uma fotografia da atividade na praia da Tesoura sob a legenda “espetáculo da pesca”. Já em 22 de fevereiro de 1996, com o rótulo de “projeto ecoturístico”, a pesca com botos era caracterizada como um “espetáculo de beleza, onde os pescadores com auxílio dos botos pescam com suas tarrafas, belas tainhas, anchovas, e outros”.

Em 30 de maio de 1997, o periódico registrava que uma equipe da emissora de televisão Asahi/Canal 10 de Tóquio encerrara no dia anterior as filmagens “de um documentário sobre a pesca cooperativa entre botos e pescadores”. E que “a exemplo dos produtores americanos que estiveram na cidade em abril, os japoneses ficaram maravilhados com o que viram”.

Por fim, em 2 de fevereiro de 2001, um artigo assinado pelos biólogos José Antônio da Silva Santos e Renata Aires de Freitas — este primeiro, identificado como representante do Instituto Ambiental Boto Flipper — adotava um tom mais circunspecto

e preocupado, alertando para as ameaças ambientais aos botos e à continuidade da prática:

A permanência dos botos nas lagoas e o sustento de várias famílias dependem da integridade do ecossistema. Além da questão ambiental, o problema torna-se de ordem social quando a saúde do povo e as condições de trabalho dos pescadores são afetados. Se a pesca é prejudicada, a economia do município também é. No final, meio ambiente, sociedade e economia saem perdendo (Santos e Freitas, 2001, p. 9).

No artigo, os biólogos destacavam a poluição dos rios e córregos que alimentam no complexo lagunar, como os rios D'Una e Tubarão. Este último, em particular, figurava à época entre os rios mais contaminados do Brasil, por receber efluentes domésticos e industriais, além de “fertilizantes e agrotóxicos das plantações que ocorrem ao seu entorno, principalmente o arroz” (Santos e Freitas, 2001, p. 9). Ademais, os autores lembravam que o rio também atravessava “depósitos de carvão, criações de suínos e atafonas de mandioca que contaminam sua água por metais pesados”, cujo destino final era a Lagoa de Santo Antônio. O texto ainda citava boatos existentes no período sobre o desaparecimento de alguns *botos bons* famosos, mas que acabaram reaparecendo “para a felicidade dos pescadores”:

Surgiu um boato que os botos Scooby, Mandala e um filhote, haviam morrido em redes para a captura de bagre (que inclusive encontra-se em período de defeso). Seguiu-se todas as informações fornecidas pelos pescadores no sentido de encontrar os corpos. Entretanto, para a surpresa de todos, o boto Scooby e o filhote foram avistados nas proximidades do rio D'Una, na lagoa do Mirim. (...) Quanto ao boto Mandala, acredita-se que ele tenha migrado à procura de alimento e melhores condições ambientais (Santos e Freitas, 2001, p. 29).

Por sua vez, o surgimento do Instituto Boto Flipper, nos anos 1990, se conecta a um episódio marcante para a relação entre a sociedade lagunense e os botos do estuário. Em 1984, o empresário Roland Marc Degret encomendou a um pescador local a captura de um filhote de boto, para utilizá-lo como atração no Oceanário de São Vicente, no litoral de São Paulo, então sob sua direção. Treinado pelo próprio Degret, o animal foi batizado em alusão ao célebre golfinho do seriado de televisão, e logo se tornou uma figura

carismática entre os visitantes do Oceanário. Denúncias de maus-tratos, no entanto, levaram à suspensão dos espetáculos em 1991, assim como à mobilização por sua reintegração à natureza.

Em 1993, após grande comoção pública, Flipper foi transportado de helicóptero de São Paulo a Laguna e passou por um processo de readaptação em um cercado construído junto aos molhes, antes de ser solto. O norte-americano Ric O'Berry, treinador do Flipper original, foi acionado para conduzir o processo de reabilitação do animal. Embora tenha readquirido habilidades de caça e convivido com outros botos em seu período de readaptação, Flipper acabou migrando para o norte após sua soltura, sendo avistado em diversos pontos da costa sul e sudeste do Brasil com o corpo cheio de ferimentos. Foi visto pela última vez em 1995, no litoral do Paraná (Arca Brasil, 2023; Souza, 2023; Willians, 2023).

Os registros escritos sobre a pesca com botos produzidos durante o século XX permitem ver as formas como a prática foi percebida e valorizada ao longo do tempo pela sociedade envolvente. Eles refletem não apenas as transformações ocorridas em Laguna e no Brasil, mas também a mentalidade ambiental e a sensibilidade interespecífica própria de cada época. Seja como curiosidade jornalística, tema de descrições folclóricas, fenômeno ecológico raro ou atração turística, a pesca com botos tem despertado há muito tempo o interesse de diversos agentes sociais, destacando-se há décadas por sua singularidade. Contudo, os relatos reunidos até aqui oferecem um acesso fragmentado e parcial às vozes dos pescadores. Na próxima seção, cotejaremos estes registros com a memória oral dos detentores da pesca com botos em Laguna, com o objetivo de reconstituir essa história em seus próprios termos.

3.3. Os pescadores e os *botos bons*: vidas enredadas

Os detentores humanos da pesca com botos correspondem a uma pequena fração dos milhares de pescadores artesanais situados no Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina. Para melhor compreender e visualizar a dimensão temporal da cooperação, construímos uma linha do tempo da relação entre humanos e golfinhos.

Esta linha do tempo foi elaborada, em parte, com base nos registros jornalísticos e acadêmicos disponíveis. No entanto, valeu-se principalmente dos relatos orais dos pescadores contatados. Ao abranger as relações tecidas no período entre 1925 e 2025, esta cronologia lança luz sobre cem anos de conexão entre gerações de humanos e golfinhos, mediada pela atividade pesqueira e marcada pelo desenvolvimento de habilidades necessárias ao bom funcionamento da relação.

Neste esforço, foram coletados 107 diferentes nomes de botos. Como vimos no capítulo anterior, os *botos bons*, que cooperam e trabalham na pesca, se diferenciam dos demais por receberem nomes por parte dos pescadores. Os nomes podem ser homenagens a personalidades de determinada época, apelidos jocosos, alusões ao seu local preferido de pesca, ou mesmo a algum acontecimento específico ocorrido com o boto. Ao registrá-los na linha do tempo, não pretendemos advogar pela quantidade de animais como critério de importância do fenômeno da pesca cooperativa, ou tão pouco afirmar que cada nome listado remete a um único indivíduo. Afinal, por trabalharem em diversos locais e interagirem com vários grupos de pescadores, muitos botos recebem designações diferentes em pontos distintos da lagoa. Ainda assim, esse expressivo patrimônio onomástico reforça a importância cultural da arte de nomear os botos. É a marca linguística da relação íntima e pessoal que se estabelece entre golfinhos e humanos:

Ó, o boto, eu tinha uma relação de boto, tinha trezentos e poucos nomes de boto, no tempo dos avôs do meu pai né, hoje esses botos novinhos aí eu quase, eu só conheço o Escubidu, entende? O Juscelino já morreu, a Xuxa eu não vi mais, são boto, escolhe a pessoa, gosto e bota o nome do boto, tem o Cachorro, que é um boto brabo, tem o Alumínio que é o boto mais bonito que nós tinha, que ele já faleceu, ele era muito, não tinha nada mais branco do que ele, ele brilhava no sol, aí botei o nome de Alumínio, tinha a Gavioa, tinha o Cego, o Rampero (Seu Latinha, entrevista para Castells e lino, 2015, p. 78).

Por serem companheiros de convívio diário, os botos são rapidamente reconhecidos pelos pescadores quando se aproximam na lagoa ou no canal. A identificação pode se dar por um *jeitão* diferente, uma maneira específica de trabalhar, uma marca na nadadeira dorsal ou mesmo uma coloração corporal diversa:

Olha, o que não sai daí [Tesoura] é o Mamipé, filhote do Porquinho. Fúria, Natalino, de vez em quando vem dar uns pulos aí. Kojak. Chuteira teve aí mais cedo. O Jack... são os botos da geração que tá aparecendo aí. Trabalho aí é mais os botos pequenos. Os botos mais velhos são só de passagem. Não param aí e vão trabalhar nos outros pontos que tem aí pra cima, aí vai indo (...) Topete é um boto velho. Topete é do tempo do Scooby. O Scooby não é tão velho. Velha é a Botinha do Rio. Jack é uma bota velha. Figueiredo era uma bota velha. Era a mais velha aqui da lagoa. Tem uns botos velhos que o cara vai citar o nome aí, que eu cheguei a pegar na época que eu era pequeno: o Jack, o Jack era pequenininho; Princesa, Borracha, a Botinha; a bota mais velha, tinha o Topete, o Diego. O Porquinho é novo. O Mandala apareceu ontem aí, é bota velha também, mas vai lá por fora. Tem a.. agora esqueci o nome daquela bota que tem uma mancha na cola, é uma bota velha também. Sacolão, é uma bota velha! Tem uns botinhos mais velhos aí. (...) É, tava aí o Araranguá. Teve ontem aí. É um boto já antigo — uma *bota* antiga, tá até com um filhote maior. Eu pensei que era o Borracha, mas não era. Pensei: “o Borracha não tem filhote desse tamanho, folha bem larga”. (Gegê, entrevista - Laguna, maio de 2025)

Deste modo, mais que um simples processo de antropomorfização, os nomes identificados revelam mais de cem expressões diferentes das relações constituídas por meio da pesca cooperativa. Por este motivo, a linha do tempo elaborada para este dossiê possui como foco os enredamentos das vidas dos responsáveis pelo fenômeno. Diferentemente de uma cronologia pautada por datas de nascimento e falecimento, buscamos ilustrar os períodos aproximados em que determinados botos e humanos pescaram juntos em Laguna ao longo do último século. Como vimos na primeira parte do dossiê, a expectativa de vida dos botos é entre 50-60 anos, o que parece contribuir para a manutenção dos laços duradouros com os pescadores.



Figura 39: Bota Princesa, com sua característica mancha branca na nadadeira dorsal, e os pescadores Luciano, Chokito e Claudinho na Tesoura. Laguna, maio de 2025. Foto: Instrução do registro.

Quanto à designação dos pescadores humanos, privilegiamos seus apelidos na elaboração da cronologia, pois essa é a principal maneira pela qual se conhecem e se referem uns aos outros no dia-a-dia da atividade. Assim como os botos, os pescadores ganham apelidos de seus parceiros:

Eu dei nome pro Taffarel. Taffarel também foi um boto que mataram, Taffarel era um boto muito pulador, se jogava de lado, então quer dizer, na época foi na época do Taffarel agarrava aqueles pênaltis, então, é o filho do Latinha nasceu essa femeazinha e botaram o nome de Taffarel, parece o Taffarel e ficou. Mesma coisa um apelido né, o Barroso botaram pra mim, faz quinze anos que eu uso Barroso e deu pra bola. Quer vê, se tu chegar lá no pontal, ah o Marcos está? Não tem Marcos aqui... agora se perguntar pelo Barroso, até em Londres eu tô! (Pescador Seu Barroso entrevista para Castells e Iino, 2015, p. 76).

Inserimos na linha do tempo os pescadores que foram interlocutores diretos da instrução do registro e também aqueles que foram lembrados e citados durante conversas, entrevistas e registros escritos, sejam eles já falecidos ou não contatados pela pesquisa. Ao contrário dos botos, sobre os quais há certa imprecisão quanto ao número

de indivíduos que já participaram da pesca ao longo dos anos, podemos afirmar com razoável certeza que a quantidade de pescadores humanos inscritos na linha do tempo é muito inferior à quantidade de humanos que praticaram e vem praticando a pesca cooperativa em toda a extensa Lagoa de Santo Antônio dos Anjos. Mesmo assim, trata-se de uma amostra bastante significativa, que pode servir de base para explorações posteriores.

Os pescadores mais antigos contatados pela pesquisa foram Rubens Valério (Seu Rubinho), com 92 anos, e Braz Manoel de Souza (Seu Braz), com 80, ambos aposentados. Os dois vivem com suas famílias no bairro Magalhães, tradicional região de pescadores e marítimos de Laguna. Seu Rubinho nasceu na Passagem da Barra, do outro lado do canal. Relata pescar desde os 12-13 anos, pertencendo, portanto, à geração de pescadores que Areão (1950) descreve em seu artigo.

LINHA DO TEMPO (1925-2025)
PESCADORES E BOTOS
LAGUNA/SC



Seu Rubinho aprendeu o ofício com o pai, Ciro Valério, a quem classificou como excelente tarrafeador. Também conta que o pai trabalhou no porto e auxiliou na construção de duas infraestruturas marítimas emblemáticas de Laguna: o Farol de Santa Marta e os molhes da barra. Lembra de ver os botos ajudarem os pescadores desde garoto. Entretanto, recorda-se com mais detalhe do boto Galha Torta, assim apelidado pelo aspecto pouco firme da sua nadadeira dorsal. Em seu depoimento, também mencionou a bota Dolores, “uma bota bonita, grande, que tinha um filhote” (entrevista, Laguna, maio de 2025). Seu Rubinho trabalhava com os botos tanto na modalidade dentro de embarcação, na canoa, quanto de pés descalços dentro da água, na Tesoura. Pescou até meados dos anos 2010, embora ainda retorne aos molhes com alguma frequência, para observar a pescaria e interagir com os detentores ainda em atividade.



Figura 40: Rubens Valério (Seu Rubinho), no abrigo dos pescadores do Quarto, Laguna (SC), maio de 2025. Foto: Instrução do registro.

Seu Braz, por sua vez, começou a pescar aos 15 anos. Durante quase três décadas, trabalhou no porto de Imbituba, como ensacador. Quando tinha folga do serviço, aproveitava para pescar com os botos. A partir da aposentadoria por tempo de serviço, pôde se dedicar com mais frequência à atividade. Como Seu Rubinho, Seu Braz possui

uma vívida recordação de Galha Torta, a quem atribui muita *ciência* e certa dominância sobre os outros botos da sua época:

Ele olhava o peixe, olhava, cheirava, e ia embora pro mar grosso. Quem não conhecia ele, achava que ele ia embora. É por que assim: a maré tando forte o peixe fica na pedra e não se olha. Ele não se movimenta. Quando a maré começa a perder a força, aí o peixe se movimenta pra viajar. E eu acho interessante: ele [Galha Torta] ia pro mar grosso; quando faltava ali, uns dez minutos pra maré parar, pro peixe movimentar, ele vinha. Vinha que vinha, de boca aberta e vai, chegava até a tomar conta da área. Os botos tinham que ficar tudo pelo lado de fora dele. Ele que ficava na frente. Aí nós já sabia: “olha aí vem o Galha Torta”. Todo mundo já pegava a tarrafa na mão. Não levava dez minutos, ele pegava um monte de peixe, aí nós dava tarrafada (Braz, entrevista — Laguna, maio de 2025).



Figura 41: Braz Manoel de Souza (Seu Braz) em sua residência, Laguna (SC), maio de 2025. Foto: Instrução do registro.

Outro boto destacado por Seu Braz foi Marusca. Segundo seu relato, esta fêmea desenvolvera um jeito próprio de atrair os pescadores para o trabalho:

Também nós tivemos um boto com nome de Marusca. Bem grandona também, esse boto. Esse boto era interessante. Isso nós vimos muitas vezes. Ele pegava peixe pro lado de lá, lá onde a balsa atraca. Lá também

é Pontal. Ele às vezes pegava peixe lá, mas era de manhã. Às vezes era de tarde, mas não tinha mais ninguém. Ele pulava com peixe. [Se] não tinha ninguém pra tarrafeiar, pulava de novo. Não tinha ninguém pra tarrafeiar — vocês sabem quando o boto vem em cima, ele tem aquele furo na cabeça que é o nariz pra ele respirar né? — então, o que ele fazia? Ele soltava com bastante velocidade aquele ar e transformava num assobio [faz som com a boca] pra chamar o pescador. Era! E pior que tinha pescador que via e nós ia: “ó Marusca tá com peixe!”. A pessoa pegava o bote e ia lá tarrafeiar, dar tarrafada de peixe. Ele chamava a pessoa com aquele assobio. Ele sabia que não tinha pescador nenhum. Então, ele fazia aquilo para chamar atenção. Esse boto, como era inteligente (Braz, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Como no caso do Galha Torta, o relato de Seu Braz sobre o boto Chinelo ilustra alguns aspectos do modo como os pescadores davam nome aos *botos bons*, a partir da observação de seus detalhes anatômicos e comportamentos, entre outras inspirações:

Esse Chinelo era uma fêmea, e nós colocamos de Chinelo. Sabe por quê? Porque ela era bem pequeninha e o costume dela, quando ela vinha respirando, ela vinha e batia a cola na água [som de batida na água], como se fosse um chinelo. Aí era o Chinelo. Ficou Chinelo, mas era uma fêmea, teve filho e tudo (...). Depois nós tivemos o tal do Figueiredo também, muito bom, também morreu (Braz, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Entre os pescadores ainda em atividade na Tesoura, Safico, com 75 anos, se destaca como um dos mais veteranos e experientes. Conta que começou a tarrafeiar entre os 12-13 anos, apesar das restrições colocadas pelo seu pai, Francisco Martins dos Santos:

Até que quando ele ficou doente, aí eu já tinha uns 15 anos, aí ele já quase não podia pescar, ele dizia para mim: ‘Vá lá ver se pega um peixinho, vai’. Porque meu pai não gostava de comer carne, só gostava de comer peixe, peixe, peixe, peixe, peixe, peixe. E toda a vida que eu saía de casa, eu ia pra escola, voltava. ‘Ah, então vou lá pegar um peixinho’. Aí atravessava ali, aí passava ali no pontal de cima, aí ali pelo cais, tarrafeando. Pouca demora, eu já voltava com um balaio, que eu levava um balaio. Aí já vinha a anchoveta, vinha tainhota, vinha tudo. Aí foi dali que eu comecei a pescar, mas ele não deixava pescar. Só deixou a partir dessa idade que ele ficou doente, senão não (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Sobre os botos que pescavam com seu pai, Safico se recorda de Fandango, Tibiu e Gavioa. Como Seu Braz e Seu Rubinho, também menciona Figueiredo, Galha Torta, Chinelo e Marusca como *botos bons* do passado, além de Eletrônico, Goela, Judeu e Inrilha. Dos falecidos recentemente, destaca a memória de Caroba e Scooby. Para Safico, os botos gostam de estar na companhia das pessoas, independentemente do ganho forrageiro advindo da interação:

Eles gostam de pescar com o pessoal, com as pessoas que estão ali. Eles gostam. Já se acostumaram tanto que quando eles chegam ali que não tem ninguém, eles vão embora logo. E quando tem gente eles ficam, nem que seja brincando, eles ficam pulando sem nada. A gente diz sem nada não, mas eles sempre pulam. Às vezes é peixe miudinho que passa na malha da tarrafa. Ah, não pegou nada. Mas às vezes é peixe miudinho que vai passando e o cara não pega. Ele está pescando com uma malha grande, então... Aí paratizinho, tudo que é peixe miudinho, sardinha, ele pula em tudo. Porque os botos pequenos não escolhem peixe, eles pulam em qualquer um. Uma hora vai ser peixe grande, uma hora vai ser miudo. Só que quando está ali na pedra que a gente está olhando, a gente já sabe, quando ele pula agora, que aquele ali... Veja o volume, veja a água, o movimento da água, 'vai peixe ali, vai na certa' (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).



Figura 42: Tarrafada de Safico na Tesoura, Laguna (SC), anos 1980. Fonte: Acervo pessoal Wilson Francisco dos Santos (Safico).

Para os iniciados na atividade entre os anos 1970 e 1990, botos como Caroba, Scooby, Bota-do-rio, Taffarel, Figueiredo, Chega Mais, Mandalão, entre outros, tiveram um papel formativo importante. A passagem das gerações e a chegada dos novos botos são notados e registrados com atenção:

A maioria já morreram tudo. O Scooby, o Chinelo, o Galha Torta. Esses aí já morreram tudo. Agora tem uns botos mais novos. O botinho que tava aí é o filho do Porquinho... Tá todo dia aí com nós... O Natalino. O botinho mais novinho que temos aí. Tá um botinho bom, tá crescendo bonzinho. Ele é o melhor botinho pequeno que temos pra trabalhar. A mãe dele tens uns quantos botinhos. Esse é o mais velhinho, mas ela tá com outro também. Pra ser bom ele tem que apertar o peixe pra gente tarrafeiar.... A maioria deles são marcadinhos, a gente já pesca há tempo com eles, a pessoa vem a conhecer. Essa pesca aí já vem a tempo. Eu comecei a pescar aí com meus 15 anos, já estou com 65 anos.... Aí vem o boto aí de novo. (Teba - entrevista - Laguna, maio de 2025).



Figura 43: Bota Caroba interagindo com pescadores na Tesoura, em Laguna (SC), 1987. Foto: Paulo Simões Lopes.

Além de professores e parceiros de trabalho, os botos também são considerados amigos e irmãos por parte dos pescadores. São vidas enredadas no dia a dia e nos eventos prosaicos do cotidiano, mas também em acontecimentos emblemáticos entre

indivíduos, que perduram em histórias contadas e rememoradas periodicamente. Como quando Pandorga, pescador já falecido, teve sua tarrafa acidentalmente enredada na bota Caroba, fazendo com que fosse arrastado por muitos metros sob a água do canal. Conforme a história conhecida e contada por muitos pescadores, Pandorga só sobreviveu devido ao chapéu de palha que utilizava no momento, o qual, dividindo o fluxo de água em seu rosto, não o deixou se afogar. Recentemente, ocorreu um fato semelhante com o pescador Papa e a jovem bota Mamipé, que o arrastou para o meio do canal, sendo salvo pelos companheiros pescadores:

Aí rapidinho ele [Eré, filho de Pandorga] ligou o motor. Ele e o Gegê, rapidinho foram, aí chegou lá a tarrafa ainda tava engalhada nos dois dedos do Papa ainda, e tava firme né porque o botinho firmou e apertou então degolou o dedo, ficou no osso do dedo garrado dos dois, aí o que aconteceu, quando o botinho ia mergulhar pra levar ele de novo, se o botinho mergulhasse o Papa não tava mais aqui pra contar história, mas quando ele tentou mergulhar o Gegê veio e garrou ele na bateira, pegou ele pelo braço aqui ó, e a botinha foi levando eles com bateira e tudo e ela é pequeninha, ela é filhotinha, olha a força que tem o bicho. Daí levou, levou, levou até lá embaixo na bóia, aí chegou lá embaixo na bóia lá, o Gegê é mais calmo né, mais calmo, mais paciente, o Eré já tava ficando assustado porque a bateira já tava rodopiando, aí o Eré tava meio assustadão, daí o Gegê pediu pra ele “vamo acalma, vamo ajuda ele ali” Aí o Marcos, pescador mais velho, chegou lá e falou “O Gegê, vai lá na proa da bateira, ela é uma botinha novinha, ela vai vim buscar fôlego, só chega e puxa”. Aí o Gegê foi, foi na proa da bateira, ela pegou e levantou e ele puxou a tarrafa, na hora já saiu, ela pulando. (...) Já saiu pulando, já saiu feliz, e não demorou duas horas ela já tava ali de novo. Porque ela é novinha né, não tem muita experiência, ela pegou e voltou de novo. Ficou com nós finalzinho da tarde ela apareceu ali, mas ela já apareceu mais ressabiadinha, já não vinha muito em terra. Agora ela já se soltou de novo, vocês viram ela lá embaixo ela tá trabalhando direto. Já vinha mais sossegadinha, já o Papa nasceu de novo. (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2025)



Figura 44: Pintura em homenagem à bota Caroba, com suas datas de nascimento e falecimento (1965-2022), no casco da bateira Pandorga, apelido do pai do pescador Eré, Tesoura, Laguna (SC), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.

Em anos recentes, dois acontecimentos marcantes também mostraram que humanos e botos vivenciam momentos de comoção, tristeza e alegria, compartilhados em comunidade. Em 2022, a bota Caroba, já acometida pelo fungo da lobomicose (trataremos mais adiante sobre esta doença), subiu o Rio Tubarão sem cessar, em meio à poluição e sedimentos, para finalmente morrer, apesar dos esforços de pescadores e pesquisadores da UDESC e da UFSC para tentar salvá-la. Por sua vez, o documentário “Os Botos Bons”, de 2022, retrata uma cena em que o pescador Rivelino João Castro, o Ximia, arrisca sua vida ao jogar-se no canal para ajudar a bota Fúria a se desprender de uma rede, com sucesso²⁸.

²⁸ O documentário, realizado por Pedro Furtado (2022), pode ser assistido no youtube através do link: <https://youtu.be/pLBZRZHIQbY?si=Y9tMK4fT0PymbO7e>.



Figura 45: Pescador Ximia e o boto Pirce, Laguna (SC), abril de 2025. Foto: instrução do registro.

Emalhes acidentais seguidos de resgates bem-sucedidos são acontecimentos que, ao invés de enfraquecer a relação e afastar humanos e botos, parecem fortalecer os laços entre uns e outros e intensificá-los. Em seu artigo, Areão (1950) já sublinhava o enredamento acidental como um dos riscos envolvidos na prática:

Por várias vezes, tem acontecido ser o bôto coberto pela tarrafa. Quando isso acontece, são sempre desastrosas as suas consequências, pois, a velocidade do seu nado e a força de que dispõe, não permitem tempo ao pescador para tirar do pulso a laçada da fieira. Também, não é fácil a saída do bôto de dentro da tarrafa, porque, em geral são elas feitas de tecum muito bem fiado, o rufo bastante grande e seguro por fortes tensos, não falando na entralha de bôa fibra amparada por uma sólida chumbada (Areão, 1950, p. 11-12).

Durante o aprendizado dos botos, é comum ver as fêmeas se interpondo entre as redes e seus filhotes para protegê-los do risco de captura. Mesmo aprendendo a evitar as tarrafas, alguns animais carregam em seus corpos marcas dos contatos com os petrechos de pesca e outros artefatos humanos. O boto Eletrônico, por exemplo, recebeu este nome devido às linhas e anzóis que ficaram presos no seu corpo (mesmo caso do

boto Fotoarma, de Tramandaí, cujo corpo coberto de anzóis e linhas inspirou seu batismo em alusão a uma loja de equipamentos fotográficos e de caça e pesca). Além de desviar das tarrafas, os botos de Laguna foram aprendendo outras técnicas de convívio com os pescadores e seus artefatos ao longo do tempo. Conforme depoimento de Safico para Letícia Vianna (2020):

Para mim a pesca com boto tem mais de 100 anos. O pai é de 1909. Ele deve ter lançado a Tarrafa com 15 anos. Em 1924 ele já tarrafeava com boto aqui. Naquela época os botos trabalhavam de outra maneira. Os botos traziam o peixe e depois rasgavam a tarrafa... meu pai contava. Aí os pescadores jogavam areia e jogava; pegavam pau e assustavam o boto para não rasgar. Com isso aí, o boto foi desenvolvendo outro jeito de tirar o peixe da tarrafa sem rasgar a rede (Safico, entrevista para Vianna, 2020, p. 119).

No presente, o hábito de manter um bambu ou pau para afastar os botos e evitar que danifiquem as tarrafas não se verifica mais. Com o passar dos anos, os *botos bons* foram aprimorando suas formas de interação e aproximação com os humanos e seu mundo técnico, assim como estes também foram se adaptando e aprendendo a lidar com o *jeitão* de cada boto, singularmente.

3.4. Na Tesoura e além: os *pontos de trabalhar* com os botos

Um dos aspectos mais importantes da relação entre botos e pescadores em Laguna é sua recorrência cotidiana nos mesmos pontos de pesca da lagoa e do canal da barra. Aqueles onde ocorre a cooperação com os golfinhos são chamados pelos pescadores de *pontos de trabalhar com o boto*. Esses pontos são locais de encontro entre botos, humanos e tainhas, os quais compartilham, por meio da pesca, a fronteira entre o meio aquático e a vida em terra. Os pescadores observam que os botos se *aquerenciam* a certos lugares:

Ele [Natalino] tá vindo aqui direto, os pescadores tão falando que ele tá vindo direto, tá vindo aí todo dia [Arrebentão]. O boto às vezes pega uma querência né, uma querência de ir pra um lugar e ele começa a ir, igual aqui o peixe é gordo né, o boto procura onde o peixe é gordo. Por isso o Caroba não saía daqui, Caroba amanhecia aí ó, cinco horas da manhã ele

já tava aí. Vinha brincando, pegando peixe. (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2025)

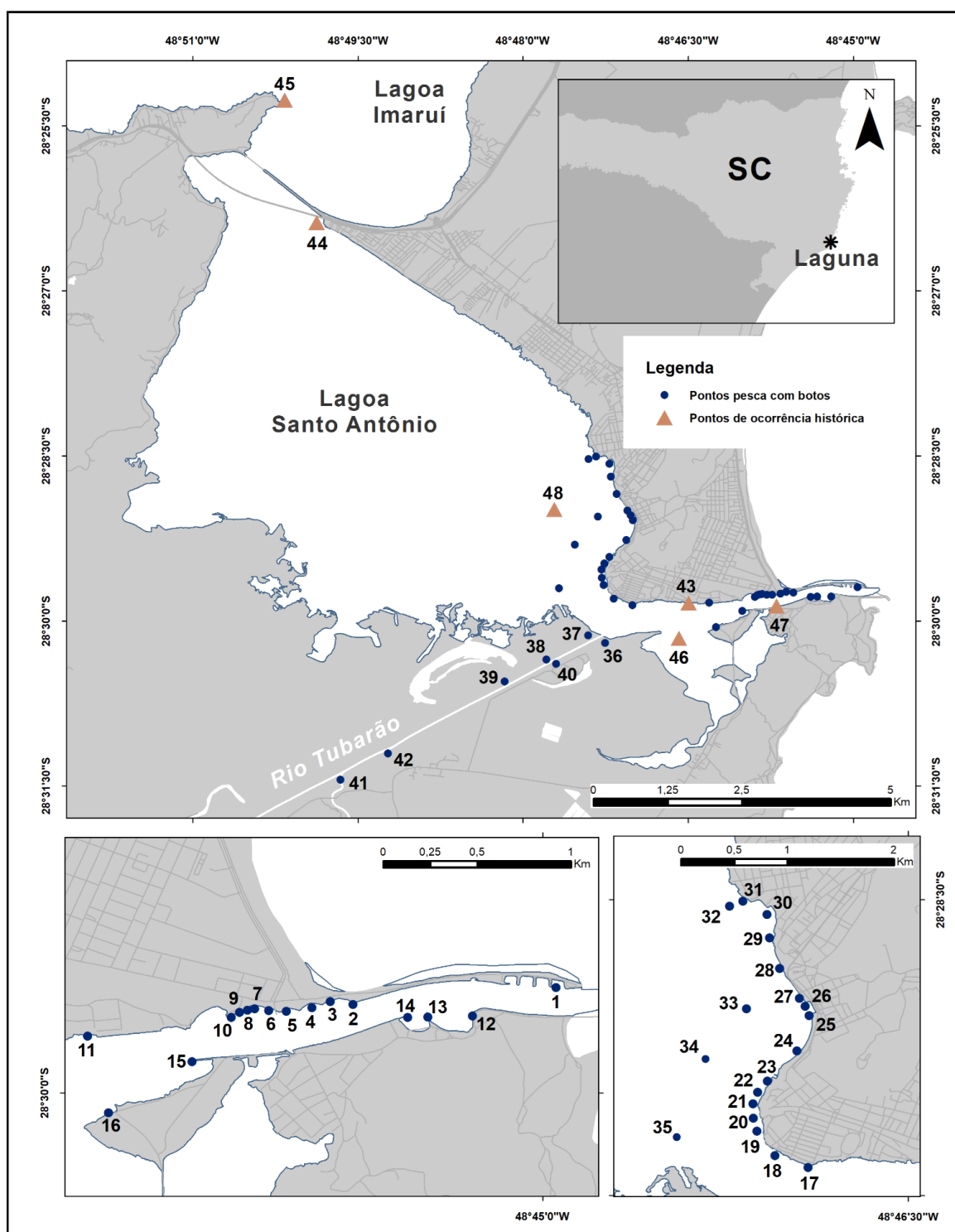
Os *pontos de trabalhar com o boto* são tanto pesqueiros naturais, como pedras (lajes) e buracos, quanto pesqueiros artificiais, como os molhes, trapiches e decks de concreto. Essas estruturas são utilizadas como esconderijo pelos peixes, que, por sua vez, atraem os botos. Logo, devido às suas características físicas, esses locais propiciam o encontro interespecífico de humanos e botos em busca das tainhas. Posicionados dentro de embarcações, em cima de estruturas ou dentro d'água, os pescadores conseguem alcançar lugares limítrofes onde os botos circulam. Portanto, existem duas formas de se tarrafeiar nos pontos de trabalhar com o boto:

1. *Dentro de embarcações*, lançando a tarrafa de cima do barco, bote ou bateira (B);
2. *Em terra*, que por sua vez pode ser em três modalidades diferentes:
 - a. *dentro da água* (A);
 - b. *sobre pedras* (P);
 - c. *sobre estruturas* construídas, como trapiches (T).

Durante a instrução do registro, os pescadores identificaram 48 *pontos de trabalhar* com os botos na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, desde a entrada da barra, pelos molhes, até a ponte Anita Garibaldi. Em anos recentes, a pesca cooperativa deixou de ocorrer apenas em seis dos pontos identificados (quadro 4). Nos outros 42, ela ocorre diariamente (quadro 3). Cada um desses locais possui suas especificidades e compõem um universo de diferentes interações entre meio ambiente, organização social da pesca, botos e pescadores que se *aquerenciam*. Apesar de cada ponto render sua própria etnografia, para o presente dossiê, elencamos algumas variáveis importantes para a sua compreensão como totalidade.

Se o ponto estiver situado em águas mais profundas, serão possíveis as modalidades *dentro de embarcação* (B), *sobre pedras* (P) ou *sobre estruturas* (T). Quando existe uma plataforma de areia rasa, que permite ao pescador caminhar parcialmente emerso até o local onde os botos circulam, ocorre a modalidade *dentro da água* (A). Ao longo dos anos, alguns pontos mudaram de modalidade em função de assoreamentos ou aprofundamentos do canal.

O mapa a seguir (mapa 3) identifica os *pontos de trabalhar com o boto* indicados pelos pescadores. Cabe observar que muitos lugares são denominados de forma distinta por grupos diferentes de pescadores, assim como é possível a existência de pontos não identificados pelos interlocutores mais diretos da instrução do registro.



Mapa 3: Pontos de pesca com botos identificados pelos detentores em Lagoa (SC), atuais e históricos. Elaboração própria, 2025.

ID mapa	Nome do ponto	Modalidade no passado	Modalidade no presente
1	Dezenove	P	
2	Volta	P	
3	Tesoura	A	
4	Quarto Espigão	A	
5	Terceiro Espigão	A	
6	Segundo Espigão	A + B	
7	Primeiro Espigão/Kika	A	
8	Mole	A + B	
9	Areia	A + B	
10	Toca da Bruxa	P + A	B
11	Chatão	A	B
12	Seis	P	
13	Quatro	P	
14	Dois	B	
15	Guia/Ponta do Guia	A	B
16	Tonico/Balsa	A + B	
17	Aterrinho	B + T	
18	Prainha/Aterro	A	B
19	Aterro/Alagamar	A	B
20	Ponta das Pedras	A	B
21	Zé Boto/Rancho do Zé	B	
22	Japão	B	
23	late	B	
24	Barco/ambiental	B	
25	Cais/capitania	A	B
26	Pedalinho	B	
27	Docas	B	
28	Ponta da Laje	P + B	
29	Areial	A + T + B	
30	Saquinho	B	
31	Arrebentão	A	
32	Coroa do Arrebentão	A + B	
33	Bóia	A + B	
34	Fernandes	A + B	
35	Lastro	A + B	

36	Coroa do Rio	A + B	B
37	Boca do Rio	A + B	B
38	Aroeira	A + B	B
39	Capacete	A + B	B
40	Sofá	A + B	B
41	Ponta do corredor	B	
42	Fio da Carniça	B	

Quadro 3: Pontos ativos de pesca com botos em Laguna (SC) e modalidades praticadas.

Em alguns pontos, a interação parou de acontecer em anos recentes (quadro 4) ou vem acontecendo apenas raramente. Segundo os pescadores, são duas as causas para tanto: o assoreamento ou aprofundamento, ambos resultantes de processos naturais e/ou de intervenções humanas, como a dragagem para permitir passagem de embarcações, que alteraram a hidrodinâmica e a morfologia local. Ainda mais recentemente, a interação parou de ocorrer em dois pontos devido à morte ou desaparecimento de dois *botos bons*: sob a Ponte Anita Garibaldi e na Ponta do Daniel, onde apenas Scooby e Caroba trabalhavam, respectivamente.

ID mapa	Nome do ponto	Modalidade praticada no passado
1	Coreia	B
2	Ponte	B
3	Ponta do Daniel	P + B
4	Capim do Meio	A + B
5	Geraldo	B
6	Baliza	B

Quadro 4: Pontos de ocorrência histórica da pesca com botos em Laguna (SC) e modalidades praticadas.

Conforme relatos, no passado, os pescadores que atuavam no antigo Pontal da Barra, isto é, no trecho do canal entre a Tesoura (3) e a Toca da Bruxa (10), não

permaneciam dentro da água esperando os botos, mas os aguardavam nas dunas. Assim que os animais chegavam, corriam para dentro da água, movimentando-se até onde os cardumes eram encurralados. Segundo os pescadores, a mudança para a espera dentro d'água pode ser consequência da introdução do macacão impermeável de borracha, mas também é creditada à falta de paciência dos pescadores atuais em esperar o boto chegar e mostrar o peixe antes de correr para tarrafejar.



Figura 46: Corrida de pescadores entre o Quarto e a Toca da Bruxa para acompanhar o deslocamento do boto, Laguna (SC), maio de 2025. Foto: Instrução do registro.

Os pontos de trabalhar com boto mais frequentados em Laguna são a Tesoura (3) e o Quarto (4), podendo chegar a uma quantidade de até quarenta pescadores ao mesmo tempo dentro d'água. É neste trecho do canal que, segundo os pescadores, passam e encostam a maior quantidade de peixes, tanto *de saída*, quanto *de entrada* na lagoa. Em ambos, a pesca se dá com os praticantes posicionados de pé, dentro d'água. Os pescadores permanecem enfileirados, um ao lado do outro, segurando a tarrafa com água entre a cintura e o peito. Normalmente, utilizam macacão de borracha para

permanecerem secos e suportarem as condições climáticas fustigantes de Laguna durante a temporada da tainha.

Com acesso fácil para turistas e curiosos, a Tesoura se localiza no final da Avenida Maurílio Kouri, que se estende por toda a beira-mar da Praia do Mar Grosso. Está situada próxima ao início dos molhes e nas imediações da Praça Seival, em cujo centro se ergue o Monumento ao Boto Pescador. É ali que muitas pessoas param para observar a pesca com botos e também aproveitam para comprar pescado, sendo o único ponto onde os pescadores o vendem diretamente para o consumidor final. Durante toda a semana, a Tesoura recebe crianças em excursões escolares, grupos de guiamento turístico e moradores de Laguna que apreciam acompanhar a pesca. No final de semana, o movimento se intensifica, sendo comum ver grupos de pessoas observarem a pesca conjunta desde cadeiras de praia embaixo de guarda-sóis, em paralelo a um comércio expressivo de peixes.



*Figura 47: Vista aérea da Tesoura, Laguna (SC) na década de 1990. Atualmente, o uso de plataformas é vedado.
Fonte: Acervo pessoal Wilson Francisco dos Santos (Safico),*



Figura 48: Vista contemporânea da Tesoura, Laguna (SC) e sua fila de pescadores, maio de 2024. Foto: Instrução do registro.

A Tesoura e o Quarto são separados por um espigão rochoso. Apesar de estarem situados na mesma extensão de areia, é incomum que pescadores da Tesoura atuem no Quarto, e vice-versa. Em algumas situações, quando o boto leva os peixes de um lado para o outro, alguns pescadores podem se movimentar e correr para o outro ponto. Porém, o mais frequente é que cada pescador permaneça parado, esperando o boto *apertar* o peixe na sua frente. Na Tesoura, a posição de onde o pescador espera o boto dar o sinal para tarrafear é chamada de *vaga*, o que remete a um antigo sistema de organização pesqueira, cujas regras exploraremos a seguir.

3.5. *Pulo, batida e vagas*: as formas da captura e a organização social da pesca

A organização por vagas que ocorre na Tesoura se repete em outros pontos de pesca. Porém, devido à maior quantidade de pescadores que afluem simultaneamente a este ponto, estruturou-se, ao longo do tempo, um sistema de regras essencial para a

manutenção do ritmo coletivo da pesca e a resolução de conflitos. Os pescadores podem formar *equipes* — grupos de até quatro ou mais parceiros, para trabalharem conjuntamente ao longo de um dia de pescaria. As equipes não são fixas e são formadas conforme os presentes no dia e afinidades. As atividades são divididas entre os membros do grupo: há os que ficam tarrafeando *na vaga* ou *por fora*, como explicaremos mais adiante, e aqueles que ficam em terra, organizando, limpando (*consertando*) e vendendo o peixe capturado. No fim do dia, o dinheiro da venda dos peixes, ou aqueles que sobram, são divididos igualitariamente.



Figura 49: Pescador Gegê limpando peixes na Tesoura, Laguna (SC), enquanto outros companheiros de sua equipe ocupam as vagas, maio de 2024. Ao fundo, o espigão que separa a Tesoura do Quarto. Foto: Instrução do registro.

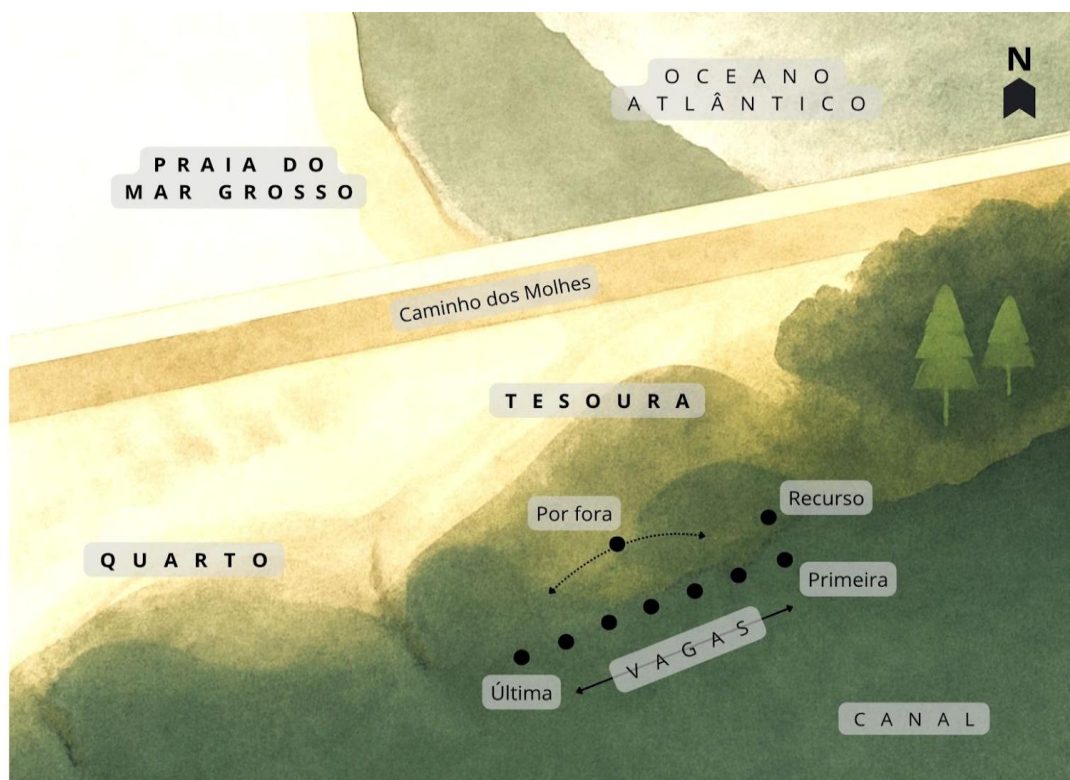
Dentro da água, quase no limite da plataforma rasa, os pescadores se organizam em uma fileira paralela à linha da praia, ocupando *vagas*. As melhores vagas da Tesoura são as quatro primeiras, da esquerda para a direita do ponto de vista de quem está na areia. Ou seja, as que estão mais próximas da boca da barra. Estas são vagas privilegiadas

por estarem mais próximas a um pesqueiro no fundo do canal e ao espigão que demarca o limite da Tesoura, ambos formados por pedras. Em ambos, as tainhas se escondem e os botos trabalham para desentocá-las. Para garantir as melhores vagas, os pescadores amanhecem na Tesoura ou chegam ao raiar do dia, uma vez que são ocupadas por ordem de chegada. Com o passar das horas, forma-se uma fila de pescadores na areia, aguardando sua vez de tarrafeiar nas quatro primeiras vagas. A partir da quarta vaga, os pescadores ocupam as remanescentes por ordem de chegada. Neste caso, porém, não é comum que se forme uma fila de espera.

A vaga é perdida e passada para o próximo da fila quando o pescador captura duas ou mais tainhas, independentemente de seu tamanho. Até este limite, ele pode tarrafeiar quantas vezes quiser e puder. Se tarrafeiar apenas uma tainha, o pescador fica *pendurado*, e quando a tarrafeiar a próxima, perde a vaga. Os pescadores lançam a tarrafa apenas quando o boto sinaliza na sua frente. As melhores vagas são assim consideradas em função das características físicas do local e da identificação, por parte dos pescadores, de uma frequência maior de tarrafadas bem-sucedidas, isto é, com mais tainhas capturadas. No entanto, os botos também mostram o peixe nas vagas mais próximas do Quarto, ou para além dele, nos demais pontos de pesca.

Outra forma de se inserir na Tesoura para tarrafeiar é no *recurso* da primeira vaga. Quem ocupa esta posição, pode efetuar um lanço logo em seguida ao ocupante da primeira vaga. No *recurso*, podem ficar os integrantes da equipe daquele que ocupou a primeira vaga, ou então o segundo da fila, o terceiro e assim por diante, conforme a vontade de quem tem a prioridade. Por fim, também é possível tarrafeiar *por fora* das vagas, posição móvel que exige muita habilidade e tato social do pescador que irá ocupá-la. A última forma de se posicionar é na *guarda*, quando a pessoa que está no direito de tarrafeiar na vaga dispensa essa prerrogativa ou se ausenta por algum motivo. Neste caso, os próximos da fila ficam de *guarda* para o momento em que o boto mostrar o peixe:

Ah, o cara tá disponiadinho. Fica em terra, não vai fazer a vaga. (...) O boto pula num cardumão de peixe, aí espera quebrada de maré, e o que tá na vaga não quis fazer, pega nada. Aí a turma já berra “guarda, guarda belo!” (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025).



Esquema 5: Sistema de vagas fixas na Tesoura, Laguna (SC). Elaboração própria.



Esquema 6: Sistema de vagas em operação em um dia na Tesoura, Laguna, abril de 2025. Foto: Instrução do registro

Se está *por fora*, o pescador pode ficar transitando de um lado a outro, acompanhando a movimentação dos botos, mas deve respeitar a todo momento a prioridade de lanço dos ocupantes das vagas. É permitido tarrafeiar logo após estes, ou, então, nos intervalos em que estão recolhendo e preparando a tarrafa após um lanço bem ou mal sucedido. *Por fora*, o pescador também toma cuidado para não atrapalhar a tarrafada de alguém e não prender sua tarrafa na de outra pessoa. Normalmente, os pescadores que conseguem ficar *por fora* com sucesso são aqueles que possuem mais habilidade, prestígio ou bom relacionamento com os demais companheiros.

Tanto a escolha da vaga, quanto a do momento de lançar a tarrafa, são realizados a partir de uma avaliação estratégica que envolve diversos fatores, tais como: condições ambientais do dia e da época do ano; o objetivo que se tem na duração da diária da pesca e a quantidade de peixes almejados; o horário que se chegou na Tesoura e quantas pessoas já estavam guardando a vaga; quem está na equipe e sua função naquele dia; a habilidade que se tem como tarrafeador; entre outros elementos que definem que escolha técnica será efetuada em cada momento. Como pondera Gegê:

Mas é isso. Geralmente dois peixes, o cara perde a vaga. Se pegar um, volta de novo pro lugar pra dar outra tarrafada. Se pegar outro, meu amigo, tem vezes que o cara fica o dia inteiro: pegou uma vaga, esperou a quebrada de maré, pega dois peixes e perde a vaga. Ficou o dia inteiro, chegou quatro horas da manhã pra dar uma tarrafada de peixe. O cara que chegou seis, sete horas ficou em segundo ou terceiro. Aí o da segunda vaga pega mais uns cinco ou seis peixes. O da terceira vaga, que chegou dez horas da manhã, tarrafada de cem, cento e poucos peixes. Acontece isso. Muitas vezes acontece isso. É assim, o cara espera o momento certo, mas no fim... (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Portanto, a escolha do pescador não será necessariamente sempre ocupar a primeira vaga ou aguardar na sua fila, mas, dependendo da combinação de fatores, a sua escolha no dia poderá ser tarrafeiar *por fora* ou ocupar uma vaga mais recuada. Os fatores que incidem sobre as escolhas técnicas adotadas não atuam de forma isolada, mas interagem continuamente entre si. Cada decisão ou efeito gera respostas que voltam a

influenciar o sistema como um todo, em um movimento de retroalimentação e repetição de padrões, o que Bateson (2025) descreve como um sistema cibernético.

O lançamento da tarrafa em si, por sua vez, depende da sinalização do boto que aparecer para trabalhar. Tarrafadas sem auxílio dos botos (*às cegas*) podem ocorrer eventualmente, se o pescador conseguir perceber sinais dos peixes na água, ou então, quando está *na espera*, isto é, em um ponto de passagem de cardumes. Em Laguna, o boto sinaliza o momento certo para o pescador lançar a tarrafa de duas formas: no *pulo* e na *batida*.

Ao fazer o gesto mais comum para sinalizar (o *pulo*), o boto exhibe seu dorso, como se fizessem um mergulho mais decidido, mais enérgico. Apesar de os golfinhos emergirem desta mesma forma na superfície da água para respirar, ainda assim, os pescadores diferenciam quando a ação é intencional para *mostrar peixe*. Segundo eles, o modo como o boto pula se modifica na *mostrada* e outros marcadores de contexto são levados em conta na leitura do sinal, como por exemplo, a maneira como o boto *arregala o olho* ou curva mais seu corpo. Estes índices complementam a interpretação de que o *pulo* está ocorrendo:

O boto tá aqui e o lote de peixe vem daqui lá na pracinha, é longe hein, ele daqui já viu, já sentiu, já sabe. Aí a gente já sabe que ele, porque sabe como ele faz? Ele muda o jeito de pular, aí ele pula mais alvoroçado, como quem diz “vem peixe aí”, nós conhecemos “ó, vem peixe aí, vai pegar peixe”. Aí ele começa, ele se *arrecoa* mais pra fora e pula, aí ele mostra mais o corpo em cima d’água e os olhos, arregala bem os olhos e nós sabemos “lá vem peixe aí!”. Não leva aí 5 minutos, ele cerca esse cardume de peixe que ele já viu e nós pegamos, então ele tem essa ciência aí. (Braz, entrevista - Laguna, maio de 2025)

Mesmo sendo um comportamento estereotipado, cada boto tem suas *manias* no momento de sinalizar os peixes. Desta forma, não basta apenas reconhecer o *pulo* e saber tarrafejar. O pescador também precisa saber interpretá-lo a partir do seu conhecimento sobre cada boto, individualmente:

Se tu não conhecer o boto, tu vai ficar na vaga o dia todo e tu não vai pegar um peixe. Se tu não conhecer o boto. Se tu conhecer ele, tu vai saber onde

tá o peixe, onde ele botou o peixe. E se tu não souber, tu não pega nada. Aí, o boto chegou lá e trancou uma volta grandona, bum!, com olhos arregaladão, “botei [a tarrafa], uhh não peguei nada, como é que pode isso?” É porque de repente tu não sabe nem onde tá o peixe, aí às vezes chega ali o Safico, que já sabe mais, chega e arreia e pega uma tarrafada de peixe, “oh mas como é que pode? Eu botei na cara da bota e não peguei”, porque não sabia onde tava o peixe. É como tu falou, tem diferenças de pulo. Tem boto que gosta de deixar na cara, tem boto que já tranca na lateral, e tem boto que deixa peixe na cola, tem uns dois botinhos que faz isso aí. Sabe, se tu não tomar cuidado, tu dança. (Comunidade, entrevista - Laguna, maio de 2025)

Há outras pistas que também marcam o contexto, ou seja, complementam as variáveis de interpretação sobre onde e como o peixe deve ser capturado com sucesso. Algumas delas se repetem em Laguna e Tramandaí. Como observa Gegê:

Aqui tem o borbulho do boto igual Tramandaí, já tarrafiei no borbulho do boto em Tramandaí, quando o boto borbulha lá. A Geraldona né, quando borbulha, eles sabem que é peixe e eles tarrafeiam. Aqui também, o boto faz jeito, borbulhou, tá espiando algum peixe na costinha aí, alguma tainha, um peixe maior (...) O borbulho, ou ela vira a barriga, espia, fica com a cabecinha, fica espiando, até vocês já viram a bota virando barriga assim, espia, fica espiando na frente: “ó! vai pular” [imita o barulho do boto], mortinho. Às vezes, o cara nem espera a bota pular. Quando é o maretão, quando ela solta o maretão pra baixo atrás do peixe, antes de pular o cara já larga, o peixe já vai corrido (Gegê, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Apesar do destaque exercido pela Tesoura entre os *pontos de trabalhar com botos* em Laguna, a modalidade de pesca mais frequente na Lagoa Santo Antônio dos Anjos é aquela realizada a partir de embarcações. Desde canoas e *bateiras*, as tarrafas são lançadas assim que o boto *pula*, como na modalidade em pé, ou então, aguardando que o boto agrupe mais o cardume encurralado, quando realiza o gesto identificado como *batida*:

A batida é o seguinte. O cardume tá ali, mas tá meio espalhado. Então ele [o boto] vai por baixo d'água, vai bem encostado nos peixes, e os peixes, com medo, se juntam tudo. Aí onde ele faz esse risco com o rabo, é um risco de uns dois metros, aí o peixe ficou no começo do risco, aí a gente já sabe e tarrafeia ali. E dá tarrafada grande de peixe (Braz, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Na batida é assim (...), o boto pula de cima pra baixo. Bate na água e se atira pra baixo. Dali, se joga pra cima. Tu bate na água e ele puxa a volta na proa da tua bateira, encostando na tua bateira. Tu dá umas três batidas na água. Se ele puxar três, quatro, voltas ali, tem hora que já faz a batida. Aí ele não puxa a volta se amostrando. Ele vai por dentro d'água, no fundo, levanta, e só risca com a cola assim [desenhando na areia]. Só risca com a cola. Puxa a volta de baixo d'água, no profundo, só risca com a cola. Quando é a batida que risca com a cola, o peixe tá tudo encostado nele no fundo, é engraçado (Gegê, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Alguns pescadores defendem que todo boto efetuará a *batida* depois de *pular* e *apertar* (encurrular) o peixe após certo tempo. Outros, relatam que apenas alguns botos sabem fazer a *batida* (em geral, os mais antigos). Todavia, todos concordam que a captura é maior na *batida* que no *pulo*. Deste modo, além da diferença de sinal, a distinção entre uma e outra forma de interagir reside na paciência do pescador em esperar o boto *juntar* o peixe:

Tem que esperar essa batida. Então é assim: nem todo boto que pula já bate, entendeu? Às vezes, ele pula duas, três vezes pra bater, porque ele pula, mas o peixe não tá no jeito dele bater, e ele sabe. Então, quando o peixe tá que ele pode bater, ele chega e bate. Ele faz um risco bem interessante assim, ó, com o rabo quase fora d'água, entendeu? O peixe tá ali no meio, e tarrafeia entre o risco e a gente, é cada tarrafada bonita. (...) Se você fosse tarrafeiar na pulada, você dá uma tarrafada de 30 peixes, vamos dizer. Mas você deixando bater, você traz mais de 50 peixes, que o peixe se junta mais ainda. A tarrafa pega mais peixe ainda, entendeu? (Braz, entrevista - Laguna, maio de 2025).

A pesca na *batida* do boto ocorre com mais frequência na foz do Rio Tubarão. Entre 1978 e 1982, seu curso final, como forma de prevenção após as enchentes que devastaram a cidade de Tubarão em 1974. A retificação foi justificada como “correção” do fluxo do rio, dando mais vazão de água em sua desembocadura. O projeto modificou 30 quilômetros do rio, do bairro Passagem (na cidade de Tubarão) até sua foz em Laguna, alargando-o para 120 metros e eliminando trechos sinuosos.



Figura 50: Obra de retificação do Rio Tubarão, em azul o curso do Rio antes da obra, em amarelo após. Fonte: Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, 2011 (extraído de Nunes Jr., 2016).

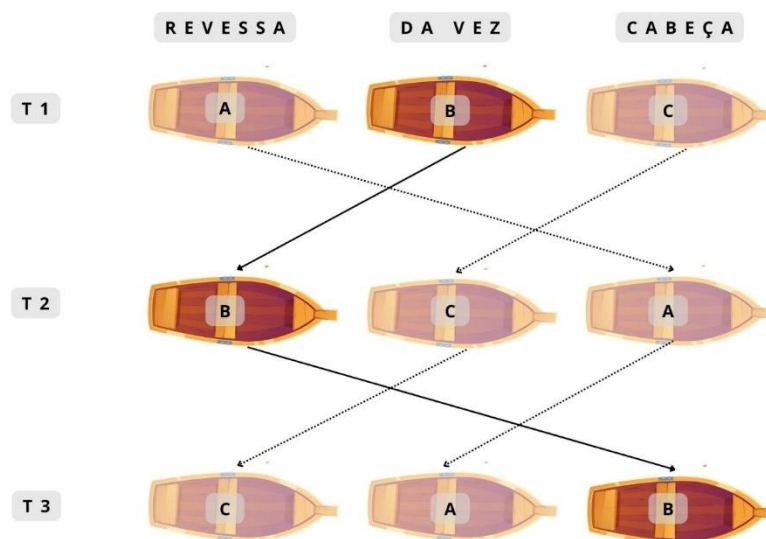
Como no caso dos molhes, a pesca com botos se adaptou à retificação do rio. Gegê lembra que no passado, os botos subiam o rio até a usina de Capivari de Baixo (Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda). Porém, ao longo dos anos, o assoreamento se intensificou, de modo que, no presente, os botos mais novos sobem o rio até um ponto bem mais a jusante do que os antigos frequentavam, chamado pelos pescadores de Fio Dobrado. Nessa área de pesca com botos, permite-se apenas a *batida*, pois existe um ordenamento local com regras estabelecidas.

A principal lembrança dos pescadores sobre antigo ordenamento comunitário, mais rigoroso que o atual, era que apenas homens casados, responsáveis pelo sustento da família, podiam pescar na *batida*. Esta regra não existe mais, porém, ela se reflete na manutenção do *respeito* como critério de organização das prerrogativas pesqueiras. Deste modo, têm prioridade aqueles que possuem maior dependência do trabalho na pesca (considerados localmente como *pescadores profissionais*), os mais velhos, os mais experientes e os que são nativos:

Isso, tem que esperar a batida. (...) Por exemplo, lá no rio, é assim a pescaria. Lá eles não tarrafeiam na pulada, como nós aqui. Lá é na batida, só na batida. Lá eles tem respeito. Aí se eu for lá, ou quem for lá, tem que esperar a batida. Se o boto pular e um pescador tarrafeiar na pulada, como eu mostrei pra ti, eles dão bronca, brigam mesmo, já xingam, não deixam mais tarrafeiar (Braz, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Na batida, lá pra cima, é por vez (...) O boto pegou aquele cardume de peixe e tu com a tarrafa na mão, agoniado. Mas aí não é tu, tu não pode. Tu não pode, é por vez. Se tiver cinco bateira, tu vai ter que esperar os cinco pegar, aí depois é tua vez. Tu não pode arriar [a tarrafa]. A bota pode trancar a volta na tua bateira, o que for, tu não pode tarrafeiar, tu não pode. É por vez, entendeu, é por vez. Se tu arriar, aí a briga tá pronta. Não pode, tem que ter respeito, ali pra cima é assim (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

A pesca na *batida* praticada no Rio Tubarão é organizada em um sistema de posições, com categorias relativas ao posicionamento em que os pescadores se revezam nos lanços, conforme a ordem das suas embarcações em uma fila. Há o *da batida* (ou *da vez*), o *da cabeça* e o *da revessa* (ou *reversa*). Situado no meio, o *da vez* tem o direito de efetuar o primeiro lanço após a *batida* do boto. Em seguida, o *da cabeça* é autorizado a arremessar, seguido pelo *da revessa*. Ao final, as embarcações trocam de posição: o *da vez* ocupa a *revessa*, o *da revessa* vai para a *cabeça*, e o *da cabeça* torna-se o *da vez*.



Esquema 7: Esquema de posições rotativas na batida no Rio Tubarão. Elaboração própria.

Diferente das vagas fixas na Tesoura, o sistema de posições da pesca na *batida* é rotativo e relativo. Apesar da primazia de quem está na embarcação do meio, a prioridade do lanço acaba sendo determinada, em última análise, pelo local em que o boto realiza o gesto da *batida*. Deste modo, se o boto *bater* mais para frente ou para trás da linha de embarcações, aqueles localizados na *cabeça* ou na *reversa* podem tomar a dianteira e lançar antes de quem está posicionado no centro.

As imagens a seguir (figuras 51 e 52) ilustram a mudança no estado de atenção e postura dos pescadores assim que um boto aparece para sinalizar no curso do Rio Tubarão. Na maior parte do tempo, a pesca na *batida* é um exercício de espera e paciência. Bem por isso, comenta-se que as gerações mais novas têm abandonado esta modalidade, apesar do maior rendimento pesqueiro.



Figura 51: À espera do boto na pesca da batida, Rio Tubarão, Laguna (SC), julho de 2025. Foto: instrução do registro.



Figura 52: Após avistamento do boto na pesca da batida, Rio Tubarão, Laguna (SC), julho de 2025. Foto: instrução do registro.

O respeito da sociedade pelos sistemas locais de ordenação pesqueira, como as vagas na Tesoura e as posições da pesca na *batida*, é uma demanda importante dos detentores da pesca com botos em todos os seus sítios de ocorrência. Como vimos na seção 2.4, o declínio da prática no Rio Araranguá pode ser atribuído, em alguma medida, ao enfraquecimento das formas vernaculares de ordenação pesqueira e às dificuldades das formas oficiais de fiscalização em garantir a convivência entre diferentes formas de pesca. Trataremos com mais detalhe sobre essa demanda de salvaguarda na terceira parte do dossiê. Antes, contudo, exploraremos a ocorrência do bem cultural no Rio Tramandaí, objeto do próximo capítulo.

4. A pesca com botos no Rio Tramandaí (RS)

Neste capítulo, caracterizamos a pesca com botos na barra do Rio Tramandaí, situada entre os municípios de Tramandaí e Imbé, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Como em Laguna, a prática neste sítio envolve formas complexas de interação entre pescadores, botos e tainhas, sustentadas por conhecimentos locais, vínculos intergeracionais e uma intensa observação das dinâmicas ecológicas do ambiente. Todavia, há diversos aspectos que a diferenciam da pesca com botos praticada em Santa Catarina, seja em termos dos comportamentos estereotipados e ritualizados dos botos, quanto das técnicas de captura e formas de organização social empregadas pelos pescadores humanos. Deste modo, seu exame contribui para uma compreensão mais abrangente do fenômeno, que evidencia a diversidade interna do bem cultural e suas múltiplas expressões territoriais.

4.1. Origens e contextos: dos ranchos litorâneos aos balneários modernos

No início do capítulo anterior, exploramos a formação sócio-histórica de Laguna com foco na sua relação com as atividades pesqueiras e portuárias. Quanto ao litoral norte do Rio Grande do Sul, é possível identificar processos macrohistóricos similares em jogo: ocupações originárias por construtores de sambaquis e indígenas dos grupos jê e tupi-guarani; expansionismo português em direção ao Prata e estabelecimento de imigrantes açorianos a partir do século XVIII; urbanização, modernização e exploração turística, do século XIX ao presente. Contudo, há diferenças importantes. Sem portos naturais viáveis devido à sua fisionomia costeira, a região se desenvolveu, inicialmente, como lugar de passagem para as tropas que conduziam gado do Rio Grande do Sul em direção ao resto do Brasil colonial.

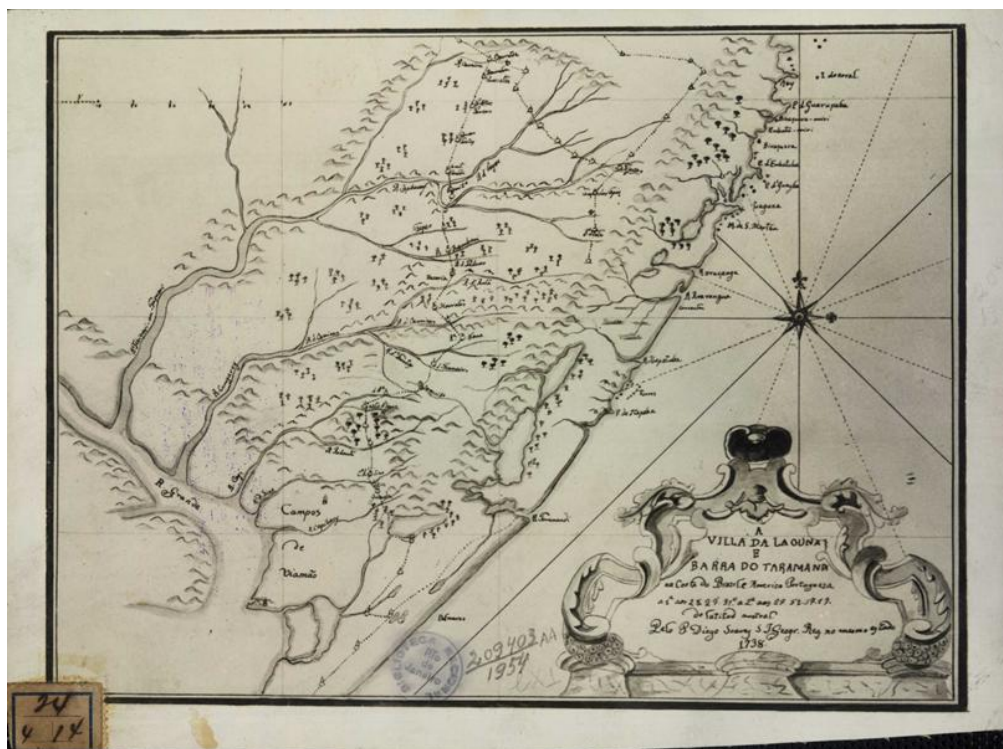


Figura 53: A villa de Laguna e a barra do Taramana, mapa de Diogo Soares (s. XVIII) representando o litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. Neste trecho do litoral, estendia-se o antigo caminho das tropas entre Laguna e os Campos de Viamão. Fonte: Biblioteca Nacional.

O povoado de Tramandaí foi fundado oficialmente em 1732, a partir da dotação de uma sesmaria na localidade então denominada Paragem das Conchas. Desde o início, o local atraiu moradores pela piscosidade do rio e das lagunas adjacentes. Entre 1737 e 1749, instalou-se uma guarda de registro na margem norte do rio, onde hoje se localiza o município de Imbé. As guardas de registro eram postos de controle e tributação para animais e mercadorias que transitavam nas estradas coloniais. Conforme o relato do Coronel Francisco Roscio (1781), a jornada até Laguna era repleta de dificuldades para homens e animais:

Nos três rios, Araranguá, Mampituba e Tramandahy, estão guardas para averiguar as passagens e passaportes e se os gêneros ou couros têm pago os direitos. No Tramandahy se paga a passagem dos três rios, em que há para isso algumas canoas. Cada carreta paga 4.800 rs de ida e volta, e cada indivíduo 120 rs de ida e outro tanto de volta. Chegadas as carretas às embocaduras destes três rios, se descarregam e depois de vazias se deitam a nadar com duas juntas de bois, forçados a carregá-las até a outra margem por um bom nadador, que vai na mesma carreta. O resto dos

animais também os violentam a passar nadando; e como esta passagem se faz nas embocaduras dos rios, principalmente o Araranguá e o Mampituba, e a água corre com violência, chegam algumas vezes a enfraquecer os animais e deixar se levar pela correnteza, sem que toda a vigilância o possa impedir, e se vão perder no Mar. Todos estes rios são largos e fundos, e têm de tronco e bocadura mais de cem braços de largura. No tempo de chuvas não costumam andar carretas, que os rios alargam muito mais aumenta consideravelmente o perigo (Roscio, 1781 *apud* Soares, 2002, p. 18).

Por volta de 1750, chegaram os primeiros imigrantes açorianos ao litoral do Rio Grande do Sul. Inicialmente destinados a ocupar o território das Missões Jesuíticas após o redesenho das fronteiras coloniais pelo Tratado de Madri (1750), os ilhéus acabaram retidos na faixa costeira devido à eclosão da Guerra Guaranítica (1754-1756), que os impediu de continuar o trajeto. O estabelecimento dos açorianos deu origem às freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (atual Osório) e Santo Antônio da Patrulha, ambas situadas no caminho entre Laguna e Porto Alegre. Ao redor da estrada de Laguna e margeando as lagoas, foram surgindo fazendas de criação de gado e outros desmembramentos das sesmarias originais, denominados *rincões*.

Em 1811, Santo Antônio da Patrulha foi elevada à condição de município, ao qual os “Campos de Tramandahy” ficaram subordinados. De passagem pela região em 1820, Saint-Hilaire destacou a rusticidade do local e seus habitantes:

Passam o dia todo se aquecendo, cozinhando e comendo peixes. Mostram ser gente muito boa, todos brancos, cultivam a terra e parecem extremamente pobres (...). Umas choupanas pobres, mal fechadas, espalham-se à margem do rio e, por todos os lados, apenas areia fina, da qual o vento faz levantar redemoinhos: imagem da mais perfeita miséria e esterilidade. Disse-me meu guia que possui outra casa, com plantações, mas que vem aqui de tempo a tempo, devido à abundância de pesca (Saint-Hilaire, 2002, p. 37-39).

Como vimos no capítulo anterior, foi pela barra de Tramandaí que Giuseppe Garibaldi e o inglês John Griggs lançaram os lanchões Farroupilha e Seival ao mar, no contexto da Revolução Farroupilha (1835-1845). Tal como em Laguna, este episódio marcou profundamente o local e reverbera até hoje nas narrativas históricas heroicas e

oficiais. Conforme Joana Schossler, o século XIX consolidou uma visão lúgubre sobre o litoral gaúcho na literatura, “obcecada pelo tema do naufrágio” (Schossler, 2010, p. 94). Avé-Lallemant (1953[1858], p. 16), em sua *Viagem ao Sul do Brasil no ano de 1858*, referiu-se à costa rio-grandense como “praias solitárias onde se amontoa areia sobre areia e se quebram ondas sobre ondas e por longo tempo a cor pardo-suja do mar²⁹ acompanha o navegante”. Já Caldre e Fião (1851), inspirou-se na epopeia garibaldina e no afundamento do Farroupilha para compor o romance *O naufrago*, ambientado na “tormentosa praia de Tramandaí”.

Na virada do século XX, entretanto, observou-se uma mudança de perspectiva sobre a faixa costeira no Rio Grande do Sul. Neste período, setores abonados da sociedade gaúcha passaram a cultivar o hábito da vilegiatura e buscar formas de lazer e contemplação à beira-mar. Práticas como a hidroterapia e a talassoterapia tornaram-se populares, fomentando um novo tipo de interação entre esses segmentos da sociedade e as populações costeiras e ribeirinhas. De acordo com Schossler:

A relação entre comunidades nativas e adventícias se intensificou com a invenção do veraneio. (...) Os primeiros veranistas dependeram das comunidades locais para o provimento de comida, água, entre outros. Também eram necessárias informações sobre eventuais perigos no ambiente talássico, principalmente sobre os ventos, as correntes marítimas, a fauna lacustre e marinha, e mesmo sobre as doenças endêmicas (Schossler, 2010, p. 101).

Em 1906, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto realizou uma excursão às lagoas costeiras do Rio Grande do Sul, a serviço do Museu Nacional. Apesar de o foco da expedição recair sobre os sambaquis, Roquette-Pinto produziu uma detalhada descrição das paisagens do litoral norte gaúcho e do modo de vida de seus habitantes. Sobre Tramandaí, relata ter encontrado “uma pequena aldeola” formada por cerca de cem casas cobertas de tiririca do brejo, “onde se aloja uma pequena população pescadores”

²⁹ Seguramente, uma referência à coloração marrom, típica da água do mar da costa gaúcha sob determinadas condições naturais, que favorecem a proliferação de algas *asteodelopolis*. Conhecido contemporaneamente como “chocolatão”, o fenômeno desagrade veranistas, mas atesta a formidável produtividade biológica e pesqueira do litoral sul-brasileiro, devido ao encontro de duas correntes marinhas (a Corrente do Brasil, com águas quentes, e a Corrente das Malvinas, com águas frias).

(Roquette-Pinto, 1962[1906], p. 20). Para o acolhimento dos banhistas, o antropólogo destacou a existência, já nesta época, de dois estabelecimentos hoteleiros, construídos à maneira das casas locais.

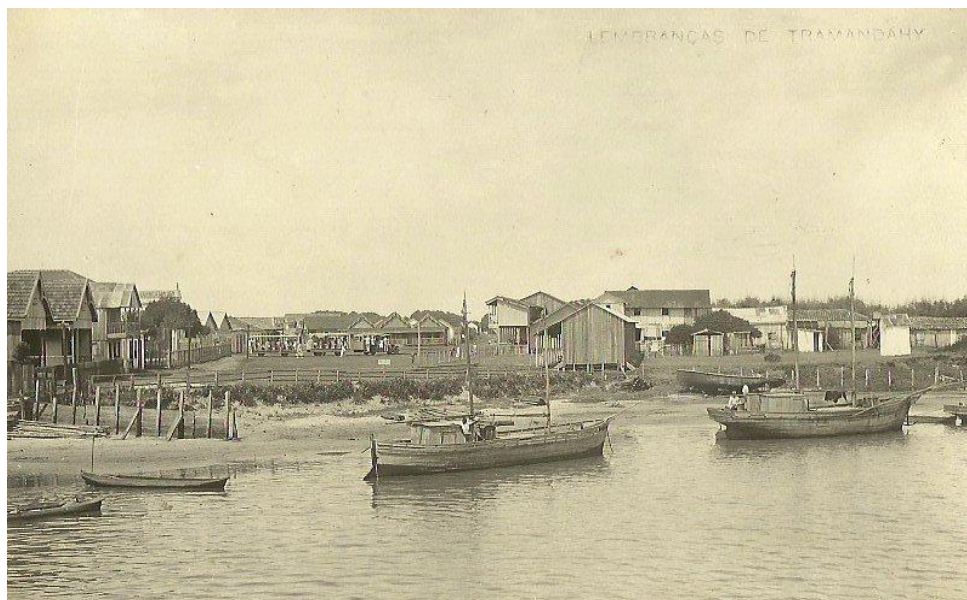


Figura 54: Postal com vista da Lagoa de Tramandaí em meados do séc. XX, s/d. Fonte: Acervo Museu Histórico Municipal Profa. Abrilina Hoffmeister, Tramandaí.

Quanto à pesca, Roquette-Pinto salientou a importância do bagre (*Genidens* spp.) para a subsistência dos locais. O peixe era encontrado em grande quantidade nas lagoas e capturado por companhias de quinze pescadores, conhecidas localmente como *emendas*:

Formam nela quatro canoas: duas *canoas* de bater, com dois homens cada uma, e duas *canoas de rede*, com cinco. Um capataz, homem prático em conhecer os cardumes pelas ondulações da superfície d'água, dirige a emenda. (...) Na pescaria as canoas vão silenciosamente; quando o capataz faz o sinal de cardume, abrindo os braços, as portadoras da rede, abrem-na também, cada uma indo para seu lado, estendendo-a, assim, em círculo. As outras canoas começam, então, a enxotar o peixe, batendo os homens com remos de encontro aos bordos, num grande arruído. Recolhida a rede, são os bagres decapitados pelos pescadores e levados ao tendal, onde bandos de raparigas o escalam e salgam, entre risadas e cantigas. (...). Posto a secar o bagre, fica lembrando o bacalhau, que o Brasil tanto importa. Vi um lance de 4.000 peixes; informaram-me, porém,

que já se tem um, ou outro, de 60.000 e mais (Roquette-Pinto, 1962[1906], p. 23).

Após seu beneficiamento, o bagre seco era transportado em fardos até Porto Alegre “em penosa viagem” (Roquette-Pinto, 1962[1906], p. 23), de onde seguia para o Rio de Janeiro para ser comercializado como bacalhau. Neste período, as comunicações com a capital do estado ainda eram difíceis. Os hotéis ofereciam carretas para o transporte dos veranistas e mantimentos até o litoral. A viagem durava em média oito dias, repleta de percalços.

Em 1934, o governo do estado iniciou a construção da rodovia Gravataí-Osório-Tramandaí (atual RS-030), concluída em 1939. Com a sua inauguração, o tempo de viagem desde Porto Alegre foi reduzido para duas horas. Também na década de 1930, foi erguida a primeira ponte de madeira sobre o rio Tramandaí. Com a facilitação do transporte rodoviário e o advento do turismo de veraneio, as fazendas sucessoras das antigas sesmarias e rincões coloniais foram vendidas por seus herdeiros para companhias loteadoras, que deram início à construção de urbanizações à beira-mar.



Figura 55: Vista aérea da barra do Rio Tramandaí (RS) em meados do século XX, s/d, antes da fixação do guia-corrente. Autor desconhecido. Fonte: Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS)

Entre 1939 e 1941, teve início o loteamento da praia de Imbé, baseado em um projeto do arquiteto Ubatuba de Faria. O plano diretor do novo balneário apresentava um desenho arrojado, de traçado radiocêntrico, com o objetivo de diminuir a ação do vento sobre as residências dos veranistas. Nesse processo, os pescadores e seus ranchos de pesca foram desapropriados e removidos das margens da lagoa, sendo boa parte deles assentados no bairro Tiroleza, na periferia de Tramandaí.



Figura 56: Vista aérea da barra do Rio Tramandaí (RS) em meados do século XX, s/d. Ao centro, vê-se o traçado concêntrico do balneário de Imbé. Autor desconhecido. Fonte: Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

Os anos 1960, por sua vez, foram ainda mais decisivos para as alterações da paisagem que configuraram a contemporânea barra do Tramandaí. Além da emancipação do município com relação a Osório (1965), o governo estadual iniciou a construção de um guia-corrente na margem norte do canal, com o objetivo de fixar seu leito e impedir a migração do pontal de areia no sentido nordeste (Silva et al., 2017). Até

então, os próprios pescadores se responsabilizavam pela desobstrução da barra em épocas de assoreamento, com o auxílio de picaretas e pás. Conforme Leda Saraiva Soares,

esse fenômeno repetia-se periodicamente. Lembram-se antigos moradores de haver assistido à abertura da barra em 1937 e em 1948. Nessa época, cerca de oitenta homens (pescadores) trabalhavam dia e noite com o objetivo de abrir a barra. Cavavam um canal com quatro metros de largura aproximadamente, por uns duzentos metros de comprimento. Deixavam um dique de areia nas duas extremidades e aguardavam o momento próprio, quando o mar baixasse e o rio estivesse bem represado, para então soltar as águas do rio pelo canal, ligando-o ao mar. (...) A comunidade toda se envolvia. O DAER emprestava as ferramentas e os pescadores realizavam aquele trabalho penoso com o qual já estavam habituados a fazer, sempre que a abertura de nova barra se fizesse necessário. Era uma questão de sobrevivência. A barra fechada não permitia a entrada de peixes para o estuário e lagoas da região. Logo, a pesca artesanal ficava prejudicada, uma vez que naquela época, os pescadores ainda não se aventuravam a sair de barco para o mar. (Soares, 2002, p. 35).

Mais do que um esforço comunitário, a abertura manual da barra convertia-se em verdadeira festa popular:

O dia da abertura da barra era esperado com expectativa por todos os moradores. Nesse dia todos se dirigiam até a barra para presenciar o acontecimento. No momento certo os pescadores ligavam o rio ao canal. Começava, então, a água a correr lentamente. Depois as águas se engrossavam e arrastavam cômodos inteiros entre exclamações de júbilo e gritos emocionantes. Enquanto o rio saía com velocidade para o mar, este tentava entrar triunfante pela barra aberta salinizando todo o estuário. Uma vez aberta a barra, os festejos eram grandes. Para comemorar o acontecimento, políticos importantes de Osório dirigiam-se para Tramandaí, traziam Banda de Música, carneavam uma rês e ofereciam uma churrascada a todos. À noite, realizava-se grande baile com a presença da Banda de Música local. (Soares, 2002, p. 35).

As obras de fixação da barra permitiram a instalação do Terminal Marítimo Almirante Dutra (TEDUT) em Osório, como parte das estratégias de desenvolvimento do Regime Militar (1964-1985). Inaugurado em 1968, o TEDUT recebe óleo cru e derivados de petróleo por meio de monoboias que se conectam a navios em mar aberto, a alguns

quilômetros da costa de Tramandaí. Em seguida, os combustíveis seguem por oleodutos por mais cem quilômetros até a Refinaria Alberto Pasqualini, situada na Grande Porto Alegre. As embarcações que auxiliam os petroleiros a se conectarem às monoboias utilizam um terminal localizado a cerca de trezentos metros da boca do estuário, na margem de Imbé.



Figura 57: Operários nas obras de estabilização do canal da barra do Rio Tramandaí (RS), s/d. Autor desconhecido. Fonte: Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS)

Entre os anos 1970 e 1980, a construção de novas rodovias conectando o litoral à região metropolitana, como a *Freeway* Porto Alegre-Osório (BR-290) e a Estrada do Mar (RS-389), impulsionou ainda mais o turismo de veraneio e a construção de segundas residências no litoral norte gaúcho. Atualmente, a urbanização dos balneários avança em direção ao cordão de lagoas, sob a forma de condomínios fechados. O Censo de 2022 aponta que o Litoral Norte foi a região do estado que apresentou a maior taxa de crescimento demográfico na última década, movimento que se intensificou após a pandemia de Covid-19 e as enchentes de maio de 2024.

A pesca artesanal segue sendo uma atividade importante para a população local, ainda que pressionada pela expansão das infraestruturas urbanas e do turismo de veraneio. Na terceira parte do dossiê, analisaremos com mais detalhe os riscos e ameaças à continuidade da pesca com botos relacionados a este processo. Por ora, cabe destacar que a salvaguarda do bem cultural tem exercido um papel-chave nas mobilizações sociais locais em defesa do patrimônio ambiental e cultural do litoral norte face às pressões do desenvolvimento. Nas próximas seções, voltaremos nosso olhar para os detentores locais da prática, suas histórias e memórias, de maneira a compreender como essa tradição singular tem atravessado o tempo diante das profundas transformações de seu entorno.

4.2. História e memória da pesca com botos no Rio Tramandaí

Os registros escritos sobre a pesca com botos no Rio Grande do Sul, anteriores aos anos 1980, são bastante escassos. Mesmo assim, é possível reconstituir sua continuidade histórica a partir da memória oral dos detentores e de alguns documentos que oferecem pistas sobre sua ocorrência e desenvolvimento desde o início do século XX. Um destes registros é o relatório da expedição Roquette-Pinto às lagoas costeiras do Rio Grande do Sul, mencionado na seção anterior. Após descrever em minúcia as artes de pesca e salgamento do bagre, o etnógrafo dedica algumas linhas aos botos e sua relação com a pesca da tainha: “um sinal tem os pescadores de Tramandaí para avaliar a riqueza atual das águas. É a presença dos *botos* (*Sotalia*), que só aparecem na lagoa quando entra algum cardume” (Roquette-Pinto, 1962[1906], p. 24).

Além de mencionar um gênero distinto de golfinhos (*Sotalia*), o trecho não esclarece se a indicação dos cardumes pelos botos ocorria por meio de sinalizações ostensivas, como se observa atualmente, ou se era interpretada apenas como índice pelos pescadores. Ainda assim, trata-se de um registro relevante, que atesta a antiguidade da integração do comportamento dos botos ao sistema operatório da pesca no Rio Tramandaí.

A construção do guia-corrente, em meados dos anos 1960, é um marco importante na memória social dos detentores. O octogenário Vilson da Rosa, hoje aposentado, relembra que seu pai se mudou de Osório para Tramandaí em 1943, estabelecendo-se no bairro da Barra. Segundo ele, antes das retificações no curso do rio, o canal se estendia até a altura do atual Balneário Presidente, situado aproximadamente a três quilômetros mais ao norte:

Quando o Brizola fez esses molhes, fechou lá [Presidente] e abriu aqui. Isso em 61, 62, 63, 64, por aí. Quando o Brizola era governador. Aí abriu aqui e ficou. Antes ela fechava. Daí os pescadores iam lá com pá, abriam de novo. (...) Essa barra norte era tudo mar. (...) E os botos, sempre teve. Os botos passavam a ponte; tinham uns que passavam a ponte e iam até a lagoa. (...) Os botos antigos morreram tudo, mas agora tem uma remessa nova (Vilson, entrevista — Tramandaí, setembro de 2024).

Já o pescador Lino Pedro Barbosa, nascido em 1941, relata que também aprendeu o ofício com seu pai, mas ainda na Barra Velha, ou seja, “quando a Barra era na altura do Braço Morto, antes da Petrobrás existir” (depoimento, julho de 2025). Seu pai, Pedro Barbosa, foi presidente da Colônia de Pesca de Tramandaí antes de Manoel Mendes. Lino cresceu nas margens da lagoa, nas dunas da Barra, pescando no rio e no mar. Recordar-se de uma infância e juventude com abundância de peixes, em que capturava miraguaias de até 30 quilos com linha de mão e siris com o auxílio de isca. Quando criança, levava balaios de moluscos para sua mãe fazer mariscadas. Segundo ele, a Lagoa de Tramandaí “criou muita família, muito pescador, muito peixe, e todos esses botos” (depoimento, julho de 2025). Em seu entendimento, o mar também provê os pescadores, “mas comida tem mesmo é na lagoa”.

Lino conta que antes da construção do guia-corrente, já via as botas levarem os filhotes ao rio para lhes ensinar a *mostrar peixe*. Perguntado se os botos passaram a entrar com mais frequência no rio depois que a barra foi fixada, afirmou que não, mas que eram “outros botos, botos diferentes (...), que se acostumaram diferente” (depoimento, julho de 2025). Lino viveu na Barra até próximo da década de 1980, mais ou menos na mesma época em que a família de Maurino Francisco também deixou o

bairro. Ambos se recordam de quando a Ponte da Sardinha caiu e transportavam de bote a remo as mulheres dos pescadores que viviam na Barra até a outra margem, para que fossem trabalhar na cozinha do Hotel Samburá, em Imbé. A Ponte da Sardinha era uma passagem de concreto, inteiramente peatonal, que ligava as duas margens do Rio Tramandaí até meados dos anos 1980. Durante o verão, ficava abarrotada de pescadores amadoristas com caniço.



Figura 58: Lino Barbosa e foto sua quando mais jovem, Imbé (RS), julho de 2025. Foto: Elisa Ilha, Acervo Projeto Botos da Barra.

Em atividade desde o final dos anos 1970, Maurino relata que sua família migrou para o litoral gaúcho desde Araranguá, onde seu pai já se dedicava à pesca. Embora não saiba dizer se o pai já *trabalhava* com botos em Santa Catarina, afirma que essa prática o acompanhou diariamente no Rio Tramandaí, dos anos 1950 até sua morte. Em seus depoimentos, outros detentores, como França, destacaram a importância de Dolário Francisco (também conhecido como Lauro), pai de Maurino, em seus próprios processos

de aprendizado na pesca. Já Jorge da Rosa, o Jorginho, lembra que tanto seu pai quanto seu avô já trabalhavam com os botos antes mesmo da fixação da barra. Além de pescador, seu pai, Dirceu Gomes da Rosa, também teria sido o primeiro barbeiro de Tramandaí. Sobre o bairro da Barra em sua infância, Maurino relembra:

Todo mundo era pescador. Daí foi nesse momento [anos 1970-1980] que começou a crescer. Muita gente de fora. No meu tempo, tu podia deixar tudo na rua, era tudo aberto, de deixar uma tarrafa... Daí começou a circular muita gente ali dentro. Não podia deixar mais nada na rua. Entendeu? Nem ali na Barra também. Nós deixava tarrafa ali, ia em casa, tomava café que era pertinho, voltava pra casa. Estava ali. Hoje, se tudo se afastar ali, 30, 40, 50 metros, tem que ficar alguém de olho, porque senão já se some (Maurino, entrevista — Tramandaí, setembro de 2024)

Jorge Euzébio, filho do pescador Raulino Euzébio, também se recorda dos processos de desapropriação que resultaram na remoção que afetaram os moradores da Barra:

As nossas casas eram quase na beira da água. Quando dava aqueles marzão, aqueles mar grosso mesmo, ele comia toda aquelas beiradas ali. Era perigoso, então tiraram nós dali. (...) aí a prefeitura deu as [novas] casas, lá perto do trevo, em Nova Tramandaí. Longe da barra, cinco quilômetros e meio de bicicleta até aqui (Maurino, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Já Lauri Anselmo, o Graxa ou Graxinha (que ganhou o mesmo apelido de pesca que seu pai, Vardo Graxa), lembra que a margem de Tramandaí possuía uma configuração diferente da que se enxerga hoje, com mais trapiches e ancoradouros junto ao canal:

aqui, antigamente, dizem que a barra era mais pra lá. Esse tempo eu não peguei. Mas me falaram que a barra saía pra lá. Quando eu comecei [a pescar], ela era desse jeito mesmo. Só tinham uns barcos ali ainda, trapiche pro lado de cá, aqui, assim. Botavam os barcos ali. Do lado de cá era cheio de trapiche de pau, para os barcos (entrevista, agosto de 2024).

Assim como as moradias e lugares de uso dos pescadores foram sendo marginalizadas, a área de circulação dos botos também foi diminuindo ao longo do tempo. Enquanto os indivíduos antigos frequentavam pontos mais afastados da lagoa, no presente, os botos residentes no Rio Tramandaí se restringem ao trecho que vai da ponte Giuseppe Garibaldi até sua desembocadura no mar. Retornaremos a esse ponto na próxima seção.

No início dos anos 1980, a Faculdade de Música Palestrina, sediada em Porto Alegre, ofereceu um curso de pós-graduação *lato sensu* em Folclore, cujos trabalhos de conclusão de curso integram hoje o acervo do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS)³⁰. Nesse contexto, foram produzidas cinco monografias dedicadas à pesca artesanal em Tramandaí, abordando diferentes aspectos do saber-fazer local. Nestes trabalhos, os pescadores entrevistados na época destacam a importância e a inteligência dos botos, bem como os nomes de alguns *botos bons*, como Galha Mole, Chita e Foto Arma. Entre eles, também é citado “Geraldão”, primeiro nome que Geraldona recebeu, antes de se descobrir que era uma fêmea (na década de 1990):

Quem mais ajuda o pescador é o boto. Nunca vi bicho mais inteligente. Deve ser parente de golfinho. Quando há gente morta na água ele vem trazendo, empurrando com cabeçadas para a margem, mesmo quando há gente nadando, ele acompanha até a praia. É o boto saltar que a gente joga a tarrafa, porque ali estão os peixes fugindo dele. Ele sai a procura de alimento e os cardumes inteiros fogem dele, assim ele indica o lugar para a gente. É fácil reconhecer alguns que estão aqui na Barra há bastante tempo. Há o “Galha Mole”, que tem a barbatana maior bem mole e quando ele salta, ela fica dançando de um lado para outro e há também o “Manchado” que apresenta uma enorme mancha branca no dorso. O mais engraçado de todos é o “Tita” ou “Chita” que faz macaquices todo o tempo e de longe se reconhece “Foto Arma”, nome de uma loja que vende material para pesca e caça, pois ele tem uma grande quantidade de anzóis e linhas enredadas no corpo. (relato de José Emerim Duarte, pescador aposentado, com 65 anos na época, Comparsi, 1983 p. 19)

Meu horário preferido para pesca é de manhã e depois do meio-dia é bom até mais ou menos as 3 horas da tarde. A gente sabe que tem bastante peixe na Barra quando os botos estão alvoroçados. Eles são uns bichos muito inteligentes e só falta falarem. É só jogar a tarrafa embaixo

³⁰ Agradecemos ao técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS (IPHAÉ), Yves Marcel Seraphim, pela identificação e disponibilização destas monografias.

do queixo deles que ali estão os peixes. Cardumes escapam deles e terminam na tarrafa da gente. Os botos vivem em grupos e nós pescadores reconhecemos uns quantos. Há o “Foto Arma”, o “Cara Cortada”, o “Geraldão”, que é um filhote muito cabeceador, o “Tita” e outros mais. (relato de José Cabral da Silva, 57 anos na época, Comparsi, 1983 p. 21)

A monografia de Mara Beatriz Benedette Couras (1984, p. 20-21) classifica o boto como parceiro da pesca e enumera uma série de outros “amigos do pescador”, como a gaivota (“onde está pousando, tem peixe”), o trinta-réis, que indica a anchova, o biguá, que “mostra o bagrinho”, e até mesmo o pinguim, que “mostra a castanha (curvina nova)”. Segundo a autora, o boto:

entra pela barra que se comunica com o mar e em horas sabidas pela observação e prática, especialmente o amanhecer, aguardam a investida do boto que persegue a tainha na direção da barra. Neste momento, os pescadores tarrafeiam com resultado. (...) O boto levanta o pescado, ou seja, a tainha, e o levam na melhor direção e sítio próprio para o ataque dos pescadores (Couras, 1984, p. 21).

Já o trabalho de Vera Regina Vieira Madalena (1984), apresenta um quadro sinótico das artes da pesca praticadas no Rio Tramandaí organizado por material utilizado, tipo predominante e secundário de pescado, iscas empregadas, habitat das presas, entre outras categorias. Sobre a pesca com tarrafa, assinala que a localização dos cardumes se dá pela identificação de “onde os botos estão” (Madalena, 1984, p. 29). Todas escritas por mulheres³¹, as monografias também caracterizam o trabalho das esposas dos pescadores em tarefas como a confecção e manutenção de redes, beneficiamento e venda do pescado, assim como na própria pesca. Rejane Elisa Beys da Silva (1984, p. 24) destaca o depoimento de D. Jolita Laureano:

³¹ Destacamos aqui a contribuição de pesquisas realizadas por mulheres para os estudos sobre pesca no Brasil, como refletiu Andrade et al (2020, p. 201) sobre a importância de autoras como Simone Maldonado na abertura do campo da pesca, entre outros campos, para futuras antropólogas. Referências clássicas como Gioconda Mussolini (1980), estudando o litoral brasileiro pesqueiro nos anos 1950, Rose Mary Gerber sobre as pescadoras mulheres de Santa Catarina (2015), e integrantes do CANOA, Viviane Vedana (2015, 2017, 2019), Brisa Catão (2018, 2019, 2021), Ana Paula Rainho (2024), Nathália Galucci (2024) e Beatriz Demboski Búrigo (2024), revelam um extenso legado de mulheres antropológicamente interessadas no mundo da pesca.

(...) esposa do Sr. Vinícius Laureano, comerciante estabelecido na Rua Santa Catarina, 501 com a firma de pescado Comércio de Pescado Laureano Ltda. Toda sua família está envolvida na pesca. D. Jolita administra um dos estabelecimentos comerciais da família e se sente bastante segura para atuar nesta função pois aos 14 anos de idade já colocava rede n'água. Na pesca do siri sua função era ferver, descascar e lavar a casca para consumo no comércio. As crianças, além de colocarem rede, realizavam remendos nas mesmas e cuidavam da manutenção das canoas. As redes são fabricadas em casa com uma agulha plástica, fio de náilon e o malheiro (que determina o tamanho da malha) (Silva, 1984, p. 24).

Entre 1991-1993, Luiz Tabajara conduziu um dos primeiros estudos científicos sobre a pesca cooperativa (projeto “Boto - Tainha - Pescador” já mencionado na seção 2.4), no qual aplicou um questionário a seis pescadores frequentes do canal. Naquele momento, estimava a presença de cerca de 500 pescadores artesanais registrados junto à colônia local. Sobre o pequeno número de entrevistados, justificou: “esse fato decorreu da dificuldade de acesso ao informante, que não dá trégua em sua pescaria enquanto o boto permanece no estuário, retornando com pressa ao seu lar, em seguida quando este desaparece” (Tabajara, 1992, p. 23).

Seus interlocutores foram: Dolário Francisco (pai de Maurino), Raulino Euzébio (pai de Jorge), Antônio de Santos, Aguedes Oliveira (conhecido como Caçã), Solino Barbosa e João Carlos Henriques. Todos residiam junto à barra, em Tramandaí, exceto Aguedes, que vivia em Imbé. Antônio dos Santos se declarou como pescador industrial e “tarrafeiro ocasional”. Dolário Francisco, como aposentado, então vivendo do conserto de tarrafas. Solino Barbosa, como tarrafeiro ocasional e funcionário da prefeitura de Tramandaí. Raulino, por sua vez, como aposentado da pesca, e João Carlos Henrique, como delegado do sindicato de pesca local. Apenas Aguedes se definira como “tarrafeiro exclusivo”.



Figura 59: Pescadores, incluindo Nilton Izidoro (filho do também pescador Ercilo Izidoro), pescando com o boto na margem de Tramandaí no início da década de 1990. Fonte: Luiz Tabajara. Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

Já os botos identificados por Tabajara junto aos pescadores em atividade no início dos anos 1990, eram dez: Galhamol (Galha Mole), Coquinho, Manchada, Geraldão (hoje Geraldona), Bagrinho, Pomba, Lobisomem, Catatau, José Barata e boto Esquisito, sendo este último proveniente de Torres e “não sendo uma permanência estável na região” (Tabajara, 1992, p. 29). O autor ainda registrava a existência, no passado, de cinco outros botos então já falecidos ou desaparecidos: Tanso, Galha Fina, Manchadinho, Fotoarma e Maria Teresa. Conforme os entrevistados, o boto Tanso teria morrido após bater a cabeça em uma pedra “ao se assustar com uma linha atirada por um veranista”³². Já o Manchadinho, encalhara morto em frente ao balneário de Mariluz. Em uma ficha de identificação fotográfica elaborada por Tabajara e hoje preservada no acervo documental do Ceclimar/UFRGS, é possível verificar as nadadeiras dorsais de todos esses animais, exceto a do boto Esquisito.

³² Em Araranguá também registramos a memória de um boto chamado Tanso, conforme indicado na seção 2.4. Pode se tratar do mesmo indivíduo, mas o mais provável é que se trate de outro, pois há relatos da sua morte em um ponto bastante avançado do rio Araranguá.



Figura 60: Ficha de identificação fotográfica dos botos do Rio Tramandaí elaborada por Luiz Tabajara na década de 1990, pertencente ao acervo do Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS). Foto: Instrução do Registro.

Tabajara também dedicou algumas linhas de caracterização a cada um dos botos. Sobre Galhamol, registrou ser avistada há 37 anos na região (ou seja, desde 1954). Sobre Coquinho, anotou que “o Sr. Dolário o salvou de um encalhe numa coroa arenosa da barra após a maré vazar”. Quanto a Geraldona — à época ainda referida como Geraldão —, destacou ter “a galha cortada, como se tivesse sido serrada”. Já naquele momento, era identificada como “o boto que melhor trabalha”, reputação que permanece entre os pescadores do presente. Sobre Pomba, registrou ser o macho adulto mais velho do grupo. Etariamente, os botos foram identificados como jovens (Catatau e Bagrinho), sub-adultos (Coquinho e Geraldona), fêmeas adultas (Galhamol e Manchada) e três adultos machos (Pomba, Barata e Lobisomem). Os relatos indicam, ainda, como o deslocamento dos peixes para o interior do estuário é favorecido pela ação de *pastoreio* dos botos na barra (Tabajara, 1992, 27 p.).

Ao longo dos anos 1990, a pesca com botos no rio Tramandaí começou a despertar maior interesse da imprensa local. No encarte de verão da edição de 6 de janeiro de 1994 de *Zero Hora*, aparece uma matéria intitulada “Pescadores e botos trocam gentilezas”. Nela, lê-se que:

Em cada amanhecer, homens e botos se encontram na barra do Rio Tramandaí, repetindo a tese de uma lenda antiga. De dentro da água, o boto emerge de repente, empina o bico, se joga para frente e mergulha. Fora dela, o pescador atira a tarrafa na direção apontada pelo bico do animal, certo de que o boto se movimenta apenas para trazer a ele o seu sustento e mostrar-lhe o local em que se concentra um cardume de peixe.

O sol dá o primeiro sinal do dia e os pescadores já estão na água. Só o que corta o silêncio da espera são as histórias contadas. “E aí a tainha pulou para dentro da minha tarrafa, antes de eu jogar a rede na água”, jura Lauro Ramos, 62 anos de idade, 42 de profissão. A conversa é interrompida pela aproximação do boto, que desliza perto da margem. “Obrigado, *Barata*, por esta tainha”, agradece Maurino Ramos Francisco, 29 anos, ao desprender o peixe da rede.

Os apelidos que esses animais com nome científico complicado (*Tursiops truncatus*) recebem são escolhidos pelos pescadores, conforme a característica das nadadeiras dorsais. *Lobisomem*, por exemplo, foi batizado assim porque sua nadadeira é comprida. *Gaiamole*, o mais velho da turma, tem esse apelido porque a galha, como chamam os pescadores, balança toda vez que ele localiza uma tainha (*Zero Hora*, 6 de janeiro de 1994).

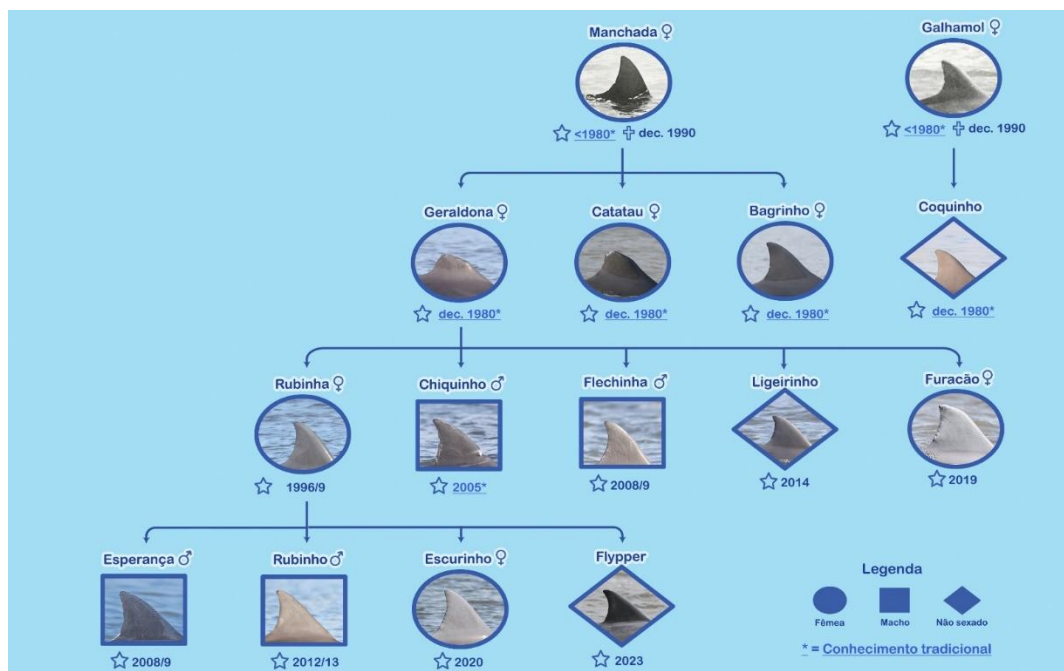
No ano seguinte, em 29 de abril de 1997, outra edição de *Zero Hora* informava o nascimento de um novo boto na barra de Tramandaí. A matéria era ilustrada por uma foto de Catatau e seu filhote, atribuída ao pesquisador Paulo Henrique Ott. Na legenda, lia-se: “Familiaridade: assim como Argola, que nasceu há dois meses e não desgruda da mãe, os botos da Barra do Rio Tramandaí são conhecidos de pescadores e pesquisadores”. Ao longo dos anos 2000 e 2010, embora o interesse social e científico pela prática tenha aumentado, também se acentuaram as ameaças à sua continuidade.

O biólogo Ignacio Moreno relembra que, por volta de 2010, um grupo de pescadores buscou o Ceclimar/UFRGS solicitando auxílio da instituição face aos conflitos de uso do estuário e outros problemas ambientais. Conforme seu depoimento, “nos procuraram aqui e nos disseram que a Ceclimar precisava fazer alguma coisa, se não a

pesca cooperativa ia acabar” (Ignacio Moreno, depoimento pessoal, 2024). Motivados por este apelo, Moreno, juntamente com outros pesquisadores e estudantes da universidade, estruturaram o Projeto Botos da Barra, que atua desde então no monitoramento da pesca com botos junto aos detentores no Rio Tramandaí.

4.3. Amigos dos botos: pescadores, botos e suas vidas compartilhadas

Na barra de Tramandaí, a população de botos *que trabalham* é historicamente pequena, entre 8 e 14 indivíduos (Simões-Lopes, 1995; Tabajara, 1992; Hoffmann, 2004; Kleinz, 2012; Di Giacomo e Ott, 2016; Serpa et al. 2024), sendo mais fácil acompanhar as relações de parentesco do que entre a população de Laguna. De modo geral, a bota Manchada é lembrada como “a mãe da barra, antes de ser a Geraldona” (Ilha, 2016). Convergingo com a estimativa de Tabajara (1992), os pescadores atuais lembram de seus pais trabalharem com Manchada na década de 1950.



Esquema 8: Genealogia dos botos cooperativos da Barra do Rio Tramandaí (RS). Elaboração: Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

Também consideram que botos como Pomba e Lobisomem (machos que faleceram, mas que permanecem muito vivos nas memórias dos detentores), assim como Geraldona, Catatau e Bagrinho (nascidos na década de 1980 e que trabalham até hoje), são filhos da Manchada. Assim como é consenso, entre os detentores, que Coquinho é o único descendente de Galhamol (Fontana, 2024). Os botos que cooperam com os pescadores atualmente — e que trouxeram uma nova geração de botos-pescadores — são, desta maneira, filhos dos animais que pescavam com seus pais.



Figura 61: Botos Manchada e Catatau (considerada ainda “filhotão”) no início da década de 1990. Fonte: Luiz Tabajara. Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

Além do *jeitão* de cada boto na *mostrada*, a convivência cotidiana ao longo de décadas faz com que os pescadores passem a conhecer outros comportamentos de cada indivíduo, como as áreas de vida que mais utilizam. Segundo Lino, Maria Teresa, “a bota mais antiga que já viveu na Barra, uma bota muito boa”, foi nomeada por seu falecido tio Trajino, uma vez que “tinha o mesmo costume” deste pescador: como ele, Maria Teresa ia para a lagoa à noite. Era a única entre os botos que passava mais tempo na lagoa, e quase sempre à noite. Só mostrava cardume grande - assim como a Galhamol - e

“trabalhava bem no peixe” antes de mostrar. Quando mostrava, era certo: tarrafa cheia e a bota jogando peixe para cima.

Entre gerações, os pescadores também observam uns aos outros, aprendem e ensinam costumes e atitudes. Maurino, por exemplo, lembra de observar a paciência de Lino quando mais novo, a atenção e a tranquilidade em esperar uma mostrada da Galhamol, às vezes até duas horas antes de dar uma tarrafada. Uma tranquilidade que Lino tinha, segundo ele, por saber “que com essas botas o peixe vinha” e que “na pesca com boto a coisa é fina”. (Maurino, entrevista agosto de 2024)

Entre os botos do presente, Geraldona é a que mais se destaca por sua habilidade e experiência. É uma figura amplamente admirada pelos pescadores, verdadeira unanimidade em respeito e reconhecimento. Como observa França:

A Geraldona vai ser sempre a preferida nossa (...) Ela mostra muita tainha grande. Eu já peguei muita tainha ali com a Geraldona. Tainha de dois quilos, dois quilo e meio, três quilo, quatro quilo... Já peguei muita tainha com ela. E quando o peixe tá menor, ela vem pelo meio do rio. (...) Quando a gente tá ali, tem dias que ela vem dois metros da margem, bem pertinho, tem que tá cuidando, tá cuidando. Daqui a pouco ela só dá uma arrancada assim de frente e se vira de lado. Aí pode saber, né? É fatal. É botar a tarrafa e já bate. Ela é muito malandra, ela sabe, ela sabe pescar e quem conhece ela não sai dali sem peixe. Ela aperta o peixe na margem, no barranco, no raso, na margem da água do rio. É fatal. A gente pega muito (França, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

Já para Valdomiro, Geraldona “é a melhor bota que tem”. Segundo ele:

não tem palavras pra dizer o que ela faz. Ela conhece o cara, eu acho, até no caminhar. E, quando chega, parece que ela sente as pisadas, e ela vem e mostra na frente do cara. (...) Enquanto nós existir e ela existir, nós vamos só correr atrás dela, porque é ela que dá o sustento pra nós. É a Geraldona. Não tem outro boto melhor do que a Geraldona. Depois vem a Rubinha, a Rubinha é filha dela, também é outra... Mas, pra ganhar da Geraldona... não tem (Valdomiro, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

Além da sua competência na pesca, Geraldona é admirada como figura materna e grande professora, tanto de botos, quanto de pescadores:

foi com ela [Geraldona] que eu comecei a aprender. A minha primeira tainha nem foi com ela, foi com a Rubinha, que é a filha dela, e foi muito emocionante. Tipo assim, tu começar a pescar e tu já pegar uma tainha com boto. Foi uma emoção muito boa, sim. (...) Quando ela [Geraldona] mostra, nossa! Assim, é lindo, é lindo de se ver assim, é lindo. Se tiver uma câmera daquelas que tira foto rápido, nossa! Pega cada foto (Kauan, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

A origem do nome da bota remete ao jogador de futebol Geraldo Manteiga, o Geraldão, que atuou em diversos clubes brasileiros entre os anos 1970 e 1980. Quando aparece no canal, Geraldona é facilmente identificada por sua nadadeira dorsal cortada quase pela metade, o que a torna um dos botos mais conhecidos e carismáticos entre os não-detentores que frequentam a barra. Outro veterano do rio Tramandaí é Coquinho. Igualmente reputado como bom apontador de peixes, já demonstra sinais de envelhecimento que o aproximam do *jeitão* de alguns dos *botos antigos*, conforme a descrição de Maurino:

É, tem outros botos que seguram o peixe, como a bota Barata – o boto José –, era uma bota com bastante paciência. Era um boto com bastante paciência, ele mostrava a tainha, o pescador que botasse uma ou duas tarrafas junto ali, se não pegasse, ele ficava até esperando o pescador planejar tarrafa. E daqui a pouco ele mostrava de novo. Daí a gente chamava de paciência. E o boto que está nesse sentido, agora, é o Coquinho. Pode ser por causa da velhice também. Que ele tá ficando... já faz tempinho que ele mostra e espera, se não pegar e mostra de novo, sabe? Com a paciência que em duas mostrada a gente consegue botar duas tarrafas. Bem tranquilo. Enquanto os outros, se tu não pegar já sai correndo dez metros na tua frente, ele pula de novo (Maurino, entrevista - Tramandaí agosto de 2024).

A convivialidade permite o refinamento de estratégias na pesca com botos, de acordo com cada uma das relações que se constroem individualmente. Apesar de as tarrafas de rufo serem mais utilizadas no Rio Tramandaí, como vimos na seção 1.5, o pescador Airton da Rosa (*in memoriam*), irmão de Vilson e pai de Airtinho, fez certa vez uma tarrafa de argola, especificamente para pescar com Lobisomem:

Tem uma tarrafa que eu fiz lá em casa, para pegar com o Lobisomem. Uma tarrafa bem pesada assim, porque ele tirava o peixe da tarrafa. É.

Uma tarrafa de argola, ele entrava e saía com uma tainha na boca. Eu vi um monte de vezes, ele entrava e fazia assim com o rabo. Eu vi várias vezes ele fazer isso aí. A natureza é fantástica, né? Ele levantava o chumbo, ele entrava por baixo e saía assim. Milésimos de segundos. Eu não sei, como que consegue pegar né? Ele entrava por baixo e pegava a tainha. A natureza é fantástica, não tem, não tem. (Airton da Rosa, em Ilha, 2016, p. 26)

Com efeito, Airton possuía uma relação especial com o boto Lobisomem, que, como contam os pescadores, tinha o costume de subir o canal até a altura da sua casa e chamá-lo para pescar. O sinal do boto era interpretado pelo cão da família, que, por sua vez, ladrava ao dono para transmitir a mensagem. Conforme seu depoimento para Elisa Ilha:

Eu tenho a impressão que [o boto] reconhece o pescador. (...) Eu acho que conhece, não tenho certeza, mas tenho a impressão que conhece. O Lobisomem onde eu estava ele estava sempre junto, eu acho que conhece. (Airton da Rosa, em Ilha, 2016, p. 26).

Em 2005, Lobisomem faleceu acometido pela doença fúngica conhecida como lobomicose ou lacaziose (causada pelo fungo *Lacazia loboi*), ou como *lobomycosis-like disease* (LLD) quando sem um diagnóstico histológico. Essa infecção dérmica crônica causa lesões cutâneas que têm sido cada vez mais observadas entre indivíduos, sendo uma das principais ameaças identificadas para os botos-de-Lahille (IWC, 2024).

A LLD parece estar associada à contaminação da água (à exposição crônica a poluentes químicos e/ou biológicos) e a sinais de falha nas funções imunológicas (Reif et al., 2009, Van Bresse et al., 2007). O primeiro registro no sul do Brasil foi em uma fêmea de Laguna (Simões-Lopes et al., 1993), sendo o caso do boto Lobisomem registrado alguns anos depois (Moreno et al., 2008). Para Airtinho, filho de Airton, “todo mundo ali entre os pescadores ficou chateado” com a sua morte, mas fora um evento previsível, já que o boto andava aparecendo cheio de feridas no corpo (entrevista, agosto de 2024). Na população de Laguna, a presença de LLD têm aumentado progressivamente (Daura-Jorge e Simões-Lopes, 2011; Van Bresse et al., 2015), na população de Tramandaí há registro em três indivíduos (Fontana, 2024).



Figura 62: Airton da Rosa, com filho Airton, se despedindo do boto e amigo Lobisomem em 2005, ano em que o animal foi encontrado morto na barra do Rio Tramandaí. Fonte: Ignacio Moreno. Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS).

As mortes dos botos, embora esperadas em função do envelhecimento e das condições ambientais, não passam despercebidas entre os pescadores. Histórias como a de Lobisomem revelam o quanto esses animais são estimados e reconhecidos como parceiros de trabalho, cuja ausência provoca comoção e deixa marcas na memória coletiva. O luto é um indicativo da profundidade do vínculo construído entre humanos e botos em suas comunidades híbridas. É nesse contexto de relações vividas, e não apenas utilitárias e funcionais, que se inscrevem os modos de condução da pesca cooperativa em Tramandaí, tema da próxima seção deste capítulo.

4.4. Pontos de pescar e de *correr com o boto*

A barra do Rio Tramandaí é um canal de ligação (*inlet*) com 1,5 km de extensão, que conecta o complexo estuarino-lagunar Tramandaí-Armazém com o mar. O corpo lagunar é raso (0,4 a 1,5 metros) e profundidades maiores são observadas no canal

principal (entre 2 e 5 metros) (Silva et al. 2017). A pesca com botos ocorre durante todo o ano todo na faixa arenosa na margem sul (no município de Tramandaí, abrangendo os pontos: Praia da Barra, Coroa, Praça dos Botos) e na beira da praia e no guia-corrente (Bico da Pedra, Beira da Praia) na margem norte do canal, no município de Imbé. Durante a temporada da tainha, pontos de pesca avançam para dentro do canal em direção a ponte Giuseppe Garibaldi (pontos Valão, CDA, Pulga, Trapiche) (mapa 4).



Figura 63: Pesca com botos na Praia da Barra, Tramandaí (RS), julho de 2025. Foto: Instrução do registro.

Não há registros orais nem prática presente da pesca com botos sobre embarcações, ocorrendo principalmente em pé, dentro da água (A) ou sobre estruturas construídas (T). À diferença de Laguna, em ambas as modalidades, os pescadores se deslocam constantemente, seja entre os limites de cada ponto de pesca, seja entre pontos diferentes.

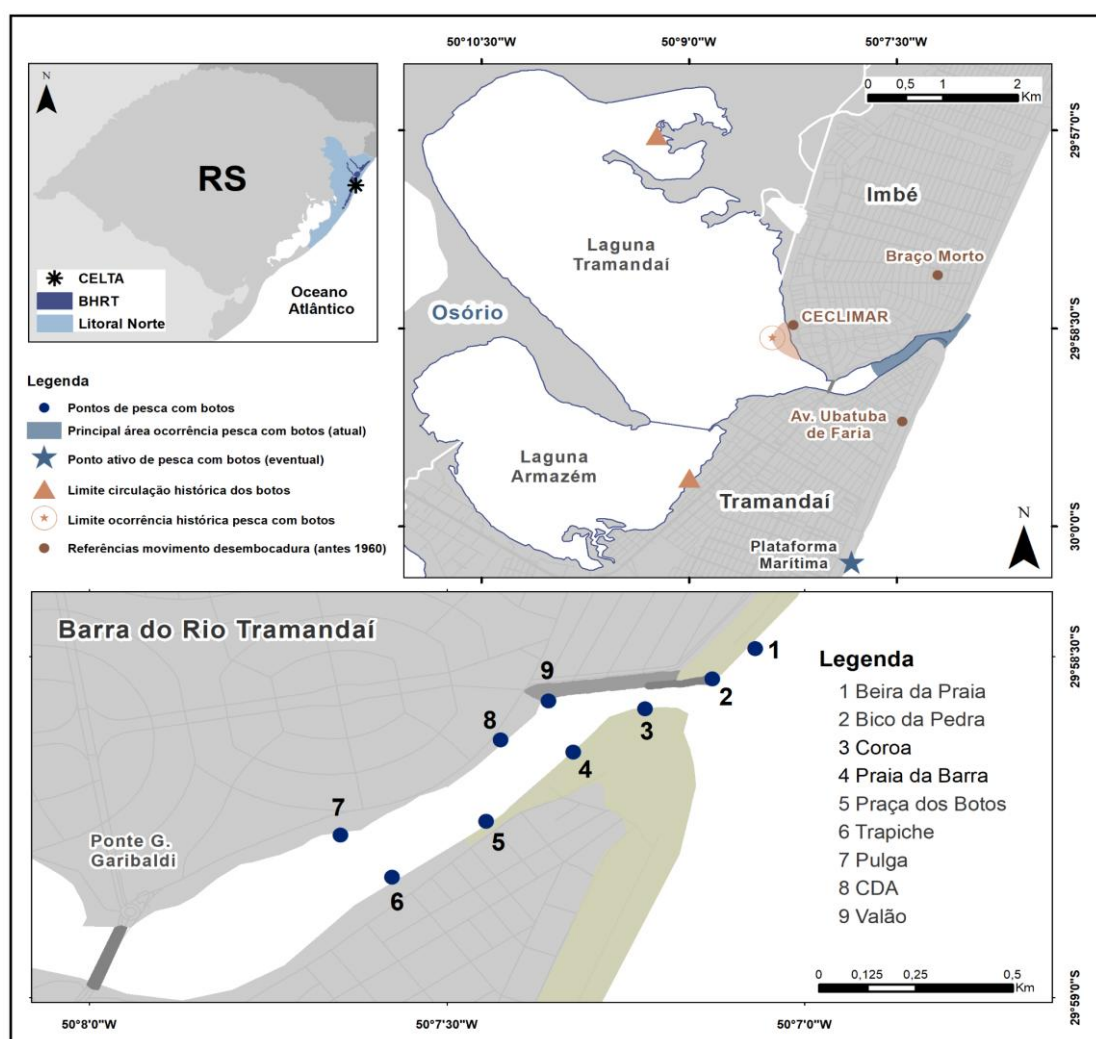


Figura 64: Pesca com botos na Beira da Praia de Imbé (RS), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.

Além da barra do Rio Tramandaí, os botos eventualmente também interagem com tarrafeiros na beira da praia, principalmente próximo a Plataforma Marítima de Tramandaí, onde se pesca em pé dentro da água (A), ou sobre pranchas (*pranchão*) na zona da arrebentação. Pescadores reconhecem ser os mesmos botos que *mostram* na barra (como Rubinha e Bagrinho) e lembram de botos já falecidos que o faziam também (como Pomba, Lobisomem, Manchada). A interação na faixa praial e na Plataforma é mais comum na temporada da tainha, principalmente quando há maiores cardumes na área costeira.

Antes da fixação do guia-corrente (1960), os botos adentravam as lagunas Tramandaí-Armazém (entre a altura da antiga rodoviária de Tramandaí na margem sul e até o rio dos Veados na margem norte), e a pesca com botos ocorria até outros pontos em seu interior (na altura do Ceclimar) (mapa 4). A desembocadura se deslocava tanto para sul, onde hoje se localiza a Avenida Ubatuba de Faria, como para norte, onde se manteve como área de lazer e ponto turístico o Lago do Braço Morto. Este era, originalmente, um antigo braço do Rio Tramandaí que foi isolado no processo de fixação

da barra. O lago não tem conexão direta com a barra, mas por meio de um canal artificial que deságua no ponto de pesca Valão. Atualmente, os botos ultrapassam de forma eventual a ponte Giuseppe Garibaldi, mas já não têm as lagunas como área de vida. As margens do complexo estuarino-lagunar, que antes abrigavam matas de restinga e campos, têm sido transformadas em áreas pavimentadas para a construção civil e lavouras, o que vem limitando, desta forma, o acesso às áreas tradicionais de pesca artesanal na região.



Mapa 4: Pontos de pesca com botos identificados pelos detentores na Barra do Rio Tramandaí (RS), atuais e históricos. Elaboração própria, 2025.

ID mapa	Nome	Modalidade no passado	Modalidade no presente
1	Praia da Barra de Tramandaí	A	
2	Beira da Praia de Imbé	A	
3	Bico da Pedra	A	A + T
4	Coroa	A	
5	Praça dos Botos/Pracinha	A	
6	Trapiches	A	
7	Valão	A + T	

Quadro 5: Pontos de pesca com botos na Barra do Rio Tramandaí (RS) e modalidades praticadas.

Na barra do Rio Tramandaí, o dinamismo da pesca com botos é uma das suas características mais notórias. Os pescadores acompanham o movimento dos botos, o que chamam de *correr com o boto* ou *corrida do boto*. Na margem sul, em uma extensão de aproximadamente um quilômetro, a *corrida do boto* se dá em plataforma rasa, com pescadores em constante mobilidade (Santos et al., 2018; Silva et al. 2021). A linha de pescadores se posiciona e se reorganiza constantemente, com local ditado pelos botos, que perseguem e pressionam os cardumes em direção à margem. Isso ocorre inúmeras vezes durante a interação e por toda extensão da praia.

A *corrida do boto* não é mediada por um sistema de espaços ou de vagas, e não há uma quantidade de tainhas capturadas que garanta acesso (ou não) à linha (ou a posições) de pesca. Ativamente, é preciso observar e reconhecer as melhores condições para se posicionar, enquanto os botos *trabalham no peixe*. Com as tarrafas em posição, pescadores aguardam a presença dos botos, com água na altura entre os tornozelos e os joelhos para poder se deslocar. Além de reconhecer os sinais dos botos, os pescadores ficam atentos a outras pistas no ambiente, como o *restolho*, isto é, o rastro da tainha na água. A escolha das tarrafas de rufo também tem lugar nesse dinamismo, pois, com elas, as tainhas são despescadas mais rapidamente (em comparação às tarrafas de argola), agilizando o retorno do pescador à linha de pesca após uma captura. Outro acoplamento técnico observado nesse sistema é o *baby-doll*, um colete geralmente confeccionado

pelos pescadores com retalhos de rede, para depositar as tainhas capturadas sem precisar sair da água. Na margem norte, a pesca com botos ocorre na beira da praia (com água entre a cintura e o peito, na zona de arrebentação das ondas), ou sobre estruturas construídas (Bico da Pedra, Valão, CDA, Pulga).



Figura 65: Corrida do boto na Barra do Rio Tramandaí (RS), junho de 2024. Foto: Instrução do registro.

Até a década de 1980, havia um sistema conhecido por *baliza*, que se assemelhava ao sistema encontrado na Tesoura, em Laguna. A *baliza* iniciava depois da Semana Santa, durava cerca de dois a três meses e era preciso estar inscrito na Colônia de Pesca para participar. O espaço da *baliza* era delimitado por taquaras (tanto na margem sul quanto na margem norte) e contava com a presença de fiscais, que eram, geralmente, pescadores mais velhos e/ou experientes, como Manoel Mendes, Prezalino e Lino.



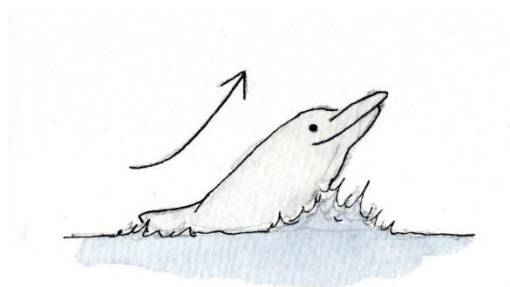
Figura 66: Seu Prezalino, antigo fiscal da baliza, usando baby-doll. Início da década de 1990. Fonte: Luiz Tabajara. Acervo Projeto Botos da Barra (Ceclimar/CLN/UFRGS)

A fila da *baliza* era organizada por ordem de chegada. Os lugares eram guardados pelas tarrafas na areia, e os pescadores costumavam chegar cedo. De dez a quinze pessoas participavam da fila, enquanto os demais pescadores se posicionavam atrás da fila e podiam correr o boto. Na *baliza*, os pescadores aguardavam em seus lugares, até que o boto sinalizasse à sua frente, e iam para o final da fila quando capturavam tainhas, independente de quantas fossem. A *baliza* era demarcada próxima à desembocadura da barra (“da curva para baixo”, em direção ao mar), enquanto a *corrida do boto* acontecia no interior do canal (“da curva para cima”, em direção às lagoas). Segundo Maurino, reconhecer os botos (como Fotoarma, Barata, Galhamol e Pomba) ajudava a identificar quais lances seriam melhores na fila da *baliza*. Perguntado se seu pai pescava no sistema, Maurino relata a oscilação entre as duas formas de pescar:

Pescava. Ele pescava no mar, mas não gostava muito porque a gente via os botos trabalhando pra cima. E a gente ali ficava trancado. Daí a gente pegava e “ah, eu não quero mais baliza!” e ia sair correndo com o boto. Porque daí era pouca gente. Dois, três, cinco pessoas... (Maurino, entrevista - Imbé, agosto de 2024).

Entre os motivos para o desaparecimento da *baliza*, os detentores apontam o crescimento do número de pescadores na barra, tanto profissionais, quanto não-profissionais. Também podemos observar o fim da *baliza* sob a ótica da substituição de arranjos locais por ordenamentos jurídicos, como observado também em Araranguá e Laguna. Graxa, por sua vez, atribui o declínio do sistema à morte dos botos que sabiam operar nesse sistema (entrevista, setembro de 2024). Jorge Euzébio concorda que “hoje em dia, nenhum dos botos saberia fazer a baliza” (conversa informal, agosto de 2024).

Em que pese suas mudanças geracionais e o desaparecimento de formas de organização como a *baliza*, a pesca com botos no Rio Tramandaí segue existindo como prática cotidiana, moldada pelas transformações sociais, ecológicas e tecnológicas que marcaram a região ao longo do tempo. Como em Laguna, longe de se constituir como um patrimônio estático, ela demonstra uma notável capacidade de adaptação, reinventando-se diante das transformações nas paisagens com as quais se entrelaça.



PARTE III – A PESCA COM BOTOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

5. A pesca com botos como referência cultural e objeto de registro

O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 define como patrimônio cultural “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Conforme Maria Cecília Londres da Fonseca (2001), a noção de *referência cultural* representa um marco nas políticas de patrimônio no Brasil, ao pressupor

sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (Fonseca, 2001, p. 112).

Na primeira parte deste dossiê, descrevemos os principais elementos da pesca com botos no Sul do Brasil. Buscamos identificar quem são seus detentores, onde estão localizados e como se formaram os sítios de ocorrência dessa prática. Também abordamos sua continuidade ao longo do tempo, suas variações locais e formas de enraizamento no cotidiano das comunidades envolvidas. Neste capítulo, exploraremos os valores³³ que fazem da pesca com botos uma referência cultural para seus detentores e a sociedade envolvente, de modo a subsidiar e justificar seu registro como patrimônio imaterial.

³³ No decorrer do capítulo, os valores identificados são destacados em negrito.

5.1. A pesca com botos como referência cultural para seus detentores

A despeito das transformações vividas pela pesca artesanal nas últimas décadas, assim como do variado perfil social e laboral dos detentores, a captura de peixes na companhia dos botos continua sendo uma fonte de renda fundamental e uma garantia de segurança alimentar para muitas famílias nos sítios enfocados. A prevalência da noção de *trabalho* para se referir à labuta compartilhada entre humanos e botos denota a dimensão de **sustento** ligada à prática, apontada por muitos detentores como motivação para seu reconhecimento e valorização:

A pesca tem que ser reconhecida porque é da onde a gente tira o sustento (...). Pesca pra mim representa tudo, pela minha profissão, meu sustento, da minha família, entendeu? E foi a profissão que eu escolhi, gostei e gosto até hoje (Maurino, entrevista — Imbé, agosto de 2024).

Essa pesca significa um esporte, mas pra nós que vivemos da pesca não é um esporte. É pra sobreviver. E aqui tem muitos que sobrevivem da pesca, daqui do Rio Tramandaí. Tem muitos que não tem outra profissão. Ou é pescando no barco, ou é pescando aqui. E tem muitos que pescam só daqui. Bem dizer o esporte não existe pra nós, é sobrevivência. (Valdomiro, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024)

Eu vivo da pesca, trabalho com peixe. Não tenho outra renda. E graças a Deus, não me falta nada. Pra mim, não me falta nada. (...) E nós não pegamos peixe sem boto. Claro, a gente pega, mas se eu pegar cem tainha com o boto, eu pego dez sem o boto (Ximia, entrevista — Laguna, abril de 2025).

A pesca na minha vida é igual um lazer pra mim, porque o patrão sou eu, pesco a hora que eu quero, se eu quiser no outro dia eu não vou, mas é minha renda de sustento de família, se eu não pegar hoje, eu não como hoje, tem que pegar. Se eu não pegar, amanhã eu tenho que dar um jeito (Gegê, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Essa pesca aí de boto, ela deve ser bastante reconhecida, bastante valorizada. Por quê? Porque tem muitas pessoas aqui que vivem disso. São muitas famílias que só vivem de pesca mesmo, então eles não fazem outra coisa, não trabalham fora, ficam só vivendo disso daqui. Então é onde a pessoa tem que cuidar bastante do nosso botinho, da nossa lagoa, porque tem pessoas que vivem disso daqui (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Todavia, mais do que uma forma de subsistência, há o reconhecimento de que a pesca é **um modo e um estilo de vida**, articulando dimensões ligadas à sociabilidade, à construção da identidade e da pessoa dos pescadores:

A pesca na minha vida significa tudo, né? Eu não sei, pode dar pra mim casa em outro lugar de graça que eu não vou. Meu sentido é aqui, no caso, na pescaria, né? Já acostumou, né? Entendeu? Vai noutro lugar, chega lá e não tem pesca, como é que vai fazer? Dá tudo errado, não é o teu ramo. A pescaria tu acostumou, não adianta. A pescaria é tudo (Graxa, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

Eu adoro isso aqui. Vou fazer o quê? Tá no sangue. Eu me criei comendo peixe e vou morrer comendo peixe, e vou morrer pescando no boto. (...) Eu adoro isso aqui. Eu venho pra cá esse horário agora de manhã e fico até a noite, não saio do bote, não saio. Só pra ficar tarrafeando aqui. E ver o boto. (...) Vou morrer mas isso aqui vai comigo. Não tem. Se o senhor imaginar, não tem dinheiro no mundo que existe que pague isso aqui. Chego até a sonhar às vezes com o boto, com a pescaria. Eu amo isso aqui. Eu amo de verdade. Falta sete anos para me aposentar. Aí que eu me aposentando que eu não saio mais da canoa (Ximia, entrevista - Laguna, abril de 2025).

Minha vida foi construída em cima disso. Da pesca do bagre aqui em casa, a pesca da tainha aqui, a pesca da tainha ali, eu sempre junto no caíco. Eu falo, lembrei o Vilson de quando saía, porque eu ia junto, pequeninho no caíco ali. Ficava sentado lá o dia inteiro, sentado o caíco do lado, me davam um saco de comida, um café, um troço, ficava lá comendo. Daqui a pouco ficava cansado, me largavam aqui em casa. E assim como eu ia pescar tainha, ficava com o pai, pescava bagre, pescava linguado, sempre acompanhando. Então, como eu disse, falta o resgate disso. E eu sempre tento trazer isso e não perder essa parte que me construiu como pessoa, muito importante. Então a pesca é de fato muito importante, porque foi toda a minha vida participando disso (Airtinho, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

Se um brasileiro chegar aí e me perguntar: 'Por que tu pesca?' Porque eu gosto. Não é nem porque eu preciso. Porque... eu posso dizer que a pesca sai da alma. Porque eu gosto muito, muito, muito de pescar (Kauan, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

O arraigamento da pesca com botos no cotidiano dos detentores é de tal monta que o dia se estrutura em torno da prática, com repercussões, inclusive, para a manutenção da sua saúde mental:

A pesca pra mim? É uma paz. Então às vezes tu tá em casa, tá cheio de problemas na cabeça, tu chega dentro d'água e tu esquece tudo isso. Tu não lembra de mais nada, tu vai chegar em casa, tu vai tomar um banho, vai jantar, vai cair na cama, tu não lembra de mais nada. Aí no outro dia de manhã cedo, cinco horas da manhã tu vai acordar de novo e vai pra pesca, tu esquece tudo, tu não lembra de mais nada, a pesca é uma coisa que bah, faz tu esquecer de tudo, tu não lembra de nada, é uma coisa boa (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

O cara tá lá em casa... tem vezes que, mesmo que não pesque, quer dar uma volta aqui... acostuma, né? Vem aqui ver se tá dando peixe... Tinha um pescador antigo, morava aqui, no cômodo aqui. Vinha aqui, dava uma olhadinha, daí ele pescava, ia embora... Ele foi embora pras casinhas lá pra cima e morreu. Por quê? Porque mudou a rotina dele, né? De lá, ele já não conseguia vir, era um homem de idade, né? Aqui ele tinha nós. Ele já estava na rotina, estava acostumado. Aí levaram ele pra lá, teve que sair do cômodo aqui. Daí ficava mais longe, daí começou a ficar mais em casa... A gente muda, a pessoa muda, sai fora da rota, né? São acostumados. Ele vinha aqui, subia em cima do cômodo aqui de tardezinha, chupando uma balinha. Olhava aqui a pescaria (Graxa, entrevista – Tramandaí, agosto de 2024).

Eu me sinto muito feliz pescando. Porque às vezes eu tô em casa, sem nada pra fazer, e às vezes tô meio triste assim, né? Cara, quer ver quando eu quero pescar e eu não posso, eu olho todo mundo pegando tainha, já fico assim: “Bah, podia tá pegando tainha”. Daqui a pouco minha tia fala: “Vai, vai pescar!”. Daí eu já largo a pau. Ali eu me sinto muito feliz pescando, porque eu vejo meus amigos. Como eu tava dizendo, hoje, pro cara lá, que eu me sinto bem, vejo meus amigos, e isso é... pra mim, eu me sinto muito feliz de todo dia ver o boto, ver a natureza que Deus criou (Kauan, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

A primeira coisa que eu faço é me acordar e eu vou lá [Tesoura]. Depois eu posso vir até em casa e ficar a tarde toda. Dificilmente quando eu venho a tarde para casa, dificilmente eu volto. Só se assim: “Ah, vai dar peixe”, aí eu volto. Se não, se eu vejo que não vai dar peixe, eu nem volto. Mas de manhã eu vou lá, às 7 horas já estou lá. 7, 6:30. É uma cachacha. Só que é uma cachacha boa, né? Saudável (Safico, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Outra dimensão destacada pelos detentores é o **aprendizado contínuo**. Mesmo sendo praticada diariamente durante vários anos, a pesca é uma fonte inesgotável de novas experiências e aprendizados:

Eu tenho carteira desde [19]82, entendeu? Desde [19]82. Nossa! O que eu sei de pescaria... e ao mesmo tempo, não sei de nada, porque todo dia acontece uma coisa com o cara, da pesca dentro d'água. Porque se o cara

for contar, eu vou dizer pra ti, o cara vai uma semanada contando as coisas que aconteceu com o cara, entendeu? Das histórias verdadeiras que tem com o cara, e como os outros pescadores também passaram por isso. E a gente não sabe de nada ainda, entendeu? (Maurino, entrevista, Imbé, agosto de 2024).

Eu tenho um conhecimento muito grande daquilo ali, e cada dia que passa a gente está aprendendo ainda. E cada dia que passa tu vê coisas novas: mudanças de água, vem cor de água, vem algas diferentes que a gente não conhece, vem pássaros diferentes que a gente não conhece, nunca viu, aparece ali (França, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Eu já aprendi, já sei agora, então agora a gente vê né, como eu disse é observação, tu fica em observação né. A pessoa te observa.

Pergunta: Igual a um boto pequeninho?

Isso, a mesma coisa. No serviço, o patrão tá te observando, tu vai te aperfeiçoando, ficando bom, entendeu? Tu nunca vai ser bom. Todo dia tu vai aprender alguma coisa porque tu nunca vai ser bom na vida. Tu vai sempre, todo dia, aprender uma coisinha (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Ademais, o saber tradicional constitui um repositório de conhecimentos valiosos e versáteis, que podem ser mobilizados para as mais diversas situações. A pesca conecta o presente ao passado e se projeta em direção ao futuro, através das novas gerações:

Não tem que deixar se acabar a pescaria, sempre tem que existir. Morre o mais velho, mas sempre vem os mais novos pra cuidar do patrimônio aqui né, cara? (Valdomiro, entrevista – Tramandaí, agosto de 2024).

São coisas que sempre existiu, e como diz o ditado: quem não tem passado, não terá presente e não terá futuro. Então o passado é importante para a gente aprender as coisas, saber como eram as coisas. Porque as coisas podem melhorar, mas muitas coisas também podem piorar né? (Dirde, entrevista – Ilhas, Araranguá, março de 2025).

Os detentores também destacam a **singularidade** da pesca com botos como uma forma única de interação entre humanos e animais. Eles se reconhecem como protagonistas de um fenômeno raro, que desperta o interesse de diversos agentes sociais:

É importante pra todos, não só pro pessoal ribeirinho aqui de Laguna, mas é de importância pro mundo inteiro. Porque é difícil de acontecer em outro

lugar. E se a gente perder isso aqui, a gente vai perder uma característica dos botos, que é uma coisa assim, incomum. Tem gente que vem e se apaixona pelos botos ali, que chega a chorar pelos botos ali, que tá em cima do molhes ali, e não quer ir mais embora. Gente que vem de fora. É porque tu não fica o dia todinho vendo a expressão de cada rosto que vai ali, que vê aquilo ali (Safico, entrevista - Laguna, maio de 2025).

É incalculável o tamanho da beleza que aqueles botos são pra pra muitos que já conhecem. E tem muitos que ainda vão conhecer, e vão interpretar o que eu estou falando agora sobre os bichos ali. Eles vão entender que a gente não tem palavra pra agradecer por ter aquilo ali dentro da nossa região. Dentro do Rio Grande do Sul tem um local que a gente consegue enxergar os botos tão pertinho que nem a gente vê ali. Pertinho, pertinho. A gente consegue enxergar eles bem perto, ali, sabe? Os botos. Então, tem que ser revisto isso como patrimônio histórico e intocável, porque aquilo ali é uma maravilha (Francelino, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

E a população, pode ver, hoje é sábado: “pouco turista vem ver”. Vem bastante! Domingo, vem ver o boto, vem levar peixe. Agora, é a época da tainha, a safra. [Em] Laguna, eu nunca vi tanto turista [como] no mês de maio. Junho, aqui, é verão. Vem os turistas de fora. O cara tá pescando aqui e eles levam. “Ah porque lá tem boto” — tem gente que mora aqui em Imaruí e nunca viu o boto pular. Hoje em Laguna o patrimônio é a pesca com boto. Porque é uma cidade de pescador (Gegê, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Deveria ter visibilidade nacional e internacional por ser uma prática ímpar no mundo, e ao mesmo tempo que isso é importante na vida das pessoas que moram aqui, que passaram por ali, o próprio município, a própria região não valoriza, não vê isso, não identifica isso como um destaque pro município, pra cidade, pra região. E eu acho que o trabalho de fazer isso como um patrimônio é trazer também não só para as pessoas de fora, mas para os próprios moradores daqui resgatarem isso (Airtinho, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

Além disso, os animais são estimados por manifestarem virtudes como amizade, lealdade, generosidade e inteligência:

Isso é consciência desse animal, ele é muito... ele é uma pessoa, eu considero como um ser humano né, a inteligência dele. (...) Então lá na Tesoura, ali último espigão de quem vai pra baixo, lá é um alagado de pedra por baixo d' água, que vai daqui naquela casa verde, uma distância grande. E ali pára o peixe. Aí os outros botos tavam tudo ali, agoniados, esperando o peixe pra sair pra pular. Aí esse Galha Torta vinha e olhava o peixe, olhava... nós já sabia, né? Vê a ciência do bicho, né? Por isso que eu digo, (...) eu considerava [como] ser humano (Braz, entrevista - Laguna, maio, 2025).

O boto sempre foi amigo do pescador, e o boto é protetor, ele protege as pessoas. Você pode ir lá nadar — eu cansei de ir nadar lá no meio dos botos — e ele fica só ao redor cuidando. Ele não ataca, não faz nada. Ele fica ali no sentido de proteger a pessoa (pescador, entrevista – Ilhas, Araranguá, março, 2025).

O golfinho vê o peixe que nem o pescador (...). O boto é um pescador, predestinado por Deus. O boto é muito sábio, é uma pessoa... o boto entrega a comida para o pescador que nem a mãe entrega para um filho. O boto é um mata-fome nosso (Nuno, diálogo informal - Laguna, abril de 2025).

Além do **enredamento biográfico** analisado nos capítulos anteriores, a **convivialidade** com os botos é valorizada, dentre outras qualidades, pela graça que emerge da relação com os animais — uma graça marcada pela espontaneidade e pela inefabilidade do encontro. A graça se manifesta na **atmosfera intensiva** de atenção e emoção (Lorimer, Hodgetts e Barua, 2017) que se instaura nos pontos de pesca a cada vez que os botos emergem da água e tem início a interação:

Quando dava época da tainha – que já passou, que era mês de maio, junho – ela, nossa! Ela [Geraldona] estava lá às vezes assim na [altura da] CDA, e aí ia com a malha de peixe assim, ela se esticava, assim, que chegava a marcar a costela dela. É fácil assim, já vinha, né? Quando ela vinha, quando ela saía de lá, ia a pau, tinha que sair correndo, chorando, tropeçando nas pedras, rindo: “Agora é peixe! Agora é peixe! Corre! Corre!” (Kauan, entrevista – Tramandaí, agosto de 2024).

Eu gosto de pescar de tarrafa. Mas com o boto, eu largo tudo mesmo (Cabinho, entrevista – Araranguá, março de 2025).

Porque eu, se tiver boto ali ou se não tiver boto, eu vou pegar igual. Eu pego peixe igual, porque eu conheço peixe na água. (...) Mas só que parece, assim, que é uma pescaria que não... ah, falta um algo a mais ali, é muito melhor [com os botos], né (França, entrevista – Tramandaí, agosto de 2024).

A convivialidade valorada no presente não ignora as tensões verificadas em outros tempos. Como vimos, no passado, a pesca com botos incluía práticas hoje repudiadas, como a eliminação de *botos ruins*, o talho de nadadeiras e métodos agressivos de correção para evitar emalhamentos ou furtos de peixe. As relações

interespecíficas de intimidade não estão livre de tensões e ambiguidades, o que evidencia seu caráter complexo. Percebe-se, todavia, que a prática incorporou e metabolizou mudanças mais gerais nas formas de sensibilidade para com as outras espécies, ressoando os valores de cada época. Deste modo, ela pode ser entendida como uma **metonímia das transformações históricas**, tanto das relações entre humanos e animais ao longo do tempo, quanto dos próprios sítios onde a prática ocorre.

5.2. A pesca com botos como forma de habitar e constituir paisagens

Vimos no capítulo 2 que o tombamento do centro histórico de Laguna está assentado sobre a noção de “cidade-documento”. Conforme Jaramillo (2016, p. 24), a adoção deste conceito, a partir dos anos 1980, marcou uma nova perspectiva de entendimento dos sítios urbanos históricos no campo do patrimônio, em que a forma de se valorar a cidade não se vincula mais “somente a sua forma urbana, mas também se encontra na sua história bem como em sua natureza paisagística, na sua estrutura natural”.

Desta maneira, podemos considerar que o tombamento de Laguna foi um movimento pioneiro em direção à categoria de paisagem cultural, posteriormente definida pelo Iphan como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Brasil, 2009). Como explicita Simone Scifoni no verbete dedicado a esta noção no Dicionário do Patrimônio Cultural do Iphan:

O recorte espacial é estabelecido a partir de uma condição peculiar e representativa de determinadas relações estabelecidas entre os grupos sociais com a natureza. Ou seja, do ponto de vista da preservação, o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é o caráter peculiar dessa relação tecida ao longo do tempo e que se revela a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano. Essas relações podem tanto materializar-se na sua morfologia, como podem ser explicitadas por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente (Scifoni, 2016, s/p.)

Ao longo deste dossiê, procuramos demonstrar como **a pesca com botos é um dos elementos mais emblemáticos da paisagem cultural dos sítios enfocados**. A partir da antropologia ecológica (Ingold, 2000) e da geografia cultural (Berque, 2012), definimos e interpretamos as paisagens da pesca com botos como composições temporais e dinâmicas, marcas e matrizes dos modos de percepção e ação dos sujeitos humanos e não-humanos que as habitam. Deste modo, é importante situar os valores que justificam a patrimonialização do bem cultural na escala das paisagens em que ocorre.

Segundo o filósofo e geógrafo George Backhaus (2003, p. xiii), as entidades que compõem uma paisagem estão em constante negociação com o meio para manter sua existência, num contexto atravessado por perturbações e desequilíbrios que tanto ameaçam, quanto propiciam sua continuidade. Em tempos recentes, esta capacidade adaptativa das entidades e sistemas vivos tem sido definida como **resiliência socioecológica** (Cumming, 2011). Por sua vez, antropólogas ecológicas como Anna Tsing (2019) e Betina Stoetzer (2022) tem destacado as formas criativas pelas quais associações inusitadas entre seres vivos de diferentes espécies encontram maneiras de habitar ambientes profundamente impactados por intervenções e distúrbios antrópicos. São histórias mais-que-humanas em que, apesar dos investimentos humanos para enquadrar o objeto da observação, a própria contingência e as relações dinâmicas entre espécies exigem uma observação densa e crítica sobre os vínculos estabelecidos nos interstícios do “desenvolvimento”.

Ou seja, são histórias que subvertem algumas noções das ciências naturais de que relações interespecíficas só podem ser traduzidas em relações de presas e/ou predadores, beneficiados e prejudicados, ou a partir de concepções econômicas de indivíduos em competição por recursos escassos. Amplia-se, assim, o conhecimento sobre as possibilidades de relações sociais entre diferentes espécies (Tsing, 2019), repletas de sentidos e complexidades (Catão e Barbosa, 2018). Este parece ser precisamente o caso da pesca com botos: uma forma única de interação entre humanos

e cetáceos, capaz de perdurar por décadas em meio às agudas transformações ocorridas nos seus sítios de ocorrência, e persistir junto a infraestruturas (molhes, guias-correntes, portos, etc.) projetadas e construídas para outros fins. Sobre este ponto, escreve Letícia Vianna a respeito de Laguna:

Em 1905, iniciou-se a implementação do projeto da construção dos molhes com vistas ao aumento da profundidade e demarcação da entrada do canal pelo molhe norte. A conclusão da obra teve muitos percalços e atravessou o século vinte, sendo considerada concluída em 2009 (sendo que novas obras já estão sendo aventadas). O fato é que a aproximação e entrada dos botos na lagoa pelo canal não foi impossibilitada pela longa obra. Além dos Molhes, foram muitas e intensas as transformações causadas pela ação antrópica que se deu no Século XX, como a retificação do rio, construção de portos e ponte, crescimento e criação de bairros, expansão agrícola no entorno... O que é interessante ressaltar é que neste ambiente urbano secular, onde a paisagem e as condições do rio e da lagoa foram drasticamente alteradas, e que hoje tem os apelos e condicionamentos típicos dos modos de vida de uma cidade contemporânea que põe em ameaça a biodiversidade e integridade das tradições culturais, essa capacidade comunicacional interespecífica entre alguns botos e alguns pescadores artesanais de Laguna não foi embotada ou diminuída. Foi cultivada como uma tradição passada de geração em geração intra e entre as duas espécies de mamíferos, em uma relação rara e delicada. Essas técnicas de pesca colaborativa se desenvolveram na lagoa e no Rio, ao longo do século vinte até o momento presente (Vianna, 2020, p. 170-171).

O mesmo se aplica ao caso do rio Tramandaí, onde a pesca com botos persiste cotidianamente em meio ao acelerado crescimento urbano do litoral norte gaúcho e ao avanço das infraestruturas antrópicas sobre os ambientes costeiros. A retomada da prática em Araranguá, por sua vez, reforça o caráter resiliente deste saber tradicional interespecífico, capaz de se reativar sob condições socioambientais que as permitam. Por sua vez, o declínio da cooperação no Rio Mampituba dramatiza a delicada convergência de fatores sociais, ecológicos e geomorfológicos que subjazem à manutenção e à sustentabilidade da prática.

Por fim, habitar os estuários e perceber as transformações vivenciadas por eles engendra nos detentores a percepção de que o destino das paisagens e a continuidade da pesca estão entrelaçados, demandando sua proteção e cuidado:

Tem que ser patrimônio, porque é uma área de pesca. É uma área que a gente tem que cuidar, pra não deixar ninguém estragar nada, de não se terminar (Valdomiro, entrevista - Tramandaí, agosto 2024).

É a mesma coisa que nós dizer assim: nós temos uma casa aqui na terra e ali dentro da água tem uma casa dos botos. Dos seres vivos que vivem ali. Eu já vi os botos dormindo ali no canal do rio, de eu bater na água e ele não sair do lugar onde ele estava. E ainda fazia, espirrava, dava um espirro, ainda me dizia “deixa eu dormir, que eu tô dormindo”. Então, quem conhece aqueles bicho ali sabe o que que é isso. Sabe o que que é, como eu vou dizer, sabe o que é fazer força pra proteger aquilo ali (França, entrevista - Tramandaí, agosto de 2024).

Então isso aí tem que ser preservado, tanto a lagoa como os animais. O pessoal se conscientizar mais pra não haver essa montoeira de coisa pra prejudicar o boto. Tem que haver espaço pra natureza. Claro que a gente não pode proibir todo mundo de andar no mar. Então tem que haver espaço, tem que haver uma norma, umas regras pra suprir isso aí. Pra não deixar os animais encurralados. Se deixar eles encurralados, um deles vai ter que fugir daqui da lagoa. Vão daqui embora, pro outro lado. Tem que ir pro outro lado. E se eles fugirem, aí acaba essa atração toda. Aí acabou o patrimônio de Laguna, histórico, acabou. Por quê? Acabou o alimento, acabou tudo, acabou, não tem lugar pra eles ficarem, vão embora. Aí isso aí tem que ser preservado tudo (Safico, entrevista - Laguna, maio de 2025).

Como veremos adiante, grande parte das ameaças identificadas e das demandas de salvaguarda manifestadas pelos pescadores está relacionada ao ordenamento territorial e ambiental dos estuários. A regulação desses espaços é vista como um fator essencial para a continuidade da prática e para a preservação das condições que têm permitido, ao longo do tempo, a convivência entre humanos e botos. Muitas dessas percepções e reivindicações são também partilhadas pelas comunidades do entorno dos sítios, para as quais a pesca com botos representa uma importante referência cultural.

5.3. A pesca com botos como referência cultural para a sociedade envolvente

Entre as diversas marcas deixadas pela pesca com botos na paisagem dos sítios, encontram-se tanto aquelas diretamente ligadas à prática — como sarilhos, trapiches, embarcações e outros artefatos associados ao trabalho no rio — quanto aquelas de

caráter mais simbólico ou alusivo, como estátuas, monumentos, logradouros que homenageiam os botos, além de logotipos, letreiros de estabelecimentos comerciais, pinturas murais, grafites e elementos do mobiliário urbano. A ubiquidade dessas referências no tecido urbano dos sítios evidencia o valor da **pesca com botos como marco identitário e bem cultural para a sociedade local**.



Figura 67: Monumento ao Boto Pescador na Praça Seival, próxima à Tesoura, Laguna (SC), junho de 2025. Foto: Instrução do registro.

Em Laguna (SC) e nas cidades de Tramandaí e Imbé (RS), os botos figuram como símbolos, e a observação da pesca conjunta se apresenta como um dos principais atrativos de lazer para turistas e os próprios habitantes locais. Além disso, o pescado obtido por meio da cooperação entre humanos e golfinhos circula em redes locais e regionais de comercialização e troca, fazendo parte da **cultura alimentar** da sociedade envolvente.

A proteção da espécie, assim como da pesca com botos e sua salvaguarda, tem motivado inúmeras iniciativas institucionais e da sociedade civil ao longo dos anos, como bem atestam os diversos tipos de **reconhecimento legal** conferidos à prática desde os

anos 1990, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O quadro a seguir sintetiza os instrumentos atualmente existentes nas esferas municipal, estadual e federal, assim como a descrição de seu escopo e finalidade:

Sítio	Instrumento	Âmbito	Descrição/finalidade
Laguna (SC)	Lei Municipal n. 521/1997	Municipal	Reconhece o boto como patrimônio natural da cidade
	Lei Federal n. 13.318/2016	Federal	Confere a Laguna o título de Capital Nacional dos Botos Pescadores
	Lei Estadual n. 17.084/2017	Estadual	Institui o Dia Estadual da Preservação do Boto Pescador em 25 de maio
	Termo de Registro n. 1/2018	Estadual	Reconhece a Pesca Artesanal com Auxílio dos Botos como Patrimônio Imaterial de Santa Catarina
	Portaria IMA n. 214/2019	Estadual	Aprova o Plano de Ação Estadual para a conservação do boto pescador (<i>Tursiops truncatus</i>)
Rio Tramandaí (RS)	Decreto n. 49/1990	Municipal	Declara o boto como patrimônio natural do município de Imbé
	Lei Municipal n. 4.149/2017	Municipal	Considera patrimônio cultural de natureza imaterial a pesca artesanal profissional no município de Tramandaí
	Lei Estadual 15.546/2020	Estadual	Reconhece a Pesca Colaborativa entre pescadores artesanais e botos na bacia do Rio Tramandaí como de relevante interesse cultural no Rio Grande do Sul
Todos	Portaria MMA n. 375/2019	Federal	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação de Cetáceos Marinhos Ameaçados de Extinção – PAN, incluindo o boto-de-Lahille
	Portaria MMA n. 148/2022	Federal	Atualiza a Lista Nacional das Espécies Ameaçadas de Extinção; inclui o boto-de-Lahille na categoria “Em Perigo”

Quadro 6: Instrumentos legais de reconhecimento, proteção e salvaguarda da pesca com botos e do boto-de-Lahille.

Ademais, a pesca com botos tem exercido um papel relevante em projetos de educação patrimonial e ambiental nos sítios de ocorrência, valendo-se tanto do interesse despertado pela singularidade dessa forma de interação com a vida silvestre, quanto do status dos golfinhos como “espécie carismática” ou “espécie bandeira” no campo da conservação. Em Laguna, as movimentações iniciadas entre 2013 e 2015 no âmbito do PNPI, além de darem origem ao pedido de registro como patrimônio imaterial junto ao Iphan, se desdobraram em diversas iniciativas posteriores, como a criação do movimento *Boto Vivo*, a partir de 2018, e a construção de um santuário em homenagem aos animais falecidos junto à Tesoura, em 2021. A iniciativa ganhou destaque após a morte de Caroba, em 2022. O falecimento do boto causou grande comoção na comunidade e foi acompanhado com interesse pela imprensa local.



Figura 68: Santuário dos Botos, Laguna (SC). Foto: Instrução do registro.

No Rio Tramandaí, o Projeto *Botos da Barra*, sediado no Ceclimar/UFRGS, tem desempenhado um papel importante na difusão do conhecimento sobre a pesca com botos, com forte presença nas redes sociais online. Além disso, o projeto tem interagido com outras mobilizações da sociedade civil local, como o Movimento em Defesa do Litoral

Norte do Rio Grande do Sul (MOV), atuando na produção de argumentos científicos e na promoção de debates públicos voltados à conservação dos ecossistemas costeiros e à garantia dos modos de vida tradicionais.



Figura 69: Audiência Pública contra o despejo de esgoto no Rio Tramandaí (RS), os botos têm sido a espécie bandeira pela proteção desse sistema, em fevereiro de 2025. Foto: Acervo Projeto Botos da Barra.



Figura 70: Pescador França ministrando a disciplina “Encontro de Saberes” no Campus Litoral Norte da UFRGS, novembro de 2024. Foto: Acervo Projeto Botos da Barra.

Em 2024, o Campus Litoral Norte da UFRGS ofereceu uma disciplina no formato do projeto “Encontro de Saberes”, que contou com a participação do pescador França como mestre da cultura popular. Já no Rio Araranguá, o Projeto *Botos do Araranguá*, vinculado ao curso de Ciências Biológicas da Unesc, em Criciúma, tem desenvolvido iniciativas de monitoramento da população local de botos e acompanhado a retomada da prática junto às comunidades locais, por meio de ações de pesquisa, extensão e ciência cidadã.

5.4. A pesca com botos e o patrimônio científico

A presença ativa de grupos e projetos vinculados a universidades locais em ações de extensão e mobilizações da sociedade civil em torno da pesca com botos evidencia sua relevância para o **patrimônio científico** nacional. O Artigo 216 da Constituição Federal inclui “as criações artísticas, científicas e tecnológicas” no âmbito dos bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Desde os anos 1990, o conhecimento produzido a partir do estudo do fenômeno e da interlocução entre saber acadêmico e tradicional vem constituindo um robusto *corpus* em diversas disciplinas, especialmente na biologia.

Além das múltiplas gerações de pescadores e golfinhos envolvidas com a prática, também há diferentes gerações de cientistas brasileiros formados a partir da sua investigação. Em Santa Catarina, os pioneiros estudos de Paulo Simões-Lopes se desdobraram em inúmeros projetos de pesquisa, monografias de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos científicos no âmbito do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LAMAq) (coordenado pelos professores Fábio Daura-Jorge e Paulo Simões-Lopes) do Laboratório de Ecologia Humana e Ecobotânica (ECOHE) (coordenado pelos professores Natália Hanazaki e Nivaldo Peroni) Departamento de Ecologia e Zoologia (UFSC). O Laboratório de Zoologia da Udesc-Laguna, coordenado pelo biólogo Pedro Volkmer Castilho também atua no monitoramento da população de Laguna.

Desde 2021, estes laboratórios conduzem a Pesquisa Ecológica de Longa Duração do Sistema Estuarino de Laguna e Adjacências (PELD-SELA), com apoio do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e sob coordenação do professor Fábio Daura-Jorge, do LAMaQ/UFSC. O projeto conta com a participação de pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, como o Labirinto - *Lab for Animal Behavioural Interaction Research In The Ocean*, sediado na Universidade de Oregon (Estados Unidos), coordenado pelo biólogo Maurício Cantor, egresso da UFSC.



Figura 71: Monitoramento conjunto da pesca com botos entre biólogos da UFSC, Udesc, UFRGS e Universidade de Oregon (EUA), Tesoura, Laguna (SC), junho de 2025. Foto: Instrução do registro.

Já no Rio Grande do Sul, a pesca com botos e a interação entre humanos, golfinhos e tainhas vem sendo objeto de estudo e formação de cientistas desde as pesquisas conduzidas por Paulo Simões-Lopes e Luiz Tabajara, nos anos 1990. Desde os anos 2000, o professor Ignacio Moreno, do Ceclimar/Campus Litoral/UFRGS, tem desenvolvido projetos de pesquisa e extensão em torno do tema, como o já citado *Botos da Barra* e o Monitoramento Pesqueiro do Rio Tramandaí (MOPERT), entre 2017 e 2024. Também egressos da UFRGS, os biólogos Rodrigo Machado e Paulo Henrique Ott, respectivamente

vinculados à Unesc (Criciúma) e à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Torres), conduzem monitoramentos e projetos de extensão de pesquisa sobre as populações de botos e sua interação com pescadores nas barras dos rios Araranguá e Mampituba.

Estes diferentes grupos de pesquisa colaboram entre si e têm aportado contribuições de ponta para o conhecimento sobre a interação entre cetáceos e humanos, de modo geral, e sobre a ecologia, a taxonomia e a conservação das populações dos botos pescadores do Sul do Brasil, de modo particular. Ademais, desde 2018, todos os grupos participam do Projeto Gephyreus, iniciativa internacional que reúne pesquisadores e especialistas do Brasil, Uruguai e Argentina em torno da conservação das populações de golfinhos costeiros do litoral atlântico do Cone Sul.

Mais recentemente, as demandas pela patrimonialização do bem, assim como o desenvolvimento da antropologia multiespécie, tem tornado a pesca com botos um objeto de estudo e formação científica também nas ciências humanas. Dentre os trabalhos e pesquisadoras formadas a partir de pesquisas etnográficas sobre o fenômeno, destacam-se a dissertação de mestrado de Fatima Iino (UFSC, 2017), a tese de doutorado de Brisa Catão (UFMG, 2019; ver também Catão e Barbosa, 2018), a pesquisa de Flávio Leonel Abreu da Sliveira (UFPA) junto à pesca com botos no Rio Tramandaí (Silveira, 2020), bem como o documentário “Pesca do Boto”, de Olavo Ramalho Marques (2024).

Em suma, a pesca com botos articula uma densa rede de conhecimento e uma ativa agenda de pesquisa em diferentes áreas³⁴, que não seria possível sem a colaboração entre cientistas e pescadores nos sítios de ocorrência. Ademais, os acervos zoológicos, documentais, visuais, sonoros e constituídos por estes grupos ao longo do tempo, são registros de valor inestimável sobre a história e a memória da pesca com botos no Sul do Brasil, fazendo parte, portanto, do seu patrimônio associado.

³⁴ A entrada “cooperative fishing dolphins Brazil” apresenta 8.220 resultados apenas no Google Acadêmico.

5.5. A pesca com botos e as formas de expressão associadas

Como discutimos ao longo do dossiê, a pesca com botos é uma prática complexa, que articula saberes ecológicos, modos de vida e formas singulares de relação entre humanos e animais. Como patrimônio, seu valor transcende a dimensão do saber tradicional e da constituição de lugares de referência, abrangendo, também, **elementos comunicacionais, lúdicos e estéticos**. Na arte de tarrapear, por exemplo, é possível reconhecer gestos que envolvem destreza e ritmo em sua execução, sendo apreciados e valorados conforme padrões próprios de perícia e beleza. O mesmo se aplica à confecção das redes, cuja execução leva em conta tanto a eficiência, resistência e durabilidade do instrumento/ferramenta, quanto sua forma, proporção e outras qualidades estéticas. A prática de dar nome aos botos, por sua vez, revela a dimensão poética e afetiva da convivialidade. Do mesmo modo, a construção e pintura das embarcações, assim como a engenhosidade dos sarilhos, expressam modos próprios de ver, habitar e representar o mundo da pesca e dos estuários.

Em seu aspecto interespecífico, cabe lembrar que a pesca com botos se baseia em repertórios culturalmente aprendidos de sinalizações cinésicas e analógicas por meio das quais os botos indicam a presença de peixes. Estas sinalizações, por sua vez, são características de cada estuário e suas respectivas comunidades híbridas. Sua emissão e interpretação não ocorrem de maneira automatizada, como em um mero jogo de estímulo e resposta, mas se baseia em uma série de sutilezas cuja interpretação exige treinamento, perícia e atenção aos marcadores de contexto da comunicação presentes no ambiente.

Da mesma forma, ainda há muito a avançar no conhecimento sobre as complexas formas de comunicação entabuladas pelos botos entre si. Como no caso do patrimônio linguístico humano, o desaparecimento de uma prática cultural como a pesca cooperativa pode significar a erosão de uma tradição comunicativa única e irrepetível, cuja riqueza semiótica ainda está longe de ser plenamente compreendida. Preservar essas comunidades e suas práticas, portanto, não se trata apenas de uma questão de

conservação biológica, mas também de salvaguarda de formas singulares de expressão e interação que ampliam nossa compreensão da diversidade da comunicação para além do humano.

5.6. Síntese do bem como objeto de registro

A pesca com botos no Sul do Brasil é um fenômeno biossocial raro e singular, com poucos exemplos similares ao redor do mundo. Seus sítios de ocorrência são quatro sistemas estuarinos localizados entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, sendo a foz do Rio Tramandaí e o Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina, junto à cidade de Laguna, os locais de maior frequência e incidência desta prática. Nos estuários dos rios Mampituba e Araranguá, há o registro de sua presença histórica e ocasional, ainda que, neste último, venha sendo verificada uma maior frequência do fenômeno em anos recentes.

Seus detentores humanos são pescadores artesanais que fazem uso de redes de arremesso (tarrafas), constituindo um segmento social diverso e aberto, do qual pertencem tanto aqueles que dependem mais diretamente da pesca para sua subsistência, quanto outros que não vivem exclusivamente da atividade. Seus protagonistas cetáceos são comunidades de golfinhos costeiros também chamados de botos, botos-pescadores, botos-da-tainha ou botos-de-Lahille — uma subespécie local do golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus gephyreus*) ou uma espécie à parte, o *Tursiops gephyreus*, a depender da classificação taxonômica adotada. Sua presa conjunta preferencial são as tainhas (*Mugil liza*), cuja temporada migratória anual ocorre durante o outono.

Enquanto saber tradicional, a pesca com botos se destaca frente ao conjunto mais amplo de fazeres pesqueiros presentes em seus territórios devido à duradoura parceria estabelecida entre humanos e golfinhos para a captura de tainhas e outros peixes. Esta parceria se baseia em formas de comunicação não verbal — analógicas e cinésicas — por meio das quais os botos indicam a presença de cardumes aos pescadores humanos e o momento mais propício para o lançamento das tarrafas. As populações de botos de cada

estuário desenvolveram repertórios próprios de sinalizações que as caracterizam e singularizam com relação às demais, assim como frente às populações de golfinhos não-cooperativos. Por este motivo, são identificados pelos pescadores como *botos bons* e/ou *botos que trabalham*, além de serem reconhecidos e nomeados individualmente por meio de um rico acervo onomástico que se renova de geração em geração.

A pesca com botos é um bem único e diverso ao mesmo tempo. Ele é único, por se constituir como uma forma de interação singularíssima entre populações de duas espécies de mamíferos culturais que habitam um mesmo território. Ele é diverso, por apresentar variações sociotécnicas e comunicacionais relevantes em cada um dos sítios de ocorrência, o que reforça, justamente, seu caráter como tradição local e seus vínculos co-constitutivos com as paisagens estuarinas. Assim, se é verdade que a pesca artesanal constrói sociedades, como afirma Antônio Diegues (2004), a pesca com botos tem constituído comunidades híbridas de cetáceos e humanos em seus estuários de ocorrência (Lestel, 2004; Stépanoff e Vigne, 2019). Ou, como afirmou uma das fontes históricas identificadas por este dossiê, verdadeiras “sociedades de homens e botos” (Lacerda, 1957, p. 44).

Os vínculos entre uns e outros são tecidos e renovados continuamente pela prática compartilhada e pelo aprendizado mútuo. Ao longo do tempo, o bem cultural e seus detentores têm revelado notável capacidade de adaptação às transformações socioambientais que marcam seus contextos territoriais. Trata-se de um saber-fazer dinâmico, capaz de incorporar as inovações técnicas vivenciadas pela pesca e de metabolizar as contingências impostas pelo processo histórico em seus sítios de ocorrência, mantendo vivos seus atributos e características fundamentais. Nesse sentido, o bem revela uma continuidade histórica que remonta há mais de um século, em Laguna e no Rio Tramandaí. Na longa duração histórica, o bem se articula com processos de formação sociocultural que moldaram a costa atlântica meridional do Brasil como território marítimo-pesqueiro e zona de aproximação entre humanos e cetáceos.

Quanto a esse ponto, cabe lembrar que a caça da baleia, iniciada no século XVIII, representou a primeira forma de exploração capitalista estruturada da região, deixando

um legado sinistro das relações entre humanos e cetáceos no litoral Sul do Brasil. Organizada em torno de interesses mercantis e sustentada por intensas redes de extração, essa atividade marcou profundamente os ecossistemas marinhos e os modos de vida locais. Em contraste, a pesca com botos revela outra possibilidade de convivência — baseada na reciprocidade, no reconhecimento mútuo e na continuidade de vínculos interespecies. Essa prática não apenas persiste no tempo, como também floresce em meio às transformações do território, demonstrando que relações positivas entre humanos e vida silvestre podem prosperar mesmo em contextos atravessados pelas infraestruturas e imperativos do desenvolvimento.

A pesca com botos goza de reconhecimento como patrimônio e referência cultural pela sociedade envolvente, o que se manifesta em um continuado interesse folclórico, jornalístico e científico ao longo do tempo, assim como iniciativas institucionais e da sociedade civil em prol do seu reconhecimento, salvaguarda e proteção. Trata-se de um elemento fundamental na constituição das paisagens culturais dos estuários e na construção do sentimento de pertença territorial dos habitantes locais, possuindo, ademais, grande significância como atração turística e forma de subsistência. A atividade abastece redes locais de venda e consumo de pescado, fazendo parte da cultura alimentar dos sítios e suas regiões adjacentes. Por fim, a cooperação entre os detentores do bem e o conhecimento acadêmico têm formado gerações de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, constituindo um patrimônio importante para a pesquisa brasileira na interface entre saberes científicos e tradicionais.

Diante de sua profundidade histórica, complexidade socioecológica, valor simbólico e afetivo, a pesca com botos no Sul do Brasil se mostra compatível com os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Trata-se de um saber-fazer tradicional enraizado em territórios específicos, transmitido entre gerações e continuamente recriado pelas comunidades que dele participam. Reconhecer esse bem como patrimônio imaterial brasileiro não apenas assegura o compromisso do Estado e da sociedade civil com a salvaguarda, como também tem o potencial de ampliar os limites do próprio campo do

patrimônio para além do humano, em sintonia com as demandas socioambientais do presente e as novas éticas não-antropocêntricas de coabitação entre espécies.

6. Desafios e recomendações de salvaguarda

Como vimos ao longo do dossiê, a pesca com botos depende de uma delicada sinergia entre fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais. Apesar da sua notável resiliência face às transformações vividas nos sítios de ocorrência, no presente, sua continuidade se vê confrontada por uma série de desafios a serem lidados por seus detentores, aliados e parceiros institucionais. A partir desse panorama, este capítulo apresenta uma síntese dos riscos e ameaças à continuidade do bem, de acordo com a percepção dos próprios detentores e de especialistas, assim como recomendações de salvaguarda voltadas à valorização, proteção e garantia das condições necessárias à continuidade intergeracional dos conhecimentos relativos à cooperação entre humanos e botos no Sul do Brasil.

6.1. Riscos e ameaças

- **Dinâmicas populacionais de botos e tainhas**

Como vimos no primeiro capítulo, a população do boto-de-Lahille, enquanto espécie ou subespécie biológica, é consideravelmente pequena, com cerca de 600 indivíduos ao longo de toda sua distribuição (Fruet et al. 2024). Por este motivo, se encontra classificada como “Em Perigo” de extinção na natureza pelos órgãos oficiais (ICMBio, 2021; MMA, 2022). As populações locais de animais nos sítios de ocorrência, por sua vez, também são diminutas, contabilizando pouco mais de uma dezena no Rio Tramandaí e aproximadamente 60 indivíduos em Laguna, dos quais apenas 40-45% cooperam com a pesca.

Em Araranguá e no Rio Mampituba, os grupos são ainda menores, tendo a pesca com botos praticamente se extinguido neste último. Conforme estudos conduzidos pelos grupos de pesquisa que monitoram as populações de botos nos estuários (Bezamat et al., 2019) as taxas locais de reprodução da espécie têm sido compatíveis com a

manutenção da viabilidade populacional. Todavia, a reposição de indivíduos, por si só, não garante a continuidade da tradição cultural da cooperação entre eles, embora seja sua condição necessária. Durante a instrução do registro, alguns detentores manifestam preocupação com as mortes de botos:

Isso aí tá se acabando né, aos pouquinhos, a gente tá vendo que tá se acabando, é igual os botinhos que a gente tá vendo que tão se acabando. Se não cuidar, se as pessoas não tomarem uma providência, isso aí um dia vai acabar. Porque nossos botinhos tão indo embora, um a um, cada ano que passa a gente perde um, dois, complicado né (Comunidade, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Quanto às tainhas, um relatório elaborado em 2023 pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande (FAURG) apontou que a condição atual do seu estoque no Sul e Sudeste do Brasil é de sobrepesca, estando sua biomassa 25% abaixo do nível considerado sustentável (FAURG, 2023). A partir destes dados, o MPA, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática (MMA), emitiu a Portaria Interministerial nº 26/2025 (Brasil, 2025) estabelecendo cotas de captura por modalidade para a pesca da tainha no Sul do Brasil, inclusive — e pela primeira vez — para o arrasto de praia. De modo geral, os pescadores mais velhos comentam que a quantidade de peixes foi diminuindo ao longo do tempo:

Quando eu comecei a pescar, eu ia até a Casa da Solidão. Olha, pegava trezentos, quatrocentos quilos de papa-terra, ou peixe-rei e tainha. Isso numa noite. Às vezes tinha que parar de pescar à uma hora porque não tinha como trazer mais peixe. Hoje faz muito tempo que eu não sei o que é pegar trezentos quilos de peixe na praia de noite. Nossa! Pra pegar cem quilos de peixe de noite tem que tarrafeiar a noite toda três tarrafas. Aí antes a gente tarrafeava até meia-noite, eram tarrafeadas de trinta, quarenta peixes por tarrafa. Um instantinho era trezentos quilos e vamos embora. Tinha que vir embora, entendeu? Hoje vão as embarcações por terra mesmo, fazem aqueles lances que vocês acompanham tudo. Faz ali duas toneladas, três toneladas, quatro toneladas de peixe e traz tudo em terra (Maurino, entrevista — Imbé, agosto de 2024).

Ainda que não haja consenso entre pescadores e especialistas sobre o exato estado populacional das tainhas, ambos os segmentos se preocupam com o impacto da

pesca industrial sobre os estoques pesqueiros. Entretanto, há um receio crescente, entre os pescadores artesanais, de que as normas e discursos ambientais acabem penalizando justamente quem maneja os recursos pesqueiros de forma artesanal, sensível às dinâmicas e ciclos ecológicos há várias gerações, e não os causadores da sobrepesca em larga escala.

- **Desinteresse intergeracional e desvalorização social da pesca artesanal**

Embora valorizada como atividade de subsistência, lazer, socialização e tradição, a pesca com botos apresenta desafios com relação à sua continuidade geracional, o que se percebe pelo perfil etário dos detentores (a maioria acima dos 30 anos). Neste ponto, a pesca cooperativa não difere do cenário vivenciado por outras modalidades de pesca artesanal, tanto nos sítios de ocorrência, como no resto do país. Na palavra de dois veteranos da pesca com botos em Laguna e Tramandaí:

Aqueles que vivem [da pesca] realmente, não vivem só do boto. Eles vivem de outro tipo de pesca também, né? Porque se depender só do boto, só do boto, só do boto ali, não é tão fácil. Vai ter que batalhar muito pra fazer um dinheiro todo dia, pra dizer assim: “Ah, vou ter todo dia o dinheiro pra comprar isso e isso e suprir a minha vida”, é difícil (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Hoje não... o pessoal não se interessa. Porque não rende. Tu vai viver que nem bicho trabalhando que é um troço e vai ganhar quase nada. Se pegar emprego na obra, pedreiro de sei lá o que for, de virar massa, tu vai ganhar mais que pescando. Então, se tu tirar uma, estudar um pouco, mexer com computador, isso aí, aí é que não quer nem ver pesca. Pra que? Tem pescador que pescando o mês todo, se ganhar um salário é muito bom. Quer dizer, pouco se ganha (Wilson, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Alguns interlocutores manifestaram que não incentivam seus filhos a prosseguir na pesca como meio de vida. Por outro lado, os pescadores mais jovens vislumbram formas de conciliar a prática com outras atividades laborais. A identidade social como pescador não se esgota na subsistência:

Cara... isso, como eu vou te dizer, muitos falam que não é pra viver da pesca, entendeu? Que pesca, entre aspas, “não dá futuro”. Mas eu creio que eu não vou deixar de pescar, mas também não vou deixar de focar no

meu futuro. Que é como o meu lazer. Um fim de semana, vou pegar umas tainhas, depois, comer um peixinho frito... eu venho! Mas o meu futuro não é ser pescador (Kauan, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

O desinteresse pela atividade e o desestímulo à sua continuidade se conectam com percepções mais gerais de desvalorização social da pesca artesanal como um todo. Durante a instrução do registro, a publicação da Portaria Interministerial MPA/MMA incluindo o arrasto de praia nas cotas da tainha deflagrou reações negativas entre os pescadores catarinenses na temporada de 2025, com grande repercussão na imprensa, nas redes sociais, nos meios políticos e institucionais do estado. Como em outras situações de conflito entre conhecimento científico e tradicional no meio pesqueiro (Rainho, 2024), muitos detentores têm expressado que suas experiências e critérios de manejo são sistematicamente desconsiderados nos processos decisórios, o que reforça um sentimento de injustiça epistêmica:

chegam essas pessoas perto de nós, eu cheguei a dizer né: quem será que somos nós, pescador, com quarta, quinta série, pra ir lá e dizer que não pode largar esgoto, se a maior autoridade que tem a caneta, o telefone na mão, é só dar um risco e ‘tum! não queremos’. Entendeu? (pescador, entrevista — Imbé, agosto de 2024).

Tal sensação também se aplica às dificuldades vivenciadas no trato com órgãos de fiscalização ambiental, quanto ao registro e regularização de embarcações, e frente às exigências da vigilância sanitária para o beneficiamento e a comercialização de pescado. Em ambos os casos, os recursos a serem despendidos pelos pescadores para adequação e regularização estão, muitas vezes, para além das suas capacidades concretas:

O pescador vai ter dinheiro pra gastar cinquenta, setenta mil pra fazer um documento? Não tem. Os setenta mil que ele tem, já tá guardando pra ele, entendeu? Comprar bicicleta para pescaria e comprar um carrinho para pescaria, – porque ele já tá passando de idade –, mas ele vai tirar setenta mil pra organizar o pescado dele, se ele vai vender em casa? Daí quando é que ele vai tirar esse dinheiro? Não tira. Daí tem que ter aquele documento assim, entendeu? O talão de nota a gente tem, entendeu? Que a gente que pesca o peixe tem, a gente tem o talão de nota do produtor, mas o que ele exigir demais... Daí imagina, onde é que vou botar minhas coisas ali, né?

Tem os freezers ali, tem meu canto de tarrafa ali, entendeu? Mas se for fazer do jeito que eles querem não pode ter nada disso. A torneira, já tem que passar com a mão em cima, com o pé onde vai passar o peixe. E tem que ter uma porta ali, uma divisão que nem restaurante, pra empurrar a porta com o braço, entendeu? Daí como é que o pescador vai fazer isso aí? Pra mexer numa porta dessas aí é dois mil, pra botar uma torneira dessas eu não sei quanto é que é, mas sai um bom do dinheiro, né?

(...)

Daí eu faço a minha versão porque sei que o pescador não pode beneficiar um camarão, não pode beneficiar um siri, não pode fazer um filé de peixe – se fazer o filé do peixe tem que ser com uma faca, se for limpar um outro peixe tem que ser com outra faca –, daí o pescador está imprimido. Eu digo sempre que o pescador está com as mãos amarradas, entendeu? (pescador, entrevista — agosto de 2024).

- **Ordenamento e uso dos estuários**

O sentimento de desvalorização social e injustiça epistêmica dos detentores se articula, por vezes, com queixas quanto ao ordenamento pesqueiro dos estuários e a regulamentação de atividades de lazer. Os pescadores se sentem pouco representados e ouvidos nas tratativas de ordenamento pesqueiro e licenciamento ambiental. Defendem que suas formas tradicionais de organização social da pesca, com regramentos locais e combinados conforme a categoria do *respeito* (com outros pescadores, outras espécies e com o meio ambiente), são baseadas no conhecimento profundo e longo da relação mantida com o ambiente onde vivem. Estes conhecimentos e regramentos locais, outrora a principal forma de organização da pesca, hoje são substituídos pelas leis generalizadoras e fiscalizações seletivas, que muitas vezes prejudicam os pescadores.

No Rio Tramandaí, destacam-se as queixas com relação à pesca amadorista de tarrafa e à pesca ilegal com redes de espera, e o seu avanço sobre as áreas de ocorrência tradicional da pesca com botos. Com o abandono do sistema de baliza e na ausência de um esquema de vagas como na Tesoura, a interação entre os detentores e os botos é perturbada pela presença de indivíduos estranhos à prática ou até mesmo interessados em exercê-la, mas sem passar pelas etapas necessárias de aprendizado e reconhecimento social. Como vimos, para os detentores, esse tipo de comportamento, além de desrespeitoso, periga *estragar* os botos e colocar em risco a sincronia de gestos

que estrutura a interação. Já em Laguna, há diversas reclamações quanto aos pescadores de linha que atuam nas proximidades da Tesoura, os quais, conforme depoimento de Chokito a Letícia Vianna, “não escutam, debocham, e às vezes chegam a bater boca com os pescadores” (Vianna, 2020, p. 179).

Tanto em Santa Catarina, quanto no Rio Grande do Sul, alguns pescadores entendem que a sinalização colocada pelas prefeituras e outros órgãos oficiais deixa a desejar. Ainda em seu depoimento a Letícia Vianna, Chokito chama atenção para o fato que

as placas que estão ali [Tesoura], explicam que é um lugar de observação de botos, e informam sobre a lei que proíbe a pesca de rede de arrasto de modo a proteger o boto. Sob seu ponto de vista faltam placas que expliquem sobre os problemas causados por linha e com jet-ski. Diz que falta fiscalização dos órgãos no cumprimento das leis, e que os pescadores estão sempre vigilantes e cuidando dos botos (Vianna, 2020, p. 179).

Já em Tramandaí, alguns pescadores acreditam que uma sinalização mais assertiva auxiliaria a evitar alguns abusos da pesca amadorista:

Por isso que, às vezes, eu não me preocupo com isso, com o veranista, com o pessoal que pega, que vem aqui, compra uma tarrafa, me dão oitocentos reais por uma tarrafa e vão ali pescar. Ali eu até sou contra que tire a tarrafa deles, porque deveriam ser avisados que ali só tem profissional, ali só pode profissional. No momento que ninguém fizer isso, eu sou contra tirar a tarrafa do cara, sou mesmo. Eu falo pra PATRAM que eu sou contra tirar a tarrafa. Porque uma pessoa vem ali, compra, paga oitocentos reais, e vai ali dar *uma* tarrafada, que nem eu já vi, e a PATRAM vem e recolhe a tarrafa do cara. Não! Avisa o cara: “O meu, aqui é uma área, um ambiente de pesca só de profissional”. Onde que tem placa avisando que o cara pode pescar ou não pode ali? Não tem, não tem lugar nenhum avisando, não tem sinalização nenhuma. Então chega ali, ele leva a tarrafa do cara (pescador, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Em todos os sítios de ocorrência, há grande preocupação com as redes de pesca do bagre e de camarão (aviãozinho) fixadas nas áreas onde os botos circulam, devido ao risco de emalhe accidental. Em Araranguá, como vimos no capítulo 2, a fixação de redes na desembocadura da barra do rio foi apontada pelos pescadores como uma das

possíveis motivações para os botos deixarem de frequentar o local. A percepção de que estes dispositivos afastam os animais dos lugares onde são colocados é compartilhada por Safico:

Esses botos daqui iam lá em Imaruí, eles apareciam lá. Hoje em dia é difícil, teve uma época que os botos nem passavam mais porque começaram a botar muito aviãozinho e eles enchiam a lagoa. Agora até que tem menos. Mas devia ter aí na época, quarenta, cinquenta mil aviãozinho cercando da boca dali da Cabeçuda até lá em Imaruí. Como é que os animais vão passar pra lá, pra lá? (...) Às vezes eles passam um pouco embaixo da ponte e ainda vão ali na Barranceira. Mas quando tem muita rede eles não vão. Porque vai tá cheio de obstáculo pra eles. Aí quando não tem na época eles não botam os aviãozinhos, que é a época que não tá na defesa do camarão. Aí eles tiram as redes e tudo, aí os bichos vão. Mas quando tem as redes eles não vão. Eles vão lá pra dentro de noite tudo e agora não vão. De noite é uma claridade danada, cheia de luz. E essas claridades tudo prejudica porque os peixes sempre procuram lugar mais escuro pra se esconder pra dormir. Tu não procura um quarto pra dormir mais escurinho? Então com os bichos é a mesma coisa. Cada um procura seu refúgio: “É aqui que eu vou me refugiar para dormir, descansar” (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

Outro problema mencionado em todos os sítios é a circulação de jet skis. Apesar de haver regulamentos sobre a matéria em Laguna e no Rio Tramandaí, a fiscalização nem sempre é efetiva. As motos aquáticas apresentam dois tipos de risco aos botos: atropelamentos, quando circulam em alta velocidade, e poluição sonora, devido à perturbação que geram para o principal sentido de localização dos cetáceos. Assim como em relação às redes, os pescadores notam que os golfinhos tendem a se afastar quando os jet skis se aproximam, prejudicando a continuidade da pesca.

Na barra do Rio Tramandaí, os jet skis são identificados como um risco para a pesca com botos desde a década de 1990 (Tabajara, 1992), que se intensificou nos anos 2000-2010. Como resposta, desde 2015, a circulação deste tipo de embarcação está proibida na barra do Rio Tramandaí, no trecho que vai da Ponte Giuseppe Garibaldi até o oceano (Tramandaí, 2015). Em Laguna, um decreto de 2013 estabelece limite de velocidade para o tráfego de jet skis entre a boca da barra e o terminal das balsas, assim como veda a aproximação das motos aquáticas às áreas de pesca com botos na

margem norte dos molhes (Laguna, 2013). A inclusão destas medidas de gestão tem contribuído para a frequência de uso da área pelos botos e para a manutenção da pesca cooperativa.

- **Crescimento urbano, infraestruturas rodoviárias e sanitárias**

A questão do jet ski ilustra os riscos decorrentes da exploração turística dos estuários e da sobreposição de uso entre o bem cultural e outras atividades de lazer à beira-mar. Nos capítulos anteriores, mostramos como os sítios foram se convertendo em destinos turísticos ao longo do tempo, especialmente com a expansão de rodovias estaduais e interestaduais entre 1960-1980. Também discutimos como a pesca com botos se constituiu em paralelo às intervenções antrópicas efetuadas sobre os canais para retificá-los. Esse histórico de resiliência demonstra a capacidade dos pescadores e botos de se adaptarem a transformações na paisagem. No entanto, a aceleração recente do crescimento urbano, especialmente no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, tem imposto desafios em uma escala e velocidade inauditas.

Em anos recentes, um dos principais temas de apreensão dos pescadores no Rio Tramandaí tem sido a proposta de construção de uma nova ponte sobre a barra, próxima à área de ocorrência da pesca com botos. Há temores de que o assoreamento do canal, o ruído subaquático e a trepidação causada pela circulação de veículos afastem os botos da barra do rio. Mesmo com a mudança do projeto para uma ponte suspensa, sem os pilares que conduziriam o ruído e a trepidação sonora ao meio subaquático, as consternações permanecem. Em especial, ligadas à expansão urbana que pode vir a reboque da nova ponte:

A gente não é contra a ponte, nenhum de nós é contra a ponte, nenhum de nós é contra, só que a gente é contra a situação que ela vai ficar ali, que ela vai atrapalhar os bichos, os botos. No caso, os botos vão se ausentar dali, né? E nós vamos ficar sem peixe. Por causa da vibração sonora, por cada carro que passar ali vibra no fundo do rio. Vai vibrar, não tem! Passa uma carreta ali, por exemplo, né? (...) Uma que, como é que vocês vão botar um tráfego intenso numa barra dessa aqui? A primeira coisa que vocês vão fazer é causar danos para a população, que vai estourar os

canos de esgoto, vai estourar os canos de água. Não vai ter, isso aqui não suporta. Vai ter que abrir tudo, fazer tudo de novo, sabe? Então, assim, eu vejo essa ponte favorecendo uma meia dúzia de pessoas, não a população. Não serve pra ninguém. Se não serve para nós, não serve pra ninguém. Então, a gente nunca foi contra, né? A gente é contra a situação que ela ia ocasionar pra nós ali (pescador, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

Paralelamente ao projeto da ponte, uma obra de transposição de efluentes iniciada no primeiro semestre de 2024 pela Companhia Sul-Rio-Grandense de Saneamento (Corsan), que faz atualmente parte do Grupo Aegea Saneamento do setor privado de saneamento, prevê o encaminhamento de efluentes tratados desde uma estação no município de Xangri-Lá até a bacia do Rio Tramandaí, deflagrou outro intenso debate ambiental na região, ainda em curso durante a redação deste dossiê. Embora apresentada como solução para o problema de saneamento de parte do litoral, a iniciativa suscita preocupações quanto aos impactos ambientais que pode causar na saúde do complexo estuarino-lagunar, dos pescados e das comunidades locais e tradicionais no entorno. Ao externarem suas percepções sobre a questão da liberação do esgoto, a maioria dos pescadores evoca o pouco valor dos seus argumentos junto ao poder público, o que reitera o sentimento de injustiça epistêmica. Por outro lado, a pesca com botos e sua salvaguarda tornou-se um dos principais símbolos das mobilizações da sociedade civil do Litoral Norte contra o despejo de esgoto no Rio Tramandaí.

E o risco que a gente está correndo agora é o esgoto. Se botarem esgoto no Rio Tramandaí, desde os meus dez anos eu nunca vi esgoto aqui, eu nunca vi eles botarem esgoto no Rio Tramandaí, sabe? Se eles largarem o esgoto aqui, vai prejudicar muito pescador. Vai prejudicar os botos, vai prejudicar os peixes. O turista, vai prejudicar. Porque não existe, eles disserem 'que a lei foi aprovada pra eles botarem esgoto aqui'. A comunicação que eles tinham que ter primeiro era com o pescador. Vir diretamente se consultar com o pescador. O pescador tem valor, eles acham que o pescador não tem valor. O pescador tem valor, sabe? (pescador, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

- **Saúde e qualidade ambiental dos estuários**

Estuários são ecossistemas muito importantes para a vida marinha-costeira e bastante sensíveis às mudanças nos parâmetros ambientais que os sustentam. Por receberem águas e sedimentos do interior e conduzi-los até o mar, os estuários têm sido considerados territórios-sentinela das mudanças e distúrbios socioambientais do presente (Atsuro e Morita, 2019). Em convergência com este argumento, compreendemos que os pescadores artesanais, de forma geral, e os detentores da pesca com botos, em específico, também podem ser considerados sentinelas das mudanças ambientais, haja vista sua profunda inserção nos ecossistemas estuarinos e sua capacidade de perceber, com grande acuidade, alterações nos ciclos ecológicos, nos comportamentos das espécies e nas dinâmicas hidrológicas que sustentam a pesca:

A gente como pescador, eu como pescador, eu sei o que é água poluída. Porque eu já passei por água poluída. Eu já passei por etapas aqui nesse rio aqui que chegou a arrebentar o lábio, os lábios da gente tudo, a gente achando que ia perder, que ia ficar só os dentes. A gente passou muito trabalho com essa água. E isso era uma poluição da água. Aí os médicos diziam que era alga, que era uma troca de alga, não sei o quê. Não, era poluição, gente. Não tem nada a ver com alga, porque a alga, a alga dos rios, não faz mal pra ninguém (França, entrevista — Tramandaí, agosto de 2024).

E aqui, é uma lagoa ainda rica, porque o fundo dela ainda tá rico. Por isso que os peixes vêm. A quantidade de peixe. Por isso que eles vêm pra Laguna. Se o fundo dessa lagoa aí ficar morto, vai desaparecendo, porque o peixe vai lá pra dentro, chega lá, no fundo, e vai se alimentar do quê? Vai morrer, cara. Então o fundo tem que estar bom pra ter a criação de peixe. Aí tu tem camarão, o camarão atrai outros peixes e assim vai indo. Vêm outros peixes, atrai os outros e vai vindo o ciclo (Safico, entrevista — Laguna, maio de 2025).

A observação cotidiana os torna particularmente sensíveis aos sinais de degradação ambiental. Assim como os estuários acumulam e expressam os efeitos das pressões antrópicas sobre as bacias hidrográficas e zonas costeiras, os pescadores acumulam registros dessas transformações em suas memórias e práticas. Em Laguna, Safico comentou diversas vezes como a lagoa havia “perdido vida” desde o início da sua trajetória na pesca, mencionando uma série de espécies, sobretudo pequenos

crustáceos e mariscos, que já não encontra mais em seu cotidiano na Tesoura. Outro problema identificado por pescadores e cientistas nos estuários é a contaminação dos botos pela lobomicose ou lacaziose.



Figura 72: Registro da bota Caroba em Laguna, no último monitoramento de pesquisa em que foi registrada com vida. Foto: Fábio Daura-Jorge (Acervo Lamaq/UFSC).

Com efeito, o Sistema Lagunar Sul de Santa Catarina recebe efluentes e sedimentos de toda a bacia hidrográfica do Rio Tubarão, cujas águas trazem consigo rejeitos industriais, agrotóxicos e, segundo Safico, até mesmo resíduos de carvão das minas abandonadas a montante, perceptíveis quando a água adquire um tom amarelado. Em Araranguá, os pescadores também mencionaram a *água de mina* em suas memórias das perturbações ambientais locais. No Rio Grande do Sul, a mineração e a indústria não geram o mesmo impacto sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí e seu complexo lagunar, mas a agricultura, especialmente as lavouras de arroz, e os efluentes urbanos produzem alterações consideráveis na concentração de alguns nutrientes, como nitrogênio e fósforo, que favorecem processos de eutrofização e a proliferação de algas nocivas (Rocha, Milani e Cabezero, 2024).



Figura 73: Boto Chiquinho com a doença lobomiose, que vem sendo acompanhada desde 2018 no indivíduo. Barra do Rio Tramandaí. Foto: Ignacio Moreno (Acervo Projeto Botos da Barra).

Os complexos lagunares também sofrem com problemas de assoreamento, que além de prejudicarem a navegação, também interferem na pesca, inviabilizando e provocando o abandono de alguns pontos tradicionais de *trabalhar* com os botos. O acúmulo excessivo de sedimentos altera a profundidade e a dinâmica das correntes, dificultando tanto o deslocamento dos botos, quanto o comportamento de entrada e saída dos cardumes.

- **Mudanças e eventos climáticos extremos**

O início da instrução do registro coincidiu com as grandes enchentes de abril/maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Embora os sítios de ocorrência da pesca com botos não tenham sido os mais afetados, vários pescadores do Litoral Norte gaúcho e do Sul de Santa Catarina se envolveram como voluntários nos resgates às vítimas das inundações e sofrem atualmente com o assoreamento das lagunas e lagoas. Tendo este pano de

fundo como contexto durante o período, e considerando a natural influência que os fenômenos atmosféricos têm sobre a pesca, as mudanças do clima foram tematizadas algumas vezes pelos detentores em seus depoimentos. Quanto ao impacto das enchentes no Rio Tramandaí, Vilson declarou que:

Esse ano, no caso, deu essa chuva aí e o peixe sumiu. Faz uns três meses que não tem peixe nenhum aí. E se continuar assim a chover, camarão não deu, não vai dar de novo. Se tiver água doce, não dá camarão. O robalo não vem para cá, não tem camarão, ele não vem. O bagre vem, é sagrado, todo ano ele vem pr'aqui chocar. Ele fica aqui de outubro até fevereiro, março, depois vai embora. Terminou de chocar? Tá com filhote grande? Ele larga o filhote e vai embora. Esse peixe ainda está ainda bastante. Tem muito. Mas a tainha tá pouca. Os outros peixes, tudo é pouco (Vilson, entrevista — Tramandaí, agosto de 2025).

De modo geral, os pescadores de ambos os estados entendem que os invernos estão mais amenos e curtos, e que tanto o frio, quanto as tainhas têm demorado mais para chegar do que em anos anteriores. Na temporada de 2024, apesar de grandes recordes no arrasto de praia em outras localidades de Santa Catarina, a safra foi considerada abaixo das expectativas pelos pescadores de Laguna, o que atribuíram à grande quantidade de água doce no complexo lagunar devido às chuvas.

6.2. Recomendações de salvaguarda

- **Mobilização social e alcance das ações**
- ***Inserção da salvaguarda nos e fortalecimento dos canais de intercâmbio entre detentores já existentes***

Durante a instrução do registro, foi possível constatar que os detentores espalhados pelos diferentes sítios de ocorrência se conhecem entre si e interagem nos mais diversos meios e situações, tanto virtual, quanto presencialmente. Dentre estes, destacam-se os grupos de Whatsapp, perfis e canais sobre pesca em redes sociais, além de visitas ocasionais a outros sítios e campeonatos de lançamento de tarrafa. Neste sentido, recomenda-se que estes canais e suas

linguagens (vídeos e áudios curtos, cards informativos, etc.) sejam inseridos nas estratégias de salvaguarda do bem cultural, haja vista seu arraigamento no cotidiano dos detentores e seu potencial de difusão informacional entre os públicos visados.

- ***Inventários e mapeamentos participativos***

Recomenda-se a realização de inventários e mapeamentos participativos nos sítios de ocorrência da pesca com botos, com inclusão de pesquisadores locais e membros das comunidades visadas, como forma de complementação, continuidade e atualização das informações já sistematizadas na instrução do registro. Estas ferramentas também podem auxiliar no aprofundamento do conhecimento sobre o bem cultural, sua memória social e situação atual nos estuários do Rio Mampituba e Araranguá, ainda pouco explorados.

- **Gestão participativa no processo de salvaguarda**

- ***Criação de coletivos deliberativos e fortalecimento das instâncias colegiadas já existentes***

A partir da articulação entre as três esferas do poder público, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e detentores, recomenda-se, a critério do interesse destes últimos, a criação de coletivos deliberativos para o planejamento e execução da salvaguarda do bem nos sítios de ocorrência, e/ou o fortalecimento das instâncias colegiadas já existentes, como o Fórum da Pesca em Laguna e seus diferentes Grupos de Trabalho (GTs) temáticos. Para evitar problemas de desmobilização e desinteresse ao longo do tempo, é preciso que o desenho institucional e a rotina desses coletivos respeitem a temporalidade da pesca e as prioridades dos detentores de cada sítio, assim como apresente resultados concretos a curto, médio e longo prazo.

- ***Plano de salvaguarda e protocolos de consulta locais***

Como produtos dos coletivos deliberativos e/ou instâncias colegiadas já existentes para os primeiros anos após o registro, recomenda-se a elaboração de planos de salvaguarda locais, especificando objetivos e ações de curto, médio e longo prazo de acordo com as prerrogativas e possibilidades de cada agente/instituição. Também se recomenda a elaboração de protocolos de consulta que estabeleçam como cada comunidade deseja ser consultada sobre medidas, projetos e iniciativas que podem afetá-las diretamente, considerando-se a interface natural/cultural inerente ao bem e os processos de licenciamento ambiental.

- **Difusão e valorização**

- ***Apoio à identificação, conservação e disponibilização social dos acervos documentais sobre a pesca com botos***

Como vimos no capítulo anterior, a pesca com botos tem engendrado um significativo patrimônio documental, materializado nos acervos físicos e digitais de diferentes instituições e agentes, públicos e privados. São monografias, livros, reportagens, catálogos de nadadeiras, fotografias e gravações audiovisuais produzidas ao longo do tempo que auxiliam a reconstituir a história e a memória do bem cultural, seus detentores e transformações. Garantir que esses materiais estejam devidamente conservados, organizados e acessíveis às comunidades detentoras, aos gestores públicos e à sociedade em geral, poderá contribuir para a difusão da relevância da pesca com botos, fortalecer o compartilhamento de saberes e subsidiar ações de educação patrimonial e ambiental.

- ***Apoio à criação e manutenção de centros de referência da pesca com botos nos sítios de ocorrência***

A criação de centros de referência para bens culturais implica na destinação de espaços suficientes e adequados, próprios ou em associação a instituições já existentes, para abrigar acervos documentais e expositivos, realizar atividades de educação patrimonial e ambiental com diferentes públicos, reuniões de salvaguarda, rodas de conversa, palestras, oficinas, contação de histórias, entre outras. No caso da pesca com botos, há grande potencial para espaços desta natureza, considerando-se o perfil turístico de seus sítios e a proximidade de algumas áreas de ocorrência do bem às zonas de lazer de moradores e circulação de visitantes e turistas. Neste sentido, recomenda-se que os centros de referência, se criados, estejam localizados próximos às áreas de ocorrência da prática, para que fomentem seu uso e frequência pelos detentores.

- **Produção e reprodução cultural**

- ***Apoio a ações de regularização***

Durante a instrução do registro, os detentores mencionaram inúmeras dificuldades e constrangimentos envolvendo as rotinas de fiscalização e os marcos legais que incidem sobre sua atividade, em vários campos: ambiental, registro profissional, seguro defeso, direitos sociais e previdenciários, licenças de embarcações, vigilância sanitária, entre outros. Desta forma, ações de regularização e assessoria legal aos pescadores, em parceria com órgãos públicos (Polícias Ambientais, Capitânicas dos Portos, Ibama, fundações estaduais do Meio Ambiente, MPA, etc.) e organizações da sociedade civil, apresenta-se como uma das mais importantes ações de salvaguarda no campo da produção e reprodução cultural, em sintonia com as iniciativas de gestão participativa e mobilização social.

- ***Qualificação e sinalização das áreas de ocorrência da pesca com botos***

Como vimos ao longo do dossiê, as áreas de ocorrência do bem cultural se sobrepõem a outras formas de uso e circulação dos estuários, como outras

modalidades de pesca artesanal e amadorista, esportes náuticos e demais atividades de lazer. Também são, em alguns casos, espaços de venda de pescado e lugares nos quais os detentores passam boa parte do seu dia, apesar da precariedade dos abrigos atualmente existentes e da falta de infraestrutura de apoio como bancos, sanitários, etc. Neste sentido, há demanda pela qualificação desses espaços, para conferir maior conforto aos detentores e proteção à intempérie. Essas intervenções, contudo, devem respeitar os aspectos estruturais e tradicionais dos pontos de pesca, evitando “qualificações” urbanas voltadas apenas à facilitação dos usos turísticos. Desta forma, recomenda-se que os projetos urbanísticos relativos a essas áreas (especialmente os Molhes, em Laguna, e a barra do rio em Tramandaí/Imbé) levem em conta as necessidades e demandas dos pescadores, incluindo-os em sua concepção e elaboração em todas as etapas.

Da mesma maneira, os pescadores de todos os sítios apontam a necessidade de uma sinalização mais efetiva nas áreas de ocorrência, isto é, que esclareça não apenas a presença e necessidade de respeito ao boto pescador, mas à pesca cooperativa como um todo, incluindo o pescador artesanal humano. A sinalização também precisa deixar mais evidente quais são as práticas e usos coibidos em cada local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. O. DE; SILVA, R. E. DA; MILLER, F. DE S. **Simone Maldonado e seu legado à antropologia da pesca**. Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 40, n. 2, p. 191-203, 2020.

ARCA BRASIL. **Flipper volta pra casa: a emocionante devolução ao oceano do último golfinho mantido em cativeiro no Brasil**. Disponível em: <https://arcabrasil.org.br/flipper-um-culto-a-liberdade/>, 2023.

AREÃO, João S. "A pesca com o bôto". In: **Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore**, ano 1, n. 2, p. 8-13, 1950.

ARREGUI, Anibal. **Infraespecie: del fin de la naturaleza al futuro salvaje**. Madrid: Alianza, 2024.

AVÉ-LALLEMENT, Roberto. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

AU, Whitlow W.L. Echolocation. In: WÜRSIG, Bernd; THEWISSEN, J.G.M. THEWISSEN; KOVACS, Kit M. (eds.). **Encyclopedia of Marine Mammals**. 3rd edition. Academic Press, 2018. pp. 289-299.

BACKHAUS, Gary. Introduction. In: BACKHAUS, Gary; MURUNGI, John. **Tensional landscapes: the dynamics of boundaries and placements**. Lanham: Lexington Books, 2003, p. xi-xxix.

BANNWART, Janaina Patrícia. **A pesca artesanal marinha em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2014.

BATESON, Gregory. Problemas de comunicação entre cetáceos e outros mamíferos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 465-477, 2018.

_____. **Rumo a uma ecologia da mente**. São Paulo: Ubu, 2025.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca e paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural: uma antologia (vol. I)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. pp. 239-244.

BEZAMAT, Carolina et al. The influence of cooperative foraging with fishermen on the dynamics of a bottlenose dolphin population. **Marine Mammal Science**, v. 35, n. 3, p. 825-842, 2019.

BRANDÃO, Raul. **As ilhas desconhecidas**. São José do Rio Preto (SP): Pontoedita, 2024.

BRUCK, Jason N. Decades-long social memory in bottlenose dolphins. **Proceedings of the Royal Society B**, v. 280, n. 1768, 2013.

BÚRIGO, Beatriz D. **O Cerco Fixo Flutuante no Pântano do Sul**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

CALDAS FILHO, Raul. Uma sociedade de botos e homens. **O Estado**, Florianópolis, 29 jul. 1975, p. 29.

CALDRE E FIÃO, Antônio V. **O corsário, romance rio-grandense**. Rio de Janeiro: Typographia Philantropica, 1851.

CANTOR, Mauricio; FARINE, Damien R.; DAURA-JORGE, Fábio G. Foraging synchrony drives resilience in human-dolphin mutualism. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 120, n. 6, p. e2207739120, 2023.

CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octávio. **Côr e mobilidade social em Florianópolis: Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

CARDOSO, Jessica M. et al. Late shellmound occupation in southern Brazil: A multi-proxy study of the Galheta IV archaeological site. **PLoS ONE**, v. 19, n. 3, e0300684, 2024.

CASTELLS, Alicia N. G.; IINO, Fátima S. A. **Educar, documentar e valorizar para preservar: pesca artesanal com auxílio dos botos em Laguna**. Laguna: Ed. do autor, 2015.

_____. **Pesca Artesanal com o Auxílio de Botos em Laguna**. YouTube. 2016. 16:52. Disponível em: <<https://youtu.be/8uqC34gMZOA?si=WJdm7kG6ZKCIRaWu>>

CATÃO, Brisa. **Impressões na Água: peixes, botos e pescadores na pesca conjunta em Laguna (SC, Brasil)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

_____. Águas de dançar juntos: coordenação e sintonização multiespécies na pesca com os botos em Laguna (SC, Brasil). **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 30-49, 2021.

CATÃO, Brisa; BARBOSA, Gabriel C. Botos bons, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p 205-225, 2018.

CIMBALUK, Lucas. A Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para matar Tainhas em Laguna/SC e desafios da natureza para a Política de Patrimônio Cultural Imaterial. **Cadernos NAUI**, v. 9, n. 17, p. 208-232, 2020.

CITTADIN, Ana Paula. **Laguna, paisagem e preservação: o patrimônio cultural e natural do município**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CLEMENT, Charles. R. et al. Disentangling Domestication from Food Production Systems in the Neotropics. **Quaternary**, v. 1, n. 4, 2021.

COMERLATO, Fabiana. As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 2, p. 481-501, 2011.

COMPARSI, Tânia R. S. **A pesca artesanal no Rio Tramandaí, em Tramandaí, com o uso da tarrafa**. Monografia (Especialização em Folclore). Faculdade de Música Palestrina, Porto Alegre, 1983.

COURAS, Mara B. B. **Pesca artesanal em Tramandaí**. Monografia (Especialização em Folclore). Faculdade de Música Palestrina, Porto Alegre, 1984.

CRAM, Dominic L. et al. The ecology and evolution of human-wildlife cooperation. **People and Nature**, v.4, n.4, p. 1-10, 2022.

CUMMING, Graeme. Spatial resilience: integrating landscape ecology, resilience and sustainability. **Landscape ecology**, n. 26, p.899-909, 2011.

DAURA-JORGE, Fabio; SIMÕES-LOPES, Paulo C.. Lobomycosis-like disease in wild bottlenose dolphins *Tursiops truncatus* of Laguna, southern Brazil: monitoring of a progressive case. **Diseases of Aquatic Organisms**, v. 93, 163-170, 2011.

DAURA-JORGE, Fabio; INGRAM, S.; SIMÕES-LOPES, P.C. Seasonal abundance and adult survival of bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) in a community that cooperatively forages with fishermen in southern Brazil. **Marine Mammal Science**, v. 29, n. 2, p. 293-311, 2013.

DE OLIVEIRA, Vanildo Sousa (Org.). **Catálogo dos Aparelhos e Embarcações de Pesca Marinha do Brasil**. Rio Grande (RS): Editora da FURG, 2020.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

DESPRET, Vinciane. Responding bodies and partial affinities in human-animal worlds. **Theory, Culture & Society**, v. 30, n. 7-8, p. 51-76, 2013.

_____. **O que diriam os animais?** São Paulo: Ubu, 2021.

DEVOS, Rafael V.; BARBOSA, Gabriel C.; VEDANA, Viviane. La production du paysage – Pratiques de pêcheurs en bord de mer (Santa Catarina, Brésil). **Études rurales**, v. 196, p. 57-72, 2015.

DEVOS, Rafael V.; BARBOSA, Gabriel C.; VEDANA, Viviane. Da temporada da tainha à temporalidade da paisagem. In: MONTARDO, D. L. O.; RUFINO, M. R. C. F. (ed.). **Saberes e Ciência Plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia**. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 173-190.

DEVOS, Rafael V.; BARBOSA, Gabriel C.; VEDANA, Viviane. Notícias de peixes: habilidades perceptuais, técnica e cognição distribuída na pesca da tainha. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 5, n. 16, 2019.

DI GIACOMO, Amanda B.; OTT, Paulo H. Long-term site fidelity and residency patterns of bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) in the Tramandaí Estuary, southern Brazil. **Latin American Journal of Aquatic Mammals**, v. 11, n. 1-2, p. 155-161, 2016.

DIEGUES, Antônio C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, 1999, p. 361-376.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DOUNIAS, Edmond. Cooperating with the wild: past and present auxiliary animals assisting humans in their foraging activities. In: STÉPANOFF, Charles; VIGNE, Jean-Denis (orgs). **Hybrid communities: biosocial approaches to domestication and other trans-species relationships**. London: Routledge, 2018. pp.197-220.

DUDZINSKI, Kathleen M.; GREGG, Justin D. Communication. In: WÜRSIG, Bernd; THEWISSEN, J.G.M. THEWISSEN; KOVACS, Kit M. (eds.). **Encyclopedia of Marine Mammals**. 3rd edition. Academic Press, 2018. pp. 210-215.

DUMINELLI, Junior. **Documentário Ilhas**. 2009. 09:06. Disponível em: <<https://youtu.be/ayWXJT0OWBI?si=sV-pcR7YCUiKzRF8>>.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. **Boletim de Políticas Setoriais**, n. 2. Brasília: IPEA, 2001.

FONTANA, Jade L. V. **Além do indivíduo: Aspecto da dinâmica da população de botos-de-Lahille (*Tursiops gephyreus*, Lahille 1908) na Barra do Rio Tramandaí**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

FRUET, Pedro; Di TULLIO, Juliana; DAURA-JORGE, Fábio (eds.). **Safeguarding the future of the endangered Lahille's bottlenose dolphin in South America. Five year action plan**. YaquPacha, 2024.

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FAURG). **Relatório Técnico de Avaliação do Estoque da Tainha (Mugil liza) no Sudeste e Sul do Brasil**. Rio Grande: FAURG, 2023.

FURTADO, Pedro. **Os Botos Bons**. YouTube. 2022. 16:45. Disponível em <<https://youtu.be/pLBZRZHIQbY?si=KKFTXThXwTvH9-uU>>

GALUCCI, Nathália. **Sobre marés e caminhos: conhecimentos e práticas dos(as) pescadores(as) da Ilha do Morro do Amaral, Baía da Babitonga-SC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

GARCIA, Jefferson B, BANDEIRA, D. Artefatos zoomorfos sambaquieiros do estado de Santa Catarina: considerações acerca do tema. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 30, p. 12-41, 2018.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o Mar**. Pescadoras Embarcadas no Litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

GONÇALVES, Yasmin Camargo; OTT, Paulo Henrique. A visão dos pescadores sobre a importância da participação dos Botos na pesca artesanal de tarrafa em dois estuários do sul do Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 5, p. 128-150, 2022.

GOULARTI FILHO, Alcides. a lenta trajetória da construção do porto de laguna. **História econômica & história de empresas**, v. 10, n. 1, 2007.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **The dawn of everything: a new history of humanity**. London: Penguin Books, 2021.

HAUDRICOURT, André-Georges. Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro. **Série Tradução**, 07. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2013.

HERBST, Dannieli F.; HANAZAKI, Natalia. Local ecological knowledge of fishers about the life cycle and temporal patterns in the migration of mullet (*Mugil liza*) in Southern Brazil. **Neotropical Ichthyology**, v. 12, n. 4, p. 879-890, 2014.

HERMAN, Louis M. Language learning and cognitive skills. In: **Encyclopedia of Marine Mammals**. 3rd edition. Academic Press, 2018. pp. 545-550.

HINDE, Robert. Interactions, relationships and social structure. **Man**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 1976.

HOFFMAN, Lilian. S. **Um estudo de longa duração de um grupo costeiro de golfinhos *Tursiops truncatus* (Montagu, 1821) (Cetacea, Delphinidae) no sul do Brasil: aspectos de sua biologia e bioacústica**. Tese de Doutorado (Biologia Animal), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

IINO, Fatima. **Pescadores artesanais na Praia da Tesoura, Laguna/SC: reflexões sobre sociabilidades e apropriações do espaço**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

ILHA, Elisa B. **Pescadores e botos: histórias de uma conexão em rede**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

INGOLD, Tim. The architect and the bee: reflections on the work of animals and men. **Man**, v. 18, n. 1, p. 1-20, 1983.

_____. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, n. 28, 1995.

_____. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

_____. **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. London: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim; KURTILLA, Terhi. Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa. **Campos**, v. 19, n. 1, 2018.

INTERNATIONAL WHALING COMMISSION (IWC). **A conservation management plan for Lahille's bottlenose dolphins *Tursiops truncatus gephyreus***. Meeting Document, 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de ação nacional para a conservação das espécies ameaçadas. Cetáceos marinhos ameaçados de extinção**. Brasília: ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, 2021.

_____. **Plano de ação nacional para a conservação de espécies ameaçadas. Sistemas lacustres e lagunares do Sul do Brasil**. Brasília: ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, 2024.

JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. **Entre os morros e a lagoa: Laguna, cidade documento**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. A emergência da etnografia multiespécies. **Revista De Antropologia da UFSCar**, v. 12, n. 2, p. 273-307, 2020.

KLEINZ, Solveig. **Behaviour and occurrence of a resident *Tursiops truncatus* group in Tramandaí estuary, South Brazil**. Tese de Doutorado (Biologia Aplicada), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Université de Poitiers, Porto Alegre, Poitiers, 2012.

KOHN, Eduardo. **How forests think: toward an anthropology beyond the human**. Berkeley: University of California Press, 2013.

KÜHN, Fábio. Elites locais em uma vila meridional: o capitão-mor João Rodrigues Prates e seus descendentes - Laguna, século XVIII. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. (orgs.). Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 71-96.

LACERDA, Jorge. Santa Catarina, a diferente. **Manchete**, Rio de Janeiro, 25 out. 1957, p. 40-44.

LATOUR, Bruno. 1994. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34.

LEMOS, Valéria et al. Tracking the southern Brazilian schools of *Mugil liza* during reproductive migration using VMS of purse seiners. **Latin American Journal of Aquatic Research**, v. 44, n. 2, p. 238-246, 2017.

LEMOS, Valéria et. al. Migration and reproductive biology of *Mugil liza* (Teleostei: Mugilidae) in south Brazil. **Journal of Fish Biology**, v. 85, n. 3, p. 671-687, 2014.

LESTEL, Dominique. **As origens animais da cultura**. Lisboa: Perspectiva, 2001.

_____. **L'animal singulier**. Paris: Seuil, 2004.

LESTEL, Dominique; BRUNOIS, Florence; GAUNET, Florence. Etho-ethnology and ethno-ethnology. **Social science information**, v. 45, n. 2, p. 155-177, 2006.

LIMA, Tânia A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP**, n. 44, p. 270-327, 1999.

LORIMER, Jamie; HODGETTS, Timothy; BARUA, Maan. Animals' atmospheres. Progress in **Human Geography**, v. 43, n. 1, p. 26-45, 2017.

MADALENA, Vera R. V. **A coca como instrumento de pesca, na barra do Rio Tramandaí**. Monografia (Especialização em Folclore). Faculdade de Música Palestrina, Porto Alegre, 1984.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. In: **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 11-18.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Pesca do Boto**. YouTube. 2024. 38:42. Disponível em <<https://youtu.be/5Lx9CjKnOKg?si=MyYl8hhxIOylqjn>>

MARTÍNEZ-CONTRERAS, Jorge. O modelo primatológico de cultura. In: ABRANTES, Paulo (org.). **Filosofia da Biologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011. pp.

MENEZES, Naércio. Guia prático para conhecimento e identificação das tainhas e paratis (pisces, Mugilidae) do litoral brasileiro. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 2, n. 1, 1983.

MONTEIRO-FILHO, Emygdio. L. A. Pesca interativa entre o golfinho *Sotalia fluviatilis guianensis* e a comunidade pesqueira da região de Cananéia. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 22, n. 2, p. 15-23, 2014.

MOREIRA, Ana Luiza A; ANGELI, M. N. B. Memória, Identidade e práticas tradicionais: o patrimônio naval, os sarilhos e a pesca artesanal no município de Laguna - Santa Catarina. **Museologia e Patrimônio**, v. 12, n. 1, p. 169-192, 2019.

MORENO, Ignacio G. et al. **Mycotic dermatitis in common bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) from southern Brazil, with a confirmed record of lobomycosis disease**. Paper SC/60/DW1 presented to the International Whaling Commission Scientific Committee, Santiago del Chile, 30 May-27 Jun 2008.

MORITA, Atsuro; SUZUKI, Wakana. Being affected by sinking deltas: changing landscapes, resilience, and complex adaptive systems in the scientific story of the Anthropocene. **Current Anthropology**, v. 20, n. 20, 2019.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

NEUMANN, Eduardo. O afamado Tubarão e seus irmãos: tráfico de escravos indígenas no litoral sul do Brasil. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. (orgs.). Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 57-70.

NEVES, Walter C. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Ubu; Edusp, 2023.

NUNES JÚNIOR, Milton Mendes. **O desastre de 1974 em Tubarão-SC: análise do evento e da atual estrutura preventiva do Município**. Corpo de bombeiros, Santa Catarina. 2016.

OLIVEIRA, Tiago K. História e cartografia dos Patos: conexões globais e dinâmicas continentais - século XVI. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. (orgs.) Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 19-56.

PRYOR, Karen et al. A dolphin-human fishing cooperative in Brazil. **Marine mammal science**, v. 6, n. 1, p. 77-82, 1990.

RAINHO, Ana Paula. **Campo, poder e práticas na gestão pesqueira**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2022

REED, Edward S. The affordances of the animate environment: social science from the ecological point of view. In: INGOLD, Tim (ed.). **What is an animal?** London: Routledge, 1988. pp.

REIF, J.S. et al. Immune dysfunction in Atlantic bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) with lobomycosis. **Medical Mycology**, v. 47, p. 125-135, 2009.

ROCHA, Cacinele; MILANI, Gabriela; CABEZUDO, Mariê. **Contribuição do Laboratório de Águas Superficiais e Subterrâneas (LASS) sobre a qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (BHRT)**. Nota Técnica, Imbé, Ceclimar/UFRGS, 2024.

ROMEY, Bianca et al. Bottlenose dolphins that forage with artisanal fishermen whistle differently. **Ethology**, v. 123, n. 12, p. 1-10, 2017.

ROMEY, Bianca et al. Low-frequency sampling rates are effective to record bottlenose dolphins. **Royal Society Open Science**, v. 8, n. 7, 201598, 2021.

ROMEY, Bianca et al. Assessing spatial patterns and density of a dolphin population through signature whistles. **Marine Mammal Science**, v. 40, n. 1, p. 222-236, 2024.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul (1906)**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1962.

ROSA, Julio C. Registros e memórias das sociedades recreativas de afrodescendentes em Laguna. MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. (orgs.). Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 261-294.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Santa Catharina (1820)**. Brasileira, 1936.

_____. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Edvan C.; WESCHENFELDER, Jair. Variabilidade morfológica do pontal arenoso do estuário do rio Araranguá, Santa Catarina. **Pesquisas em Geociências**, v. 50, n. 3, p. e130958-e130958, 2023.

SANTOS, José A. S.; FREITAS, Renato A. A pesca com auxílio de botos. **Jornal de Laguna**, 2 fev. 2001, p. 9.

SANTOS, Mauricio L.; LEMOS, Valéria M.; VIEIRA, João P. **No mullet, no gain: cooperation between dolphins and cast net fishermen in southern Brazil**. *Zoologia*, 35, p. 1-13, 2018.

SÃO THIAGO, Arnaldo. Golfinhos e botos (tradição e ciência). **O Estado**, Florianópolis, 16 jun. 1966, p. 7.

SAUTCHUK, Carlos E. Aprendizagem como gênese: prática, *skill* e individuação. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 44, p. 109-139, 2015.

_____. Os antropólogos e a domesticação: derivações e ressurgências de um conceito. In: SEGATA, Jean e RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). **Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida**. Porto Alegre : UFRGS, 2018. pp. 85-108.

_____. (org). **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Brasília: ABA Publicações, 2017.

SAYÃO, Tiago J. Entre engenho e canoa: cultura material e sociedade escravista em Laguna, 1800-1820. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. (orgs.). Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 143-176.

SAYIGH, Laela S.; JANIK, Vincent M. Signature Whistles. In: WÜRSIG, Bernd; THEWISSEN, J.G.M. THEWISSEN; KOVACS, Kit M. (eds.). **Encyclopedia of Marine Mammals**. 3rd edition. Academic Press, 2018. pp. 854-856.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **El fin de la excepción humana**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SCHIEBELINSKI, Diego. Do cais ao convés: marítimos e a navegação de cabotagem em Laguna. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; SAYÃO, Thiago J. (orgs.). Revisitar Laguna e ampliar o repertório de passados. **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Ufsc, 2021. pp. 223-260.

SCHOSSLER, Joana C. **As nossas praias: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 1950)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCIFONI, Simone. Paisagem (Verbetes). In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes)

SERPA, Nathalia B. **Além das raízes culturais: as habilidades de caça de golfinhos cooperativos do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SERPA, Nathalia et al. Behavioral repertoire of Lahille's bottlenose dolphins that interact with artisanal fishers. **Behavioral Ecology and Sociobiology**, v. 78, n. 3, p. 31, 2024.

SICCHA RAMIREZ, Zoila Raquel. **Filogeografia das espécies de tainha, *Mugil liza* e *M. platanus* (Teleostei: Mugiliformes)**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas), Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2011.

SILVA, Ana F.; TOLDO JR, Elírio E.; WESCHENFELDER, Jair. Morfodinâmica da desembocadura da Lagoa de Tramandaí (RS, Brasil). **Pesquisas em Geociências**, v. 44, n. 1, p. 155-166, 2017.

SILVA Emanuely, SILVEIRA, Flavio L. A., MARQUES, Olavo R., & MORENO, Ignacio. B. (2021). "A gente acostuma os olhos": pescadores artesanais de tarrafa e botos-de-Lahille nas paisagens da Barra do Rio Tramandaí. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 56, p. 22-45, 2021.

SILVA, Rejane E. B. **A pesca artesanal e a estrutura sócio-econômica de Tramandaí**. Monografia (Especialização em Folclore). Faculdade de Música Palestrina, Porto Alegre, 1984.

SILVEIRA, Flávio L. A. Sobre Homens, Botos e Peixes: dimensões poético-imaginárias de uma Ecoantropologia Urbana de coletivos humanimais no sul do Brasil. **Anthropológicas**, v. 24, n. 31, p. 7-36, 2020.

SILVY, Francis (direção), **Uma Tarrafa para Cascaes**, 2008, 32'55". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yRoa8KkrBeQ>>

SIMÕES-LOPES, Paulo C. Interaction of coastal populations of *Tursiops truncatus* (Cetacea, Delphinidae) with the mullet artisanal fisheries in Southern Brazil. **Biotemas**, v. 4, n. 2, p. 83-94, 1991.

_____. **Ecologia comportamental do delfim, Tursiops truncatus (Montagu, 1821) durante as interações com a pesca artesanal de tainhas (Mugil spp) no sul do Brasil.** Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

_____. **O luar do delfim: a maravilhosa aventura da história natural.** Curitiba: Letradágua, 2005.

SIMÕES-LOPES, Paulo C.; FABIAN, M.E.; MENEGHETI, J.O. Dolphin interactions with the mullet artisanal fishing on southern Brazil: a qualitative and quantitative approach. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 15, n. 3, p. 709-726, 1998.

SIMÕES-LOPES, Paulo C.; DAURA-JORGE, Fábio G.; CANTOR, Maurício. Clues of cultural transmission in cooperative foraging between artisanal fishermen and bottlenose dolphins, *Tursiops truncatus* (Cetacea: Delphinidae). **Zoologia (Curitiba)**, v. 33, n. 06, p. e20160107, 2016.

SOARES, Leda Saraiva. **Imbé - Histórico/Turístico.** 2a ed. Tramandaí: Edição do Autor, 2002.

SOUZA, Jorge de. A triste história do Flipper brasileiro. **Histórias do mar**, 16 de junho de 2023. Disponível em: <https://historiasdomar.com/a-triste-historia-do-flipper-brasileiro/>

STÉPANOFF, Charles. Human-animal “joint commitment” in a reindeer herding system. **Hau**, n. 2, v. 2, 287-312, 2012.

STÉPANOFF, Charles; VIGNE, Jean-Denis. “Introduction”. In: **Hybrid Communities: biosocial approaches to domestication and other trans-species relationships.** London: Routledge, 2019, pp. 1-21.

STOETZER, Bettina. Ruderal Ecologies: Rethinking Nature, Migration, and the Urban Landscape in Berlin, **Cultural Anthropology**, v. 33, n. 2, pp. 295-323, 2022.

TABAJARA, Luiz. Aspectos da relação pescador-boto-tainha no estuário do Rio Tramandaí-RS. In: **Os botos do Rio Tramandaí.** Porto Alegre: Sulina, 1992. pp. 17-49.

TSING, Anna L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno.** Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UEXKÜLL, Jakob V. **A foray into the worlds of animals and humans — with a Theory of meaning.** Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2010.

VAN BRESSEN, M.F. et al. Epidemiology of lobomycosis-like disease in bottlenose dolphins *Tursiops* spp. from South America and southern Africa. **Diseases of aquatic organisms** v. 117, n. 1, p. 59-75, 2009.

VAN DER WAL, Jessica E. M. et al. Safeguarding human–wildlife cooperation. **Conservation letters**, v. 15, n. 4, p. e12886, 2022.

VERMEULEN, Els et al. *Tursiops truncatus ssp. gephyreus*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, e.T134822416A135190824, 2019.

VIANNA, Leticia C.R. **Relações Delicadas: a pesca artesanal com o boto-da-tainha em Laguna-SC**. Produto de Consultoria. Brasília: Unesco/Iphan, 2020.

VIEIRA DA ROSA, José. **Chorographia de Santa Catharina**. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, 18, p. 225-254, 2004.

WICKERT, Janaína C. et al. Revalidation of *tursiops gephyreus* lahille, 1908 (cetartiodactyla: delphinidae) from the Southwestern Atlantic Ocean. **Journal of Mammalogy**, v. 97, n. 6, p. 1728-1737, 2016.

WILLIAMS, Sergio. Conheça a história de Flipper, o golfinho mais querido do litoral de SP capturado há mais de 40 anos. **A Tribuna**, Santos (SP), 28 de maio de 2023.

Legislação citada

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.

_____. **Decreto n. 3.511, de 4 de agosto de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2000.

_____. **Lei Federal n. 11.959, de 29 de junho de 2009**. Brasília: Presidência da República, 2009.

_____. **Lei Federal n. 13.318, de 20 de julho de 2016**. Brasília: Presidência da República, 2016.

_____. **Portaria MMA n. 751, de 27 de agosto de 2008**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2008.

_____. **Portaria Iphan 127, de 30 de abril de 2009**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2009.

_____. **Portaria MMA n. 375, de 1 de agosto de 2019**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2019.

_____. **Portaria MMA n. 148, de 7 de junho de 2022**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2022.

_____. **Resolução Iphan n. 003, de 3 de agosto de 2006**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2006.

IMBÉ. **Decreto n. 49 de 31 de janeiro de 1990**. Imbé (RS), 1990.

LAGUNA. **Lei Municipal n. 521, de 10 de novembro de 1997.** Laguna (SC), 1997.

_____. **Decreto Municipal n. 3.922, de 17 de dezembro de 2013.** Laguna (SC), 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 15.546, de 4 de novembro de 2020.** Porto Alegre, 2020.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual n. 17.084, de 12 de janeiro de 2017.** Florianópolis, 2017.

_____. **Portaria IMA n. 214, de 14 de outubro de 2019.** Florianópolis: Instituto do Meio Ambiente, 2019.

TRAMANDAÍ. **Lei Municipal n. 3.952, de 12 de janeiro de 2015.** Tramandaí (RS), 2015.

_____. **Lei Municipal n. 4.149, de 29 de dezembro de 2017.** Tramandaí (RS), 2017.